



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. B AO Nº 81, TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE BRUMADINHO

Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2019	4
Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de abril de 2019	76
Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2019	132
Ata da 8ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2019	223
Ata da 9ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2019	306

1.2 – COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2019	349
---	-----





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Juíza Selma, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Dário Berger e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do CRISTINA MALHEIROS, em atendimento ao requerimento 19/2019; do RENZO CARVALHO, em atendimento ao requerimento 22/2019. **Resultado:** Depoimentos realizados. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2019** que : "Requerimento de transferência de sigilo do Sr. Makoto Namba." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 55 de 2019** que : "Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fábio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado apenas no tocante às pessoas físicas constantes do requerimento, excluindo-se, portanto, a Vale.. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 56 de 2019** que : "Convite ao Sr. Marcio Correia de Amorim- ANM/MT" **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** retirado. **3ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação feita pelo Sr. Guilherme Santana Lopes Gomes, Especialista em Recursos Minerais da ANM, sobre o rompimento da Barragem de Brumadinho. **Resultado:** Apresentação realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/09>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e de outras barragens.

Nós não temos quórum para ler as atas e nem para colocá-las em votação.

Então, eu peço que a gente vá diretamente ao objetivo da nossa pauta e à apreciação de requerimentos. Temos alguns.

Hoje nós teremos aqui, Sr. Relator, o depoimento da Sra. Cristina Heloíza da Silva Malheiros, em que nós observaremos que serão obedecidas as regras praticadas anteriormente: palavras concedidas aos Senadores, na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, que peço que alternem com os autores que estão no Plenário. O tempo da fala é de até dez minutos para os Senadores fazerem os seus questionamentos, e depoente disporá de dez minutos para a sua resposta.

Solicito à Secretaria que conduza à sala a Sra. Cristina Heloíza da Silva Malheiros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Agora acertou em cheio.

Presidente, Rose de Freitas, é apenas para saber se o requerimento apresentado e idealizado por mim e posteriormente acompanhado pela Senadora Selma Arruda – em relação à quebra de sigilo telefônico e bancário, cujo Relator é o Senador Carlos Viana, sempre atento a esta CPI, sempre acompanhando tudo... S. Exa. deve se lembrar, o Senador Otto Alencar também deve se lembrar, daquele convidado da semana passada que não falou, daquele japonês, o Makoto, que deve ter nascido no Polo Norte, pois mostrou-se aqui glacial por natureza. Ele não falou nada, só: "Excelência, nada a declarar. Excelência, vou ficar em silêncio." – será aprovado aqui hoje. Por fineza, Presidente, eu pergunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós, na última vez, não o votamos por causa do quórum. Evidentemente, estamos na mesma situação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero até dar uma explicação sobre por que nós colocamos a CPI nesse horário: porque todas as comissões estão com pautas lotadas.

Houve uma inversão tanto nesta Casa quanto na outra, e as Comissões estão sendo mais demandadas. O senhor viu, o senhor participou, o Senador Otto também, nós participamos, as Comissões estão com pautas para dar origem às pautas das duas Casas. Então, se andar devagar não teremos pautas nas duas Casas a tempo de votá-las neste semestre. Ainda hoje – havendo quórum aqui – colocaremos em votação imediatamente.

Eu queria fazer algumas considerações inicialmente à Sra. Cristina, que aqui está.

Pela ordem, o Sr. Relator fará perguntas e os oradores inscritos também. Alternadamente estarão aqui outros Senadores que já ligaram para se manifestar, e a senhora terá dez minutos para responder.

Gostaria de dar a palavra...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... ao Relator para que ele possa apresentar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas presentes, sejam bem-vindos.

Nós temos aqui, Senadora Rose, o representante da Agência Nacional de Mineração, que a nosso pedido foi designado e está à disposição da CPI para o acompanhamento dos relatórios e das informações necessárias.

Nós, diante dos nossos primeiros trabalhos, já selecionamos uma parte das mil horas de filmagens a que nós tivemos acesso, bem como boa parte, inclusive, de eslaides que já estão na ação pública que investiga pela força-tarefa em Minas Gerais.

Eu gostaria de propor a V. Exa. que, antes de darmos início ao depoimento da Sra. Cristina Malheiros, o representante da ANM fizesse uma breve exposição por aproximadamente, no máximo 10 ou 15 minutos, sobre as imagens que nós já selecionamos, até para que ela possa também nos responder sobre os pontos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se permitirem os Srs. Senadores...

O senhor pode se apresentar por gentileza e dar início à exposição, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos, Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, demais presentes, o meu nome é Guilherme Gomes.

Sou engenheiro da ANM, chefiando a divisão de recursos minerais, não a divisão de barragens, mas a divisão de recursos minerais. Como ouvinte, acompanhei todo o processo, desde o rompimento até hoje e estou aqui para auxiliá-los no que for necessário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

O senhor pode dar início.

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Separamos alguns eslaides.

Nesse primeiro, chamamos à atenção para aquela seta que é uma sonda. Está sendo feito um trabalho de sondagem na barragem para buscar um melhor conhecimento do barramento – e isso no dia 25/01, segundos antes do rompimento.

Agora, o início do rompimento. Reparem os senhores que, na seta de cima, começa o abatimento da crista; a seta de cima mostra o abatimento da crista. Embaixo, as duas setas de baixo mostram dois estufamentos onde a barragem começou a estufar. A crista abaixa e cria-se uma barriga.

Aqueles dois pontos, se não me engano, são os mesmos dois pontos indicados no relatório interno de uma consultoria contratada pela Vale. Acho que foi a consultoria do Sr. Albieri, se eu não me engano, em 14 de junho, que mostrou esses dois pontos como drenos entupidos na ocasião.

Por favor, há como voltar ao eslaide anterior, o primeiro e o segundo? Para os senhores notarem as diferenças da crista e do estufamento embaixo.

Pode passar.

A crista começa a rebater.

Próximo, por favor.

Agora, o maior batimento da crista. Embaixo, a estrutura se estufando.

Pode passar.

Esse é o início da liquefação. Chamamos a atenção para aquela água que surge embaixo, no pé do barramento. Aquela água estava contida dentro da barragem. Nós não temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação de nenhuma caixa d'água, nem nada a respeito. Isso mostra o tanto que a barragem estava cheia de água no momento.

Pode passar.

Essa é uma visão de montante antes do rompimento. Chamo a atenção dos senhores para a quantidade de gado pastando em cima da barragem, segundos antes do rompimento. Durante toda a vida da barragem, sempre tivemos gado no barramento, pastando, e em cima dela.

Pode passar.

Aqui, nós vemos a barragem. Ali é um curso d'água que sempre existiu, é o antigo Córrego do Feijão. A barragem foi construída nesse vale encaixante onde passava o Córrego do Feijão. Creio eu que deve ter sido calculada para receber essa água e drenar essa água também, mas, no momento em que você para de operar a barragem e você continua recebendo essa água, é complicado.

Nessa foto que foi retirada do Google Earth, percebe-se a lagoa formando em cima da barragem.

Por favor.

Uma visão superior que mostra o local onde é formada uma pequena poça, em cima da barragem.

Por favor.

Apesar das recomendações da TÜV SÜD de se reduzir o tráfego de caminhões pesados, está aí: três dias antes do rompimento, um caminhão passando, carregado de minério, em cima do barramento.

Por favor.

Pode passar.

Esse é o vídeo do rompimento. *(Pausa.)*

Nesse vídeo, conseguimos ver vacas correndo, que estavam pastando, e conseguimos ver a sonda descendo. Por obra de Deus, havia um operador na sonda que sobreviveu. Ele estava no alto da crista e sobreviveu. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – O refeitório está mais abaixo. Aqui é uma instalação dela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Sim. Volte a imagem, fazendo o favor, para o início do vídeo. Aí, pode parar. Aqui à esquerda, a gente vê a Barragem B4. A Barragem B4 não se rompeu.

Pode passar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – À esquerda onde?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Aquele espaço que está logo à esquerda, parecendo um descampado inclinado...

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – É o barramento da B4. Ele foi atingido por lama. Eu estive no local. O barramento não sofreu muito, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Não tenho ciência. Provavelmente, a mina estava em operação. Dá para notar acho que cinco pessoas correndo perto da instalação. São atingidas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Nesse vídeo?

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Nesse vídeo.

Por favor, volte ao início, fazendo o favor? Só um minuto.

Há um carro e pessoas correndo aqui. O carro tenta fugir, e há pessoas correndo aqui embaixo. Aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – É, essa é a usina, é a usina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloque no início, para mim, do rompimento, só para chamar a atenção dos Srs. Senadores o seguinte... Dos eslaides, não do filme. Vamos colocar dos eslaides. Só chamar a atenção porque nós recebemos os relatórios todos, inclusive



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

das avaliações. Onde estão as setas ali são os pontos que chamaram muito a atenção do Ministério Público, da força-tarefa e da própria Agência Nacional de Mineração.

Esses dois pontos abaixo já são identificados como pontos perigosos num trabalho que foi feito de consultoria na barragem. Todo o relatório a que nós temos acesso já chamava a atenção de que esses dois pontos eram pontos que estavam apresentando aquelas pequenas... Pontos perigosos com água. Ali foi encontrada uma manilha entupida, foi encontrado um dreno também não utilizado entupido e que, ao jorrar água, fez surgir uma série de recomendações que a TÜV SÜD colocou para que a empresa pudesse fazer. Nós já perguntamos aqui aos gerentes, e eles disseram que a empresa fez tudo que era possível. Daí a necessidade de nós ouvirmos a Sra. Cristina Malheiros, que tinha a responsabilidade direta sobre essa questão lá.

Muito bem.

Acho que a Cristina vai ter algumas palavras de início, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas há a responsabilidade dela aqui.

A Sra. Cristina Malheiros trabalhava diretamente na mina do Córrego do Feijão e tinha a responsabilidade da chamada anotação de responsabilidade técnica de monitoramento da barragem. Ela trabalha com a equipe de geotecnia operacional, subordinada ao nosso segundo convocado de hoje, que é o Sr. Renzo Carvalho, que também falará sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A Sra. Cristina terá cinco minutos para a iniciação de sua fala e, em seguida, o Relator vai fazer as perguntas.

Eu queria uma certa posição concisa em relação às perguntas para que a gente possa otimizar o tempo por causa da Ordem do Dia.

Então, a senhora tem cinco minutos para o início da sua fala.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Excelentíssima.

Meu nome é Cristina Heloíza da Silva Malheiros. Eu fui contratada para trabalhar na Vale no dia 2 de junho de 2011. Desde então, eu trabalho nas minas de Córrego do Feijão e Jangada com a geotecnia operacional e trabalho diretamente com a análise do monitoramento e da inspeção de oito barragens daquela mina e suas pilhas de estéril.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha rotina de trabalho consistia em chegar à mina às 7h30 da manhã, no ônibus da empresa, e me retirar de lá, na maioria das vezes, às 16h30, também no ônibus da empresa. Dentro dessa rotina de trabalho, conhecia várias pessoas, envolvia-me diretamente com o trabalho delas e, de todos que nós temos notícia de desaparecidos, de falecidos, seria muito difícil para mim dizer que eu não teria dado pelo menos um bom-dia a algum deles. Então, falar de Feijão para mim é muito difícil.

Eu não tinha visto até esse momento – e vocês perceberam que eu tentei evitar ao máximo – o rompimento da barragem. Eu não estava lá no dia 25 de janeiro, porque eu solicitei uma folga ao meu gerente, fiz uma viagem de família e me dirigi a Caldas Novas. Chegando lá, eu fui informada, por volta de meio-dia e pouco, por um colega que estava na mina, de o que havia acontecido. Imediatamente, eu providenciei o meu retorno, retornei para a mina de Águas Claras. Chegando aqui, ainda no dia 25, aproximadamente às 9h da noite, eu me dirigi para prestar todos os esclarecimentos e tentar contribuir ao máximo para que a gente pudesse entender o que aconteceu com aquela estrutura e naquele lugar.

Trabalhando na mina de Córrego do Feijão, a minha sala se localizava nos escritórios que também estavam abaixo das estruturas. Nessa sala, trabalhavam diretamente comigo nove colegas, sendo dois geotécnicos, eu e um outro colega que me auxiliava nos trabalhos nessa época, e mais sete colegas na condição de técnicos, dos quais eu fui informada do falecimento de três.

Então, eu gostaria de colocar aos senhores que eu me coloco aqui à disposição para prestar os esclarecimentos com transparência, com verdade e com muito sentimento por tudo o que aconteceu, por tudo o que eu tenho vivido, por tudo o que eu vivi naquele lugar com aquelas pessoas, para que a gente possa tentar esclarecer o que pode ter acontecido na Barragem 1 de Córrego de Feijão.

Obrigada, Excelentíssima.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria que a Sra. Cristina tomasse conhecimento de que nós tivemos depoimentos nesta Comissão. Nós tivemos o Sr. Fabio Schvartsman, ex-Presidente, e o Sr. Alexandre Campanha, Gerente de Geotecnia da companhia Vale. Eles foram enfáticos – e por isso, a senhora está aqui, não só pelo seu cargo técnico – ao afirmar que a responsabilidade do rompimento da Barragem 1 da mina do Córrego do Feijão seria da área técnica local.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente o Sr. Alexandre Campanha... E eu não quero que nós comecemos esta CPI... Nós sentimos – quero que a senhora saiba – o seu impacto com as imagens. Nós temos um Relator dedicado, trabalhando 24 horas, temos os Senadores que aqui estão empenhados ao máximo na apuração dos fatos... Mas, veja bem, o Sr. Alexandre Campanha mencionou expressamente o seu nome nos seguintes termos, que eu faço questão de ler, para nós nos localizarmos no tempo e no espaço, porque, na vida, há que se ter toda a contemplação necessária, mas isso não dá nem para olhar, quanto mais de maneira contemplativa. Ele disse o seguinte: "O profissional de ART em monitoramento e controle da barragem é da responsabilidade da engenheira geotécnica Cristina Malheiros".

Se o Relator me permitir – e é lógico que ele tem a primazia da palavra –, eu queria perguntar: Quais foram as suas ações e recomendações para evitar o rompimento da barragem?. É lógico que, quando se constrói – e aí todos nós temos um conhecimento embrionário, alguns mais especificamente – uma casa, cuidamos da base, da parede, do cimento, tudo que vai ali para consolidar aquilo que se constrói. Seus superiores foram alertados em algum momento sobre a possibilidade de rompimento no passado? A senhora tinha essa visão? A senhora tinha essa preocupação? Quais – se a senhora afirmar, aí não sei o que dirá – eram os nomes e cargos desses superiores?

A sensação que me dá, Senador Otto, é que nós vamos caminhar fazendo sulcos na terra. Vamos caminhar pelos mesmos passos. Nós temos preocupações, e eu tenho pavor de pensar que, em determinado momento, enquanto nós estamos sentados aqui – e, por isso, ele é o Relator, pela demonstração da sua firmeza, da sua fibra –, Sra. Cristina, procurando, com uma lanterninha, numa estrada, numa caverna, um caminho, porque ninguém sabe nada...

Nós sabemos que existe um monte de espectro ali dentro, mas ninguém diz nada, ninguém fala nada, todo mundo joga para alguém, em algum momento, que também não sabe se o laudo existiu ou não existiu; um diz que existiu, o outro diz que não existiu. Eu tenho pavor de pensar que outra barragem pode se romper enquanto nós estamos caminhando em círculos. É por isso que eu lhe dirijo esta pergunta: houve algum momento em que houve alguma recomendação, alguma ação, alguma preocupação de que uma barragem pudesse se romper? E a senhora era a responsável técnica por essa.

Deixo que o Relator faça as perguntas que são de seu laudo de hoje, para que a gente possa somar e a senhora possa responder em bloco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – A senhora quer que eu continue as perguntas aqui e ela responda a todas de uma vez?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas não, mas..

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ela pode responder, então. Eu acredito que seria...

A nossa primeira pergunta, Sra. Cristina, caminha exatamente no sentido da Presidente Senadora Rose. Nós sabemos muito bem que, além dessa responsabilidade direta, a senhora perdeu os amigos e só não morreu, a senhora mesmo disse, porque estava de folga.

Agora, a força-tarefa criada para investigar já afirma que não foi um acidente. Isso significa que alguém vai ser processado criminalmente por tudo o que aconteceu. Quando existe tanta coisa em risco, a única proteção para quem não tem culpa é falar a verdade, contar exatamente quais os pontos... E é em cima deste posicionamento, desta crença de que a senhora quer de fato colaborar, e para que a gente possa saber o que aconteceu, que a senhora vai nos dizer qual era a sua responsabilidade, até aonde foi, e principalmente a quem a senhora alertou tudo aquilo que já vinha sendo de conhecimento da empresa. A pergunta que a Senadora fez é muito pertinente: o que aconteceu na Barragem B1? Houve negligência? De quem foi essa negligência?

O SR. CRISTINA MALHEIROS (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. A senhora, logo em seguida às perguntas, pode fazer uso da palavra, pelo tempo pertinente.

O SR. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimos, a minha função na mina era fazer a análise do monitoramento e inspeção das barragens. Como esse trabalho se dava? Como eu disse ao senhor, eu trabalhava com uma equipe técnica que me auxiliava lá, eles iam a campo, faziam as fichas de inspeções, o monitoramento, eu os acompanhava, e tínhamos uma ligação direta, apesar de não estarmos no momento lotados na mesma gerência. A minha assinatura de ART se restringe a fazer essa análise técnica, análise da situação da barragem no campo, fazer o acompanhamento dela no campo. E, diante desse acompanhamento, das inspeções e dos monitoramentos, eu não tive nenhuma observação de anormalidade que pudesse me indicar essa condição de um possível rompimento. Eu gostaria de deixar claro que essa barragem era auditada, acompanhada por consultores também, e nenhum deles em nenhum momento me solicitou que não estivesse lá ou que não deixasse que alguém estivesse. Então, eu me sentia segura com os documentos que eu tinha. Eu tinha a declaração de estabilidade dessa estrutura específica, mas de todas as outras, e nunca me solicitaram, nunca conversaram comigo sobre a possibilidade de não estar lá ou de não deixar que ninguém lá estivesse.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Num acompanhamento da barragem que eu fazia, nenhuma anormalidade me chamou atenção para uma eventual possibilidade de rompimento até o último dia que eu a vi, que foi o dia 23 de janeiro, quando eu participei da inspeção realizada para a auditoria, para a etapa de auditoria que seria protocolada em março, juntamente com nove colegas. Então, estávamos dez pessoas inspecionando essa barragem, incluindo, nessas dez pessoas, os engenheiros da empresa TÜV SÜD, que era a auditora nesse momento, e não foi me alertado nada no sentido de atenção para um possível rompimento nessa data.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora me permite? Vou fazer aqui o papel de totalmente leiga no assunto.

Veja bem, a sua equipe era de dez pessoas. Ela saiu a campo... Por exemplo, se eu vou medir uma terra, eu vou com teodolito em mãos para fazer isso. E aí vou construir uma planilha depois. Quais eram os equipamentos? Primeiro, qual a classificação técnica do seu quadro de pessoal? Em que eles eram formados? E qual o papel que eles faziam? Eles iam lá com uma varinha, fincavam no chão e falavam: "Epa, está tudo seco". Ou: "Não, há água aqui", já que tinham...

Como é que chama...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Aquele equipamento, Otto, que colocavam...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Piezômetros.

Eu queria saber: o que eles faziam? De seis em seis meses, emitiam um laudo. Não é isso que vocês diziam sobre as barragens? Porque pelo menos é o que consta nos depoimentos anteriores: que, de seis em seis meses, havia um laudo sobre as barragens.

A senhora é responsável técnica. Só para a gente entender: a senhora vai, manda a campo os dez da sua equipe. Eles iam lá e faziam o quê? Qual era a profissão que eles tinham? O que eles faziam tecnicamente? Com o que eles voltaram? Qual é a coleta de material que a senhora teve em mãos, dizendo assim: "Tudo normal, sem risco, sem nada"? Era isso? Eu queria entender, porque não é possível uma barragem se rompendo dessa maneira que nós vimos aqui. Eu nunca tinha visto de perto, é sofrido. Eu queria perguntar a senhora: o que eles faziam e o que eles voltavam dizendo que fizeram? E como a senhora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisava? Faltaram-lhe elementos? Não lhe faltaram elementos? Alguém chegou com uma vistoria incompleta? A senhora voltou novamente?

Não é possível, Dra. Cristina, essa barragem se romper assim sem nenhum sinal – nenhum, unzinho – de que havia alguma alteração naquela barragem. A senhora poderia me explicar, assim, para uma pessoa que não entende?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, a Barragem 1 de Feijão era uma barragem muito monitorada no sentido de que ela continha muitos instrumentos. Ela continha piezômetros, medidores de nível de água, marcos topográficos, inclinômetros. E esta instrumentação, que vem solicitada desde a etapa de projeto da estrutura, nos permitia fazer o acompanhamento de como estava a ligação de água passando por dentro do maciço, que é o que a gente coloca como um lençol freático.

As leituras desses instrumentos eram feitas com piezômetros e medidores de nível água, eram feitas com um instrumento que a gente chama de pio. O que é isso? É uma régua mesmo, como se fosse uma trena, em que, na ponta dela, consta um sensor que, ao tocar a água, ele apita. Por isso é chamado o "pio". Com essa medição, é possível que a gente identifique o nível em que a água está passando dentro do maciço e com que altura de pressão que ela está passando dentro do maciço. Além disso, o monitoramento de marcos topográficos e inclinômetros vai nos permitir identificar qualquer abatimento, qualquer recalque, qualquer movimentação da estrutura no sentido de uma deformação.

Para avaliar esses instrumentos e verificar se eles estavam de acordo com o que foi definido como sendo uma situação de normalidade para essa estrutura, eu utilizava os documentos, que eram os manuais de operação, carta de risco da estrutura, a própria avaliação das auditorias, que me definiam quais eram os níveis aceitáveis para que a gente não tivesse nenhuma anormalidade em termos de instrumentação. Não houve nenhuma alteração que me indicasse um possível rompimento nessa condição.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sra. Cristina, durante 15 dias, os piezômetros, pelo menos, apresentaram sinais de que a barragem poderia romper, de que ou não estariam funcionando bem ou os dados informados pelos piezômetros não estavam corretos ou perigosos. Isso está na ação pública, inclusive está em todos os depoimentos.

A senhora não teve acesso a essas informações dos piezômetros, de que a barragem poderia se romper?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa colocação que o senhor está dizendo sobre o que consta nos depoimentos é porque, por uma exigência legal, alguns instrumentos dessa barragem foram automatizados. Houve um processo de automação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, para isso, devido a *expertise*, um colega estava me ajudando a trabalhar nesta função de verificação da automação e da instalação desses instrumentos. Essa automação foi...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quanto tempo antes a automação...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A automação começou aproximadamente em setembro de 2018. Existia uma exigência legal de que as barragens alteadas por montante tivessem também instrumentos automatizados, no sentido de que a gente conseguisse monitoramentos de forma *on-line* do que se passava no nível freático da barragem. A intenção dessa automação sem mais...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Assim, não sem mais necessitar, mas complementando o que as pessoas já faziam em campo, porque o entendimento é de que a automação dos instrumentos deve se dar numa parte, mas também temos que ter instrumentos manuais, de forma que possamos conferir, validar, calibrar a instrumentação automatizada, para, caso ela tenha um problema, termos condição de atuar na automação, nos instrumentos manuais.

Então, essa condição que teve dessa alteração foi identificada, num primeiro momento, pela empresa TÜV SÜD, que era quem estava fazendo as leituras desses instrumentos. Isso foi reportado à Vale através de *e-mails*, dos quais eu não participei. E eu só tive conhecimento dessa alteração, que o senhor coloca que estão nos depoimentos, depois do rompimento, exatamente no dia 26 de janeiro.

Mas gostaria de esclarecer que, depois do rompimento, as notícias que eu tenho é que essa alteração na instrumentação, num primeiro momento, foi apresentada como sendo uma leitura errada, que já vinha com erro de leitura, e os colegas realmente conseguiram se certificar de que a leitura estava errada, de que havia um erro nessa possível alteração da instrumentação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Depois do rompimento?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Depois do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, Presidente, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria entender de V. S^a: por que a Vale trocou a empresa Tractebel pela TÜV SÜD para inspecionar a barragem do Córrego do Feijão? Por quê? Se a senhora sabe o porquê. E se a senhora concordou com essa troca, já que a senhora tinha essa responsabilidade técnica. E, se concordou, por que concordou?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu gostaria de deixar bem claro que a minha função era como uma engenheira que respondia pela análise técnica do monitoramento e inspeção no sentido de reportar essa minha verificação em campo à ANM, através do sistema deles, que é o SIGBM, acompanhar as inspeções de auditoria na mina, mas eu não tinha nenhuma equipe técnica sob a minha gestão. Eu nunca fiz gestão de pessoas dentro da Vale. Então, eu não tinha responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Essa equipe não era sua?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não era minha. Ela respondia de forma gerencial ao planejamento de curto prazo. Eu não era uma engenheira com funções decisórias de gerência. Então, eu tinha um cargo técnico de prestar informações técnicas, e essas informações eu sempre reportei aos meus superiores. Então, a condição...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Só complementando, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, claro, perfeitamente.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A condição de auditoria era acompanhada pela equipe de gestão de risco, que é quem fazia a gestão dos contratos, e eu não sei informar à senhora o porquê da troca de uma empresa pela outra. Eu apenas acompanhei a empresa Tractebel quando ela foi a Feijão fazer a inspeção no campo e participei dos processos de auditoria nos quais elas estavam. E, quando foi trocado pela TÜV SÜD, eu acompanhei os técnicos no campo e participei do andamento da auditoria dentro da minha função técnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, chamo a atenção para aqueles dois pontos, as duas setas de baixo que estão ali. Há um relatório técnico produzido pelo Sr. Armando Mangolim Filho, consultor externo, em que ele fez uma análise do que aconteceu no episódio que gerou um fraturamento hidráulico na Barragem B1 no dia 11 de junho de 2018, ou seja, sete meses antes do rompimento houve lá um fraturamento hidráulico, um episódio que gerou uma recomendação da TÜV SÜD para reduzir o lençol freático da barragem, e a Vale



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

começou a instalar os DHPs, os Drenos Horizontais Profundos. Está tudo detalhado aqui. Na instalação do 15º dreno, houve um problema grave que causou um sério risco à barragem.

Eu vou ler aqui dois trechos do relatório do Sr. Armando Mangolim de junho de 2018.

A senhora estava lá, não estava?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora era a responsável, não é isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

A partir do dique inicial, o desenho de 1975 indica três pequenos alteamentos para montante incorporados num talude único de uns 14m de altura. Tanto no dique inicial quanto nos três que compõem o alteamento para montante não há evidências de sistema de drenagem interna. Também desconhece-se em detalhes suas características geotécnicas.

Essa preocupação se repete em vários trechos do relatório. Inclusive, na exposição do Sr. Mangolim, ele cita aqueles dois pontos exatamente onde a barragem se rompe como os pontos de maior preocupação em junho de 2018.

A senhora, como responsável técnica, era a responsável também por informar a ANM sobre isso, não é verdade?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na ficha interna de inspeção regular preenchida pela senhora, o campo que descreve a chamada percolação está com pontuação 6. Já no mesmo campo na inspeção que a senhora entregou à ANM no dia 19 de junho, o valor a senhora reduziu para 3. Por que a senhora deu indicações diferentes de risco para a ANM e para o relatório interno da Vale? Quem orientou a senhora sobre isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Na ocorrência do dia 11 de junho de 2018, no 15º furo do DHP, houve um problema pontual, onde a empresa que estava executando o DHP era a Alphageos, porque as empresas auditoras e consultoras na época, que era a TÜV SÜD, que estava fazendo o trabalho de revisão periódica, ela entendeu que a freática da barragem estava alta talvez pela falta da drenagem interna no dique inicial, que havia uma incerteza se existia ou não por causa que o documento original não demonstrava isso claramente. Ela, então, orientou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fossem feitos esses DHPs, drenos horizontais profundos. A Alphageos foi contratada para fazer todos os drenos, executou vários dos 30. No 15º, teve esse problema pontual.

Esse problema do dia 11, assim que eu tive a informação dele, eu me dirigi ao local com o Sr. Renzo, com o Sr. César Grandchamp, com o gerente da mina, que era o Alano, com toda a equipe, que me apoiou aí na recuperação dessa situação. E ela foi uma situação pontual. A instrumentação da barragem foi toda verificada, dois instrumentos se apresentaram em alteração, mas todo o restante da instrumentação da barragem se mantinha normal. Então, ele mostrou que foi um problema pontual, que nós corrigimos. E o que eu reporteí à empresa e à ANM foi tudo o que nós verificamos durante esse processo. Como ele ocorreu no dia 11, eu reporteí para a empresa tudo o que eu fiz, tudo que nós fizemos dentro dessa ocorrência. Por isso, uma classificação 6 no dia 11.

Para a ANM a inspeção que foi feita, juntamente com os técnicos, para atender a legislação, ela se deu no dia 16, onde toda a barragem já estava em normalidade, já não havia mais percolação com sólidos, que foi corrigida imediatamente. Por isso, tem uma diferença de classificação, porque eu até usei essa forma de classificação dentro da empresa para que a gente pudesse mesmo rastrear para que qualquer dia em que eu não estivesse na mina, qualquer outra pessoa pudesse saber que aconteceu isso lá, como que nós tratamos, fotografado, classificado, com monitoramento que foi intensificado, todo especificado, tudo com o máximo de correção e de forma clara e transparente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, explique para nós aqui, por favor, para os Senadores, qual a diferença de um nível 3 informado à ANM e o nível 6 informado à Vale? O que aconteceria se a ANM tivesse recebido o mesmo relatório da senhora do dia 11 de junho?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A classificação da ANM coloca os níveis sendo 0, 3, 6 e 10. Estando numa condição 6, significa que eu tenho uma condição de água saindo com sólidos, mas que permite o controle. Então, é um nível em que ainda não haveria um acionamento da ANM ou de qualquer instituição. O nível que estava definido dentro do estado, da planilha de estado de conservação da ANM, que seria um nível de acionamento de um PAEBM é o nível 10. Então, o nível 3 coloca lá que a percolação aconteceu com sólidos, mas que ela foi controlada, que é o que nós tínhamos no dia 11. Imediatamente ela foi controlada. Por isso a classificação do nível 3.

A Vale eu coloquei o nível 6, porque, no dia 11, essa ocorrência nos causou preocupação, nos causou uma atuação de urgência, e ela foi executada. Então, era importante deixar claro que isso aconteceu, não no sentido de que a gente estava tentando não evidenciar qualquer coisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Primeiro ponto: quem participou dessa tomada de decisão com a senhora em informar à ANM um grau de risco menor?

Segundo: pelas informações que nós temos, o nível 6 já incidiria na imediata suspensão dos trabalhos da barragem para outras verificações mais sérias envolvendo a possibilidade de rompimento. A senhora confirma isso ou não?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, o nível 6 não envolvia a paralisação das atividades nem nada nesse sentido, porque a entrada da ANM como fiscalizadora, caso houvesse um problema na barragem, se daria no nível 10, que é o que está colocado na portaria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – O nível 10 a senhora classifica como?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O nível 10 indica que eu tenho uma anomalia na barragem a qual eu não estou conseguindo controlar. Então, eu chamo a ANM, os consultores, a defesa civil estadual, municipal e todos os órgãos para que eles tenham ciência do que está acontecendo e possam nos ajudar na decisão e tomadas de decisão quanto ao risco apresentado.

O nível 6 ainda não é desse nível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A senhora classifica em que nível o dia do rompimento?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O dia do rompimento, Excelentíssima, é um dia que não nos permitiu... Eu não estava lá, então, até onde eu tenho conhecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mas a senhora é técnica...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não teve condição de ter uma avaliação de um nível, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhuma?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Nenhuma. Nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é 7, não é 8, não é 10, não é nenhuma.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Nenhuma. Isso aconteceu de forma abrupta, rápida, sem nada, sem nenhuma demonstração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é possível.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não é possível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sinto muito, Cristina...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As informações de junho já davam conta de que a barragem já havia chegado a um nível de saturação. (*Fora do microfone.*)

As informações...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seis é o nível de alerta, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Alerta.

Não há depois um alerta máximo, paralisação, cerceamento, alguma atitude? Pelo amor de Deus, não é possível! Não é possível! Todo mundo que vem aqui nos mostra um quadro, olha: "Isso é assim, isso é assim...", mas rompeu uma barragem, Sra. Cristina, e morreram tantas pessoas. Há outras na iminência de rompimento. O povo está virando marionete: tira daqui, vai para ali, põe no hotel. Há gente que perdeu sua família inteira e não sabe nem com que roupa volta para casa. Não é possível que a senhora não consiga responder.

A senhora soube explicar o nível traduzido na ANM, o da Vale, e 6 é uma classificação de vocês tecnicamente. Qual é o nível em que estava essa barragem para romper? Qual é o nível no dia em que essa barragem se rompeu? Sabe. Não é possível que, daqui para a frente, a senhora se esqueceu de contabilizar, de classificar?!

Eu não sou seu algoz, mas eu estou aqui porque alguns milhares, centenas de milhares de pessoas me colocaram aqui e disseram: "Vai lá, Rose de Freitas! Vai lá representar no Congresso Nacional!". Eu não posso presidir uma Comissão e achar que tudo o que a senhora diz... Eu vou anotar, como tenho anotado de todos...

Eu perguntaria, então? Se a senhora voltasse atrás, o que a senhora faria de diferente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu tenho a minha consciência muito tranquila de que tudo o que me foi possível, humanamente possível e tecnicamente possível... Eu sempre trabalhei com responsabilidade, com critério e reportando tudo aos meus gerentes e aos meus superiores. Eu nunca fui uma pessoa que não trabalhasse com humildade. Até nas minhas imperfeições técnicas eu solicitava ajuda dos colegas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, a decisão de notificar a ANM com um grau de risco menor foi da senhora ou a senhora foi orientada por algum supervisor?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A colocação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de a senhora terminar de responder...

Eu sei que os advogados da senhora é a Vale que está pagando. A senhora deve ter sido muito bem orientada, como todos o foram aqui, em manter a mesma linha de defesa da Vale, para dizer que tudo foi feito dentro da lei e tudo foi correto. E não foi! As informações são muito claras de que vocês detinham todos os dados técnicos para evitar que a barragem matasse pessoas, porque até o rompimento dela hoje... Quando a gente conversa com os especialistas, eles dizem que a dificuldade seria enorme em evitar o rompimento dela, mas que, pelo menos, as pessoas fossem salvas pela responsabilidade.

O que a gente tem ouvido aqui, o tempo todo, é que a Vale cumpriu o papel dela. Não cumpriu. E agora a senhora está numa situação em que vai responder a um processo por uma empresa que a senhora está defendendo aqui. Então, eu coloco claramente o seguinte: a responsabilidade criminal é da senhora, é a senhora quem vai responder, porque a Vale vai continuar, a Vale vai mandar continuar com todas as questões. A senhora, não! A senhora vai ter um processo grande a ser respondido daqui para a frente. Então, procure, pelo menos neste momento conosco, nos dizer claramente quais são as responsabilidades, porque não é possível isso.

Primeiro, junho de 2018. Um dos principais especialistas contratados disse claramente que a barragem tinha um problema grave. Está aqui, de junho de 2018: a TÜV SÜD, tudo o que está deposto lá – o Sr. Makoto Namba não quis falar nada aqui, mas, na Polícia Federal, ele falou tudo –, todas as recomendações da TÜV SÜD para que fossem feitas uma série de modificações. Não foram feitas, a barragem rompeu. Por que isso? A Vale economizando? A Vale não querendo chamar atenção sobre isso? A mina lá não estava dando lucro suficiente nessa história toda?

Então, quem orientou a senhora? A senhora assumiu essa responsabilidade de dizer para a ANM que o risco era 3, ao contrário de repetir o 6 e chamar os técnicos lá? Porque eu tenho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

certeza absoluta de que, se a senhora tivesse colocado no sistema 6, a ANM teria ido lá e exigido mudanças urgentes. Quem foi que orientou? A senhora tomou a decisão sozinha?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, na ocorrência do dia 11, a minha atuação foi junto com três gerentes: o César, o Renzo Albieri e ainda o Alano Teixeira, que era o gerente da mina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – César Grandchamp.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – César Grandchamp.

Toda essa ocorrência foi acompanhada na segunda-feira por eles, no dia 11, por eles; no dia 12, a Sra. Marilene Lopes também esteve lá no local, verificando. Eu solicitei a presença de um consultor, que foi o Paulo Abrão, para validar e acompanhar tudo o que estava sendo feito. Então, eu tentei me certificar ao máximo junto com todos os especialistas e com todos os gerentes do que estava acontecendo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tinha acesso a esse relatório de junho de 2011? Teve acesso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim, eu tive acesso a esse relatório, tomei conhecimento dele...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Inclusive, chamando a atenção sobre aqueles dois pontos lá que estavam em risco e que poderiam se romper a qualquer momento? A senhora sabia disso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Ele chama a atenção no sentido de informar que poderia não ter drenagem interna, mas toda essa ocorrência do dia 11 também foi apresentada às empresas auditoras, tanto à Tractebel, que estava envolvida até então, na época, à TÜV SÜD, e nenhum deles, nem o Sr. Armando Mangolim, nem a TÜV SÜD, nem o Paulo Abrão, nenhum consultor que me acompanhava junto com essa barragem me solicitou o que não estivesse lá ou que reportasse à ANM qualquer situação de risco de possível ruptura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dona Cristina...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O entendimento era de que isso foi controlado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Desculpe, o relatório diz o seguinte, dia 14/6/2018: "Nas proximidades do DHP-15, foi observada pela equipe de trabalho uma umidade excessiva no pé do banco de linha inferior a L871, ponto 1, figura 3", no relatório dele. "O local foi escavado, tendo sido encontrado um tubo dreno cuja boca estava coberta com solo. Assim que o tubo foi retirado e a escavação completada, ocorreu uma vazão firme de água". Vazou água



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

da barragem. A senhora não sabia disso? A senhora considera isso nível 6, foi controlada essa quantidade de água? Está no relatório.

"No sentido da ombreira esquerda, a uns 20m do DHP-15, também foi notada uma umidade excessiva no pé do banco. Nesse local, foi notada uma antiga manilha de concreto poroso com a boca entupida por solo. O local foi escavado, a manilha desobstruída imediatamente. Ocorreu uma forte vazão de água pressurizada". Junho de 2015, Dona Cristina. A senhora não sabia disso? Isso é nível 3 para ser informado à ANM, Dona Cristina? A senhora pode responder, fique à vontade. O que nós queremos aqui é que a senhora nos ajude a esclarecer.

Olha aqui: "Ressalta-se que após a desobstrução da manilha ocorreu forte e turbulento fluxo de água, denotando condição pressurizada". Está nos autos aqui. Era responsabilidade da senhora dar sequência nisso daqui e dos seus companheiros lá. A senhora assumiu sozinha o risco, notificou a ANM uma condição de risco menor do que era na realidade. Quem orientou a senhora? Fala a verdade para nós. Essa decisão foi tomada sozinha? A senhora assumiu o risco sozinha por quê?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa ocorrência do dia 16, como eu já informei, foi toda acompanhada por consultores, por gerentes, por técnicos com formação até melhor do que a minha. Então, tudo o que foi feito lá foi validado. Toda colocação do Sr. Armando Mangolim foi que ele identificou qualquer coisa entupida, qualquer dreno entupido, e que ela foi imediatamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é qualquer dreno.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Perfeitamente, mas a senhora me permita, às vezes, por necessidade de colocar, acrescentar algumas coisas, para que a senhora em seguida complemente razoavelmente a sua resposta. Não é qualquer dreno.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É água pressurizada, né?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é qualquer dreno.

A senhora tinha a equipe que a senhora diz que volta e meia mandava a campo, nessa época a senhora tinha a mesma equipe?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E ela foi lá verificar esse laudo do jeito que se apresentava, falando desse dreno com qual expressão?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Água pressurizada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma vazão... Escavações contra um dreno... Veio água pressurizada jorrando.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Posso responder, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essa barragem constava de 53 drenos horizontais, que vêm desde a época de construção dela. Então, a Barragem 1 era uma barragem de que saía água pelos drenos constantemente. Esses drenos também eram monitorados. Então, quando ele reporta esses drenos, a gente fez a retirada de material desses drenos, continuamos a monitorá-los. Nenhum piezômetro, que é o que indicaria nível de pressão na estrutura, e nenhum desses drenos apresentou alteração no sentido de evolução de nível freático na estrutura. Então, é com muita tranquilidade que eu coloco que toda ocorrência do dia 11 foi acompanhada gerencialmente, tecnicamente, com consultores, com auditores e reportada a verdade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por favor, vamos colocar o próximo eslaide. Pode ir passando na sequência.

Em junho, eles anunciam; em janeiro acontece, exatamente no local onde apontava.

Ali, pode continuar, por favor, Dona Cristina.

Nós temos os animais pastando em cima da barragem.

Pode passar o próximo, por favor.

Temos essa lagoa que está formada ali. Vocês tinham conhecimento dessa lagoa formada no alto da barragem?

E outra coisa: as investigações da Polícia Federal mostraram claramente que a bomba e o dreno que deveriam retirar aquela água não estavam funcionando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, esse lago se dava por causa da localização da nascente, que ali estava. Então, ela era a única contribuição que existia para o reservatório. Foi solicitado pelo auditor o desvio da chegada dessa água no reservatório. Isso foi executado, inspecionado pelo auditor. Além disso, ele ainda solicitou, mesmo tendo sido feito o desvio, que houvesse uma segunda bomba, que também foi instalada. Então, todo o aporte de água dentro do reservatório foi diminuído ao máximo.

Essa barragem, o manual de operação dela solicitava uma praia de rejeitos de 150m, estávamos com mais de 300m de material garantindo a segurança.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora ainda não respondeu a minha pergunta sobre se a senhora assumiu o risco sozinha. Nós vamos, eu vou tocar nesse ponto bastante aqui, porque ele é fundamental para a gente definir qual foi a sua responsabilidade em tudo isso.

Mas, dando sequência ao seu raciocínio, a Polícia Federal, em acompanhamento com a ANM, esteve no local e os drenos não estavam funcionando, os tubos estavam soltos, ou seja, a água que deveria estar sendo retirada não estava sendo retirada. A senhora tinha conhecimento disso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, o senhor disse que a ANM esteve no lugar antes ou pós...?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Depois do rompimento.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Aí eu não sei precisar ao senhor. O que eu sei informar com propriedade é que, até o dia 23/1, quando eu estive lá, todo o desvio estava funcionando e todas as duas bombas estavam em condição de funcionamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, a senhora assumiu a responsabilidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator Carlos Viana, eu jamais ousaria interromper os seus questionamentos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até a pedido da Senadora Rose – viu Juíza Selma? –, à medida que as perguntas forem sendo feitas, os senhores podem participar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A sua linha de questionamento está perfeita, eu prefiro ouvi-la.

Só uma observação aqui, que a Senadora Selma, como Juíza e Senadora Selma Arruda, faria com mais propriedade do que eu. Agora, eu gostaria de colocar aqui, neste momento, o seguinte: diante desses questionamentos em que a gente não consegue sentir conteúdo em suas respostas, permita-me, respeitosamente, V. Sa. está se afigurando, em termos civis e criminais, de forma periclitante. Vou repetir: periclitante. E olha que eu estou usando um termo suave. A gente gostaria de separar os lambaris dos tubarões, como está fazendo, nessa linha, o brilhante Relator, Senador Carlos Viana, porque nós aqui, nenhum de nós aqui acreditamos que a culpa do mestre de obras seja dele nem que seja do único culpado, de repente, o Sr. Alano Teixeira, que foi o gerente que faleceu na tragédia.

Então, é só uma observação, Senador Carlos Viana e Relator. Continue com os seus brilhantes questionamentos. É só uma preocupação aqui, porque daqui a pouco a gente vai culpar quem morreu e está lá juntinho de Deus, o Sr. Alano Teixeira.

Desculpe.

Obrigado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Apenas para contribuir também, Sr. Relator.

Ela disse que os drenos estavam funcionando e que os motores, como é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As bombas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – As bombas estavam em condição de funcionamento. Estavam funcionando ou estavam em condição de funcionamento desligadas?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essas bombas só funcionavam quando havia um aporte de chuva na estrutura, que poderia elevar algum nível do reservatório que ali se encontrava. Então, eles não funcionavam diariamente. Eles tinham que ser mantidos em condição de funcionamento.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, essas bombas não estavam ligadas para desfazer essa lagoinha? Não era para isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essa lagoinha não permitia calado de funcionamento da bomba constantemente, porque senão ela entupiria. Então, sempre haveria



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um mínimo possível de água ali para permitir o funcionamento da bomba. E isso nós garantimos, que o mínimo de água possível estivesse nesse reservatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir, Excelência, ou tem alguma pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza. Ela só não respondeu, que eu fiz uma pergunta. A senhora teve constrangimento de olhar aquela imagem. Não há quem não tenha, ainda mais que está envolvido diretamente. Eu perguntei, se a senhora diante da gravidade da situação, se voltasse no tempo, o que a senhora acha que poderia ter feito para evitar essa tragédia.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, uma volta no tempo não me daria condições de mudar nada do que eu fiz, do que eu tenho feito até então, que é colaborar com a verdade, com transparência, porque tudo o que fiz até então foi com o máximo de critério, com o máximo de cuidado com essa estrutura. Então, uma volta no tempo, mesmo, eu avaliaria da mesma forma e trabalharia com o mesmo amor e com o mesmo critério que eu sempre trabalhei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, mais uma questão que eu fiquei sem entender ao acompanhar os depoimentos. Uma troca de *e-mail* no dia 10 de janeiro confirmava que alguns piezômetros da barragem passaram a apresentar leituras discrepantes, dia 10 de janeiro. Sabe-se também que cinco piezômetros pararam de funcionar, simplesmente pararam de funcionar.

No dia 23 de janeiro, 48 horas antes da tragédia, os técnicos da Vale e da TÜD SÜD ainda estavam tentando decidir o que fazer. Observa bem, quase 15 dias depois dos instrumentos que vocês colocaram lá para monitorar, 15 dias, eles estavam dando leituras incorretas, cinco não estavam funcionando. E vocês não sabiam o que fazer em relação a isso. Pelo menos é o que está nos *e-mails* que vocês trocaram lá. Duas semanas nessa história toda.

A senhora foi informa, entre os dias 10 de janeiro e 24 sobre esses problemas? A senhora tinha conhecimento do problema dos piezômetros? Como responsável pela barragem, a senhora não deveria ter sido informada? Quem deveria ter informada a senhora se a senhora não estava sabendo dessa história?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa situação eu só tomei conhecimento dela no dia 26. No dia 23, eu estava na mina com os engenheiros da TÜD SÜD. Essa leitura primeiramente chegou lá no dia 10. E eles, os engenheiros também não me informaram sobre nenhuma alteração que eles haviam identificado...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem deveria ter informado a senhora? Porque a senhora era a responsável. Quem deveria ter informado a senhora sobre essas leituras do dia 10?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não informou a senhora?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não informou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas ninguém da Vale? Porque não foi isso que está lá, não. Os *e-mails* são trocados com os seus superiores da Vale. A senhora não foi informada sobre isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Eu só tomei conhecimento dessa alteração de leitura depois do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora se sente traída pela Vale nas informações, Sra. Cristina?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, eu não me sinto traída. Hoje o que eu sinto é uma tristeza muito grande. Ter sempre confiado nas empresas que prestavam consultoria, auditoria e ter trabalhado com critério e com cuidado àquela estrutura e todas as outras.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloque o próximo eslaide aí, por favor.

Ali é o lago. A informação que ela já disse é que as bombas estavam funcionando, mas segundo a Polícia Federal, os dutos para esvaziamento não estavam conectados. Há fotos, inclusive, em todo o inquérito policial, mostrando que o serviço não estava sendo feito.

Pode passar o próximo, por favor.

Dona Cristina, nós temos informações de que a Vale fazia, no entorno da barragem de B1, até 3km, detonação de explosivos. Há uma placa, inclusive, indicando que às 14h30 haveria detonações de explosivos, contrárias à recomendação da TÜV SÜD. E que também caminhões não poderiam circular no entorno da barragem, por conta da situação de risco que estava apresentada desde junho de 2018.

A senhora tinha conhecimento do trânsito de veículos pesados? A senhora tinha conhecimento das explosões, das detonações de dinamite no entorno da barragem?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, as detonações que se davam na mina eram referentes à cava para extração de minério. A TÜV SÜD nunca colocou para nós, de forma clara, que deveriam ser paralisadas as detonações na mina.

Essa informação de que o caminhão estava indo à barragem para fazer algum trabalho é exatamente garantindo a condição para a instalação de uma segunda bomba, como a TÜV SÜD solicitou. E todo o equipamento que era levado à barragem ou que estava na barragem, como as duas sondas, era de conhecimento da TÜV SÜD, porque estávamos fazendo toda a atuação para o atendimento das recomendações da empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quer dizer que a TÜV SÜD, como disse o seu Presidente aqui... A senhora está repetindo exatamente a mesma linha dele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A mesma, é.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A mesma coisa, não é isso, Srs. Senadores?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É, a mesma, a mesma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A empresa Vale, essa não tem nenhuma responsabilidade sobre nada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nenhuma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É sempre um terceirizado que colocou. E a senhora, com a experiência que a senhora tem, a senhora nunca percebeu que, de fato, poderia existir um problema mais grave ali?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, posso complementar sua pergunta, por favor?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É isso que eu quero saber. Tecnicamente, exatamente quais são os riscos da existência, ou da ocorrência de explosões ali onde ocorriam em relação à distância do reservatório? Quais são os riscos, tecnicamente, que isso acarreta?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima,...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu posso aproveitar e somar umas perguntas? Nós temos ainda outro depoente, e eu estou preocupada, porque hoje teremos votações no Plenário, mas não mais importantes do que o que nós estamos fazendo aqui agora.

Eu estou muito incomodada, muito incomodada. E eu não sei, desculpem-me, eu não sei fingir. Eu estou sentindo assim, a senhora fala toda hora da responsabilidade técnica, na questão da sua autonomia e tudo mais...

Quem é Washington Pirete?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, Washington Pirete é um engenheiro que trabalhava na equipe de gestão de risco e trabalhava junto com a Marilene Lopes e com o Alexandre Campanha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A quem ele respondia na hierarquia do trabalho? Funcional.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A hierarquia da Vale, eu não conheço exatamente nas funções da gestão de risco, que é uma outra gerência, não afeta a minha diretamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas a senhora é da área técnica.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim, mas ele respondia ao Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou repetir a minha pergunta: a senhora notificou à ANM um grau de risco menor por sua decisão ou orientada por sua equipe ou por alguém?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A decisão de reportar à ANM uma condição de um risco que estava controlado foi feita com todas as pessoas que estavam na mina na atuação do dia 11: eu, César Grandchamp, Alano Teixeira, Marilene Lopes, Renzo Albieri.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi uma decisão técnica ou foi uma decisão pensando na economia da Vale em não paralisar a produção?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Foi uma decisão técnica. A instrumentação voltou à normalidade, a situação foi totalmente controlada e se manteve assim até o dia 25 de janeiro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Relator, só porque ela não respondeu à pergunta da Senadora Selma.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, eu queria que a senhora... Se a senhora tiver necessidade de anotar, por favor, providenciem...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A minha pergunta é bem simples: eu quero saber qual é o grau de risco de haver um empreendimento desse e próximo dali haver explosões.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, uma barragem alteada por montante não poderia sofrer com sismos no maciço dela. Isso é um possível gatilho a um processo de liquefação. Eu não tinha nenhum documento que me delimitasse uma distância de detonações para atuações no entorno dessa barragem. Nenhum dos auditores, nem consultores me apresentaram um valor limite para que isso não acontecesse. E eu não tinha uma solicitação de que não fossem realizadas detonações na cava.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Olha só, eu não estou lhe perguntando se a senhora tinha documentos ou solicitações. A senhora é uma engenheira, é isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora tem conhecimento técnico. A senhora poderia ter morrido junto com eles, não é? A senhora sabe onde ficavam as detonações, porque a senhora ia para lá, me disse, disse para todos nós aqui que ia para lá às 7h da manhã e saía às 16h30. Não é possível que a senhora não tenha conhecimento, até porque a senhora fazia algumas inspeções em campo.

O que eu quero lhe perguntar é: aquelas detonações, onde ocorreram, em relação à barragem, qual era o grau de risco? Sem documento, eu quero que a senhora me diga o seu conhecimento, o seu conhecimento técnico.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, como uma engenheira e como uma técnica que estava presente constantemente na área da mina de Córrego do Feijão desde 2011, eu gostaria de esclarecer que a Barragem 1 teve a sua operação iniciada em 1976. A cava, nós temos conhecimento de detonações antes disso. Então, as detonações da cava nunca foram um problema para a estrutura da Barragem 1. Ela nunca teve nenhum abalo sísmico em função das detonações da cava, do que eu tenha conhecimento, até o dia 25 de janeiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mesmo com todas as recomendações de que a barragem estava em risco, de que havia problemas lá? Porque uma coisa são detonações em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma área totalmente segura, outras, a senhora como engenheira sabe, são detonações em locais onde já há uma indicação de perigo e risco de que a senhora tinha conhecimento.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa recomendação que é colocada é colocada de forma ampla de que não houvesse detonações e nem nenhum abalo sísmico na estrutura da Barragem 1. Eu não tive nenhuma orientação de que fossem paralisadas as detonações na cava.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É impressionante.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora uma pergunta aqui: o que é que mudou, Sra. Cristina, a senhora saiu de folga dia 23, a senhora saiu de folga dia 23. Dia 25, a barragem rompeu de uma forma assustadora.

Ponha o vídeo aqui para a gente novamente, por favor.

Vamos lembrar a ela o que foi que aconteceu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ela estava em Caldas Novas, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos lembrar.

Coloca o vídeo novamente aí.

Junho de 2018, não havia risco nenhum; estava tudo certo. Em 10 de janeiro, os piezômetros todos começam a dar sinal de que alguma coisa estava errada. Dia 25... Não sei... Dia 23, ela sai de folga, porque eles não haviam decidido ainda o que fazer com os dados técnicos colocados lá. Dia 25, acontece isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, isso só está impactando a nós, porque ela se recusa a olhar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É difícil! A gente talvez...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Posso fazer uma pergunta, Sra. Presidente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de saber quem era o responsável pelo Plano de Ações Emergenciais lá.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O Coordenador do PAE (Plano de Ações Emergenciais) de Barragens de Mineração, era o Sr. Marco Conegundes.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E qual era a função do Sr. Renzo?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O Renzo era o Gerente de Geotecnia Operacional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sra. Presidente, Sr. Relator, Senadora Selma, eu tenho uma recomendação médica – o Senado possui, inclusive, o atestado do Dr. Paulo Reis –, porque sou diabético e vivo um momento, que o Senador Alvaro Dias presenciou no último sábado, de profunda queda da minha glicemia. E ele me pediu: "Kajuru, tenha calma na CPI de Brumadinho". Isso porque, Relator Carlos Viana, Presidente Rose, Senadora Selma, sociedade brasileira, esta CPI não vai decepcioná-los em hipótese alguma. Ele me pediu para ter calma, porque vai só baixando e, em casos de hipoglicemia vocês sabem o risco de coma.

Eu fico só pensando o seguinte: "Gente, será que a melhor forma de fazer esta CPI seria uma CPI em sessão espírita?", porque, lá, a gente poderia ter certeza de tudo. Aqui, a impressão que dá, com todo o respeito, Sra. Presidente, é de que essa empresa Vale, a assassina Vale, que compra quem ela puder... Ela só não vai conseguir comprar os integrantes desta CPI aqui. Isso ela não dá conta não. Eu ponho a mão no fogo por cada um aqui, até porque conheci, puxei a história de cada um... Mas ela é capaz de comprar qualquer um, essa empresa Vale, tanto é que você pode ver que, aqui, a presença da imprensa é pequena; é pouquíssima gente da imprensa. Por quê? Porque ela patrocina, cada patrocínio dela é altíssimo. Então, praticamente, ela quer calar, ela quer blindar, ela quer silenciar esta CPI.

Eu fico sem entender, porque, quando o Relator fez uma pergunta preciosa à senhora, a senhora teve uma grande oportunidade de responder... Eu ali não voltaria a fazer questionamentos à senhora. Ele perguntou se a senhora se sentiu traída pela empresa Vale, e a senhora disse: "Não; não, de forma alguma". A senhora está, o tempo inteiro aqui, aliviando para diretores da empresa; a senhora não põe culpa em ninguém; a senhora não assume a culpa pela tragédia; a senhora não dá os nomes dos diretores responsáveis pelo rompimento da barragem; não descreve o que cada um fez ou o que poderia ter feito, ou deixado de fazer. Então, a senhora me desculpe, eu não quero lhe desrespeitar não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora me parece que é uma mãe, não? Tem filhos ou não?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a senhora tem filhos. Tudo que a senhora está dizendo aqui, até agora, a senhora jura que é a verdade, nada além da verdade?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora jura?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Juro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Jura?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Juro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu precisava desse juramento da senhora, porque cabe aqui uma pergunta de que o Senador Carlos Viana se lembra e que eu acabei fazendo para aquele dissimulado, zaino, zaino e dissimulado significam a mesma coisa, ou bagre ensaboado, que a Senadora Selma gosta de usar, Senador Carlos Viana. Eu a fiz para aquele japonês que me irritou aqui e levou a minha hipoglicemia a 30 – eu tive de sair correndo daqui para comer doce – para aquele japonês cara de pau, aquele Makoto que esteve aqui.

A senhora me desculpe, mas eu vou fazer uma pergunta para a senhora, porque dá a impressão de que cada convocado que vem aqui passa antes, Senadora Rose, por um treinamento lá na empresa Vale – está concordando comigo a Senadora Selma. Graças a Deus, eu não estou falando bobagem. Parece que eles fazem um treinamento na empresa Vale, Relator, para responder às nossas perguntas. Treinamento assim com direito a Harvard, para se preparem e para saberem responder e aliviar a Vale e os seus diretores. E aí cabe uma pergunta que brasileiras e brasileiros estão fazendo neste momento. Desculpe-me, mas eu vou fazer. Pode me achar desrespeitoso com V. Exa.

A empresa Vale lhe ofereceu algum benefício? Vou diretamente ao ponto, porque eu odeio cinismo. Ela lhe pagou alguma coisa para a senhora aliviar a cara de todos os diretores e, principalmente, da empresa Vale? É a pergunta que lhe faço, porque eu não sei o que estão fazendo não. Aqui nas minhas redes sociais que estão transmitindo ao vivo esta sessão, é a pergunta mais frequente. A Vale pagou alguma coisa para a senhora, ofereceu alguma coisa para a senhora para a senhora livrar a cara dos diretores e da Vale?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, nem a Vale nem nenhuma empresa me fez nenhum pagamento, e eu vivo e subsidio a minha família com o meu salário.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora continua trabalhando na Vale?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É impressionante! Ou eu não botaria mais os pés naquele lugar ou, se eu fui a culpada, eu seria demitida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Minimamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Continuam entrelaçados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos tentar chegar a algum lugar.

Eu acho que a situação da Sra. Cristina é muito delicada do ponto de vista jurídico, me permita. Inclusive a senhora nos lembra aqui de que a sua prisão foi pedida em duas ocasiões pelo Ministério Público. O Sr. Fabio Schvartsman, Senadora Selma, por sua vez, lavou as mãos, disse ignorar todos os problemas, atribui o desastre ao corpo técnico da empresa, da qual V. Sa. faz parte.

Eu faria duas considerações finais aqui. Primeiro, eu vou perguntar, não custa nada, mesmo que caia no vazio: V. Sa. considera que as responsabilidades pelo desastre estão distribuídas de forma justa e honesta entre os implicados? V. Sa. vai aceitar toda a culpa sozinha, porque todos os diagnósticos – e está aqui uma juíza – levam a V. Sa.?

Eu perguntaria, por fim, se V. Sa., até como ato póstumo de lealdade a seus colegas desafortunados, não considera que deveria aqui e agora apontar todos os culpados pela tragédia, inclusive se fosse a senhora? Não há como a senhora... Os seus olhos podem estar ali. Vamos pegar o Senador Kajuru. O senhor tem 10% da visão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três por cento?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Treze?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Segundo o Dr. Hilton Medeiros, médico aqui do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três por cento da visão. Não impede que ele tenha se aproximado da tela para ver aquelas imagens. Não é só porque ele é Senador. Junto com o Senador, se não tiver o ser humano, não tem nada. Muita gente não vai nem passar por aqui, vai olvidar, vai querer colocar o nome na CPI sem nunca ter vindo, e eu não vou deixar. Infelizmente, eu não vou deixar. Vou pedir a substituição de todos aqueles que, por excesso de afazeres... Não é, Senador?

Eu pergunto: mesmo que a senhora não tenha dirigido o olhar para ali, não lhe cala dentro? Eu sou mãe também. Se não fosse pelo ventre, como fui, ainda adotaria um bocado de gente, porque eu gosto de gente, respeito as pessoas, brigo em favor delas. A senhora não sente que deveria contribuir para que a Vale, não da maneira com que colocou o Presidente Fabio Schvartsman, seja responsabilizada através das pessoas que tinham incumbências técnicas, compromisso, responsabilidade pelo que aconteceu?

Imagine só uma coisa – eu vou fazer um exercício de eloquência aqui. Imagine, Senador Carlos, se dentre aqueles – e eu li um livro muito interessante sobre isso – houvesse, Dra. Selma, Senadora, um que pudesse ser o futuro Presidente deste País: a lama levou. Uma bióloga: a lama levou. Mães de outras criaturas: a lama levou. Pessoas que deram um terço da sua vida, um quarto, a metade, dois terços para construir uma casa para abrigar suas famílias... Aquele senhor, Kajuru, que na última hora... A mulher sempre ligava na hora em que ia almoçar. Ele ligou para ela, e ele ouviu em resposta algumas palavras, depois o silêncio: a lama levou.

Não é possível que a senhora tenha dito assim... Ninguém dormirá, ainda que resgatado por algum capítulo jurídico, uma sentença qualquer. A senhora pode ir para a sua casa e, na hora de dormir... Não é possível. Não é possível! Eu não acredito que não lhe reste dizer: eu tenho que resgatar a verdade, porque essa sociedade merece. Há uma parte da sociedade que pode não merecer nada, mas aqueles que sofreram com esse crime cometido... E na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

verticalidade a gente fica estudando: o Senador Carlos falando comigo, eu falando com ele, eu falando com os técnicos. Começou aqui, não é? Começou aqui.

Pelo menos uma frase, Kajuru, nós tivemos aqui do Presidente Fabio. Com toda a atitude alienígena dele...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... ele disse assim: "Eu acho que a Vale tem que pagar".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Falou pelo menos isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pelo menos isso!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi o único, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora pode passar por aqui, eu posso encerrar a sessão agora, a senhora pode retornar para a sua vida e aí ter os desdobramentos na área jurídica onde estiver, mas agora eu estou apelando não é para a engenheira nem para a técnica, é para a cidadã. A senhora pode não olhar para lá, mas nós temos um capítulo de uma história indigno, com todo o sofrimento daquelas famílias todas que estavam ali, sendo pobres ou ricas.

Só anuncio que a senhora tem que deixar aqui a sua contribuição efetiva para que a gente possa apurar as responsabilidades. Elas são claras diante dos nossos olhos. Vai esperar que a lei lhe impute alguma pena e que aí a senhora possa, depois, contratar "n" advogados – com o que naturalmente a Vale contribuirá – para que a senhora possa se defender, quando a senhora pode fazer um resgate aqui nesta Comissão? Não é se autoflagelar; ao contrário, é contribuir com a verdade. A senhora vai pagar sozinha por isso? A senhora não sente que, por ter um emprego e por o País ter contribuído tanto com essa empresa, que está participando de leilões infinitos aí, a senhora tem que dizer: "Eu errei aqui, erraram tantos..."? Nem desculpa? Nada? Eu posso encerrar a sessão, tranquilamente, e o seu advogado vai lhe acompanhar. A senhora não sente que a senhora tem que deixar aqui um pedacinho da verdade para todos nós? *(Pausa.)*

Perfeitamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, essa sua colocação foi muito oportuna. É bom lembrar que o ex-Presidente Schvartsman, da Vale, veio aqui e fez essa – pelo menos essa, Relator Carlos Viana – confissão em relação à Vale, só que, depois que saiu daqui, ele entrou na Justiça contra a Vale, com uma indenização, pedindo 48 bilhões. E a Vale vai pagar-lhe. Por isso que aquele dia eu brinquei, Presidente, e a senhora riu, dizendo que a nossa CPI poderia também ter o nome de CPI da Mega-Sena.

Então, às vezes aqui, no caso dessa convocada, a Sra. Cristina, a gente não consegue entender. Parece que o romance dela com a Vale supera o romance de Romeu e Julieta, porque ela prefere o silêncio, inocenta a Vale, mal sabendo que, se ela quiser falar aqui a verdade mesmo, nua e crua, ela pode amanhã também fazer o mesmo que o ex-Presidente fez: processa a Vale e sai daqui milionária, graças a esta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria que a senhora respondesse as considerações que eu fiz, por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que ela fizesse também, para terminar, Sra. Presidente, se me permite... Uma última questão aqui: se tudo estava correto, se todos os procedimentos foram tomados corretamente, se não havia nada que ela mudaria se pudesse voltar ao passado, e a barragem rompeu e matou 300 pessoas, então, Sra. Cristina, a Vale é incompetente para gerir o patrimônio dela no futuro? Porque nós, de agora para frente, não temos confiança de que absolutamente nada está sem a possibilidade de matar mais mil, 2 mil pessoas. A empresa não consegue gerenciar os riscos de uma maneira suficiente para dar segurança e tranquilidade à sociedade?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimos, eu, como uma técnica de Córrego do Feijão e estando lá todos os dias, sinto enormemente por tudo que eu vivi, por tudo que eu conheci, por tudo o que eu passei lá. Em respeito a essas pessoas, à minha vida, à minha história, eu sempre me apresentei com a verdade, sempre esclareci, sempre me prontifiquei a estar presente onde fui chamada para prestar o meu depoimento com a verdade. Para falarmos de responsáveis por essa ocorrência, é necessário que identifiquemos as causas, e eu acredito que isso está sendo buscado incessantemente, seja na investigação, seja nos estudos, para que a gente possa identificar se em algum momento houve alguma falha humana em algum sentido que pudesse explicar o que aconteceu na Barragem 1 de Córrego do Feijão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senão foi tragédia divina.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Divina!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Foi castigo!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Castigo!

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu entendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Praga!

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – ... que hoje toda a Engenharia, todos os estudiosos dessa área se perguntam como a gente vai trabalhar daqui para a frente. Todos nós buscamos entender o que aconteceu na Barragem 1 de Córrego do Feijão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Daqui para a frente, nós vamos trabalhar, Sra. Cristina, com aquilo em que é possível ter confiança, que é sem barragens, o que já deveria estar acontecendo em nosso País, como acontece em outros mais desenvolvidos, onde a vida do cidadão vale mais que o lucro de empresas. Mineração a seco, sem barragens de rejeito. Todas as pessoas que vêm aqui representando a Vale falam a mesma coisa: a empresa é uma excelência. A empresa não é excelência em nada, a empresa é irresponsável nos atos dela e dentro da lei da mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. Eu gostaria de encerrar esta sessão... Evidentemente, eu tenho uma grande limitação minha mesmo de querer pensar no futuro sem responder o presente. Este presente está atirado no rosto de todas as pessoas. Eu considero encerrado este depoimento, para convidar que o próximo, o Sr. Renzo Albieri Guimarães Carvalho, seja conduzido a esta sala.

Agradeço. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que poder tem essa Vale, hein? Pelo amor de Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de pedir que o conduzissem à mesa, por favor. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora Selma e Kajuru, enquanto ele vem, os senhores observem que, na mina de Brumadinho, nós tínhamos dois em corpo dirigente com responsabilidade sobre o futuro da empresa que estão envolvidos diretamente na questão de Mariana. A empresa não se importou com o que aconteceu em Mariana e, apesar de tudo que tem sido colocado aqui, se mostrou até o momento incompetente e irresponsável no gerenciamento do patrimônio que é público, que é uma concessão. O minério é uma concessão do Estado para a empresa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) –
Concordo plenamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, peço que tome assento à mesa o Sr. Renzo Albieri para iniciarmos o depoimento.

Quero informar ao depoente que o senhor terá dez minutos para responder inicialmente às perguntas do Sr. Relator.

Recebemos a decisão proferida pelo STF, os autos do HC 169866, em seu favor, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício de direito.

Eu peço apenas um minuto.

Eu peço aos Srs. Senadores que a gente possa se reunir um pouco.

Eu suspendo a reunião por três minutos apenas.

(Suspensa às 15 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 10 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço desculpas. Vamos dar continuidade ao trabalho.

Eu estava informando que este Plenário recebeu a decisão proferida pelo STF, nos autos do HC mencionado, a favor do Sr. Renzo Albieri, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio; de ser assistido por advogado, como assim está; de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade; e de não sofrer constrangimentos decorrentes do exercício desse direito.

Já que se encontra aqui na mesa, eu farei uma única pergunta e gostaria da resposta, por favor. O senhor mantém a decisão de permanecer em silêncio?

O SR. RENZO CARVALHO – Eu posso até cinco minutos, Excelência, ou a senhora quer sua resposta...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de saber, objetivamente, se V. Sa., como outros o fizeram – quero dizer também –, protegidos por *habeas corpus*, tem a intenção de permanecer em silêncio diante desta Comissão e não se o senhor vai justificar, porque não é essa a questão – se o senhor tem a intenção de permanecer em silêncio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, eu tenho a intenção de contribuir com esta CPI, no melhor conhecimento que eu tenho. Estou à disposição para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada.

Então, vamos dar a palavra ao Relator...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com toda vênia, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Trata-se de uma estratégia jurídica em que a pessoa diz "eu tinha o direito de ficar quieto, mas eu sou tão bonzinho, que eu vim aqui colaborar". Estratégia.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – V. Exa. tem toda razão. Eu vou ser mais clara. Talvez me falte... Fugi da escola de Direito no quinto período.

O senhor responderá às perguntas que lhe forem formuladas. Entenda essa pergunta com a objetividade que ela tem. Eu não estou perguntando se o senhor vai conversar conosco. Vou perguntar se o senhor vai responder às perguntas. E aqui o senhor vai responder como bem lhe aprouver, mas o senhor vai responder às perguntas que serão formuladas pelos Srs. Senadores?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, eu vou responder a todas as perguntas que forem formuladas pelos Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Está inscrito para falar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, enquanto alguém pergunta – por exemplo, a Senadora Juíza Selma estava perguntando –, pode ou não, numa CPI, o advogado ao lado dele fazer isto aqui, olhe... E eu, com 3%, enxerguei, hein, porque Deus é bondoso demais. Pode fazer isto aqui, olhe, e dar uma orientação a ele?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há proibição de comunicar, não há proibição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não há proibição?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, de comunicar entre eles, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque, no momento em que a Senadora fez a observação dela, ele recebeu uma orientação do advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há proibição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para reforçar que eu concordo com a Senadora: trata-se de uma estratégia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Mas não há proibição.

Evidentemente que, com o tempo das perguntas e respostas, nós vamos sentir qual é a estratégia feita, infelizmente, novamente pela Vale, no sentido de procrastinar pareceres e depoimentos importantes.

Eu concedo a palavra ao Relator; em seguida, à Juíza Selma; em seguida...

Pergunto a V. Exa., Senador Kajuru, se o senhor vai se inscrever?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Primeiro o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza; em seguida...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu só vou ali marcar presença na reunião dos Líderes e volto. Há reunião dos Líderes agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Em seguida, o Senador Randolfe.

Com a palavra o Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só esclarecendo que o senhor tem os minutos que já lhe são cabidos para perguntar. Ele terá cinco minutos para responder a cada pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Sr. Renzo Carvalho, o senhor trabalha no primeiro nível de gerência, com responsabilidade direta pela geotecnia operacional da Barragem B1. Entendo que o senhor talvez alegue, como já disse em depoimento, que era responsável por muitas outras barragens – palavras que o senhor deu lá na Polícia Federal –, mas isso não tira sua responsabilidade sobre a Barragem B1. Se o senhor aceitou a função é porque concluiu naturalmente que seria possível assumir todo esse trabalho e também de outras barragens.

Segundo nos consta, o senhor é responsável pela geotecnia operacional de todo o corredor Sudeste, o que inclui 107 barragens. Uma coisa que assombra todo mundo é saber que, quando acontece uma tragédia, é porque já tivemos muitas quase tragédias que não aconteceram porque houve uma intervenção ou, pelo que estou podendo entender, até por pura sorte mesmo, porque, diante do que tem sido colocado pela empresa de que todas as providências foram tomadas, nós não tivemos outros desastres ou crimes maiores por absoluta sorte.

Também sabemos que existem outras barragens já chamadas *ALARP zone*, que é a zona de atenção, e que, recentemente, mesmo barragens que não estavam na zona de atenção foram interditadas porque nenhuma consultoria quis assinar um laudo de estabilidade.

Vou fazer algumas perguntas para que o senhor, por favor, responda.

O senhor nunca desconfiou de que houvesse alguma coisa errada com a Barragem B1, mesmo com o incidente dos DHPs, mesmo com o fator de segurança quase no limite, mesmo com o relatório de junho do ano passado falando sobre os incidentes, com o incidente grave com questão da água pressurizada, o senhor nunca desconfiou de que nenhuma das 107 barragens que o senhor gerencia tivesse qualquer problema de segurança?

Existe alguma barragem sob responsabilidade com fator de segurança abaixo de 1.3?

O senhor confia cegamente nos laudos, Sr. Renzo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Sa. tem a palavra para responder.

O SR. RENZO CARVALHO – Obrigado, Excelência. Não precisa apertar nada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caro Senador Viana, antes eu gostaria apenas de externar a minha tristeza em relação ao que aconteceu em Brumadinho. Eu sempre pautei a minha carreira sempre no meu conhecimento, sempre com honestidade, com integridade, na retidão das minhas ações, procurando trabalhar e aplicar o melhor conhecimento na minha profissão.

Eu sofro muito com o que aconteceu, pois a minha equipe trabalhava diretamente na estrutura, e, até o momento da ruptura, nós trabalhamos sempre acreditando na segurança da estrutura, a partir da confiança de todas as informações que nós tínhamos relacionadas às declarações, aos estudos, às análises, às inspeções, às instrumentações. Então, até o momento da ruptura, nós sempre trabalhamos acreditando na estabilidade da estrutura. E é por isso que a minha equipe estava presente lá, quando da ruptura. A Cristina, por um acaso, estava de folga e conseguiu sobreviver. Outros engenheiros estavam no refeitório, quando da ruptura, e conseguiram escapar da onda. Então, nós sempre trabalhamos acreditando na nossa capacidade, trabalhando e acreditando que sempre fizemos o melhor e acreditando na segurança da estrutura.

Isso acho que responde parte da sua pergunta. Além disso, quer dizer, o sentimento, nosso sentimento de impotência é muito grande na medida em que a gente não entende, não sabe quais são as causas da ruptura. E é por isso, obviamente, que eu estou aqui para contribuir com o máximo do meu conhecimento a respeito do assunto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Renzo, há uma diferença muito grande entre – o senhor vai nos perdoar a sinceridade – um discurso que está ensaiado com os seus advogados de defesa e a Vale e a realidade. O discurso da segurança se desfaz com as mortes de 300 pessoas. O discurso de todas as medidas tomadas se desfaz pelos dados técnicos que foram tomados dos *e-mails*, dos relatórios e das prisões que foram feitas, porque presas as pessoas contaram aquilo que elas não querem contar aqui.

Então, vamos lá.

No dia 11 de junho de 2018, com um relatório indicando que havia um problema grave de água pressurizada, que havia uma situação, um incidente que foi considerado, primeiramente, pelo grupo de trabalho, como nível 3 de risco – de nível 6, desculpe, mais alto –, e que posteriormente foi informado à Agência Nacional de Mineração como 3... E segundo a própria agência – e isso vai ser confirmado pelo Diretor-Presidente, que estará aqui conosco muito em breve –, o nível 6 já exigiria que a ANM imediatamente paralisasse a barragem e retirasse as pessoas.

Bem, no dia 11 de junho, às 8h47 da manhã, o senhor enviou uma mensagem de e-mail contendo o relatório de fechamento da auditoria da Barragem B1 para as seguintes pessoas:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Joaquim Toledo, seu chefe; Ricardo Leão e César Grandchamp, todos inclusive nomes citados que participaram da decisão sobre informar à ANM um grau de risco menor do que o constatado no dia.

No *e-mail*, o senhor informa o problema dos piezômetros, que nós já comentamos aqui, que foi sanado três dias depois do início do evento. O relatório, no item "e" tem uma frase muito interessante, que diz o seguinte, do senhor: "A percepção da equipe de geotecnia é de que, caso fosse necessário acionar o PAEBM, a Vale não estaria preparada". O senhor escreveu isso.

Vou explicar para quem nos assiste que PAEBM é o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, é o documento que diz o que fazer em caso de emergência com uma barragem. Então, é o seguinte: o que o senhor quis dizer quando escreveu que a Vale não estava preparada para lidar com uma emergência na Barragem B1?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, esse relatório eu enviei ao meu superior informando de todas as ações que foram tomadas quando do evento da instalação do DHP e a sua condução e o seu controle. Isso foi em junho de 2018 e nesse momento ainda não haviam sido instaladas, concluída a instalação das sirenes, para que fosse acionado o PAEBM. Nós já tínhamos o protocolo bem definido, o PAEBM, as pessoas já tinham sido treinadas no PAEBM, mas, em caso de um evento mais grave, o que não foi o caso nesse dia, a gente deveria acionar o PAEBM e as sirenes não estavam instaladas. Então, nesse sentido foi que eu quis alertar para que a gente pudesse acelerar a instalação dessas sirenes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As sirenes não foram acionadas não porque elas foram levadas pela lama, como o Sr. Fabio Schvartsman chegou a dizer, mas porque o centro de monitoramento ficava em Itabira, não ficava em Brumadinho. E as informações da investigação mostram que, no momento de rompimento da barragem, não havia ninguém na sala acompanhando, não havia ninguém para apertar o botão, para alertar os seus companheiros de Vale lá em Brumadinho. A sala estava vazia, a sala de monitoramento desse plano.

A força-tarefa do Ministério Público recomendou à Vale o seu afastamento, juntamente com outros 13 funcionários da empresa. No documento que embasou o pedido, diz o seguinte:

Considerando que em março e dezembro de 2018 e em janeiro de 2019 houve a detecção de várias anomalias nas leituras do radar interferométrico instalado para monitorar o comportamento do maciço da Barragem B1;
Considerando que as ocorrências foram formalmente reportadas a integrantes da equipe de geotecnia operacional da Vale, daí não decorrendo [Eu estou lendo aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente o que está na ação pública, num documento que pediu o seu afastamento] nenhuma providência concreta, mas, ao contrário, tendo sido o operador do equipamento advertido para ir com calma, porque o andor é de barro.

A conversa com o operador do radar teria acontecido em um e-mail enviado pelo Sr. César Grandchamp, em 9 de março de 2018, ao operador Tercio Andrade Costa, que entendeu a advertência como o seguinte: "Fica na sua, fica calado, faz o serviço". Isso está lá *ipsis litteris*, palavras textuais do documento do Ministério Público.

Isso teria acontecido na área chefiada pelo senhor, a Gerência de Geotecnia Operacional. Por isso, eu vou lhe perguntar: na sua gerência, as denúncias e achados de segurança são tratados desta forma: "Fica calado aí, porque o andor é de barro"?

O senhor ficou sabendo dessa mensagem ao operador do radar. Que providências o senhor tomou?

O senhor poderia, por favor, explicar como foram tratadas as anomalias detectadas pelo radar interferométrico, inclusive já em janeiro de 2019, poucos dias antes do rompimento da barragem?

O SR. RENZO CARVALHO – O radar instalado na Barragem B1 era um complemento às instalações, e a gente ainda estava em fase de testes. Então, era importante que se instalasse com antecedência para que, durante o descomissionamento da estrutura previsto, nós tivéssemos inclusive um histórico capturado por esse radar.

Essa informação a respeito do técnico ligado à minha equipe... Ele segue um fluxo. Se ele identifica algum movimento – o radar pode captar movimentos milimétricos; eu não sou especialista em radar, mas é o que me foi informado pelo próprio técnico –, então o procedimento é que a equipe de campo, a equipe técnica em campo faça uma inspeção, uma verificação sobre o que tem sido percebido no radar e confirme se essa informação é pertinente ou não ou se isso significa alguma avaria na estrutura.

O que eu tenho conhecimento é de que, logo após esse *e-mail* do Tercio, a Cristina e o Artur fizeram a inspeção na estrutura, não só nos pontos indicados; fizeram uma nova leitura nos instrumentos e perceberam a normalidade da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor me permite, Presidente? Posso continuar? Vou tentar ser mais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Enzo, apesar de estar na Vale há 12 anos... Correto?

O SR. RENZO CARVALHO – Há 12 anos. Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assumiu a Gerência de Geotecnia Operacional em junho de 2018, exatamente no período em que a empresa Tüv Süd estava elaborando a revisão periódica de segurança de barragens, que é uma auditoria mais profunda e que, por isso, reflete melhor a segurança de uma barragem.

O senhor disse que se recorda de algumas recomendações da Tüv Süd para aumentar a segurança da Barragem B1, que foram a instalação de piezômetros multiníveis, a realização de investigação mediante método CPT e CPTU, além do desvio da nascente localizada a montante do reservatório da Barragem B1. Quais dessas medidas foram realizadas ainda no ano de 2018 e quais ficaram para depois? A investigação geotécnica da barragem solicitada pela Tüv Süd foi pedida porque ninguém sabia exatamente qual a conformação do solo da barragem nas diversas camadas ou por outro motivo?

O SR. RENZO CARVALHO – Todas as recomendações no ano de 2018 foram atendidas. Todas as recomendações apontadas pelas auditorias, pela Tüv Süd, pela revisão periódica estavam em dia com o seu cumprimento.

Em relação à instalação de piezômetro de multinível ou de outras informações, era em função de que Tüv Süd queria identificar a existência ou não de algumas camadas de permeabilidade diferentes. Então, dentro das recomendações que ela sugeriu, ela recomendou que nós instalássemos instrumentos ou medidores de nível de água de níveis diferentes para que isso fosse confirmado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor foi a Brumadinho muitas vezes, Sr. Renzo?

O SR. RENZO CARVALHO – Fui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa tragédia tem alguns aspectos que a gente não consegue entender e, quem sabe, o senhor pode nos esclarecer.

Há coisas que até nós, que somos leigos em boa parte, ao observarmos as imagens – cadê o vídeo, por favor –, não consegue entender.

Eu gostaria muito de colocar, porque o senhor é uma pessoa muito qualificada. A Vale não contrataria um profissional para a responsabilidade que o senhor tem se não houvesse, de fato, uma qualificação. Nós gostaríamos de entender por que todas as instalações



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

administrativas da Vale estavam exatamente no caminho da barragem: ali a usina, mais embaixo o refeitório e toda a parte administrativa. O senhor, quando foi a Brumadinho, não percebeu que isso poderia ser um risco para os seus colegas? Os senhores não perceberam, pela experiência que os senhores têm, que o mínimo que se poderia fazer era tirar os funcionários da Vale da frente dessa barragem, já que todas as informações constavam que a Barragem B1 estava instável, Sr. Renzo? Por favor.

O SR. RENZO CARVALHO – Caro Senador Viana, a mina do Córrego de Feijão é uma mina muito antiga, e essas instalações estavam lá desde 1976. Em relação ao risco, eu diria que... Desculpe, não sei se eu posso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fique à vontade.

O SR. RENZO CARVALHO – Desculpe, é que não sei se estou respondendo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode continuar.

O SR. RENZO CARVALHO – O.k.. Eu me perdi na pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A barragem é antiga.

O SR. RENZO CARVALHO – A mina é antiga e as instalações são antigas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu já visitei a Ferteco muitas vezes na minha vida, na época dos alemães. Agora, o senhor é jovem, o senhor tinha nas mãos a responsabilidade por todas elas. Quando o senhor esteve lá, o senhor observou... Com todos os dados que recebeu da Tüv Süd, com os dados incorretos do piezômetro, não lhe pareceu por bem, hora nenhuma, falar: "Olha, vamos tirar pelo menos a parte administrativa da frente da barragem, como forma de garantir a vida das pessoas". Nunca passou isso...?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador, apenas corrigindo: a informação que nós tínhamos, que eu tinha e em que confiava plenamente é que a estrutura era segura. Não havia motivo para retirada de estruturas a jusante. Isso faz parte de uma análise de risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem determinava a retirada da estrutura?

O SR. RENZO CARVALHO – Acredito que a Vale possui uma área específica para o gerenciamento e gestão de risco, para análise de risco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só no ensejo da pergunta, me permita, Sr. Relator. Só no ensejo da pergunta do Senador Carlos Viana – voltemos lá à imagem –, o senhor é um técnico



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

capacitado, da área, responsável pela segurança, não parecia evidente? Essa imagem... Volte um pouquinho à imagem anterior. Não parecia evidente, lógico, que essas instalações estavam na linha direta da barragem? Não seria um procedimento a recomendação necessária para essas instalações, que tinham um refeitório, que tinham alojamento para funcionários da Vale, que tinham inclusive área do próprio distrito, acomodações, residências do próprio Distrito do Córrego do Feijão... A simples visualização não lhe acendeu o sinal de alerta "Olha, vamos tirar esse pessoal daqui" e recomendar isso? Porque a primeira imagem que tenho disso, a primeira imagem que se tem... Eu não sou técnico da área, mas a primeira imagem que se tem é que me parece claro, óbvio que tinha que ter havido uma providência sobre tudo isso que está na linha da barragem.

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Randolfe, desculpe-me se estou falando o nome errado, mas o ponto importante é a questão da segurança da barragem. Você acredita e você tem as inspeções de monitoramento e acompanhamento a respeito da segurança da barragem. Esse fato por si só, se fôssemos avaliar qualquer outra estrutura de barramento neste País, principalmente barragens hidrelétricas, vamos perceber que todas elas estão a montante de áreas ocupadas. Então, o principal foco é a segurança da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Renzo, a Vale, segunda maior mineradora do mundo, segundo ela mesma, altamente organizada, o que é de fato, dispõe de muito dinheiro, que inclusive está sendo usado aos vagões para poder não prejudicar mais a imagem ou pelo menos para tentar impedir um prejuízo maior à imagem da empresa, tem três executivos altamente qualificados: Fabio Schvartsman, o Presidente, depois vem o Joaquim Toledo, Silmar Silva, Gerd Poppinga. A Vale criou um evento chamado Piezen, que reúne os maiores especialistas do Brasil para avaliar a segurança das barragens. Entre outros especialistas, participou do painel nacional o Sr. Paulo Abrão, tido por muitos como o maior especialista do Brasil no assunto. Participou do painel internacional também o Sr. Scott Olson, da Universidade de Illinois, outro especialista mundial no assunto. Então, nós estamos falando de uma empresa à qual não faltam recursos nem conhecimento. Nós não estamos falando de amadores; nós estamos falando de profissionais! Profissionais inclusive que estão demonstrando aqui uma linha de defesa única, apesar da quantidade enorme de advogados que está chegando aqui; isso tudo está sendo muito bem pensado. É algo que mostra claramente que essa empresa, quando quer, a Vale, quando quer, atinge o objetivo dela, mas, na questão de proteger as vidas das pessoas, desde Mariana, ela vem deixando muito a desejar e vem colocando profissionais como o senhor numa situação muito difícil, porque o seu Presidente esteve aqui e disse, de onde o senhor está sentado, que se responsabilidade há, há daqueles que estão abaixo dele, não dele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Situações como essa da Sra. Cristina, por exemplo, que está aqui, que tinha a responsabilidade de anotar os laudos e que, segundo ela, numa decisão conjunta, notificou um risco menor à agência reguladora do setor, numa decisão que segundo, tecnicamente se justifica, mas que se mostrou totalmente incorreta, com a morte das pessoas.

Então hoje profissionais como o senhor, como ela, que são pessoas que têm toda uma história, uma capacitação, estão sendo colocados numa situação muito difícil. Então, é muito, como é que eu posso dizer, complicado, vou usar essa palavra menor para nós entendermos, como tudo estava perfeito e 300 pessoas morrem. Como tudo estava sendo tomado, todas as decisões, e a empresa se vê, em menos de quatro anos, em um segundo gigantesco desastre, como foi Mariana e como foi esse de Brumadinho.

Nós estamos aqui na expectativa de que cada um pelo menos nos indique qual é a sua responsabilidade e o que temos percebido é sempre uma distribuição genérica das responsabilidades. Não, fulano fez isso, o relatório diz isso. O Presidente: "Não, não é comigo, é com quem estava lá embaixo". Quem estava lá embaixo diz assim: "Eu não observei". Quem tinha que assinar: "Não, eu dividi isso". Aí nós perguntamos para um outro que estava aqui: "De quem era a responsabilidade lá?" "A responsabilidade era do que morreu, do gerente que morreu. Ele é que tinha que ter tirado, porque ele tinha..."

Ou seja, nós estamos diante de uma situação como aquele, aqui, Senador – volta a imagem para nós lá, por favor –; o senhor vai ver que havia lá no alto da barragem uma sonda. Está vendo lá uma sonda? O operador daquela sonda conseguiu sobreviver porque veio na camada de lama de uma forma impressionante, como que surfando na lama.

Então, nós estamos assim: a lama se espalhou, mas está todo mundo tentando colocar aqui, surfando para não ser atingido. A empresa tem feito isso com uma habilidade impressionante para ajuizar essas ações, levar para a morosidade do nosso Judiciário, para a falha da legislação, para aquilo que nós não fizemos quando criamos a Agência Nacional de Mineração, que é criar, de fato, uma regulação firme do setor. O Parlamento brasileiro falhou nisso, em não criar uma agência que de fato regulasse uma empresa, um setor que é bilionário e que tem um poder de influência gigante neste País, inclusive com advogados milionários para poder defender e tirar a responsabilidade de cada um na medida do possível, para poder jogar para a Justiça e ficar como ficou Mariana. Até hoje as indenizações lá sendo colocadas e postergadas por recursos, recursos e recursos.

Daqui a pouco, se nós não fizermos o nosso trabalho corretamente, nós vamos ver duas mil pessoas morrendo, porque as comunidades estão cada vez mais próximas das barragens em relação a isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Renzo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Uma observação, até para contribuir com o raciocínio de V. Exa.

Na semana passada nós estivemos aqui e, antes de terminar, nós tínhamos uma outra audiência exatamente com a agência tratando da questão das barragens das hidrelétricas e a preocupação também com relação às hidrelétricas.

Um assunto que me chamou bastante a atenção foi exatamente aquilo que foi provocado aqui já em outros momentos, a questão dos seguros para essas barragens. E lá eles deixaram muito claro: os ativos das barragens hidrelétricas são exatamente as barragens. Portanto, a construção de uma barragem de uma hidrelétrica é o ponto fundamental para se construir uma hidrelétrica. Se romper, eles perdem totalmente a possibilidade de faturamento, além das penalidades. Enfim, uma legislação também bastante rigorosa, inclusive para quem vai fazer o seguro das barragens, da mesma forma.

Nas barragens de rejeitos minerais a barragem não é o fundamental. O fundamental é explorar o minério e, depois daquilo pronto, eles vão para outro lugar ou, por isso, vão ampliando extremamente as barragens até a exaustão para poder fazer a mineração, ou seja, até poder ter o máximo lucro possível. Inclusive temos um volume de barragens de rejeitos minerais abandonados porque as empresas quebraram ou até foram embora do País.

Então, eu gostaria de contribuir com V. Exa., principalmente porque esse é um assunto para o qual temos que chamar muito a atenção. Se nas barragens de rejeitos, na verdade, não há interesse econômico, muito pelo contrário, é um problema, deixou ali, abandonou, então, enquanto vai sendo possível ter o lucro, vai-se ampliando a barragem, mesmo que ela não tenha sido construída para aquela mesma estrutura.

Talvez esse possa ser um ponto muito importante para chamarmos a atenção aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A intervenção de V. Exa. foi muito interessante e era uma das perguntas que eu tinha e vou até antecipar.

As barragens da Vale têm seguro, Sr. Renzo? A empresa tem apólices para todas elas? O senhor é que se responsabiliza por 107? Quais os valores e, de fato, qual a responsabilidade da empresa? Até que ponto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, não sei responder às perguntas.

Eu sou da área técnica, eu sou um gerente técnico. Minha função é acompanhar as estruturas. Eu não sei dizer se elas possuem seguro e qual é o valor desses seguros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor cuida das barragens, mas não sabe se têm seguro?

O SR. RENZO CARVALHO – Sim, senhor. Eu cuido da parte técnica das barragens.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de fazer uma pergunta a ele.

Exatamente olhando essa imagem aqui, quem era o responsável por fazer o mapa de inundação desta barragem?

O SR. RENZO CARVALHO – O mapa de inundação é uma obrigação legal, Senadora Selma, e a obrigação, e quem realizou o mapa de inundação foi a área de Gestão de Risco da Vale, o gerenciamento de risco, coordenado pelo Alexandre Campanha.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor, sendo um engenheiro, sendo um técnico, o senhor via que isso aqui era para ser lavado caso a barragem inundasse? Segundo a informação do técnico da ANM, o restaurante ainda fica aqui para baixo, não é isso?

O SR. RENZO CARVALHO – Sim, senhora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É isso, não é? Então, mais abaixo ainda do que essa edificação aqui.

O SR. RENZO CARVALHO – Isso, Excelência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Dava para perceber, não é? Só olhando o terreno assim, dá para a gente ver o declive, não é?

O SR. RENZO CARVALHO – O mapa apresenta todas as estruturas que estão na mancha de inundação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Senhor Renzo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Mais uma curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É porque, quando se faz o projeto de aprovação de uma (*Fora do microfone.*) barragem, nesse caso, de rejeito, ele deve ter, tecnicamente, uma altura, e a gente sabe que depois vão ampliando essas barragens. A cada ampliação – porque, na verdade, é uma ampliação, é isso mesmo? –, há nova autorização? E, provavelmente, muitas dessas construções são feitas no início de uma barragem. Quer dizer, isso implica que, se amanhã foi ampliada a barragem, aquilo que está abaixo foi observado ou não? Porque esse mapa da inundação, claro que se ele foi feito originalmente com tantos metros de altura e depois ele foi ampliado, provavelmente, será maior também.

Essa é uma pergunta mais... Se há uma resposta técnica, como é feito isso?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, só para esclarecer, essa estrutura já estava sem operação há mais de três anos, mas, de uma forma genérica, para outras estruturas, se você faz o alteamento da estrutura, aumentando o volume, obviamente, de armazenamento, você deve atualizar o mapa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloca, por favor, os eslaides, para mim. O primeiro eslaide com a marcação das partes de rompimento.

O segundo, por favor.

Ali, Sr. Renzo, as setas da parte baixa da barragem, mostrando os pontos de rompimento, exatamente esses dois pontos foram apontados pelo Sr. Armando Mangolim Filho, em junho de 2018, na instalação do 15º, um problema que causou sério risco à barragem, onde ele fala sobre o fraturamento hidráulico e, naturalmente, um incidente grave.

O senhor teve acesso a essa informação? O senhor sabia do risco? O senhor sabia que na notificação a Agência Nacional de Mineração de 6 foi colocada como 3, como menor risco? O senhor teve conhecimento dessas informações?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, quando da ocorrência do DHP, eu estive presente junto com a Cristina, eu tinha acabado de chegar à Gerência de Geotecnia e havia pedido à Cristina para que me apresentasse à barragem B1, para que eu conhecesse a B1. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quando, coincidentemente, nós tivemos o evento do DHP, e eu prontamente fui apoiá-la, fui acompanhá-la na definição e na atuação imediata da correção.

E, obviamente, como gestor, solicitamos a presença dos projetistas da estrutura, não só da Tüv, mas também do Paulo Abrão e da Construtora Armando Mangolim para que nos orientassem e nos confirmassem que a nossa situação e que estrutura estava novamente no seu estado de conservação normal de operação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor estava na avaliação, portanto, que notificou a ANM de grau 6 para grau 3; o senhor participou dessa decisão?

O SR. RENZO CARVALHO – Após a atuação, quando foi identificada a ocorrência com o DHP, você sobe o nível de alerta para a estrutura. Foi o que nós fizemos, isso faz parte do fluxo, aumentar o nível. Então, nós subimos isso para nível 6, porque era uma percolação que estava sob controle. E, logo após as nossas ações e o controle novamente da estrutura, ele volta para o nível 3. É uma definição técnica, conduzida pela equipe técnica que estava à frente juntamente com outras pessoas que estavam presentes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda que se a ANM tivesse sido notificada do nível 6, a mina teria sido interditada?

O SR. RENZO CARVALHO – Exa., acho que a mina não seria interditada. Apenas no nível 10 de comunicação à ANM é que a ANM aciona uma inspeção especial. Então, a gente passa a fazer um monitoramento, uma inspeção diária dessa estrutura, junto com a ANM.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O próximo eslaide aí, por favor. O próximo eslaide, por gentileza. Pode ir mais à frente. Vamos lá.

Essa lagoa, esse reservatório do Córrego do Feijão, apontado pela Tüv Süd como um risco e que deveria ser drenado, esvaziado, o senhor tomou conhecimento dessa informação? E quais medidas foram tomadas, Sr. Renzo?

O SR. RENZO CARVALHO – Faz parte das recomendações da Tüv Süd para que façamos o desvio da única contribuição que existe para a bacia, para o reservatório da barragem. Uma contribuição pequena relativa a uma nascente, que a gente pode ver a montante ali. Então, já existia um sistema de bombeamento nesse pequeno *pond* que a gente pode perceber, que é exatamente para que a gente pudesse retirar toda a contribuição de chuva no período chuvoso diretamente para o vertedor.

Em complemento a isso, a Tüv nos recomendou que desviássemos também a contribuição da nascente diretamente para o vertedor, e foi o que nós fizemos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tinha conhecimento de que a Polícia Federal e os investigadores estiveram posteriormente ao rompimento da barragem e descobriram que os canos para dreno não estavam ligados, não estavam funcionando?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, eu estive pessoalmente com a Polícia Federal nesse momento. Logo após a ruptura, eu fui a primeira pessoa a chegar no local do acidente. Desde então, fiquei lá para apoiar com as equipes de resgate e com o comando operacional do Corpo de Bombeiros.

A Polícia Federal esteve no local para fazer a visita neste ponto, e eu os levei até lá para que eles pudessem conhecer onde era a localização dessa nascente e quais foram as ações que nós implementamos a pedido da Tüv Süd.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No inquérito, as fotos mostram que a tubulação estava sem sequência, ela não estava funcionando.

O SR. RENZO CARVALHO – Provavelmente pela ruptura da própria barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No local onde está preservado ainda até hoje.

Vamos ao próximo aí, por favor.

Uma das recomendações também da Tüv Süd, Sr. Renzo – pode colocar mais um, por favor –, foi de que não houvesse detonações de dinamite nos arredores lá da barragem e também a proibição da passagem de caminhões pesados para evitar piorar a situação – vamos usar assim no popular. As detonações, quem decidia sobre as detonações? Elas poderiam ter sido evitadas? O trânsito de caminhões lá foi autorizado por quem?

O SR. RENZO CARVALHO – A operação de Feijão conta com o desmonte de rochas desde 1976. Para a extração do minério, há a exploração da detonação. A Tüv Süd nunca recomendou que as operações fossem interrompidas em função da estabilidade da barragem.

O tráfego de caminhões sempre foi controlado e acompanhado pela engenheira Cristina, e ela mencionou caminhões pesados, caminhões fora-de-estrada, porque operavam caminhões fora-de-estrada na mina. Esse caminhão de pequeno porte, provavelmente – eu não tenho conhecimento obviamente, estou vendo a foto agora –, mas ele deve estar sendo utilizado exatamente para poder atender à recomendação da Tüv Süd.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Creio que podemos ter a participação de outros porque, da minha parte, já se encerra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se mais algum colega Senador pretende questionar o Sr. Renzo. Mais alguma indagação?

Bom, não havendo mais quem queira fazer questionamento, quero dispensar o senhor e agradecer a sua contribuição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENZO CARVALHO – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Uma boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peço a atenção dos colegas. Vamos suspender por cinco minutos a reunião, mas peço a atenção dos colegas para continuarmos porque ainda teremos uma segunda parte desta reunião, deliberativa, com 13 requerimentos para deliberarmos.

(Suspensa às 15 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 54 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Reaberta a reunião, nós gostaríamos de apreciar agora os requerimentos, se não houver nenhuma oposição.

Pode me dar os requerimentos?

Requerimentos apresentados.

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 55, DE 2019**

Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fábio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Antes de iniciarmos a votação do requerimento, eu quero informar ao Plenário que recebemos uma petição da Vale solicitando indeferimento do requerimento de indisponibilidade de bens. Eu tenho que informar que não é atribuição desta Presidência deferir ou indeferir requerimentos a decisões que dizem respeito à aprovação ou rejeição de requerimentos apresentados à CPI. É de responsabilidade do Plenário desta Comissão. Desta forma, eu não tenho nada a prover em relação à petição da Vale.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Randolfe.

Alguma dúvida sobre a proposta? Querem que eu repita? Vou repetir.

Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fabio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva. Autoria do Senador Randolfe.

Todos os requerimentos aqui apresentados a esta Mesa deverão ser colocados em votação, conforme diligentemente a orientação técnica da nossa Comissão.

Está em discussão o requerimento.

V. Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para fazer a justificativa e já respondendo à indagação do Senador, a CPI não pode decretar indisponibilidade de bens, mas a CPI pode requisitar da autoridade judicial a indisponibilidade de bens. É esse o objeto do requerimento. E ele é fundamentado pelo próprio depoimento do Sr. Fabio Schvartsman e pelas consequências do desastre de Brumadinho. Até agora, fora o bloqueio de bens, porque foi bloqueio de bens e não indisponibilidade, que foi decretado pela Justiça de Minas Gerais, salvo melhor juízo, logo após, não houve uma medida judicial deste tipo. Essa medida me parece que é necessária pelo depoimento do Sr. Fabio Schvartsman, pelo fato de o próprio Sr. Fabio Schvartsman, Juíza Selma, como prestou depoimento aqui, ter ficado patente e clara a responsabilidade dele, como Presidente da Vale, e os depoimentos que se seguiram dos técnicos da Vale dão conta de que a última análise e decisão era do Sr. Schvartsman. E houve uma insistente, uma requisitada omissão da parte do Sr. Presidente da Vale.

Então, baseado nos requerimentos ocorridos até aqui, principalmente nos depoimentos do Sr. Fabio Schvartsman, e na necessidade que há de inclusive ser levantada qual é a necessidade de indenização às vítimas de Brumadinho... Vejam, o que a Vale falou, segundo o Sr. Fabio Schvartsman aqui no seu depoimento, foi o pagamento de uma espécie de bonificação de R\$100 mil. É o custo que foi dado para cada uma das vítimas colocadas. Então, pela necessidade de fato de esta CPI fazer o levantamento de qual deve ser a justa indenização para cada uma das famílias de Brumadinho e por conta dos depoimentos aqui prestados e pela responsabilidade latente da Vale é que apresentamos esse requerimento.

Eu acho que isso fundamenta o pedido desta CPI à autoridade judicial. Repito, obviamente, esta CPI não pode pedir indisponibilidade, mas pode requisitar para que uma autoridade judicial assim o decrete.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inclusive, como eu li, em síntese, o requerimento apresentado por V. Exa., eu queria inicialmente, Senadora Selma e demais, esclarecer o seguinte: como eu li em síntese a leitura oferecida pela parte técnica da CPI, eu quero repetir o texto com base no requerimento que ele fez, porque lendo do jeito que eu li entendi isso, que a CPI estaria fazendo esse requerimento de modo próprio. Está aqui o requerimento do Senador Randolfe, que diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, da Lei 1.579, de 1952, e dos arts. 125 e seguintes do Código de Processo Penal, que seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e de seus dirigentes – e relata os nomes que eu já citei: o Sr. Fábio, presidente afastado; Sr. Gerd Poppinga, diretor-executivo afastado de Ferrosos e Carvão; Sr. Lúcio Cavalli, diretor afastado de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; Sr. Silmar Silva, diretor afastado de Operações do Corredor Sudeste –, nos termos indicados ao final da justificção.

É essa a proposta que eu quero colocar em discussão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, apenas para complementar e contribuir: essa ação de indisponibilidade de bens pode ser feita incidentalmente na própria ação penal, não precisa haver um ajuizamento, o que pressupõe que nós teríamos que ter um advogado ou alguém com legitimidade para fazer esse pedido. Parece-me que esse pedido deve ser encaminhado ao Ministério Público, e as razões que o fundamentam já estão bem aclaradas pelo Senador Randolfe. Apenas faço uma complementação, para utilizar termos técnicos, da existência de indícios suficientes de autoria da materialidade evidenciada por todo o estrago que nós vimos, por tantas mortes, por tantas vítimas, e também da existência do *periculum in mora*, ou seja, do perigo na demora: se nós dormirmos, certamente esses senhores vão se desfazer dos seus bens para não se verem alijados amanhã ou depois por uma ação judicial que pode levar anos para findar – anos! Então, essa medida cautelar vê exatamente que, havendo indícios suficientes, cabe essa medida para acautelar o perigo de desfazimento de bens.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em discussão.

Senador Jaques.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – A cautela... Eu evidentemente concordo com o esclarecimento da querida Senadora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu fico cá me perguntando: essa, de qualquer forma, independentemente das pessoas físicas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jaques, se V. Exa. me permite, só para esclarecer.

Na verdade, nós especificamos no requerimento o bloqueio de 5 bilhões das pessoas físicas e de 10 bilhões da empresa Vale. Não tendo as pessoas físicas o patrimônio chegando a essa monta, então a complementação parte da empresa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O problema, senhores, que eu coloco aqui é o seguinte: não existe responsabilidade penal de pessoa jurídica, só de pessoa física.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por isso, permita-me Senadora Selma, eu solicito o aditamento para as ações correrem na vara criminal para as pessoas físicas e na vara cível para a empresa Vale do Rio Doce.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixem-me só esclarecer a minha preocupação, não vou entrar aqui no debate do mérito ou não da conhecida Operação Lava Jato.

Eu, quando fui visitar o submarino nuclear – quando Ministro da Defesa – que estava sendo construído em parceria pelos franceses e a empresa Odebrecht, eu fui lá porque, de qualquer forma, são tecnologias que nada tem a ver com a corrupção de partes ou de dirigentes da Odebrecht. E quando eu saí, um jornalista me perguntou: "Mas o senhor está enaltecendo uma empresa corrupta?" Eu falei: "Não, a empresa não é corrupta, quem é o corrupto são seus dirigentes, aqueles que patrocinaram corrupção." Eu estou elogiando aqui os engenheiros, os técnicos, porque a empresa não é o seu presidente. A empresa é um corpo imenso de pessoas que nada tem a ver, se culpa for provada, necessariamente com o que aconteceu.

Só que eu dizia: por que a Lava Jato, em vez de penalizar as empresas, e nós perdemos várias, não penalizava os acionistas majoritários? Por exemplo, se tivesse determinado – na minha opinião, seria muito mais eficaz – que a família Odebrecht tivesse que transferir o controle acionário durante um período de seis meses, exatamente para que se preservasse a inteligência nacional que foi construída ali, porque essa inteligência foi pulverizada, nós a perdemos, e ele está em casa, não sei com quantos milhões ou bilhões, porque, pela Operação Lava Jato, denunciando quem for, um pedaço do roubo, por assim dizer, continua em sua mão. São vários que estão desfrutando de lanchas etc. etc., e quem perdeu o emprego foram os funcionários.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha preocupação, Senador, é... As pessoas físicas não me preocupam tanto, porque elas não vão acabar com a empresa, agora a empresa tem que investir, a empresa tem que tomar decisões, tem até que fazer reparações. Então, a minha pergunta só é o quanto isso pode impactar. Porque, por mim, as punições terão que ser dadas às pessoas. Ao ente jurídico não tem como... Nós vamos acabar com a Vale? Não vamos acabar. Aliás, tem gente de fora acabando. Nós temos que cobrar da Vale a responsabilidade. Isso foi feito por cidadãos que têm nome, endereço, que foram irresponsáveis, se isso ficar, como parece estar sendo, provado. Então, a minha preocupação é mais com a pessoa jurídica, porque, se daqui a pouco a gente bloquear tudo, a empresa anda como? É só a minha pergunta ao Senador Randolfe, porque eu não tenho nenhum problema em que se faça o pedido ao Ministério Público, como foi esclarecido pela Senadora Selma. Agora, eu fico perguntando porque, se a gente for trancar a empresa de todos os lados, a empresa não vai andar, e a empresa dá empregos para muita gente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Continua em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Só ressaltando, Presidente, veja... Só ressaltando os valores que estão...

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que o ativo dela é público e notório: ações na bolsa etc. e tal. Então, se for para sequestrar... Seguramente ela não vai correr com as minas que ela tem de Carajás etc. Eu não estou me contrapondo, eu só estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... preocupado com o eventual fluxo de caixa de uma empresa, e ela... Posso estar falando bobagem, pode ser que 10 bilhões e nada para a Vale... Mas 10 bilhões em ativos é uma coisa, 10 bilhões em fluxo de caixa é outra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Senador Randolfe, só para contribuir. Eu, que tenho acompanhado de perto o trabalho da força-tarefa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos, por parte da Justiça em várias instâncias e com vários pedidos, bloqueios que têm sido feitos na conta da Vale em bilhões. Temos tanto da parte da Defensoria Pública quanto da parte do Ministério Público, e a Justiça tem feito com relação ao meio ambiente. Então, nessa questão de bloqueio de valores para que as indenizações possam ser pagas, até onde tenho acompanhado, a Justiça tem feito um trabalho exemplar a pedido dos procuradores da força-tarefa, tanto da Procuradoria da República quanto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Talvez nós possamos, assim que ouvirmos a Promotora Lanchotti, que é a responsável por todo o trabalho, saber dela, dimensionar quanto em valores hoje está disponível para as indenizações, Senador Jaques Wagner. Nós poderíamos ouvir do Ministério Público, por exemplo, quanto já está hoje bloqueado e se, de fato, nós podemos dar alguma contribuição com relação a isso.

Quanto aos bens dos envolvidos, aqui, de fato, nós podemos colocar já um pedido à força-tarefa: que o faça, se ainda não o fez, com relação à responsabilidade pessoal de cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Presidente, se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só a título de informação, o valor de bens de que estamos pedindo o bloqueio é de R\$10 bilhões da empresa. Dos envolvidos, dos citados, do corpo diretivo da Vale, R\$5 bilhões. E, se o patrimônio destes não chegar a R\$5 bilhões, que seja complementado pela Vale adicionalmente, como estabelecemos no requerimento.

Só a título de informação: o lucro líquido da Vale em 2016 foi de R\$13,31 bilhões; em 2017, R\$17,62 bilhões; e, em 2018, R\$25 bilhões, ou seja, em 2018, praticamente no ano do acidente de Brumadinho, R\$25,657 bilhões.

Agora, eu aquiesço, eu concordo com o encaminhamento dado pelo Relator Carlos Viana: considero que é prudente ouvirmos a força-tarefa e notadamente a Procuradora da República, o Ministério Público Federal, sobre quais as providências de bloqueio em relação à empresa já foram tomadas, sem prejuízo de nós tomarmos a decisão aqui, se for de consenso deste Plenário, em relação às pessoas físicas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sugiro, então, o sobrestamento, ou seja, não a prejudicialidade, mas o sobrestamento da parte relativa ao bloqueio de bens da empresa, para recebermos as informações após o Ministério Público se pronunciar aqui sobre o bloqueio. E nós deliberaríamos aqui sobre o bloqueio das pessoas físicas.

Aí eu sugiro, Sr. Relator, se o senhor me permite, que nós antecipemos, então, o depoimento aqui, ou a colaboração, perdão, com esta CPI dos membros da força-tarefa. Estava prevista uma diligência em Minas Gerais, tivemos a dificuldade da agenda dos membros desta Comissão. Poderíamos, se fosse o caso, antecipar pelo menos para ouvir aqui os membros do Ministério Público Federal que coordenam a questão relativa ao bloqueio de bens da Vale.

Sobrestaríamos essa parte e deliberaríamos em relação à pessoa física. É a sugestão que encaminho a partir da colaboração do Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós precisamos esclarecer que o requerimento de V. Exa. tem uma parte que se refere à Vale, que nós vamos sobrestar nesta discussão. E eu perguntaria, porque V. Exa. falou uma palavra importante para nós que estamos com o quórum no limite, se V. Exa. gostaria de uma votação consensual, porque, para esse requerimento, nós precisaríamos de votação nominal. Se nós estabelecermos...

Veja bem... Temos o quórum?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Temos o quórum.

Trata-se de saber se faremos uma coisa consensual ou se vamos estabelecer... Porque a assessoria me informa que teríamos que fazer uma votação nominal. Eu acho que ninguém vai ter qualquer tipo de atitude de depois contestar a decisão que foi tomada em conjunto. Eu peço que ela seja tomada em conjunto no que tange, agora, ao que foi colocado por ele. Retira-se a questão da empresa, para fazermos a consulta de tudo que foi feito até hoje pelos órgãos judiciais, e que a gente possa fazer apenas em relação aos dirigentes a indisponibilidade dos bens.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Todos?

Então vamos fazer uma votação consensual, porque não haverá divergência, inclusive na condução. Qual será a condução? Que nós teremos um encontro com o Procurador, com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público, com todas as outras partes, para que possamos esclarecer todo o roteiro desse bloqueio de bens e para tomarmos conhecimento para tomar outras decisões posteriores.

Então, submeto à apreciação dos senhores.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram – com a retirada do texto sobre o bloqueio dos bens da empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, bloqueio dos bens totais? Aí não diz se parcial, total...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Ah, então está aí...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Até R\$5 bilhões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Até R\$5 bilhões das pessoas físicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dos dirigentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A parte da empresa fica sobrestada, o.k.?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas também aí está o limite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Até R\$5 bilhões.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E no caso de os bens não atingirem esse valor, a empresa se responsabilizaria pela diferença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E me permita, Presidente, Sr. Relator, para não ser assim... Não foi a um número aleatório que chegamos neste requerimento; foram números da própria Vale. A própria Vale, na tabela, no padrão dela, calculou o valor de uma vida em US\$2,6 milhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com base nesse patamar, nessa tabela estabelecida pela própria Vale, é que nós chegamos a esse patamar para as pessoas físicas e para a empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas aí são R\$5 bilhões? É isso mesmo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei nem pronunciar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São US\$2,6 milhões por vida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, tudo bem. Mas aí, se somarmos isso tudo, quantos bilhões teremos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teremos R\$5 bilhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Essa análise que o Senador coloca é com base no estudo de uma promotora, não é isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, não. É com base nos estudos da própria empresa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da própria Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... de quanto custaria uma vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, tudo bem, mas aí somam-se os valores... Se forem aprovados todos, dariam valores cumulativos muito maiores.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, são dois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, por favor, Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque, como a Vale coloca que cada vida perdida ficaria em US\$2,6 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Exatamente, estudo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... isso daria, em reais, quase R\$11 milhões. Como nós vamos multiplicar isso por 300, isso dá praticamente R\$5 bilhões, fora os prejuízos e outras questões.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, mas aí...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Aqui há um dado importante...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... o que se está pedindo é o limite individual.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A soma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a soma: R\$5 bilhões é soma.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A soma? Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A soma das dez pessoas físicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A soma de todos os dirigentes, não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A própria Fundação Renova, utilizada pelas mineradoras para frustrar expectativas de compensações financeiras dos prejudicados em Mariana, estima, de forma preliminar, em até 11,86... É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em R\$11,86 bilhões os gastos a serem feitos, não estabelecendo os limites para os recursos reparatórios.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque aqui, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há um estudo aqui interessante que ela oferece.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque aqui é o seguinte: os valores bloqueados já pela Justiça, pela força-tarefa, servem para as indenizações gerais e até o pagamento de questões ligadas à Justiça, como reparações.

O que o Senador está pedindo é que aqueles envolvidos, o CPF deles, aqueles que são os tomadores de decisões, também contribuam nesses bloqueios com os bens particulares. Além da empresa, as pessoas, os responsáveis, todos eles, sejam chamados à responsabilidade tendo seus bens bloqueados até que a Justiça determine a culpabilidade de cada um.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Limite total.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Limite total.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, aqui há também outro dado importante com base no que foi exposto: essa Sra. Marilene Lopes manda considerar o valor de indenização por perda de vida igual a 2,6 milhões.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De dólares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De dólares.

Vou repetir um documento da própria Vale, como relata o nobre Senador, que fala que as isenções por vida deveriam ser nesse valor de 2,6 milhões, o que equivale no câmbio da época a dez milhões e alguma coisa.

Eu acho interessante que, quando ele faz esse pedido, nesse requerimento, constam todos os estudos e os pareceres que foram colocados acerca desse acidente. Ouvindo hoje aqui, Senador Wellington, eu fiquei um pouco abismada com as colocações da senhora que aqui estava, embora com aparência muito humilde, a fala humilde e tudo mais. Parece-me que a gente não consegue atravessar o Rubicão. A gente fica do lado de cá, sabendo de todos os fatos e acontecimentos, tendo que analisá-los, como a Senadora Juíza Selma colocou, e, em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

seguida, a gente não conseguirá, pelo andamento dos trabalhos e por tudo... A rede de proteção da Vale é enorme em relação a esse acontecimento.

Então, em um dado momento, a iniciativa que é tomada pelo Senador Randolfe se sustenta com base em quê? Onde nós vamos parar com tudo isso? Ninguém vai repor uma vida dessas, os danos causados são imensos, não há ação reparadora. Ela pode ser indenizadora, como a palavra diz, reparadora não há.

Então, eu queria colocar em votação esse requerimento na forma em que ele colocou, tirando, inclusive, a Vale desse contexto agora, a empresa em si, e depois para a apreciação com maiores elementos, mas votando apenas o bloqueio dos bens dos dirigentes.

Se todos estiverem de acordo, nós vamos votar.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de V. Exa. com a ressalva feita em plenário.

Mais algum requerimento?

O nº 53, que é nominal.

Temos quórum ainda? (*Pausa.*)

Temos.

O requerimento será procedido no processo nominal.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 53, DE 2019**

Requer a transferência de dados relativos aos sigilos bancário e telefônico de do Sr. Makoto Namba.

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Informo ao Plenário que a votação do requerimento será procedida pelo processo nominal.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Gostaria de fazer um esclarecimento com relação a esse requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI não tem poderes para determinar a transferência de sigilo, nem bancário, nem telefônico, nem fiscal, mas ela consegue pedir ao magistrado que já obteve isso processualmente para que faça a prova emprestada. Então, a ideia é – já existe isso no processo – só pedir a remessa desses documentos para a CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está esclarecido? Alguma pergunta?

Podemos colocar em votação?

Alguém quer discutir?

Podemos? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento da Senadora Selma.

Se todos aprovarem, podem fazer uso da votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos uma controvérsia jurídica aqui. (*Pausa.*)

Então, em votação o requerimento.

Aprovado? Todos já se manifestaram?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Falta um voto. Você precisa votar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A gente está acostumada a votar nas comissões simbolicamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ainda mais o senhor, que é de uma cidade cujo subsolo é cheio de ouro! Ele vai atrair para lá multidões... (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O quórum é exatamente de cinco votos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Seis. Seis.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seis. Eu vou votar. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – São seis votos favoráveis. Não, cinco votos favoráveis.

Aprovado o requerimento.

Mais algum requerimento?

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2019

Requer seja convidado o Sr. Marcio Correia de Amorim (Chefe do Serviço de Segurança de Barragens - ANM/MT)

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Requer que seja convidado o Sr. Marcio Correia de Amorim, Chefe do Serviço de Segurança de Barragens da ANM de Mato Grosso, para ser ouvido por esta Comissão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, Sra. Presidente, eu havia feito essa solicitação, esse requerimento, mas, havendo aqui um técnico que está à disposição da CPI, eu retiro o requerimento. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só um pouquinho de paciência, porque está todo mundo novo nesta CPI. *(Pausa.)*

Wellington Fagundes.

Requeremos, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Sr. Hélyio Guerra, Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Paulo Arbex, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas; Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Jonathan Ross, Superintendente de Expansão e Gestão de Ativo da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), a fim de serem ouvidos por este Colegiado em data a ser futuramente decidida.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente e nobres companheiros, o objetivo deste nosso requerimento é exatamente – olhem bem: nosso objetivo, da CPI – são as barragens de rejeitos minerais. Aqui eu estou convidando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas especialistas em barragens hidrelétricas, exatamente para que a gente possa discutir essa questão dos ativos, por que uma barragem hidrelétrica é feita de um conceito e a barragem de rejeitos minerais de outro.

Eu estou colocando isto aqui e gostaria até de discutir para ver também a propriedade disto e até de outros requerimentos que há, porque o objetivo meu aqui é ajudar a esclarecer, não é para delongar mais ainda. Inclusive, eu gostaria muito de ouvir a opinião do Relator nesse sentido, sobre a propriedade de convidarmos essas pessoas a estarem aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes de passar a palavra ao Relator, gostaria de dizer que é muito importante a iniciativa e gostaria que o Senador Randolfe ouvisse.

Nós marcamos para segunda-feira passada – em função deste requerimento eu quero apreciar esse assunto – diligências. Eu torno a repetir que o Congresso Nacional – e o Senado tanto quanto ou talvez até um pouquinho mais do que a Câmara – se debruça sobre pautas importantíssimas, haja vista que o Senador Wellington, o Senador Randolfe, o Senador Jaques, que hoje relatou matérias importantes, a Senadora Selma e tantos outros estão andando de Comissão em Comissão e produzindo, porque – o País, parado como está, vivendo conflitos políticos – evidentemente nós sabemos da responsabilidade que exige este momento histórico.

Tendo em vista o trabalho da CPI e a enorme dedicação do Relator, inclusive, com todas as reuniões que ele faz – e todos nós também, mas ele mais ainda –, eu gostaria de solicitar que nós pudéssemos disponibilizar os nomes, todos eles. Eu tenho um problema médico, e todos que me acompanham sabem que neste momento ainda não estou podendo fazer uso de avião – há 50 dias. Só explico isso para entenderem por que eu não estava. Minas Gerais é o Estado em que eu nasci, sofremos com Mariana e é lógico que estamos dedicados. Pediria que disponibilizasse os nomes, Senador Jaques, para que pudéssemos montar diligências paralelas, a fim de que não dependêssemos só de um grupo de Senadores para fazer as diligências locais, ansiosamente esperadas por muitos. Nós recebemos manifestações de vários lugares: quando vem, se vai, com que vai reunir... Então, esse é um assunto.

Quando o senhor coloca esse número de pessoas para serem ouvidas na CPI, nós temos uma preocupação. Quinta-feira é um dia importantíssimo para esta Comissão também, pois teremos o Poppinga aqui na Comissão – importantíssimo: abaixo do presidente da Vale, só ele, que era o diretor da área de ferrosos. Eu pediria, então, que fizesse uma reunião junto com o Relator, que ele fizesse as considerações e que o senhor pudesse explicar o papel de cada um, que tipo de contribuição, para que vocês pudessem acertar uma agenda, não necessariamente debatê-la, que não há necessidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Concorda, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de ouvir do Relator se isso vai contribuir com V. Exa. Poderemos também deixar aprovado o requerimento. Mas fica aí a definição do Relator. Não é, da minha parte, uma imposição de querer trazê-los, mas seria principalmente porque o Senador Jaques falou muito aqui dessa questão dos seguros, da forma de se fazer uma barragem de rejeito mineral e das barragens hidrelétricas. Então, eu acho que eles poderiam nos esclarecer melhor. E isso pode ser transformado – inclusive depois, sendo aprovado, se o Relator entender – até em uma audiência com o Relator, com mais um ou dois, aí fica a critério do Relator.

Quero contribuir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. A sua contribuição, Excelência, é muito importante dentro da nossa proposta, que é estabelecer no País um marco, inclusive, para essa questão das barragens, porque estamos caminhando para a questão da proibição dessas barragens de rejeitos, porque, diante de todas as informações, Senador Jaques Wagner, se tudo estava certo e deu errado, então só há um jeito de nós agora convivermos: é não termos mais barragens. Uma vez que as comunidades estão cada vez mais próximas, as barragens ocupando as áreas a jusante, nós não podemos mais permitir risco de nenhum tipo à vida das pessoas, como nós temos...

Agora, nós temos um prazo já bastante exíguo, que é a questão dos 120 dias, e temos, para que o senhor tenha uma ideia, 10 mil páginas de leitura de uma ação civil pública, mil horas de gravações que ainda estão no seu início.

Então, se V. Exa. não se importasse, nós poderíamos ter, com esses técnicos, num outro momento, porque aqui estamos tratando apenas da questão dos rejeitos. E as hidrelétricas têm outro sistema, uma vez que nós estamos falando de água corrente, e não do depósito de material que vem da produção mineral, que é um material que... Hoje pode ser feito a seco, mas as empresas... Porque a nossa legislação é muito omissa, porque o Estado não regula o setor da maneira como deveria, até pela importância dele e a capacidade dele de impor um *lobby*... O Estado tem que recuperar essa capacidade de regulação do setor de mineração, e nós temos que trabalhar para isso.

Então, se V. Exa. não se importar com esse posicionamento, nós poderíamos fazer isso num âmbito até diferente da CPI.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, Sra. Presidente, agradecendo o trabalho da minha assessoria, eu entendo que o argumento do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relator é o mais importante. Então, eu retiro... Fica registrado que eu apresentei, pelo menos com esse objetivo, e retiro o requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por enquanto, porque mais na frente se pode fazer necessário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Fica suspenso. Então, não vamos nem votar; fica suspenso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo.

Antes de encerrar, eu queria colocar pelo menos em votação a Ata da nossa 4ª Reunião.

Se todos estiverem de acordo...

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quinta-feira a que horas?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço, por favor, que, na quinta-feira... É muito importante essa reunião. No hiato de umas coisas... Haverá o depoimento do Poppinga.

Qual é a hora?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nove horas.

Nós temos tempo marcado: nós temos três horas, no máximo, para a CPI colher os depoimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero aproveitar, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é aniversário de Goiás, nem do Mato Grosso...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Essas reuniões às terças-feiras, nesse horário, têm sido um complicador em função das nossas reuniões de Liderança. A pauta, toda ela, é decidida agora na reunião de Lideranças. Então, eu, como Líder do Bloco, fico impedido de vir aqui e ir lá. Eu gostaria de estar nos dois lugares!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço até desculpas, porque nós teríamos que ter acabado um pouco mais cedo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E nos cobram muito isso. Então, eu não sei se é possível...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Podemos fazer mais cedo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós estamos começando às 13h. Hoje eu atrasei meia hora. Eu atrasei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu penso o seguinte: é um dia assoberbado, mas temos que fazer a reunião neste dia. Mesmo se a gente começasse um pouco mais cedo... A gente sempre faz um rodízio aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria propor outra coisa: que começássemos um pouco mais cedo e fizéssemos nossa refeição, logo que saíssemos da Comissão, aqui ao lado. A gente pode providenciar isso, porque isso dá oportunidade... Ficar sem comer até as 16h...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... é um desespero! Eu já estou quase comendo o dedo do meu assessor quando ele fala. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Aqui é assoberbado mesmo, não há outra forma. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para quem trabalha, não é, Senador?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, só para antecipar, eu estarei aqui às 9h. Qual é o problema? Às 10h, eu tenho reunião da CRE, para a qual está convidado o Ministro da Defesa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É importante.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu, como ex-Ministro da Defesa, obrigatoriamente me sinto compelido a estar lá, até porque conheço o atual Ministro da Defesa do tempo em que ele cuidou das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Então, vou tentar... Aqui nós precisamos estar em três lugares ao mesmo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Posso dar uma sugestão? O senhor vem, permanece aqui pelo tempo que puder permanecer e, antes de se retirar, deixa as suas perguntas, que alguém vai fazê-las.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É claro! Eu fico aqui, e alguém fica monitorando lá. Quando começar, eu vou para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Telmário Mota e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Rose de Freitas, Dário Berger, Mecias de Jesus, Jaques Wagner e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de gerenciamento de riscos geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, engenheiro de minas, chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do GERD POPPINGA, em atendimento ao requerimento 24/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Vice-Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/11>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, nossos únicos patrões, hoje é quinta-feira, 11 de abril de 2019, e, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. A parte deliberativa é destinada à apreciação de requerimentos. No entanto, pela falta de quórum – e lamento os Senadores ausentes – vamos, então, imediatamente à segunda parte, tendo, como sempre, a presença do atuante e qualificado Relator, Senador mineiro, Carlos Viana.

Hoje, é o dia da oitava do Sr. Gerd – ou "Guerde", porque ele é descendente de alemão, então lembra Gerd Müller, da Copa do Mundo, artilheiro. Seu nome, então, se pronuncia como "Guerde" Peter Poppinga. Ele é ex-Diretor-Executivo de Ferrosos da Vale S.A.

Como eu quebro protocolo e também não enxergo bem, vou falar direto para os senhores, as senhoras e para o Brasil: esse convidado de hoje é o braço direito do ex-Presidente Schvartsman. Ele é o segundo homem – ou foi – da empresa Vale. Daí a importância de sua presença aqui. E agradecemos o fato de ele aqui estar presente, embora tendo o direito de *habeas corpus*, e não sabemos se ele vai responder ou não às perguntas desta Mesa, desta CPI – *habeas corpus* concedido pelo Ministro Barroso.

Então, Relator Carlos Viana, vamos convidar para se juntar a nós aqui e colaborar com esta CPI, que é o que a Pátria amada mais deseja, o Sr. Gerd Poppinga, com prazer – ele que, aliás, chegou na hora certa. Os Senadores atrasam, o convidado não atrasa, não. Por isso, nós estamos aqui.

São 9h45, desculpem aí o atraso. E justifico aqui a ausência da Presidente desta CPI, Senadora Rose de Freitas, que solicitou a mim que fizesse o uso da Presidência desta reunião. Ela, por motivos pessoais, pode até chegar mais tarde, mas por enquanto está ausente e com justificativa.

Dr. Gerd Poppinga, o senhor poderia se apresentar, por fineza: as funções na empresa Vale, o seu nome, a sua qualificação – o senhor que é reconhecidamente preparado para o uso de suas atribuições, morou fora do País, veio para o Brasil de novo. O senhor pode se apresentar ao País nesta Comissão Parlamentar, por fineza?

O SR. GERD POPPINGA – Obrigado, Excelência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começar, eu gostaria de dizer que estou profundamente abalado com a tragédia de Brumadinho. E quero, mais uma vez, expressar os meus sentimentos a todos os familiares que perderam seus entes queridos nessa tragédia. Perdemos também muitos companheiros de trabalho da Vale. Aliás, a maior parte das vítimas eram funcionários da Vale.

Bom dia, então, Exmo. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não precisa me chamar de Excelência, não.

O SR. GERD POPPINGA – ... Exmo. Senador Carlos Viana, Relator, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, senhoras e senhores.

Eu considero fundamentais todas as investigações que estão sendo feitas em todas as instâncias para esclarecer as causas do rompimento. Eu tenho firme expectativa de que os trabalhos desta CPI serão importantíssimos para ajudar nesse esclarecimento. Por isso, estou à disposição de V. Exas. para contribuir com o que estive ao alcance do meu conhecimento.

Até o mês passado, eu estava atuando como Diretor-Executivo de Ferrosos e Carvão. Afastei-me do cargo voluntariamente, independente de qualquer deliberação do Conselho de Administração da Vale, em respeito à recomendação das autoridades. Estou aguardando a conclusão das investigações sobre a ruptura da barragem B1 de Brumadinho.

Eu nasci no Rio de Janeiro. Sou administrador, com uma carreira de 18 anos na Vale, em função de administração e gestão, onde estou até hoje. Sou formado em Geologia; iniciei meu curso no Rio de Janeiro, na UFRJ, e finalizei o meu curso na Alemanha; mas, efetivamente, apenas segui a carreira da minha formação acadêmica nos primeiros anos de atividade profissional.

A Diretoria-Executiva de Ferrosos e Carvão na Vale, da qual eu era o gestor, é composta por quase 70 mil profissionais no Brasil e no exterior. Essa diretoria é uma estrutura com dez diretores de departamento, que respondem a mim, cada uma com estrutura organizacional própria, subdividida em gerentes executivos, gerentes supervisores, técnicos, analistas e outros colaboradores, contando ainda com milhares de funcionários indiretos e empresas especializadas, que prestam suporte técnico e operacional a essas diretorias.

Essas diretorias são: Planejamento e Desenvolvimento, localizadas em BH; Participações, localizada no Rio de Janeiro; Diretoria de Pelotização e Manganês, localizada em Vitória; Diretoria de Operações de S11D, do nosso novo projeto, localizada no Pará; Diretoria do Corredor Norte de Carajás, localizada no Pará; Operações de Carvão, localizadas em Moçambique; Diretoria de Cadeia de Valor de Ferrosos, em BH; Diretoria de Vendas, localizada em Singapura; e Diretoria de Marketing, em Belo Horizonte. Tudo isso envolve a operação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 40 minas, mais de 50 instalações de beneficiamento e mais de 130 barragens só na área de ferrosos, além da operação de quatro portos, três ferrovias e onze pelotizadoras. A área de ferrosos tem ainda diversas operações na Vale no exterior, destacando-se, como porto, o centro de distribuição que nós temos na Malásia, uma pelotizadora em Omã, perto da Arábia Saudita, e diversas atividades na China e escritórios de representação em quatro países.

Eu assumi essa diretoria no início de 2015, após passar 16 anos no exterior, boa parte exercendo atividades ligadas não a ferrosos, e sim a metais básicos, como níquel e cobre.

Como Diretor-Executivo de Ferrosos nos últimos três anos, eu fazia a coordenação macroinstitucional de todas essas atividades, que, por serem muito distintas uma das outras, são delegadas sob uma premissa de especialidade, capacitação técnica, senioridade, autonomia, baseada em confiança e responsabilidade.

Posso assegurar a V. Exas. que segurança sempre foi minha prioridade na Vale. Em 2016, fui eu que propus a desativação de todas as barragens a montante da Vale. Também foi minha a decisão de criar a Gerência de Risco Geotécnico da Vale. Outra iniciativa foi a de liberar limites de alçada a gerentes executivos e gerentes para que eles pudessem investir de forma autônoma em projetos que julgassem necessários ou aplicáveis à segurança. Com isso, o gestor local tem o limite de até US\$10 milhões, ou quase R\$40 milhões, para investir em suas instalações sem ter sequer que pedir autorização à Diretoria. Aumentamos significativamente os investimentos anuais com gestão de barragens, passando de R\$92 milhões, em 2015, para R\$241 milhões, em 2018, sendo que já havia, no orçamento aprovado para 2019, mais de R\$256 milhões.

Ampliamos também o beneficiamento da produção de minério a seco da Vale toda. Ampliamos-a em 50%, a seco, através da aquisição da empresa New Steel, a qual é detentora de novos avanços nessa tecnologia e que nos ajudará a alcançar uma meta de 70%.

Sr. Presidente, essa é uma visão geral do que era minha atividade e estou à disposição, então, a V. Exas. para dar os esclarecimentos que estiveram ao meu alcance.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Muito obrigado, Dr. Gerd.

Registro aqui, com muita alegria – quinta-feira, normalmente, os Senadores viajam para o trabalho em seus Estados, mas eu tinha certeza de que este Senador estaria aqui, pelo seu preparo e pelo seu histórico ímpar como político, como Parlamentar –, a presença do Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baiano Otto Alencar, que pede a palavra antes de eu passar a palavra para o Relator Carlos Viana.

Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar depoente.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Kajuru, eu agradeço.

Queria saudar aqui o Senador Carlos Viana, do Estado de Minas, onde a ferida foi muito séria e grave.

Então, eu vi aí praticamente a carreira empresarial e profissional do Sr. Gerd, mas eu queria formular perguntas, porque nós queremos aqui é saber os fatos da tragédia. A comoção de diretores da Vale e dos responsáveis pelo problema em Brumadinho é a mesma comoção de todos nós, todos os brasileiros, sobretudo os mineiros; mas, apesar da comoção, não pode ficar impune quem é responsável por isso. Lamentar o que aconteceu e dizer que está comovido não resolve o problema, até porque é um problema com reincidência. É uma reincidência!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Houve a tragédia lá de Mariana, repetiu-se em Brumadinho e outras poderão surgir – Deus queira que não – ao longo dos próximos anos.

Então, eu ia perguntar ao senhor, voltando um pouco no tempo, apenas três anos: o senhor era membro do Conselho de Administração da Samarco – certo? –, da qual a Vale é acionista.

O Ministério Público, na recomendação, pediu o seu afastamento. O senhor participou de uma reunião do conselho no dia 15 de abril de 2015. Nessa reunião o senhor teria sido informado das falhas da barragem de Fundão. "Teve acesso à imagem da barragem com o dique 1 recuado junto à ombreira esquerda, em desconformidade com o projeto e o manual de operações; e já alterada em aproximadamente 5 metros em relação à cota da última apresentação realizada ao Conselho", citando textualmente os procuradores. Eles citaram isso. Na segunda reunião do conselho, em 2015, da qual o senhor também participou, o senhor foi informado de diversas medidas de corte de custo da empresa e recomendou que fossem feitos mais cortes ainda. Novamente citando o Ministério Público, citando outra vez o Ministério Público: "O conselheiro também recomendou estudos de alternativas para a redução dos gastos com projetos de sustentabilidade da operação, dentre eles o alteamento de Fundão até a cota 920, em curso no momento do rompimento" – cota de 920.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que o senhor, nesse item aqui, respondesse: essa barragem de Fundão começou com quantos metros? Por exemplo, a de Brumadinho, a do Córrego do Feijão começou com 19m, 20m e terminou em 85m, rompeu em 85m. Eu queria que o senhor nominasse aqui depois quando começou a do Fundão.

Os procuradores disseram que o senhor teria se omitido de forma consciente e voluntária de exercer de forma suficiente e adequada os seus deveres de organização, coordenação, vigilância geral das atividades da empresa. O fim dessa história todos conhecem: a barragem caiu, matou 19 pessoas, matou o Rio Doce – a morte das pessoas realmente corta o coração de quem trabalha com risco –, devastou a economia, a vida da cidade de Mariana.

A Samarco, empresa da qual a Vale é sócia, nunca pagou as multas ambientais aplicadas pelo Ibama, até porque infelizmente com bons advogados quase os responsáveis pela tragédia pagam no País. Existe uma rede de proteção, um poder invisível que protege os criminosos, porque isso é um crime. E, até agora, ninguém foi preso pelos crimes de Mariana.

O Sr. Gerd, que está aqui conosco, responde por homicídio triplamente qualificado, além de crimes de inundação, desmoronamento, lesões corporais diversas, crimes ambientais. Sua defesa tenta, junto ao TRF da 1ª Região, que o senhor não seja julgado por homicídio doloso – não tem como não ser julgado na nossa opinião –, mais por desmoronamento seguido de morte. Isso tudo aconteceu há três anos, mas parece que estamos vendo uma terrível repetição dos fatos, como eu falei há pouco, desta vez com maior gravidade. Em vez de 19, mais de 360 mortos, outro rio destruído, outra cidade devastada. Menos de 100km separam Brumadinho de Mariana, um lugar próximo do outro.

O senhor continua como Diretor da Vale. Com certeza, a empresa acha que o senhor é muito competente para bancar alguém que responde por 19 homicídios diretamente ligado à presidência.

Eu só gostaria de saber exatamente qual é a sua competência, Sr. Gerd. A competência é botar panos quentes na crise? Enrolar o pagamento de indenizações e multas? Limpar a barra da empresa com propagandas caras? Isso aí está claro. O Presidente Kajuru sabe que já existe uma cortina de dólares ou de reais para proteger na grande imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A blindagem, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A blindagem. Tanto é que ontem, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, chamava muito mais atenção uma matéria que estava se levando para o Plenário para votar do que a morte de 360 pessoas e a morte do Rio Paraopeba. A Vale provavelmente não vai ser punida se não se tomar uma providência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor fosse do Conselho de Administração da Vale e tivesse um diretor que respondesse 19 homicídios, o senhor estaria à frente da segunda tragédia ou o senhor se demitiria?

A Vale também colocou o senhor para dar entrevista e representar a empresa em reuniões do Governo. Então, me responda o seguinte: depois do papel em Mariana, o senhor acha que tem credibilidade, Sr. Gerd, para olhar nos olhos das famílias de Brumadinho e dizer que a empresa lamenta o que aconteceu? O lamento do senhor é suficiente para resolver a dor que corta o coração das pessoas que perderam 360 familiares em Brumadinho e 19 em Mariana? O senhor acha isso uma coisa correta? O senhor tem dormido? O senhor tem condição de viver uma vida normal sendo um criminoso? Porque aqui é crime. Não é o senhor só, não. São todos os que são responsáveis por isso. Crescer uma barragem a montante sabendo da fragilidade da barragem, destruir dois rios, o Rio Doce e o Rio Paraopeba... O Paraopeba, inclusive, agora não tem condição de nenhuma vida, nem de peixes, nem de plantas, está com 0% de oxigênio dissolvido – 0%. Já chegou à barragem de Retiro Baixo, lá em Paraopeba, vai ultrapassar, pode chegar a Três Marias. Se chegar ao São Francisco, Dr. Gerd, as pessoas vão passar sede, porque não se pode beber água misturada com óxido de ferro, com argila, talvez com mercúrio, com metais pesados. Não dá. O senhor não vai beber uma água contaminada, mas com essas pessoas ribeirinhas pode acontecer isso.

O crime é muito grande para não ter punição, para as pessoas já não estarem presas. Por muito menos do que isso um descuidista, um pobre miserável passando fome entra no supermercado, pega um alimento para levar para a família, toma cadeia e fica lá sem advogado para responder. Existe advogado para tudo. Existe advogado para o diabo, advogado para bandido, para traficante, para tudo, para criminoso, existe para tudo. Eu quero perguntar ao senhor se o senhor vai ter condição de continuar defendendo essa questão de Brumadinho sendo um interlocutor depois de ter sido responsável por Mariana e agora por Brumadinho.

Eu quero, inclusive... Não me comove a sua fala ao dizer que está muito triste com isso. O que me chama a atenção é a sua coragem de estar ainda à frente de um processo dessa natureza. Não se indenizou uma família de Mariana, Presidente, uma família, ninguém recebeu nada. São pessoas pobres, humildes que vivem daquilo. Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E de ter continuado no cargo depois de Mariana e Brumadinho, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que a Vale constrói uma barragem... O senhor é geólogo e sabe disso. Não precisa nem ser geólogo. Uma barragem se constrói numa bacia, certo? Não é numa bacia que se constrói uma barragem? Tem que ter uma bacia. Você não vai fazer uma barragem no plano, tem que ser numa bacia. Os lados da bacia são altos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São altos. Por que não fizeram a administração e o refeitório no alto de um lado ou outro da barragem? Colocou-se a administração na frente da barragem. As pessoas estavam no refeitório, estavam no setor administrativo. Sabe por que não fizeram isso? O senhor não vai ter como negar. É porque o custo para botar lá em cima, com terraplanagem, com estrutura, levar água e levar energia custa mais caro. E vocês só olham o lucro, o cifrão de vocês empresários do capital selvagem é maior do que o Elevador Lacerda, na Bahia. E o Elevador Lacerda é bem alto. Não é o cifrão igual qualquer cidadão comum, qualquer pessoa trabalhadora que perdeu a vida, é do tamanho do Elevador Lacerda, que dá uns 80m ou 100m em Salvador.

Isto é que é importante, Sr. Presidente: colocar que esta CPI precisa, inclusive, estar atenta a isso. Eu acredito que a Senadora Rose, que teve problema e não pôde vir hoje... Nós temos que movimentar e trazer as pessoas que são componentes da CPI para aqui. Não pode terminar sem punição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Concorde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós três, quatro ou cinco vamos ter que ir até o fim. E eu tenho certeza de que o Senador mineiro Carlos Viana, que é um homem de coragem, vai aqui dentro, de uma forma fidedigna e correta, preparar um relatório oferecendo aquilo que deva ser a punição para todos esses diretores que colocaram o cifrão acima da vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Antes do Dr. Gerd, só aproveitando a fala do Senador Otto Alencar – eu gosto de ser justo –, que o Brasil saiba que é de impressionar a dedicação do Relator Carlos Viana. Eu sei porque eu chego aqui às 4h30 da manhã e saio às 11h30, à meia-noite, e ele sai às 11h30, à meia-noite e vai precisar de outro gabinete, de tanto documento, do calhamaço que ele tem, de tanto requerimento. Não é só o preparo, mas a dedicação do Relator. O Senador pode ter certeza e o Brasil também pode ter certeza.

Rapidamente eu pediria a nossa assessoria, por questão de justiça, que verificasse os nomes dos veículos de comunicação que estão presentes aqui, aproveitando aquela fala do Senador Otto, porque ontem realmente estava toda a imprensa, a Casa cheia. E, num assunto tão grave como este, a Casa hoje não está cheia nem de Senadores, imaginem de profissionais de imprensa. Então, eu gostaria, na próxima oportunidade, de registrar quais os veículos de comunicação do País estão aqui para uma oitiva tão importante quanto esta, pois se trata de um segundo homem da empresa Vale, praticamente da mesma importância do ex-Presidente Fabio Schvartsman.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Gerd Poppinga pode ficar à vontade para os questionamentos oportunos feitos pelo Senador Otto Alencar.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, antes de mais nada, eu gostaria de lembrar que, sim, eu sou réu no caso de Mariana e não fui julgado ainda. Portanto, não posso ser considerado culpado. Eu virei réu, Excelência, por ter participado de duas, e apenas duas, reuniões do Conselho de Administração após ter voltado do exterior, onde vivi por 16 anos. Essas reuniões duravam duas horas e eram três reuniões de conselho por ano. Por quê? A Samarco era uma empresa independente, de gestão independente, uma *joint venture* com a BHP, e tinha uma gestão completamente independente. Nessas duas reuniões das quais eu participei, nunca foi mencionado algum problema da barragem do Fundão, algum reforço que havia sido feito, algum problema de instabilidade. Portanto, essa é a verdade, sou absolutamente inocente nesse ponto e confio na capacidade da Justiça.

Esclarecendo também a sua colocação, é verdade que o Ministério Público colocou isso lá da redução de custo. Eu sempre deixei muito claro – e isso, inclusive, tem em ata – que a redução de custo almejada nunca se daria às custas de segurança em geral e segurança de barragem. Redução de custo sempre foi falado nunca em termos absolutos, foi falado em termos relativos, ou seja, almejávamos aumentar a produtividade da Samarco, dos seus ativos, extraindo mais dos ativos com maior produtividade – nunca em reduzir custos de forma absoluta.

Voltando ao seu comentário de Brumadinho, à questão do refeitório que é polêmica, eu devo dizer que, como eu falei na minha fala inicial, eu tenho... A Vale tem mais de 40 minas, 50 instalações, 130 barragens. A Samarco tinha uma. Eu nunca fui à Mina do Feijão nesses meus três anos de atividade na área de minério de ferro, assim como não fui a outras. Nunca fui à de Mato Grosso, à Mina de Corumbá. Eu não consegui ir à área de manganês, na região de Barbacena. Então, eu não sabia dessa proximidade do restaurante ou da administração em relação à Barragem B1.

A Barragem B1, para nós da diretoria executiva, que age como colegiado, nunca foi apresentada... E nós temos várias apresentações, nós temos várias interações sobre esse assunto, tivemos, nunca nos foi apresentada alguma instabilidade. O laudo de estabilidade, que é o nosso norte, pelo menos foi, que é a nossa âncora, o laudo de estabilidade de todas as barragens da Vale, até certo tempo atrás, principalmente relacionado à B1, era 100% positivo.

Então, é isso que eu gostaria de voltar para V. Exa. Não sei se eu tenho alguma pergunta aqui que não respondi, mas fico à disposição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria saber dessa questão da reincidência de Mariana e Brumadinho. O senhor participou de Mariana e agora de Brumadinho. Será que a tragédia de Mariana não chamou a atenção do senhor? Um diretor de qualquer órgão, de qualquer empresa tem que ter conhecimento do que se passa nas minas. Não precisa o senhor ter ido... O senhor não foi a Brumadinho. Não dava para saber que a estrutura organizacional da empresa estava à frente da barragem? Claro que dava. Claro que dava. Qualquer um que tivesse o mínimo de sentimento humanitário e de respeito ao trabalhador ia perceber que não se podia construir uma estrutura de restaurante e administração a jusante da barragem. Tinha que ser com proteção para as pessoas que trabalham. O senhor deve ter uma proteção enorme, mas a mesma proteção que o senhor tem como diretor não deu a seus trabalhadores. Esse que é o grande problema. Nada justifica isso.

É crime? É crime, aconteceu um crime e vocês têm que pagar pelo crime. Essa questão de dizer que é réu e que não foi julgado ainda, esse cobertor de proteção que existe aqui no circuito político de Brasília sempre protege muito criminoso, muito. E vai acontecer isso, até porque o poder da Vale é muito grande, para contratar bons advogados, para sufocar parte da imprensa que se vende e se alinha por voz, ou por momento, ou por imagem. Então, essas coisas vão acontecer.

O Relator, o Presidente, a Senadora Rose, nós todos vamos ficar muito atentos a isso porque tem que ter punição. Não pode ficar igual a Mariana. Mariana já estava esquecida, ninguém falava mais. Se não houvesse Brumadinho, ninguém chamava a atenção de Mariana. Como é que até agora não se indenizou ninguém de Mariana, Sr. Diretor? Por que, até hoje, ninguém foi indenizado?

Perderam-se vidas, imóveis, recursos, e por que ninguém até agora foi indenizado? Eu queria que você me respondesse isso. Você foi muito vago na resposta. Por que não se indenizou ninguém até hoje?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, existe um trâmite, aí, todo jurídico, existem dificuldades de se estabelecer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Recursos de advogados, para não pagar.

O SR. GERD POPPINGA – Eu confesso para o senhor, a V. Exa., que eu não tenho muita participação nessa área de indenização, nessa área jurídica...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é que tem? Sabe quem tem?

O SR. GERD POPPINGA – Outros colegas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é a pessoa... Quem é o responsável pela indenização? Porque pode ser tal nome, e você deve saber o nome. Deve saber.

O SR. GERD POPPINGA – Perfeitamente.

Hoje, na empresa, nós temos pessoas envolvidas neste assunto, que são: o nosso advogado Alex D'Ambrosio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alex D'Ambrosio.

O SR. GERD POPPINGA – Alex D'Ambrosio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele está na relação para ser chamado? Então, ponha para chamá-lo.

O SR. GERD POPPINGA – E nós temos também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Faça o requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, o requerimento.

O SR. GERD POPPINGA – Nós temos também um diretor-executivo da área de sustentabilidade, que se ocupa deste assunto também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é esse diretor?

O SR. GERD POPPINGA – Esse diretor chama-se Osório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Osório?

O SR. GERD POPPINGA – Executivo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está no plano de trabalho?

O SR. GERD POPPINGA – Essas questões passam muito pela parte jurídica, pela parte de sustentabilidade, e eu tentava ajudar, tentava colaborar, mas, na verdade, não sou eu que coordeno esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está respondido, Senador Otto? Para mim, não!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Também não. Não respondeu absolutamente nada. Ele tergiversou o tempo todo e, na verdade, não entrou no âmago do problema. Não representa para ele... Já são três anos de Mariana, e ele não respondeu por que não indenizou as famílias.

Não indenizou porque não quer pagar. É o negócio que eu falei aqui no começo: é o cifraão acima de qualquer necessidade social, de qualquer coisa que possa acontecer com os trabalhadores. Entendeu, Sr. Presidente?

Portanto, não estou satisfeito, ele não respondeu e, infelizmente, vai sempre procurar botar panos quentes, para se livrar da culpa.

Ele é um culpado, é um réu, e não pode ficar por isso mesmo. Tem que ser réu também em Brumadinho, tem que ser penalizado e pagar pelo que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Deseja fazer alguma observação, Dr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Só uma observação, para complementar a última, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não!

O SR. GERD POPPINGA – Na questão da Samarco, o Conselho de Administração da Samarco não participava da gestão da barragem – isso é muito importante deixar claro. A Samarco era uma empresa independente, com gestão própria, até por motivo de antitruste, motivos de concorrência. A BHP, os sócios BHP e Vale eram concorrentes no mercado. Portanto, a área de conselho se restringia ao mínimo necessário e não participava da gestão operacional da companhia. Eu só queria deixar isso claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, ficou claro que encaminhei o requerimento de convocação do Sr. Osório e outro, do...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do advogado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já está aí o do advogado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Relator já anotou aqui. Já anotou aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, apenas para registrar rapidamente – para fazer uso da palavra, como de praxe, o Relator Carlos Viana – ao Brasil inteiro, é lamentável, mas esta é a verdade: até agora aqui, nesta oitava, 6ª Reunião da CPI de Brumadinho, só se encontra presente, transmitindo ao vivo, com seus poucos recursos – porque eu lamento que este Senado não invista em equipamentos para a competente TV Senado, de profissionais valorosos... Então, só a TV Senador está aqui, neste momento, transmitindo ao vivo. Não há nenhum outro veículo de comunicação do Brasil, segundo minha assessoria. Se houver, corrija-me. Não há nenhum grande jornal do País, não há nenhum jornal de Brasília, não há nenhum jornal de Cajuru, a cidade em que eu nasci. Uma corruptela, mas eu amo minha cidade.

Então, esse é o retrato, para que o Brasil entenda o que representa essa Vale: ela "vale" muito. Para mim, ela não vale nada, mas, para muita gente, ela vale muito.

Com a palavra o Relator desta CPI, Senador mineiro Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Muito obrigado, Presidente Jorge Kajuru, meu colega de tantos anos de profissão, e hoje juntos aqui, neste desafio de passar este Brasil a limpo, de dar à população voz no Parlamento.

Meu bom-dia ao meu Líder do PSB, Senador Otto Alencar, o nosso Senador capoeira, um homem que sabe, nas perguntas, imobilizar os adversários. Seja muito bem-vindo!

Aos senhores o meu bom-dia, às senhoras...

Essa questão, Otto e Presidente Kajuru, sobre o lucro é tão infame em determinados momentos... Porque a ANM, que tem um representante conosco, acompanhando-nos nos relatórios, a Agência Nacional de Mineração, confirmou que, nessa disputa de Vale, BHP, e a Samarco como parte acionária das duas, os depósitos de rejeitos que vinham da Vale para a Barragem de Fundão eram maiores do que os informados. Está lá no relatório. É oficial essa informação. Ou seja: os engenheiros, os funcionários que trabalhavam nos cálculos de Fundão, lá em Mariana, estavam com as informações erradas sobre que tipo de cálculo estrutural eles deveriam fazer, para que a barragem não se rompesse. A informação está lá clara: depositava-se uma quantidade maior de toneladas de rejeitos, sem que os funcionários que estavam lá debaixo... Aqueles que estavam lá, trabalhando nos caminhões; aqueles que estavam lá, medindo, nas sondas, estavam lá, debaixo daquele monturo todo de barro e de lama, sem saber que, de fato, lá se colocava muito mais do que o que estava sendo informado. Então, é a primeira irresponsabilidade absurda com relação ao que aconteceu.

E eu não estou falando por mim, não; estou falando do que eu li nesses anos todos e pelo meu trabalho como jornalista e apresentador da TV Record, da Rádio Itatiaia, que fui depois de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mariana, quando passei a ser um crítico mordaz da falta de cuidado e de responsabilidade da mineração.

Desde 2016, eu tenho falado diariamente: "Olha, não há mais possibilidade de nós mantermos barragem de rejeito no Brasil. Não há mais possibilidade de mineração com o uso de água". Eu me tornei, inclusive, *persona non grata*. Antes, eu era convidado para todo tipo de festa, todo tipo de evento. Depois que eu comecei a colocar o dedo na ferida, nunca mais fui convidado para coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – *Persona non grata*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E eu falava o tempo todo: vai acontecer de novo! Vai acontecer de novo, porque eu conheço e eu sei exatamente o que essas pessoas querem.

A legislação é falha, a legislação deixa lacunas, e, enquanto o Estado não fiscalizar, nós vamos ter desastre. E aconteceu.

E, se nós não trabalharmos com muita seriedade no âmbito legal, na próxima, qualquer outra mineradora vai matar é 2 mil pessoas – e queira Deus que isso nunca aconteça.

Mas que fique registrada aqui, Sr. Presidente, a nossa fala e a nossa preocupação, que eu divido diariamente com o Senador Otto, que eu divido com o Kajuru, de que uma nova tragédia, agora, pode atingir 2 mil pessoas, se nós não fizermos o papel que, infelizmente, não foi feito corretamente, lá no passado.

E, Sr. Gerd, nós estamos chegando aqui a uma dubiedade, a uma situação em que nós estamos tentando entender.

O Sr. Presidente, Sr. Fabio Schvartsman, esteve aqui, sentado, e disse que não sabia de nada, que tudo o que ele sabia – que chegava, inclusive, pelo senhor, que é o diretor dele, braço direito – é que estava tudo certo. O senhor está dizendo para nós aqui, também, que não sabia de absolutamente nada; que, dentro da sua condição, o senhor colocou lá que estava tudo em ordem e tudo o mais. Aí, nós entrevistamos a parte baixa dessa cadeia hierárquica...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – O baixo clero.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... o baixo clero, como nós chamamos aqui, no Parlamento. Aí, uma pessoa totalmente destruída emocionalmente, uma pessoa mãe de família, uma profissional que, ao que tudo indica, tem uma dedicação gigante a essa empresa – que não está fazendo por merecer, porque está jogando todo mundo no fogo, no barro, porque aqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vai ser no barro –, diz que informava a todos os superiores que tudo o que ela fez, inclusive ao alertar a ANM, num grau menor de risco para Mariana, foi tudo feito em conjunto, toda decisão tomada em conjunto, com os gerentes e os chefes.

Então, Sr. Gerd, eu gostaria que o senhor nos dissesse o seguinte: quem sabia? De quem era a responsabilidade em tomar decisões, para que a vida de 310 pessoas, pelo menos, fosse salva.

O senhor pode responder, por favor.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, a responsabilidade pela segurança das barragens, pelo monitoramento das mesmas, pela inspeção, pela manutenção e operação é da área operacional local e dos geotécnicos operacionais locais. São eles que têm que zelar pela segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está seguindo aqui a mesma linha do seu Presidente, em não citar nomes, em ser genérico. É bom, que mais uma vez a gente lembra ao senhor que há uma responsabilidade criminal que vai ser imputada, por uma segunda vez ou não, dependendo daquilo que o senhor colocar em sua defesa. É muito interessante nós jogarmos para a questão dos memorandos, dos documentos, e não nominarmos pessoas.

Então, eu vou relembrar aqui – quem sabe a gente possa ser mais tranquilo – com quem o senhor trabalhava. E aqui o seguinte: o senhor disse que nunca recebeu nenhuma informação de qualquer instabilidade. Correto? O senhor confirma isso?

O SR. GERD POPPINGA – Dessa barragem, correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, ou o senhor está tentando aqui não revelar informações, o senhor está mentindo, ou as pessoas abaixo do senhor ocultaram deliberadamente informações gravíssimas sobre o fator de segurança da Barragem B1. Eu estou falando dos relatórios que estão lá, na ação civil pública dos seus comandados, com relação ao fraturamento hidráulico ocorrido em junho, às leituras anômalas do radar, sobre as falhas dos piezômetros em janeiro, poucos dias antes do rompimento da barragem.

A sua empresa, Sr. Gerd, que os senhores chamam de "joia"... A joia tinha todas as informações para retirar pelo menos os funcionários da reta da barragem, dois dias antes, para que eles não morressem. Nem o Silmar Silva... O senhor conhece o Sr. Silmar Silva, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, ele é o meu diretor de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor conhece o Sr. Lúcio Cavalli, Sr. Gerd Poppinga?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Outro diretor meu.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eles nunca lhe informaram qualquer anormalidade no monitoramento da operação de Brumadinho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu mantinha reuniões semanais com o meu Diretor Silmar Silva, que é o responsável pelo Corredor Sul-Sudeste, e essas reuniões semanais eram toda sexta-feira, umas 2h, junto com outros operadores, outros diretores. A gente tratava de segurança, meio ambiente e problema de produção, inclusive de barragens, e nunca, durante essas reuniões, foi levantado qualquer problema relacionado à Barragem B1.

Eu gostaria também de observar que é compreensível o pessoal achar que se tem que saber de tudo, mas, com 70 mil funcionários, a única forma de gerenciar de uma forma eficaz uma companhia dessas é baseada no princípio da delegação. E, seguindo essas premissas, havia uma distribuição de responsabilidades muito bem definida pelas pessoas competentes, as pessoas que tinham o *background* técnico adequado e também as *expertises*. Portanto, eu queria registrar aqui...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só uma... Foi o senhor quem escolheu os diretores? Eles foram nomeados pelo senhor?

O SR. GERD POPPINGA – Foram.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor reconhece que, pelo menos aqui, o senhor escolheu mal.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu tenho plena confiança nos diretores que eu escolhi.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, o senhor pode continuar o raciocínio, por favor.

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que cabe a mim, como gestor macro do minério de ferro e do carvão, que não tem o conhecimento técnico necessário em alguns assuntos, como, por exemplo, especificamente, nas barragens, cabe a mim prover os recursos, para que as barragens e outras estruturas tenham segurança. Recursos esses financeiros – eu acabei de mostrar que nós aumentamos o nosso orçamento, de US\$90 milhões de gestão de barragem, para 250 milhões... De reais. Desculpe-me –, e recursos não só financeiros, mas também de recursos humanos.

Nós aumentamos, quase que dobramos o nosso quadro geotécnico: pessoal com doutorado, mestrado, muito competentes. Então... E naturalmente acompanhar, de uma forma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diligente, com os meus subordinados diretos, essa questão toda. Esses subordinados diretos, por sua vez, faziam as devidas inspeções e reuniões com os seus subordinados respectivos.

Agora, eu não posso ser onipresente. Eu não consigo ser onipresente com 70 mil empregados. É assim, mais ou menos, que nem um piloto de avião; quer dizer, dá um problema no avião, ele tem que tomar atitude na hora, emergencial. Ele não pode: "Ah, vou ligar para o presidente da empresa ou para o vice-presidente, para ver o que que eu faço!". As equipes locais estão empoderadas para, em caso de emergência, agirem de forma autônoma, e é isso que rege todo o princípio, aqui, da gestão de ferrosos. Eu gostaria só de esclarecer esse ponto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso continuar aqui, Sr. Presidente, ou o senhor prefere...

O Senador Otto quer alguma participação?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – V. Sa., Relator Carlos Viana, entende como desejar. Se quiser um revezamento, eu faço duas colocações e retorno a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu lhe agradeço.

Aqui há uma denúncia muito grave, e, infelizmente, não poderá haver a aprovação do requerimento, porque, pelo Regimento, há a necessidade de seis Senadores. Estamos em três aqui, entre os membros desta CPI, lamentavelmente – exceto aqui a justificativa feita pela Presidente Rose de Freitas. Mas, aqui – desculpe a expressão, Senador Otto –, numa tabelinha Pelé-Coutinho – no caso, o Senador Carlos Viana foi o Pelé –, ele passou uma informação; deu um passe, aqui, para o Coutinho. E o Coutinho aqui, humildemente – que morou em Belo Horizonte seis anos... Trabalhei na mesma Rádio Atatiaia em que o senhor trabalhou. Com 17 anos, lá comecei. Eu fui apurar. E pasmem, senhoras e senhores do País! Nesse caso que o Senador Otto colocou com propriedade, nós estamos tratando de um crime ambiental. Posto isso, estão envolvidos, na opinião de um País inteiro, criminosos – são tratados como criminosos. Só que, entre os criminosos, existem os lambaris e os tubarões. Perfeito?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de o Sr. Gerd, que era tão forte quanto o Presidente Fábio, chegar aqui e gentilmente nos atender – porque ele tem direito a *habeas corpus*. Poderia estar em silêncio. É necessário que se faça essa justiça –, outros vieram, e o Senador Carlos Viana lembra. Um, inclusive, ficou em silêncio – o japonês lá, o Makoto. Ele só falava "Excelência, eu prefiro ficar em silêncio". O tempo inteiro. Mas descobrimos – e esta CPI tem o dever de investigar esta denúncia que eu trago – que esses que vieram aqui, por incrível que pareça, têm o mesmo escritório de advocacia em Belo Horizonte. E esta CPI, através de requerimento que vou apresentar na próxima reunião e que está pronto com a minha assessoria, ali, vai querer saber do patrimônio desses lambaris que vieram aqui... Porque, com todo o respeito, sem desrespeito ao senhor, o senhor é um tubarão. Ou seja: pela sua qualificação. O senhor recebeu bons salários, é um homem que trabalhou no exterior... Então, o senhor tem dinheiro para pagar advogados – é isso que eu quero dizer.

Os que vieram aqui antes não poderiam ter R\$5 milhões, o valor cobrado por cada um daqueles que vieram aqui até agora. São R\$5 milhões cada ação do escritório mineiro, de que, no requerimento, temos o nome, temos tudo. Então, quem é que está pagando esses advogados para esses que vieram aqui e não falaram nada? O Relator Carlos Viana ficou impressionado, a Presidente Rose, aqui, no meu lugar, que ocupo hoje pela ausência dela... O Senador Otto ficou indignado, todos ficaram indignados, o Brasil inteiro. Ninguém falava nada, ninguém respondia, ninguém culpava ninguém; pelo contrário: inocentava a Vale, inocentava os diretores, aliviava a cara dos diretores, com a maior vergonha ou sem nenhuma vergonha.

Então, nós queremos saber se é a Vale quem está pagando esses honorários de cada um: R\$5 milhões é o preço desse escritório de advocacia de Belo Horizonte.

Posto isso, Sr. Gerd, permita-me aqui uma pergunta que não é desrespeitosa, não; que, de A a Z, qualquer um no Brasil faria: alguma vez o senhor tomou a água do Rio Doce? Seja sincero.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Por que o senhor não tomou? O senhor e os seus diretores diziam que a água lá não era poluída. Por que que o senhor não tomou a água de lá?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor tivesse tomado água de lá, o senhor e os seus diretores, a gente estaria com o problema todo resolvido do meio ambiente – do Brasil, aliás. Os senhores diziam que a água não era poluída. Por que que o senhor preferia tomar água mineral de supermercados?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não moro lá. Eu moro no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu sei, mas o senhor nunca foi lá? Ao Rio Doce?

O SR. GERD POPPINGA – Ao Rio Doce fui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, por que que o senhor não tomou água de lá?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Porque o senhor sabia que ela era poluída?

O SR. GERD POPPINGA – Não, Excelência. Eu não fui ao Rio Doce para tomar água; eu fui para olhar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, mas o senhor ficou lá, o senhor ficou sem tomar água? Água é um negócio que a gente toma toda hora, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, nós tomamos água mineral toda hora. Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, mas do Rio Doce o senhor não tomou?

O SR. GERD POPPINGA – Não, eu não tomei água do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A do Rio Doce ele não quis tomar não.

Desculpem-me.

Eu vou fazer uma pergunta agora ao senhor e voltar ao Relator, só para responder "sim" ou "não".

O senhor, alguma vez, deixou de repassar algum documento ao ex-Presidente Fábio Schvartsman em relação à barragem rompida? Responda, por fineza, "sim" ou "não".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu nunca deixei de passar nada ao Sr. Fábio Schvartsman sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, só para fechar e voltar ao Relator, porque se trata do mesmo... O Sr. Fábio Schvartsman, o ex-Presidente, que aqui esteve... Ele, na sua opinião, é inocente? A culpa toda é das pessoas que V. Sa. escolheu para os cargos técnicos, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, existe uma investigação em curso, e essa investigação tem a investigação interna, investigações externas... A investigação interna é liderada pela ex-Presidente do Supremo Ellen Gracie, auxiliada por vários peritos, e várias autoridades estão investigando esse caso também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas pela experiência do senhor...

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ele é inocente?

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O Sr. Fábio? O senhor inocenta o Sr. Fábio?

O SR. GERD POPPINGA – Eu não posso... Seria uma leviandade eu me pronunciar sobre culpa, quando não temos nem a causa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, ninguém tem culpa?

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Na sua visão?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, desculpe-me. Primeiro, a causa tem que ser determinada, para depois se atribuírem as responsabilidades. Antes da causa, seria leviano atribuir culpa a qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas o senhor acha que o Brasil vai saber que existiu um culpado?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que as causas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Senão, a gente vai ter que fazer uma sessão espírita, uma CPI lá, porque lá eles vão contar para nós.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, essas investigações devem estar em via de terminar. Não sei se vai demorar mais um ou dois meses...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas o senhor acha que vai chegar à conclusão de um culpado?

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que vai chegar à conclusão da causa e, a partir da causa, podem ser atribuídas as responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Obrigado ao Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor então, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor falou aí da ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ellen Gracie é advogada?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ellen Gracie...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o escritório dela que está defendendo o senhor?

O SR. GERD POPPINGA – Ela foi contratada...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Um dos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Um dos, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Um dos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Um dos escritórios.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal foi contratada para defender o senhor? É isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Não, senhor. Desculpe-me, Excelência. Eu me expressei mal. Ela foi contratada pelo Conselho de Administração, para liderar uma comissão independente de investigação interna na Vale.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É uma farsa isso...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que você está dizendo. Na verdade, ela está por trás de todo o conjunto de advogados que está defendendo a Vale. Não tenho a menor dúvida disso. É isso aí que a senhora que chorou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em vez de conselheira, ela é advogada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Acho que ela está com defensor público, talvez, coitada. Não vai ter oportunidade de ter essa proteção. Ex-Presi... Esse é o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Pelo amor de Deus!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, recebendo a grana da Vale para defender criminosos! Vai para onde, Kajuru, este País?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É impressionante! Tem que esclarecer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vai para onde? Sem cerimônia nenhuma!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E eu falo isso, sabe por quê? Porque, como você e como o Carlos, eu tenho 33 anos de política, não sei o que é contratar um advogado para me defender.

Fui três vezes Deputado, Secretário três vezes, Vice-Governador, Governador da Bahia, eu fui tudo, e não sei o que é contratar um advogado para me defender. Por mim, podia acabar com a classe de advogado, porque eu nunca precisei.

Nunca tive uma denúncia, um processo contra mim. Sempre tive a minha condição de classe média honrada, com a condição de poder inquirir o senhor aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer: a ex-Presidente do Supremo Tribunal! Isso é brincadeira! Isso aí não vai para lugar nenhum! Está tudo protegido. É uma proteção... É o poder invisível, que protege criminosos da estirpe do senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E aqui eu quero aproveitar, fazendo um parêntesis... Quero, para todo o Brasil, dizer da nossa decepção, mas também da admiração de encontrar pessoas corajosas, nessa questão de nós, hoje, discutirmos até onde vão essas atribuições particulares de membros da nossa Suprema Corte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ontem, a CCJ deste Senado, por votação de maioria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dezenove a sete.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... por 19 a 7, com grande discurso do Senador Alessandro, de Sergipe, do Senador Kajuru, na tentativa de manter uma investigação não sobre o poder do Supremo, que nós respeitamos muito, mas sobre as atitudes, as ações particulares de membros do Judiciário que estão levantando suspeitas, hoje, e deixando a população brasileira estarrecida.

A proposta era: nós vamos investigar os atos, os escritórios paralelos que não são permitidos por lei.

Nós poderíamos, no mínimo, quem sabe, entrar numa discussão avançada, responsável, sobre mandato para Ministro do Supremo – oito, dez anos –, sobre uma quarentena, depois que eles fossem Ministros, de um período que eles não pudessem trabalhar por dez anos, para, exatamente, não estar acontecendo o que está acontecendo aqui. Porque, se nós tivéssemos uma quarentena muito mais ampliada do que a que nós temos hoje, nós não estaríamos com um esquema jurídico muito bem armado para poder proteger aqueles que defendem uma empresa milionária. Porque o que a gente está percebendo, desde o começo, é que há aqui todo um trabalho conjunto, muito bem estipulado, muito bem pensado, e o Senador Otto me chamou a atenção sobre isso aqui.

Então, ontem, na CPI que recebeu o nome de Lava Toga, nós perdemos uma grande oportunidade de dar voz à população e de responder de quem são as responsabilidades, em todos os aspectos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui nós estamos enfrentando exatamente essa visão, essa questão paralela que nós temos no País, hoje, de pessoas que estiveram nas nossas cortes e que podem, depois de um período curto, advogar e, infelizmente, não colaborar conosco.

O Presidente me permite seguir com uma pergunta aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É evidente, eu já ia retornar a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, vamos voltar aqui ao nosso tema da CPI...

E o senhor, falando sobre a questão dos diretores, eu perguntei se o senhor escolheu os diretores, o Sr. Lúcio Cavalli e o Sr. Silmar Silva, e o senhor respondeu que sim. Agora, o senhor está me dizendo que mantém um controle e que confia plenamente nas pessoas e na capacidade delas.

Num depoimento à Polícia Federal, o senhor declarou que teria demitido os funcionários envolvidos e que, se tivesse sabido dos fatos apurados na investigação... O senhor teria demitido se tivesse sido informado dos fatos. Está bom.

Em 2015, quando aconteceu o desastre de Mariana – prestem bem atenção aqui nisso. Eu peço a gentileza –, o gerente responsável pela operação do complexo Mina da Alegria era o Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo – que vai ser convocado por esta CPI –, que trabalhava, Sr. Gerd, na sua diretoria.

Rodrigo Melo foi investigado no inquérito de Mariana, o inquérito apontou que a Vale despejava, sem autorização, rejeitos de minério de ferro em Fundão, o que aumentou o peso da barragem e contribuiu para o desmoronamento. Eu gostaria, inclusive... O senhor deveria ter entrado nesse assunto, eu lhe coloquei, e o senhor não falou nada.

Por isso, o Delegado Roger Lima de Moura pediu ao Ministério Público o indiciamento de Rodrigo Melo, que trabalhava com o senhor.

Pois muito bem: era o suficiente para que ele fosse colocado sob, pelo menos, suspensão dos conhecimentos dele? Não.

O senhor era chefe do Rodrigo Melo e, em vez de demiti-lo, como o senhor afirma no depoimento à Polícia Federal, o senhor colocou o Sr. Rodrigo Melo no posto de gerente executivo do complexo Paraopeba. O senhor promoveu um funcionário investigado pela tragédia de Mariana...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor promoveu o funcionário.

Então, Sr. Gerd, aqui, com todo respeito ao senhor: a sua prática é muito diferente da sua fala aqui conosco.

Eu vou perguntar ao senhor, em sequência, aqui, o seguinte: hoje o senhor demitiria Rodrigo Melo pela tragédia de Brumadinho ou daria a ele outra promoção, para estar à frente de mais uma tragédia?

O senhor acha sensato manter pessoas investigadas por tragédias comandando a operação de barragem e, portanto, diretamente responsáveis pela vida de centenas pessoas? O senhor teria coragem, aqui, de delimitar para a gente qual é a responsabilidade de Rodrigo Melo na tragédia de Brumadinho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, o senhor se referiu ao meu depoimento à Polícia Federal, onde eu disse: "Se eu soubesse que havia fraude ou que havia algum conluio...". E, aí, eu me referi ao trabalho da Tüv Süd, com o nosso pessoal dos laudos. Não me referi a Rodrigo Melo – só para esclarecer esse ponto.

O Rodrigo Melo foi um gerente na Mina de Alegria, que fica ao lado da Samarco, e ele gerenciava as operações da Vale. Não tinha nada a ver com a Samarco.

Voltando aos seus comentários...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas me permita, Sr. Gerd: o Relator fez uma pergunta clara a V. Sa.

O SR. GERD POPPINGA – Sim. Eu vou responder.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vai responder? O senhor promoveria? Porque isso aí é de nos deixar aturdidos, não é? O senhor promoveria esse funcionário?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu chego lá em um minuto.

O Sr. Rodrigo Melo simplesmente seguiu as normas e as práticas operacionais aprovadas e licenciadas.

Nos últimos dois anos, 5% da massa dos rejeitos da lama da Vale eram depositados na barragem da Samarco. Era uma coisa licenciada, sendo que a Samarco tinha a gestão de como depositar esses rejeitos. Então, o Sr. Rodrigo Melo não tinha nenhuma participação na questão da barragem da Samarco. Por isso, não havia nenhum motivo de não promovê-lo, o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que foi decisão não minha, mas do chefe dele, Silmar. Não havia nenhuma razão para não promovê-lo a um cargo maior.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Prof. Gerd, o senhor está dizendo que as informações levantadas pelo Ministério Público e pela própria ANM com relação à Mina da Alegria, de responsabilidade do Sr. Rodrigo Melo, estão incorretas? É isso? Eu entendi bem? O senhor está dizendo que o que está lá da investigação de Mariana e que consta dos autos.... Essa informação do Ministério Público é inverídica?

O SR. GERD POPPINGA – Eu estou dizendo que os rejeitos depositados pela Vale dentro da barragem da Samarco, que tinham a gestão da Samarco, estavam de acordo com os manuais de operação, estavam de acordo com o licenciamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo Melo, tendo participado, estando ativo na questão de Mariana... Em momento algum passou pelo senhor, pela sua experiência, pela capacidade que o senhor tem, que essa pessoa, em Brumadinho ou em outra qualquer mina, poderia colocar em risco o sistema da Vale, da empresa?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, não. O Sr. Rodrigo Melo não tinha nada a ver com a Samarco. A Samarco era outra empresa. Rodrigo Melo gerenciava uma unidade vizinha da Samarco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, eu gostaria de fazer um pedido de compreensão a V. Sa. porque nós temos sessão deliberativa que começa agora às 11h da manhã, e eu sou o primeiro inscrito para um assunto muito importante. Eu vou lá, faço o uso da palavra por 10, 15 minutos e retorno para cá. Chega o qualificadíssimo Senador Randolfe Rodrigues, e eu pediria que ele fizesse aqui o uso da Presidência desta reunião em meu lugar. Eu gostaria de pedir a V. Sa. apenas o meu direito aqui a rápidas duas colocações que considero importantíssimas em cima dessas suas perguntas absolutamente técnicas. O senhor sempre vem preparado com perguntas técnicas.

Então, Sr. Gerd, eu peço a sua sinceridade. O senhor tem filhos?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, tenho dois filhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tem netos?

O SR. GERD POPPINGA – Não, ainda não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Em tudo o que o senhor está falando aqui até agora, o senhor jura que está falando toda a verdade, nada além da verdade?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu juro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Jura?

O SR. GERD POPPINGA – Juro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Pelos seus filhos?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O.k.

O senhor recebia parte de sua remuneração variável conforme metas preestabelecidas? Havia metas relacionadas à segurança das barragens? Ou era tudo relacionado a lucro? Por gentileza, essa pergunta é muito importante. O Brasil precisa saber e precisa da sua sinceridade, Sr. Gerd.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, as metas relacionadas ao resultado da Vale, todo empregado da Vale recebia. Eram negociadas pelos sindicatos com o nosso departamento de RH. E essas metas... Havia metas coletivas, ligadas ao resultado; havia, no meu caso, muitas metas estratégicas, muitas ligadas a questões estratégicas de como melhorar as nossas vendas etc.; e havia metas especificamente relacionadas à segurança e metas especificamente relacionadas à sustentabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E as metas relacionadas à segurança? Quais eram essas metas, por fineza?

Estão prestando atenção? Metas: lucro. A empresa Vale visava a isso; visa a lucro.

O senhor pode responder quais eram as metas relacionadas à segurança e em que anos, por gentileza, elas foram atingidas totalmente ou parcialmente?

O SR. GERD POPPINGA – Metas relacionadas à segurança, Excelência. Na verdade, havia sempre uma melhoria em relação ao ano anterior em termos de vários indicadores, mas havia também – acho que isso é importante todos realizarem – penalidades se houvesse fatalidades. Portanto...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Alguém foi penalizado?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quem?

O SR. GERD POPPINGA – Eu fui penalizado e já tirei nota zero nesse item, porque infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor já foi penalizado, então?

O SR. GERD POPPINGA – Uma penalidade. Nós tivemos uma fatalidade que me botou esse indicador de zero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Zero?

O SR. GERD POPPINGA – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Zero?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Os outros diretores e o CEO afastado da empresa, o Sr. Fabio Schvartsman, também recebiam a remuneração dessa forma que senhor aqui confessa?

O SR. GERD POPPINGA – Os outros diretores, se não ligados diretamente a um negócio, recebiam uma média de todos os negócios. Geralmente, era assim. E, naturalmente, metas específicas. Do Sr. Fabio Schvartsman, eu não poderia dizer. Isso era discutido diretamente com o Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas ele recebia também? Ele tinha meta também? Se o senhor tinha, ele tinha?

O SR. GERD POPPINGA – Todos tinham metas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ele foi alguma vez penalizado? O senhor foi, recebeu zero. E ele?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Ele também foi penalizado. Eu não me lembro, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor só não se lembra da nota dele?

O SR. GERD POPPINGA – Não me lembro da nota dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A nota dele deve ter sido menor do que a do senhor, deve ter sido menos zero. A do senhor foi zero, a dele foi menos.

Última pergunta para que o Relator Carlos Viana siga com uma sequência maior de perguntas e o Senador Randolfe Rodrigues assuma aqui a Presidência, por fineza.

Abaixo, Sr. Gerd, de qual nível hierárquico a remuneração era apenas fixa? Ou seja, qualquer funcionário – incluindo um faxineiro, uma copeira – recebia parte da remuneração variável? Responda, por gentileza.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, todos os empregados da Vale, empregados diretos da Vale recebiam uma participação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Até copeiros? Até faxineiras?

O SR. GERD POPPINGA – Se fosse um empregado direto da Vale, sim. Os terceirizados tinham outra dinâmica. Mas todos os empregados – isso era negociado com o sindicato –, todos recebiam participação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Bom, eu retorno ao Relator Carlos Viana.

Voltarei rapidamente, mas saio triste. Meta, lucro, remuneração variável, todos... E 310 mortos, cujos familiares não receberam rigorosamente nada até agora.

Senador Carlos Viana, Relator, por gentileza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Sr. Gerd, em declaração recente à Comissão Externa de Brumadinho, na Câmara dos Deputados, o ex-Presidente da Vale, Sr. Fabio Schvartsman, afirmou que a Vale é uma joia brasileira que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu na barragem, por maior que tenha sido a tragédia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me permito aqui... Eu sou muito paciente, Senador Otto, Senador Randolfe, senhores que nos assistem, senhoras, mas há momentos em que não há jeito, momentos em que a gente precisa desabafar. Essa é a frase mais cretina que eu já ouvi na minha vida. A pessoa, com 19 mortos em Mariana, 300 em Brumadinho, defender aquilo que está errado, que deu errado como sendo uma joia?

Isso, para nossa imagem brasileira, infelizmente nos prejudica muito sobre a nossa capacidade de mostrar ao mundo que nós sabemos valorizar e fiscalizar aquilo que é nosso, porque nós estamos falando de minério, que é um bem comum. Isso está mostrando claramente ao Brasil que uma empresa vem para cá, uma empresa que foi criada com dinheiro público... A Vale do Rio Doce nasceu do anseio, na época de Getúlio Vargas, em tornar o Brasil um país industrializado. Essa empresa foi privatizada e hoje faz o que quer. E, diante de uma tragédia que mata 300 pessoas, nós ainda temos que escutar o presidente da empresa dizendo que a empresa é uma joia. Isso é de um cinismo absurdo. Os senhores me desculpem aqui o desabafo.

Mas vamos lá. A Vale, Sr. Gerd, é uma empresa de capital aberto; tem hoje 14,7% de investidores brasileiros e 46,6% de investidores estrangeiros. O resto das ações pertence a fundos de investimento e bancos tanto nacionais quanto estrangeiros.

Quero citar aqui um trecho de uma reportagem do jornal *Valor* do dia 8 de abril. Diz assim:

Vale fica pressionada após Union Investment vender participação.

A Union Investment, terceira maior administradora de ativos da Alemanha, vendeu todas as ações e bônus do grupo minerador Vale, depois do rompimento da barragem de rejeitos em janeiro no Brasil, que deixou mais de 220 pessoas mortas e mais de 70 desaparecidas.

Diz a matéria:

A Igreja Anglicana vendeu sua participação na Vale, de menos de 10 milhões de libras esterlinas (US\$13 milhões), dias depois do desastre. Em março, o conselho de ética da Suécia, que assessora vários fundos de pensão, instou seus clientes a vender as ações da Vale, argumentando "ter perdido a confiança" na companhia.

Os investidores estrangeiros não confiam mais no gerenciamento da Vale, muito menos na nossa capacidade de entender o que está acontecendo na empresa.

Mais um trecho:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fundo de petróleo da Noruega, maior fundo soberano do mundo, que detém participação de 1,1% na Vale, informou ao "Financial Times" que mantém conversas com a empresa desde o desastre e que o conselho de ética da Noruega, que assessora o fundo de petróleo sobre a venda de certas participações, está estudando [vender e sair da participação na Vale] a Vale.

Então, Sr. Gerd, os conselhos de ética de investidores da Alemanha; da Igreja Anglicana, na Inglaterra, que tem participação conjunta por meio de fundos internacionais; da Suécia; da Noruega estão vendendo ou pensando em vender as ações da Vale, porque perderam a confiança na empresa que o senhor representa. Conselhos de ética, Sr. Gerd, de países, igrejas, fundos de investimento de países que não perderam nenhuma pessoa nessa tragédia, que não tiveram rios assassinados, que não tiveram nenhuma cidade com a economia destruída... Eles, sim, poderiam estar preocupados apenas com o lucro, mas, não, decidiram que não querem mais investir em uma empresa que desrespeita o próprio povo. Somos nós!

Não há norueguês sentado em retroescavadeira da Vale; não há alemão bebendo água do Paraopeba, nem do Rio Doce; não há sueco que tenha perdido a família debaixo da lama. Essas pessoas entendem claramente qual é o limite de uma palavra chamada lucro.

Então, Sr. Gerd, o senhor poderia dizer ao povo brasileiro – que criou a Vale e que tinha pela empresa, inclusive, uma grande admiração – como nós podemos confiar que todas as decisões que os senhores tomarão daqui para a frente não vão permitir que novas tragédias aconteçam?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu acho compreensível uma empresa de capital aberto que tem vários acionistas, com vários critérios, uns entram outros saem... Eu acho perfeitamente compreensível alguns acionistas tomarem decisões desse tipo.

Com relação às decisões daqui para a frente, eu estou afastado desde 2 de abril e não tenho tido contato com os meus colegas sobre as medidas que estão sendo adotadas, mas eu tenho certeza de que existem muitas medidas emergenciais sendo adotadas, porque uma coisa a gente tem que falar: o nosso norte, a nossa âncora sempre foi o tal do laudo de estabilidade.

Eu confiava piamente neste laudo de estabilidade. Eu acho que isso hoje, pelo que aconteceu, principalmente nas barragens a montante, é uma coisa que tem que ser revisada não só pela mineradora, tem que ser revisada... Temos que juntar forças com os órgãos públicos fiscalizadores e outros mais.

Então, algo tem que ser feito para que não se baseie a sensação de segurança somente no laudo de estabilidade. Nesse sentido, eu acho que estamos trabalhando. Eu não tenho os detalhes, mas há conversas com autoridades e com V. Exas. para que a gente pudesse, além



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do laudo de estabilidade, implementar outras práticas que garantissem a segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd...

Só um minutinho.

Sr. Gerd, vamos inverter o lado. O senhor aceita fazer comigo aqui uma inversão de posicionamentos?

Suponhamos que o senhor não fosse aqui um dos diretores da Vale. Suponhamos que o senhor fosse aqui um dos fiscais nomeados pelo povo brasileiro na Agência Nacional de Mineração ou nesta Casa para dar uma resposta. O que o senhor recomendaria que fosse feito contra a Vale? O senhor retiraria as concessões da empresa de minério, porque ela desrespeitou a lei de mineração? O senhor condenaria a Vale, Sr. Gerd?

Eu quero que o senhor faça esse exercício comigo aqui, o senhor como um profissional que conhece de mineração.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, primeiramente, eu acho que os órgãos de fiscalização, como a ANM, por exemplo, são muito competentes. Agora, vamos também admitir e vamos dizer também que faltam alguns recursos para esses órgãos, para fiscalizar de uma forma mais rotineira. São poucos os recursos que eles têm.

Eu acho que essa fiscalização tinha que se dar de uma forma diferente. Acho que não só basta a empresa apresentar alguma coisa, um auditor independente atestar alguma coisa, mas tinha que se verificar se há conflito de interesse, porque uma das suspeitas é que houve conflito de interesse. Não vou falar se houve ou não houve, mas o delegado está suspeitando disso.

Então, a gente tem que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual seria esse conflito de interesse?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, foi constatado que a TÜV SÜD, que estava auditando as nossas barragens, simultaneamente estava também trabalhando em outros serviços na empresa, o que pode ser conflito de interesses.

Então, nesse sentido, eu acho que deveria haver regras que evitassem essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a própria Vale não percebeu isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Diante do que poderia acontecer no futuro da empresa, Sr. Gerd?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o senhor está dizendo aqui é que conflito de interesses é uma possibilidade. O senhor ainda acrescenta que a própria TÜV SÜD estava trabalhando em áreas conflitantes. Obviamente, o conflito de interesses é em áreas da própria Vale. Essa não era uma questão que a própria Vale deveria ter percebido?

O SR. GERD POPPINGA – Não é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se não percebeu, não houve uma responsabilidade da Vale nesse sentido?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu, certamente não sabia dessas... São contratos relativamente pequenos em relação aos contratos que a Vale tem. Não chegam ao meu conhecimento.

Mas respondendo a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não sabia, mas foi o senhor que falou agora do conflito de interesses.

O SR. GERD POPPINGA – Pois não, eu falei baseado nos depoimentos e nas investigações do delegado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sr. Gerd, quais são esses conflitos de interesses?

O SR. GERD POPPINGA – Por exemplo, se houver uma empresa auditando, ela não deveria prestar serviço talvez fazendo algum serviço na própria barragem ou em outros lugares perto. Então, esses conflitos de interesses poderiam não ser conflitos, mas poderiam ser mal interpretados.

Então, eu só quis dizer o seguinte: existem muitas coisas que têm de ser olhadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Gerd, permita-me. O senhor trouxe uma informação que não foi nenhum de nós aqui que trouxe para esta Comissão: conflito de interesse. Foi o senhor que a trouxe aqui. Essa informação traz uma colaboração sua importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fundamental, eu acho. Eu diria até que é a melhor contribuição do seu depoimento agora.

Vamos tentar nos ater a isso. Já que V. Sa. falou em conflito de interesse, não vamos agora eufemizar o termo. Conflito de interesses é conflito de interesses. Não há meio conflito de interesses, não há mais conflito de interesses, há conflito de interesses.

A pergunta direta do Relator – para a qual a gente gostaria de ter uma resposta direta e objetiva sua – é: onde estava esse conflito de interesse?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, quem trouxe isso à mesa foi a Polícia Federal. Ela ventilou isso no depoimento do pessoal da TÜV SÜD com o pessoal da...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem trouxe isso para a CPI agora foi o senhor.

O SR. GERD POPPINGA – Pois não. No intuito de exemplificar como poderíamos, alguns exemplos de melhorar essa fiscalização, essas relações, como poderíamos melhorar a qualidade de um laudo de estabilidade.

As primeiras providências tomadas após Mariana foram: em vez de ser anual, passou a ser semestral. Mas será que o laudo de estabilidade reflete a segurança da barragem? Temos que ter outros meios de apurar a segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor contratou a TÜV SÜD?

O SR. GERD POPPINGA – Não, eu nunca soube da TÜV SÜD, não conheço a TÜV SÜD, não conheço ninguém que trabalhe na TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, deixe-me ver se nós entendemos bem aqui, Sr. Presidente, Senador Otto.

O senhor está nos dizendo que a TÜV SÜD, além das auditagens de barragens, tinha outros contratos com a empresa e que isso pode ter pesado, inclusive, na decisão da TÜV SÜD em atestar ou pelo menos manter a Vale desinformada sobre a segurança da barragem. É isso?

O SR. GERD POPPINGA – Segundo o depoimento, segundo as palavras da Polícia Federal, essa foi uma das hipóteses. É isso o que eu estou dizendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a Polícia Federal não chegou a isso à toa... Com certeza, a partir dos depoimentos...

O SR. GERD POPPINGA – Com certeza, Excelência, alguns indícios deve ter havido.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós estamos aqui no raciocínio de o que o senhor está colocando. Então, se os senhores não identificaram um conflito de interesses, se essa questão está sendo colocada agora como a possibilidade de que a empresa tenha dado informações incorretas à Vale... Dentro daquilo que eu lhe perguntei sobre o outro lado, o senhor estando como um avaliador, em uma análise da situação, a autogestão da sua empresa não funcionou, Sr. Gerd?

A Vale, com todos os critérios que tinha – que o senhor mesmo colocou – de segurança em vários pontos, não teve condições de saber se aquela política colocada lá estava funcionando ou não?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, como eu disse, eu mesmo criei uma nova área dentro da Vale fora das operações, para haver neutralidade, que se chamava gestão de barragens – uma espécie de primeira linha de defesa para, de uma certa forma, auditar, uniformizar os critérios –, que é a área do Alexandre Campanha, que responde ao Lúcio Cavalli. Então, essa é a primeira linha de defesa.

A própria Vale, depois, criou uma segunda linha de defesa chamada GRN (Gestão de Riscos de Negócio), aí, sim, ligada não à minha diretoria, mas ligada ao meu colega e par, Luciano Siani, Diretor Financeiro, onde não somente barragens eram analisadas, mas também todos os riscos de negócios. Por exemplo, um navio podia afundar, um trem de passageiro podia descarrilhar... Isso também era analisado nesse aspecto.

Então, a governança foi montada imediatamente após o evento Samarco de uma forma que chegassem... Isso era reportado à Diretoria Executiva de forma regular. A GRN, a Gestão de Riscos de Negócio, era reportada mensalmente à Diretoria Executiva, e eu tinha semanalmente reuniões com os meus subordinados operacionais, porque são eles que tinham a informação da gerência de riscos e são eles que são os responsáveis. O pessoal da ponta é responsável pela segurança da barragem. Então, ao ter reunião semanal com essas pessoas, eu tinha todas as informações necessárias para saber se havia algum problema mais grave.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – V. Exa. me permite, Presidente, continuar? O Senador Otto desejando também, a qualquer momento a gente pode...

Sr. Gerd, vamos analisar um pouquinho o que o senhor acabou de responder aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se V. Exa. me permite, ainda na linha de raciocínio do que o Sr. Gerd estava respondendo – e V. Exa., Relator Carlos Viana, iniciou uma linha de inquirição que contribuirá muito com esta CPI –, pelo que eu entendi, inclusive quando o senhor destaca que a TÜV SÜD teria conflito de interesses atuando em áreas distintas da Vale, o senhor diria hoje que houve responsabilidade direta e omissão da TÜV SÜD em relação aos relatos que poderiam impedir o desastre de Brumadinho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu me baseio na informação que eu recebi da Polícia Federal. Se isso for confirmado, no mínimo não é boa prática ter vários contratos sobre o mesmo assunto em interesses diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, na percepção de V. Sa., com as informações que V. Sa. tem da Polícia Federal, o procedimento da TÜV SÜD, a omissão da TÜV SÜD pode ter levado ao desastre?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sei se foi omissão ou outra coisa. Eu acho que não é boa prática ter vários contratos relacionados a um mesmo assunto em que possa potencialmente haver conflito de interesses.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Permita-me, Senador?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, Presidente. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que aqui há uma informação importantíssima para o relatório de V. Exa., porque eu acho que esse é o depoimento mais contundente em relação à TÜV SÜD que nós temos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez seja necessária uma decorrência desta CPI a partir deste depoimento do Sr. Gerd.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos realizar uma rápida pausa para o depoente por cinco minutos. A gente suspende a reunião e a reinicia daqui a pouco.

(Suspensa às 11 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos.)

(Continua suspensa a reunião.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bem, retomando a reunião com o retorno do Sr. Gerd, voltamos aos questionamentos do Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Sr. Gerd, o senhor conhece o Sr. Juarez Saliba?

O SR. GERD POPPINGA – Conheço o Juarez Saliba de longa data.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Juarez Saliba foi colocado no alto cargo de Diretor de Estratégias, Exploração, Novos Negócios e Tecnologia e, nessa missão atribuída pelo ex-Presidente, afastado, Fabio Schvartsman, produziu um diagnóstico de segurança das barragens. Nós sabemos que essas informações nunca ficam nem devem ficar restritas ao Presidente da empresa.

Devido ao seu cargo, que o coloca em muita proximidade com a Presidência, o senhor teve acesso ao relatório produzido pelo Sr. Juarez Saliba? Participou de alguma apresentação sobre o assunto? Quem mais o senhor sabe que ajudou o Saliba a produzir o relatório? A leitura desse relatório o faria afirmar, como fez o Sr. Fabio Schvartsman, que as barragens da Vale estavam em condição impecável, em estado impressionante de qualidade?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não participei desse diagnóstico porque a dinâmica foi a seguinte: o Dr. Fabio Schvartsman chegou como Presidente novo na Vale e trouxe algumas pessoas de sua confiança, como o Juarez Saliba, que ficou responsável pela parte estratégica em novos negócios da Vale, mas, por ter uma experiência muito grande na sua carreira profissional, inclusive na área operacional na própria Vale – depois ele passou para a CSN –, o Juarez Saliba foi então incumbido por Fabio Schvartsman para fazer um diagnóstico – como é que se encontra? O que está acontecendo na Vale? Quais seriam as recomendações, inclusive de estrutura? Tive participação só no final, quando nos foi apresentado este diagnóstico produzido pelo Juarez Saliba. Da minha equipe me parece que participaram o nosso diretor de *marketing* Rogério Nogueira, para olhar a parte comercial, e o nosso Lúcio Cavalli, meu Diretor de Planejamento.

O resultado desse diagnóstico foi: teve várias pequenas mudanças organizacionais, várias sugestões na parte estratégica da Vale. E, principalmente, relacionado à pergunta de V. Exa., foi analisada a nova governança proposta para este assunto de barragens. Pelo que eu sei, o Juarez Saliba e outros profissionais acharam que a governança nova, com a criação da área de gestão de riscos geotécnicos, justamente com Alexandre Campanha, estava bem encaminhada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Só complementando, desculpe, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. GERD POPPINGA – Eu não acredito que o Juarez Saliba tenha entrado profundamente em detalhes técnicos das barragens. Eu acho que o trabalho dele se baseou mais na governança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, os senhores estavam ali com um desafio de não deixar a Vale passar por mais uma tragédia como foi Mariana. Os senhores criam uma nova área de risco geotécnico, os senhores tinham todas as informações e os senhores não aprofundam nos dados técnicos para poder entender claramente o que poderia acontecer ou o que aconteceu? Que tomada de decisão é essa?

Outra coisa. Eu gostaria que o senhor, na sequência, nos dissesse também quem foi o responsável pelos contratos da Tüv Süd? Quem? Nome. Quem da Vale deu vários contratos, foi responsável pela contratação da empresa em várias atividades?

O SR. GERD POPPINGA – Começando pela última pergunta, Excelência, os contratos de laudos de estabilidade são feitos pela área do Alexandre Campanha. Eu não sei se exatamente seria ele ou algum subordinado dele, mas... Sempre eles provêm as especificações técnicas, mas quem executa e negocia esses contratos é a área de suprimentos, a área de suprimentos que não responde a mim, responde a outro diretor-executivo. Então, a dinâmica é esta: a área técnica, no caso da Tüv Süd, de auditoria externa recomendada pelo Alexandre Campanha ou algum dos subordinados dele, e quem negocia o contrato depois com essa empresa é a área de suprimentos, que não responde a mim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe, é porque V. Sa. entrou... Eu acho que, realmente, nós dois estamos fazendo uma tabela Pelé-Coutinho, não é, Coutinho?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso mesmo, Pelé. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da outra vez, eu lhe coloquei como Pelé.

V. Exa. foi na ferida. E aqui a gente precisa lembrar uma confissão feita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Gerd, o Sr. Alexandre Campanha confessou aqui, nesta CPI – o Relator Carlos Viana estava presente, creio que o Senador Otto Alencar também estava e que também o Senador Randolfe estava –, ter mantido... Vou ler, porque são palavras dele: "ter mantido contato com os engenheiros da Tüv Süd". Então, ele confessou. Ai cabe, então, um questionamento, para voltar ao Relator Carlos Viana, Senador mineiro. V. Sa. sabe disso? À época era comum pessoas de alto escalão da empresa Vale manterem contato direto com engenheiros das empresas terceirizadas? Responda, por gentileza, com sustância. Preciso da sua sustância. O senhor é um homem forte, filho de alemão. Alemão não tem medo de nada, embora alemão seja frio. Alemão parece que nasceu no Polo Norte, é glacial por natureza. Então, não seja glacial. Responda isso aqui. É importante. O Sr. Alexandre confessou isso aqui.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu desconheço o fato de o Alexandre Campanha ter conversado diretamente com engenheiros da Tüv Süd, mas a área dele é a área responsável por coordenar as auditorias externas de estabilidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor quer dizer que não tinha conhecimento disso à época?

O SR. GERD POPPINGA – Da Tüv Süd?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, do que ele relatou aqui, do que ele confessou aqui, que ele mantinha contato com os engenheiros da empresa.

O SR. GERD POPPINGA – Não. Não tenho essas informações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso é o quê? Omissão ou desinformação de V. Sª?

O SR. GERD POPPINGA – Não, isso é a delegação por especialidade. Não tenho informações sobre esses contratos negociados entre a área de suprimentos e a área técnica para laudos de estabilidades. São 130 barragens. Eu não tenho essas informações todas detalhadas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu retorno ao Senador Carlos Viana como Relator. Fico satisfeito. Não satisfeito com a resposta. Fico satisfeito apenas de saber que aqui hoje nós estamos diante de respostas com direito à ocultação, conforme o Senador Randolfe já observou...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Omissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E agora omissão. Perfeito? Ocultação e omissão. Isso para mim é crime, não? Desculpe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, é interessante nós seguirmos aqui um raciocínio, porque a fala é: "nós investimos mais em segurança". Eu ouvi isso bem aqui, ou não? Ouviu, Kajuru? Pelé, ouvi ou não ouvi que o investimento em segurança aumentou depois da tragédia em Mariana?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ouviu. Ouvi, Pelé.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, reportagem do UOL assinada pelo jornalista Leandro Prazeres, 1º de fevereiro de 2019:

Após tragédia em Mariana, Vale reduziu em 44% os gastos em segurança.

A Vale cortou investimentos da companhia em ações de segurança e saúde das suas operações no ano seguinte ao rompimento da barragem de Mariana, em 2015. Entre 2015 e 2016, a Vale reduziu os investimentos em 44%. [...]

Os relatórios mostram que, em 2015, a Vale investiu US\$353 milhões nesse tipo de ação. Em novembro daquele ano, a barragem da Samarco em Mariana se rompeu, matando 19 pessoas e causando um dos maiores desastres ambientais da história do País.

Apesar da comoção causada pela tragédia, no ano seguinte, a Vale reduziu os seus investimentos em segurança e saúde para US\$198 milhões.

O corte aconteceu em um momento positivo para a empresa. Em 2016, a Vale conseguiu reverter um prejuízo no ano anterior e obteve um lucro de US\$13,3 bilhões. Na comparação, é possível dizer que a companhia gastou em segurança e saúde o equivalente a 1,48% do seu lucro.

Então, Sr. Gerd, nós estamos aqui falando das duas maiores tragédias ambientais do Brasil, de uma tragédia que marcou 310 famílias até o momento, de pessoas que estão em busca de respostas porque confiaram na empresa, confiaram suas vidas a trabalhar ali, e que infelizmente não foram respeitadas nem ao menos em, no horário de almoço, estarem tranquilas para poderem estar em segurança. A Vale investiu 1,48% do lucro em segurança.

E aqui, Sr. Gerd, eu vou fazer uma colocação ao senhor, como estatutário: a empresa investe pouco em segurança; a empresa investe milhões em advogados, porque, além dos que acompanham aqui, nós temos uma série de advogados assessores; os senhores vão para a Justiça, porque a estratégia é esta, judicializar tudo; não pagam as indenizações de Mariana, empurram com a barriga; oferecem, no caso de Brumadinho, R\$300 mil por família, sendo que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a própria Vale já havia feito um cálculo de que o valor de indenização poderia chegar a quase R\$11 milhões, e não R\$300 mil; e o senhor está aqui colocando conosco que foram feitas todas as ações.

Sr. Gerd, vamos fazer um favor ao Brasil, um favor ao País: quem foi o responsável pelo que aconteceu ali ou, pelo menos, quais as falhas que vocês cometeram ao se autorregular, ao não serem fiscalizados, como o senhor mesmo disse, da forma correta, pela impossibilidade, não incompetência, da ANM? Quais foram as falhas, Sr. Gerd? Diga-nos aqui o que nós vamos fazer para poder não acontecer de novo?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu gostaria de, antes de responder a essa sua pergunta, só fazer um esclarecimento sobre esse artigo a respeito de segurança, que eu não conheço, mas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor quer aqui uma cópia? Eu lhe dou uma cópia aqui.

O SR. GERD POPPINGA – Obrigado.

Mas o fato é o seguinte: nós temos que diferenciar gestão de barragens com investimento em barragens e segurança.

Gestão de barragens: nós aumentamos de 90 milhões, em 2015, para 250 milhões, nos dias de hoje – é um aumento de quase 200%. Isso é gestão, isso é gestão para verificar os processos, para criar essa nova área etc. Agora, investimento em barragem é um tobogã: quando o senhor tem uma barragem alteada, ou uma barragem reforçada, ou uma nova barragem em construção, é lógico que os investimentos em barragem disparam. Quando isso não acontece em alguns anos, eles caem. Então, comparar essas duas coisas fica uma coisa um pouco comparando coisas incomparáveis.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor não terminou ainda? Pode continuar.

O SR. GERD POPPINGA – Eu ia falar do...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Achei que o senhor tivesse terminado. Perdoe-me.

O SR. GERD POPPINGA – ... culpado.

Eu volto a dizer, Excelência, que fica muito difícil. Existe uma investigação em curso tanto das causas, são entidades internas, externas. E, antes de ter a causa do rompimento, que foi uma coisa muito... Até a comunidade científica classifica como estranha, porque foi de uma hora para outra. Normalmente uma barragem dá sinais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, não foi. O senhor me perdoe. Em junho de 2018, há um relatório externo, que não foi feito por uma empresa que não é a Tüv Süd, que nós mostramos aqui.

Tem os eslaides da última reunião? Estão disponíveis no computador.

Vamos colocar aqui, por favor, para a gente refrescar um pouquinho a questão de Brumadinho, para a gente poder ir lá para mostrar às pessoas o que está acontecendo. Dê-me o eslaide em que estão as setas da investigação da Agência Nacional e Mineração, o anterior. O primeiro deles, o primeiro. Isso. Ali.

Sr. Gerd, esses relatórios são de 2018. Ali onde está a seta, que o senhor está vendo ali, é o início do rompimento, na base da barragem. Ela começa por cima, porque ela vai afundando. Em junho de 2018, uma empresa independente, que não era a Tüv Süd, já apontava que, naqueles mesmo locais ali onde o senhor está vendo a seta, havia o vazamento de água pressurizada. No outro, havia uma manilha entupida. Junho de 2018, portanto quase sete meses antes de aquelas pessoas morrerem, a empresa já tinha uma outra auditoria.

Então, aqui nós não temos conflito de interesse – como o senhor colocou – da Tüv Süd, aqui nós não temos falta de informação, não temos falta de qualificação para avaliar as informações, porque qualquer um saberia, e não temos também incompetência no sentido de não ter a possibilidade de fiscalizar, de quem é a competência. Nós temos tudo aqui, todos os pontos, os fatores alinhavados para que o desastre pudesse ser evitado com antecedência.

Então, ali, olha, essa informação está muito clara.

Pode passar o próximo, por favor.

Ali, Sr. Gerd, olha lá: vai se rompendo... Ela deu sinais, seis meses antes, de que isso ia acontecer.

Pode dar sequência.

Ali a água vazando, onde, em junho do ano passado, a empresa falou: "Olha, está vazando água aqui. Há uma água pressurizada aqui. É preciso tomar providências para que isso não fosse feito". Lá embaixo, para quem não conhece, está a usina da empresa – são as instalações da usina. E, logo abaixo, à direita, que não está nessa foto, estavam o refeitório e a área administrativa.

Então, Sr. Gerd, todas as informações estavam disponíveis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para completar a ilustração, coloquem o vídeo com o rompimento da barragem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pare um pouquinho.

Como o senhor pode ver, exatamente onde o Sr. Relator relata é onde começa o rompimento da barragem.

A Vale não conhecia isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse relatório foi feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não houve nenhum alerta?

Assim, esse relatório é de sete meses antes, como já foi dito pelo Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Feito pelo Sr. Armando Mangolim Filho, que notificou durante um fraturamento hidráulico gravíssimo no DHP 15. Junho de 2018, Sr. Gerd Poppinga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, só para entender um pouco...

Eu queria perguntar ao senhor: qual seria a maneira, qual o custo operacional, se haveria alguma maneira de esvaziar uma barragem dessa ou evitar o rompimento dela? A barragem não vai receber mais rejeitos... Existe alguma forma, alguma maneira de diminuir a pressão dos rejeitos dentro dela para ela não romper?

Porque... Eu acho que nós temos outras barragens, inclusive – o Carlos sabe –, na margem esquerda do São Francisco há a barragem de Paracatu, que é um rio superimportante da margem esquerda. Se for acontecer o que aconteceu em Paraopeba, aí o comprometimento será gravíssimo, porque o Paracatu já vai dentro da barragem de Três Marias, no Rio São Francisco.

Eu pergunto ao senhor se existe alguma técnica de engenharia, ou alguma coisa, para esvaziar uma barragem dessa, diminuir a pressão dos rejeitos nela. Só para o senhor me explicar isso.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sou especialista nessa área. Eu tenho alguns conhecimentos, mas são muito superficiais. Essa barragem estava em processo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não conhece nenhuma forma?

O SR. GERD POPPINGA – Não... O que o pessoal normalmente faz é... Primeiro, tem-se que se conhecer exatamente o que está lá dentro. Essa barragem – só lembrando – foi construída em 1976...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim. Eu não estou perguntando isso. Eu estou perguntando se existe alguma técnica, porque deve existir, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Técnica de descaracterização, ou seja, de tirar o volume dali.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem como fazer isso?

O SR. GERD POPPINGA – Tem como fazer isso. E havia um plano de tirar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Desaguar todo esse rejeito...

O SR. GERD POPPINGA – Mas eu gostaria de lembrar também, Excelência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas isso custa muito dinheiro, não é? Então ficou mais fácil deixar romper do que fazer isso. É isso?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu gostaria de dizer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só pode ser, a meu juízo, uma coisa desta: deixa romper que a gente fica livre do rompimento, vai haver problemas e aí vai embora...

Essa mesmo de Paracatu – o Carlos, que é de Minas, sabe...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É da Kinross, explora ouro lá em Paracatu. É arsênio e mercúrio a barragem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Arsênio e mercúrio, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Arsênio e mercúrio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que é também da Vale, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, a Kinross é uma canadense.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É canadense?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os senhores são sócios da Kinross?

O SR. GERD POPPINGA – Não, Excelência.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas também tem gravidade muito grande.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito, muito. Se houver qualquer vazamento ou rompimento lá...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isto que eu queria: só entender se haveria essa possibilidade de fazer ou não.

O SR. GERD POPPINGA – As práticas normais são de descaracterização, ou seja, devolver essa área à natureza e, para isso, tem que se tirar ou fazer reforço nessas barragens.

E eu gostaria de ressaltar que esse relatório que V. Exa. mencionou nunca chegou ao nosso conhecimento na Diretoria-Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está nos autos da ação civil pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E é um relatório da...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da própria Vale. É um relatório que foi feito logo depois de um fraturamento hidráulico grave. A Sra. Cristina Malheiros, que estava conosco aqui, reportou. Esse especialista foi chamado e fez as observações. Falou: "Olha, os dois pontos da barragem são esses aqui, que precisam ser olhados com urgência", porque ele, ao fazer lá uma pequena... Vamos dizer assim, a introdução de uma sonda, vazou água pressurizada.

O SR. GERD POPPINGA – Sim. O que eu estava dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, como o senhor percebe, um relatório da própria Vale.

O SR. GERD POPPINGA – Da própria Vale, mas que não chegou ao conhecimento da Diretoria-Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um relatório dessa gravidade não chegar ao núcleo de decisão?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não... E a quem é responsável pelas barragens, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a quem é responsável pelas barragens, ao núcleo de decisão, que tem responsabilidade de decisões.

O SR. GERD POPPINGA – É... Esse relatório nunca chegou à Diretoria-Executiva, Excelência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente, Sr. Relator.

Como o senhor... Me permita, como o senhor faz o relato, dá a entender que a Vale é uma empresa caótica, é uma empresa que não tem... Não funciona a hierarquia. É uma empresa desorganizada, porque um relatório dessa gravidade, sete meses antes, com uma das principais barragens da Vale, com risco de repercussões gravíssimas para as pessoas e para o meio ambiente, não chegar um relatório dessa natureza até a Diretoria-Executiva, até os postos de decisão da Vale? A primeira impressão que temos é que a Vale é uma empresa, se levarmos em consideração isso, a Vale é uma empresa caótica, é uma empresa que não tem estrutura de direção, que não tem hierarquia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Que não tem controle sobre as informações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que não tem sistema de alerta, que não tem controle... É esta a Vale?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu fazia reuniões semanais com os meus diretores operacionais logo abaixo de mim, que detinham essas informações, e nunca, nessas reuniões – potencialmente detinham –, nunca, nessas reuniões semanais, às sextas-feiras, foi mencionado qualquer problema em relação à B1.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem eram esses diretores operacionais?

O SR. GERD POPPINGA – Os nomes são: Antônio Padovezi, que é responsável pelo sistema norte, Corredor Norte; Josimar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antônio...

O SR. GERD POPPINGA – Padovezi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Padovezi.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Josimar Pires, que é responsável pelo projeto S11D; Silmar Silva, que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que é S11D, por favor?

O SR. GERD POPPINGA – S11D é um projeto... É o nosso maior projeto dos últimos tempos, no Estado do Pará, ao lado de Carajás.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Silmar Silva...

O SR. GERD POPPINGA – Silmar Silva, que os senhores conhecem pelos autos; e o Claudio Alves, que era Diretor de Pelotização e Manganês.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso dar sequência, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero entrar, agora, num outro aspecto, Sr. Gerd, que tem chamado muito a nossa atenção e que é parte de um relatório internacional a que nós tivemos acesso, sobre um assunto que ganha o nome de *transfer prices*.

Transfer prices, para que os senhores entendam, é uma...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Suíça!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... é uma empresa que exporta para ela mesma, em outro nome, em outra pessoa jurídica fora do país, e lá ela revende o mesmo produto por um preço superior ao da origem. O que eu estou dizendo é que, segundo esse relatório, a Vale vende o minério de ferro dos brasileiros pelo menos 20%, até 30% com preço menor do que o internacional, e essa diferença fica no caixa da empresa controlada, vamos dizer, de uma subsidiária no exterior.

O senhor tem conhecimento dessa operação? O senhor confirma que o preço pago aqui, inclusive em impostos, aos brasileiros, o que fica para o nosso País, fica pelo menos 20% mais baixo do que a prática internacional do minério de ferro, Sr. Gerd?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, permita-me?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Gerd, por gentileza, com respeito, o senhor prestou atenção no questionamento do Relator Carlos Viana?

Parece até que nós ficamos até meia-noite aqui no mesmo gabinete. Não ficamos, não é? Nem nos vimos. Só sabemos que estávamos trabalhando para o dia de hoje.

Então, veja um pouquinho mais... Não completo, mas um pouquinho mais detalhado, porque o Relator resumiu esse questionamento, que eu acho riquíssimo.

Vamos à plenitude dele: o senhor assumiu no final de 2014 e, um ano e pouco depois, foi denunciado homicídio triplamente...

A manobra fiscal, bem aqui colocada pelo Relator, a manobra fiscal usa a Suíça como entreposto das empresas, Sr. Presidente, Randolfe. Do Brasil, a mineradora embarca minério de ferro para a China e Japão, os maiores consumidores do produto. A venda da carga destinada à Ásia é feita com um preço abaixo do mercado, como bem colocou o Relator, para o escritório que a própria Vale abriu na Suíça, como lembrou pontualmente o Carlos Viana, o Senador mineiro.

Em 2006, essa empresa foi aberta na Suíça e se chama, então, Saint-Prex. O escritório suíço revende a mercadoria com o valor correto aos asiáticos. Os navios não entram na Suíça, que sequer tem contato com o mar. Como declara um valor menor – essa foi a ferida do Relator –, a Vale paga, então, menos impostos no Brasil e, pasmem – Sr. Gerd, não desminta isto –, economiza no mínimo, Pátria amada, US\$6,2 bilhões, aproximadamente R\$23 bilhões, de acordo não com o Kajuru, Senador, mas com o IJF. O valor se refere apenas ao Imposto de Renda e à CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Investigadores da Receita Federal qualificaram o caso como fraude, Sr. Relator Carlos Viana – eu não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento. É relato da Receita Federal, notícia publicada pelo UOL, da Folha de S.Paulo. Fraude! Um da Receita, inclusive, declarou que chamou a atenção o – abre aspas – "planejamento tributário abusivo" – fecha aspas –, a posição de intermediário do escritório da Vale na Suíça no meio da venda.

Entre 2006 e 2007, o senhor presidiu a Vale Internacional S.A. lá na Suíça – o senhor já disse isso aqui –, tendo sido o senhor o responsável pela comercialização de minério de ferro e manganês e pela negociação dos preços internacionais do minério de ferro. Foi no período em que, segundo o IJF, começou a funcionar o escritório que teria participação ativa na fraude, segundo a Receita Federal, a partir de 2009.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é do Senador Carlos Viana, Relator, e esse meu complemento são para lhe questionar o que o senhor tem a dizer sobre essa coincidência, vamos assim dizer, e também sobre essa posição da Receita Federal – fraude, já, inclusive, noticiada. A primeira questão é do Relator e essa minha é a segunda. Se o senhor puder juntar as duas e nos responder com verdade, nada além da verdade, o Brasil vai lhe agradecer.

O SR. GERD POPPINGA – Excelências, eu posso dizer o seguinte: sim, eu fui Presidente da Vale Internacional na Europa e essa, segundo meu conhecimento... Porque a Vale é organizada de forma matricial, eu não tenho conhecimento tributarista, jurídico... Esse questionamento da Receita, se não me falha a memória, foi em relação aos anos de 2012 até 2014 ou 2011 até 2014.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – De 2011 a 2014.

O SR. GERD POPPINGA – Isso.

Nessa data, 11 e 14, eu estava no Canadá como CEO da Vale Canadá em níquel e cobre. Portanto, eu não tenho condição de comentar essa suposta fraude, mas volto a dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Suposta, não. Desculpe, Sr. Gerd. Suposta, não. A Receita afirmou ser fraude. Ela não colocou a palavra "suposta", não.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, então, eu ia dizendo que não estava na Suíça nessa época, estava no Canadá, chefiando a área de metais básicos. A área tributarista e jurídica é uma área matricial na Vale, e os preços de transferência são calculados, são determinados a partir dessa área, e não da nossa área de minério de ferro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas essa prática continua, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Eu não tenho informação sobre esse assunto. É um assunto complexo, tributário, jurídico. Eu me desculpo, porque parece que eu estou não querendo informar alguma coisa, mas eu realmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parece, não! (*Fora do microfone.*) O senhor não está querendo informar. Ou, então, o senhor é dono de uma omissão brutal! Não é possível que um homem qualificado como o senhor, que trabalhou no exterior...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O segundo na direção...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O segundo homem na direção. O senhor... Desculpe. É porque... Eu moro em Goiás, e lá há uma expressão que diz o seguinte: não baba, não! Eu não babo, não, Presidente. Por favor, não me faça de bobo, não! Eu estou respeitando o senhor aqui, mas o senhor não pode fazer a gente de bobo aqui. Aí a gente fica mal aqui diante da sociedade brasileira, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor é sócio... É funcionário estatutário da Vale. O senhor tem conhecimento de todas as ações da empresa, inclusive sobre avaliação de lucro, análise contábil de quanto a empresa... O senhor responde pela empresa no exterior, já respondeu. O senhor responde, inclusive, nos grupos de acionistas. O senhor tem que dar informações para eles sobre o faturamento da empresa, onde é que o dinheiro está sendo investido e onde está o lucro. Onde está o lucro? Na Suíça, Sr. Gerd? No Brasil, fica só a lama? Diga-nos claramente. Essa prática continua existindo ou não?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sei informar, eu não tenho informação sobre isso. Eu sei que, nesta época onde foi levantada essa questão da Receita Federal, eu estava como CEO na... Eu estava como CEO no Canadá, gerenciando os nossos negócios de níquel e de cobre no Canadá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom.

Responda-me uma coisa aqui. (*Fora do microfone.*) Qual é a diferença do nível de segurança da Vale no Canadá e aqui, no Brasil? Porque lá também os senhores têm barragens. Se tivesse acontecido um desastre desse lá no Canadá, com 300 mortos, quais seriam as consequências para a empresa no Canadá, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu acho que seriam as mesmas em qualquer lugar do mundo, quer dizer, haveria uma investigação sobre as causas, primeiramente, e em segundo lugar haveria a apuração das responsabilidades. Existem, sim, muitas barragens... Existem muitas barragens no Canadá. A Vale Canadá tem muitas barragens. São de um tipo um pouco diferente dessas barragens aqui, mas eu acredito que as consequências seriam as mesmas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, Presidente, eu vou caminhar para minha última pergunta aqui, que é sobre um assunto que interessa muito a Minas Gerais, especialmente às cidades que hoje vivem da mineração e que começam a viver um momento muito complicado em relação ao futuro: o medo de morrer a qualquer momento debaixo de lama e o medo de a empresa abandonar os negócios e o faturamento da cidade, a qualidade de vida cair.

Sr. Gerd, coluna Esplanada, *Jornal de Brasília*, 14 de fevereiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o ferro!

Diretor-executivo de ferrosos da Vale, Peter Poppinga, diz a funcionários que pode parar a produção de três minas com altos custos em Minas Gerais. É a crise da baixa do minério de ferro no mercado. [É o que está escrito aqui].

Daí que Poppinga era diretor da Samarco quando do desastre da barragem em Mariana. Esse pessoal muda de mina, mas não perde o ouro. O ferro fica com... Melhor não citar.

Nós sabemos que a Vale tem concessões de lavra em várias localidades de Minas Gerais, que ela mantém, mas não explora. Por exemplo, Guanhães, que é vizinha da minha cidade, onde nasci, Braúnas; a Vale tem, mas não explora.

O senhor poderia detalhar essa informação sobre paralisação de minas? Isso aconteceu depois de Brumadinho? Eu gostaria que o senhor fosse muito sincero em me dizer o seguinte: a Vale pode abandonar essas minas em Minas Gerais, manter esse ativo inexplorado e começar a fazer investimentos fora do Estado?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, esse é um assunto muito mais estratégico do que operacional. Dependendo do mercado do minério de ferro, que muitos acham que é *commodity*... O mercado do minério de ferro oscila muito. Nós temos um produto. O nosso principal produto de vendas é o nosso chamado Brazilian Blend, que a gente vende principalmente na Ásia. Esse Brazilian Blend é uma mistura de minério de Carajás, do Pará, com minério de Minas Gerais, de várias minas. Algumas minas de Minas Gerais já empobreceram. Então, na verdade, é o contrário do que muita gente pensa. Minas Gerais... O minério de Minas Gerais, em algumas das minas, seria invendável se não fosse blendado lá na Malásia ou na China, junto com o minério riquíssimo de Carajás para dar um produto normal.

Então, é mais nesse sentido. A gente tem algumas minas em Minas Gerais em que não é questão de parar. Às vezes é questão de reduzir um turno, dar férias coletivas, e aí volta a operar, para poder exatamente calibrar como que nós vamos blendar esses minérios, para dar o nosso produto principal, Brazilian Blend, lá fora. Então, é mais nesse sentido estratégico. Eu nunca me referi a cortar custos, blendar ou, digamos assim, parar, paralisar operações. Temos algumas deficitárias, tínhamos algumas deficitárias, mas sempre mantivemos as operações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, me permita aqui. É feito um *blend* do minério de Minas com o minério do Pará, no oriente, para ser vendido? É isso mesmo?

O SR. GERD POPPINGA – Ásia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – *Sprechen Sie Deutsch?*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – *Ja.*

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor fala alemão, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em alemão existe uma expressão assim: "*Das ist aber fantastisch!*". O que isso significa?

O SR. GERD POPPINGA – Isso significa, Excelência, "isso é incrível"...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Espetacular.

O SR. GERD POPPINGA – Espetacular, alguma coisa assim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – *Das ist aber fantastisch* que o senhor sabe exatamente a necessidade de se fazer um blend do minério, que o senhor sabe exatamente onde é vendido, mas o senhor não sabe sobre a operação em que a Vale vende o minério num preço menor do que aqui no Brasil, declarado aos brasileiros. *Das ist aber fantastisch.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Espetacular.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, o senhor fala um bom alemão, mas eu aqui estou dizendo estritamente a verdade. A estrutura da Vale é matricial. Nessa questão de preço de transferência, a nossa área não entrava. E, nessa época, quando houve essa disputa com a Receita, eu estava no Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Gerd, o senhor está afastado da empresa Vale, perfeito?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor é estatutário, portanto continua tendo os seus rendimentos lá, não tem?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pode dizer a esta CPI qual é o valor de seus rendimentos na empresa Vale pela sua qualificação, pelo seu trabalho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu vou me desculpar, mas eu poderia encaminhar isso posteriormente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor pode encaminhar, que ficará internamente aqui, só para o nosso trabalho.

O SR. GERD POPPINGA – Eu não gostaria de expor isso em público.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É, o senhor deve ganhar um salário extraordinário, excepcional, para defender a Vale como o senhor defendeu aqui hoje e para defender os seus colegas como o senhor defendeu. Por exemplo... É a última pergunta minha, porque realmente chegamos à exaustão, Relator Carlos Viana e creio que todos e todas aqui.

Em tempo, eu sou assim mesmo e não vou mudar. Então, quem quiser gostar de mim, é assim, e quem não quiser também que se exploda, como dizia Che Guevara no livro dele. Essa é a minha história, quem quiser acreditar, bem, quem não quiser se exploda. Eu estou me referindo ao alto clero aqui, ao andar de cima deste Senado.

É inconcebível um Senado Federal que custa quatro bilhões por ano – quatro bilhões por ano! –, é absolutamente desrespeitoso neste momento, de uma oitiva importante como esta... A TV Senado não está aqui, sabem por quê? Porque ela só tem três câmeras e, neste momento, ela está na sessão deliberativa do Plenário, que começou às 11h da manhã, e lá é obrigação transmitir do início ao fim cada sessão, especialmente quando é deliberativa. Ou seja, ela não tem dinheiro para comprar uma quarta câmera?

As comissões têm transmissão sem imagem HD, Relator. A imagem HD é apenas no Plenário. Presidente Davi Alcolumbre, que eu tanto respeito, mude isso aqui! Não é possível! Respeite a TV Senado, que é o principal veículo deste Senado Federal para dar satisfação ao Brasil inteiro do que nós fazemos, como seus empregados públicos. Não tem cabimento! Ela começou a transmissão aqui, 11h começou, tem que sair correndo. Os funcionários têm que ser premiados, porque é desumano o que acontece com eles. E aqui se gasta dinheiro com tanta bobagem... E não tem condições de comprar mais câmeras?

Eu inclusive quero dizer aqui humildemente à direção do Senado e da TV Senado: se quiserem, eu, Jorge Kajuru, empresto três câmeras do gabinete 16. Eu as tenho porque há dez anos eu tenho rede social e tenho equipamento comprado, aliás com dinheiro emprestado do Ratinho e do Datena, mas já paguei. Não dei o cano nos dois, não. Eles que compraram os equipamentos para mim. Então, tenho lá três câmeras. Eu empresto para TV Senado.

Desculpe entrar fora da pauta, mas é porque é revoltante. A imprensa já não vem cobrir a CPI de Brumadinho, nós sabemos por quê: porque a Vale gasta nos intervalos comerciais de rádio, de televisão, nas páginas dos jornais... Você sabe, né? Por isso que hoje eu tentei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

informar quais veículos estavam aqui e até agora não consegui saber se há algum jornal aqui, algum grande jornal brasileiro. Parece-me que até a hora em que eu estava aqui, não havia.

Por fim, Sr. Gerd, ajude a gente a entender uma coisa. O Sr. Alexandre Campanha, diante de um questionamento feito pelo Relator Carlos Viana, confessou, nesta CPI, ter mantido contato com os engenheiros da TÜV SÜD. Então, V. Sa. repete o que disse a mim, que não sabia disso à época?

E concluo – pelo menos a esta pergunta não é possível que o senhor não responda: era comum pessoas de alto escalão da Vale manterem contato direto com engenheiros das empresas terceirizadas, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, se eu definir alto escalão, certamente diretor executivo, não; diretor de departamento, que são os meus subordinados, não; mas a área do Alexandre Campanha, que é um Gerente Executivo, que seria, digamos assim, um médio escalão... Os subordinados dele, com certeza, tinham. Agora, se ele teve ou não teve eu não posso dizer porque eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Alexandre Campanha era subordinado a quem?

O SR. GERD POPPINGA – Ao Diretor de Departamento Lucio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lucio Carvalho?

O SR. GERD POPPINGA – Cavalli. Desculpa, Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Cavalli.

O SR. GERD POPPINGA – Lucio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele está na nossa lista, ele está aqui na nossa capivara.

E o senhor era subordinado a quem?

O SR. GERD POPPINGA – Eu era subordinado ao Diretor Presidente Fabio Schvartsman.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu concluo. Sr. Relator Carlos Viana, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, eu concluo que, até agora, não há nenhuma dúvida de que nós estamos, mesmo que enxugando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gelo, nós estamos diante de informações preciosas. O Relator terá condições de fazer um relatório implacável, mesmo não tendo a colaboração de ninguém, pois o que eu vejo, até agora, aqui, como simples cidadão e um simples ser humano que sou, Relator Carlos Viana e senhoras e senhores, o que eu vejo até agora aqui sabem o que é? Ação de amigos. É uma ação entre amigos, ou seja, cada um que vem aqui é devidamente treinado pela Vale para saber o que ele vai falar aqui, o que ele não vai falar aqui, o que ele vai esconder, o que ele vai ocultar, o que ele vai omitir. Existe um treinamento, treinamento digno de Harvard. Treinamento com pessoas menos qualificadas do que o Sr. Gerd, no que tange à sabedoria, porque ele é um homem culto, preparado. Essas pessoas ficam, às vezes, dois dias em treinamento. Ele, não; ele precisa de poucas horas. Porque é isso que está acontecendo aqui.

Agora, que chegaremos ao que a sociedade brasileira quer chegaremos, porque o próprio Sr. Gerd acha que haverá um resultado final dessa investigação, e o senhor até admitiu haverá, conseqüentemente, depois desta investigação, a certeza de que alguém foi culpado. E eu entendo V. Sa., o senhor não pode dizer que a sua empresa é culpada, até porque o senhor recebe dela um baita salário até hoje, o senhor não vai fazer isso com a sua família. A sua família não vai falar: "Pai, o senhor vai deixar esse salário, vai dizer que a Vale é culpada?". Mas que, cada vez mais, a Vale se incrimina eu não tenho dúvida, Sr. Relator. Não tenho dúvida: cada vez mais, ela se incrimina nesta CPI. E, cada vez mais, cada convidado que vem aqui se incrimina cada vez mais. Mesmo não querendo provas contra si próprios, eles se incriminam cada vez mais. Tenham a certeza disso os senhores e as senhoras que estão vindo aqui.

E não havendo... Há mais alguma colocação?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não havendo nada mais a tratar...

Eu não posso agradecer ao que o senhor falou aqui, porque, na minha opinião, o senhor não colaborou com nada nesta CPI. Desculpe a expressão – lá na Alemanha não há esta expressão –, o senhor foi aqui um bagre ensaboado. E, em português – como o bom alemão quem tem é o Carlos Viana, o bom português eu tenho, escoreito –, o senhor aqui se comportou de forma zaina. Então... Mas eu agradeço a sua presença. Mesmo tendo *habeas corpus*, o senhor falou, o senhor não ficou calado como o Diretor Makoto fez com a gente, mas só queria que o senhor colaborasse mais. É a minha opinião, o senhor tem o direito de ter a sua.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu declaro encerrada esta 6ª Reunião da CPI de Brumadinho e agradeço a todas as pessoas, senhoras e senhores presentes aqui nesta reunião.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Juíza Selma e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota, Eliziane Gama, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira e Irajá. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Rose de Freitas, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do Arsênio Negro Júnior, em atendimento ao requerimento 12/2019; do César Augusto Paulino Grandchamp, em atendimento ao requerimento 16/2019; do Felipe Figueiredo Rocha, em atendimento ao requerimento 15/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ROSE FREITAS

Presidente Eventual da CPI de Brumadinho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Juíza Selma

Presidente Eventual da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/23>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Bem, senhoras e senhores, 1h44min da tarde desta terça-feira, 23 de abril de 2019.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião de hoje está dividida em duas partes: a primeira, com a oitiva dos convocados; a segunda, a deliberativa, destinada à apreciação de requerimentos.

Serão ouvidos os seguintes convocados: Arsenio Negro Júnior, auditor da TÜV SÜD Brasil; César Augusto Paulino Grandchamp, geólogo da empresa Vale; e Felipe Figueiredo Rocha, integrante da gestão de riscos geotécnicos da empresa Vale.

Registramos aqui a presença do atuante Senador e Relator de Minas Gerais, amigo Carlos Viana; e também, com alegria, a integrante titular desta CPI, Senadora pelo Mato Grosso, estimada amiga Selma Arruda, para participar deste inicial depoimento do Sr. Arsênio Negro Júnior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito à Secretaria que o conduza a esta mesa, por fineza.

Já que ele está subindo, antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Arsenio, Relator Carlos Viana, substituindo aqui por horas ou por momentos a Presidente Rose de Freitas, que daqui a pouco estará presente, informo que o depoente Arsenio Negro Júnior... E também informo ao Plenário que recebemos aqui, na Mesa Diretora, a decisão proferida nos autos do *Habeas Corpus* nº 169.821 em seu favor, que então assegura os seus direitos de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade.

Eu gostaria até da posição do Relator Carlos Viana, porque tenho certeza de que toda a sociedade brasileira, acompanhando-nos por redes sociais e pela competente TV Senado e também a Rádio Senado, que, se ele puder falar, como outros que tiveram aqui *habeas corpus* e falaram, talvez até não o que todos gostariam de ouvir, especialmente nós, desta CPI, mas que ele prestasse depoimentos, que ele respondesse a alguns questionamentos importantes do relator, da Senadora Selma, de minha parte e de outros que poderão chegar, Senadores integrantes desta CPI.

Concorda, Relator Senador Carlos Viana?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa-tarde a todos e a todas que nos acompanham, aos nossos ex-colegas da imprensa, que também estão presentes conosco aqui. Senadora Selma, é uma alegria estar aqui. Ao Senador Kajuru, que ora preside, também os meus cumprimentos. Aos nossos colegas do Senado nossos desejos de uma semana de muito bons trabalhos e de bons resultados.

Nós temos já a documentação que garante ao Sr. Arsenio o silêncio, nós respeitamos a decisão da Justiça, mas entendemos que a presença dele aqui não o isenta de que nós façamos as perguntas. Até por uma questão processual, para que a gente possa completar todo o trabalho, as perguntas serão feitas, e ele se manifestará assim que as perguntas forem terminadas.

E, como temos feito, de uma maneira muito importante, Juíza Selma, todos podemos participar, os Senadores todos, com as perguntas que tivermos aqui, até que a gente tenha exaurido tudo o que é necessário para a confecção desse relatório que, já digo aos senhores, está bem adiantado. Muito em breve, os Srs. Senadores que nos acompanham terão os 22 pontos principais, que nós já elencamos, juntamente com a força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais e também do Ministério Público Federal, e agora com a colaboração muito próxima da Polícia Federal. Nós temos a agradecer a colaboração de todos, também da Agência Nacional de Mineração, que tem sido muito importante para que a gente possa entender e, inclusive, cobrar respostas do processo que ora estamos aqui investigando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, nós vamos respeitar o silêncio dele...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É bom lembrar também a Bolsa de ontem, não?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ontem tivemos uma oscilação na Bolsa de Valores muito forte, por conta de uma das propostas em que nós já estamos aqui trabalhando – que podemos adiantar, no interesse do Brasil –, que é um aumento da contribuição financeira sobre a exploração mineral.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Perfeito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já podemos colocar – e isso é muito claro – que todos os estudos fiscais que nós temos feito, que têm sido colocados pela Receita Federal do Brasil, pelo Tribunal de Contas da União, o Instituto Fiscal Independente, mostram claramente uma subtributação na questão do minério, que é uma riqueza não renovável.

Hoje nós precisamos dar uma colaboração ao País, fazendo com que a contribuição financeira aos Estados e Municípios seja pelo menos aumentada a um valor que nos garanta o ressarcimento de tudo o que está acontecendo.

Quero aqui também, Presidente Kajuru, dizer da minha satisfação. Na semana antes do feriado, eu recebi uma ligação do Prefeito de Mariana, que foi uma cidade centro, epicentro daquela tragédia que tivemos lá na Barragem do Fundão, e que, nesses anos todos, a empresa Vale estava na Justiça questionando, se recusando, buscando acordos na judicialização. Diante aqui da nossa firmeza, a empresa, inclusive, já começou a fazer os pagamentos às prefeituras e as indenizações.

O Prefeito falou sobre a importância desta CPI, no sentido de mostrar ao País que a judicialização não é o melhor caminho. Ela pode resolver as questões no processo, mas ela não limpa a imagem da empresa, ela não torna o negócio da empresa mais confiável e, principalmente, deixa muito claro que há um dano ao Estado, especialmente Minas Gerais, que poderia ser pago antecipadamente, já como forma de se mostrar uma boa vontade, mas que vinha sendo empurrado na Justiça com a barriga, vamos usar essa nossa expressão, muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, esse é um dos primeiros resultados desta CPI, e que os Municípios atingidos pelo rompimento do Fundão, que são todos aqueles no entorno, inclusive, do Vale do Rio Doce, hoje já começam a ser ressarcidos.

Para que quem nos assiste tenha uma ideia clara, por exemplo, os gastos com saúde do Município não foram ressarcidos. Os gastos com gasolina dos carros de polícia, dos carros da Prefeitura, o socorro às vítimas, o transporte das pessoas atingidas, que as prefeituras pagaram, isso tudo estava em aberto e agora começa a ser ressarcido, se fazendo justiça, e justiça não apenas no sentido apenas estrito, legal, no sentido de processo, mas no sentido, inclusive, de que essa é uma riqueza coletiva, que precisa ser bem dividida entre todos os que estão ali, no entorno disso.

Aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, creio que nós também estamos levando o Brasil a uma reflexão de até onde vale a pena essa riqueza. Quais são os limites para ela? Por exemplo, digamos que nós tenhamos uma exploração de ouro, que é sempre aquela coisa, gera um sentimento de: "Estamos explorando o ouro!". Mas nós deixamos, na exploração do ouro, uma barragem com milhões e milhões de metros cúbicos de arsênio, de mercúrio, de veneno, que vai permanecer por ali cem anos. Então, quando nós passarmos, quando já estivermos lá do outro lado, onde cada um acredita que estará, nós deixaremos um passivo ambiental para os nossos futuros netos e bisnetos, de uma riqueza que foi embora. Então, qual é o limite? Vale a pena que nós, no Brasil hoje, nos abramos à exploração de determinados produtos que vão gerar um impacto ambiental?

Eu gosto sempre de citar aqui o caso de Paracatu, que é uma cidade muito querida, cidade onde tive uma votação maravilhosa. Uma barragem que se romper destrói o Rio Paracatu, que é o principal afluente do Rio São Francisco. Se isso acontecer um dia, com uma barragem de arsênio e de mercúrio...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tomara que nunca aconteça!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nunca. Queira Deus que a gente nunca tenha isso! Mas nós deixaremos pelo menos 30 milhões de pessoas impactadas. Trinta milhões de pessoas ficariam impactadas por conta disso – isso só do entorno do Rio São Francisco, dos Estados brasileiros banhados pelo rio da integração nacional. Vale a pena? Este questionamento, como legisladores, eu coloco para os senhores, junto comigo aqui no Senado. Qual é o limite para essa riqueza? Onde nós precisamos nos acertar com equilíbrio e nos assentar para tomar decisões? Olha, aqui não vale a pena mais, porque nós não sabemos lidar com isso, o futuro vai ser um problema para a exploração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É uma decisão corajosa, que o Senado pode tomar, mas uma decisão necessária, Presidente Kajuru, de responsabilidade com o futuro. Se nós tivéssemos cumprido – volto a dizer – nosso papel lá em Mariana, as 300 pessoas não teriam morrido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Evidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós teríamos hoje essas pessoas vivas aqui, com tudo que nós podemos ter até o momento. E desse aumento da contribuição, da Cfm, eu passo a ser um defensor firme, que nós aqui – é nossa responsabilidade – coloquemos uma nova forma de ressarcimento sobre o lucro bruto, no mesmo padrão de países que também são exportadores, como Austrália, Canadá. Nós aqui temos uma subtributação que nos tira dinheiro das escolas públicas, que nos tira dinheiro dos investimentos nos Estados, da proteção do meio ambiente. Está na hora de começarmos a corrigir.

Então, se a bolsa balançou, se não balançou, se subiu ou desceu, nós estamos aqui para cumprir o nosso papel. Essa proposta está muito clara e acredito, já conta com a maior parte, o apoio da maior parte. Aqui a Juíza, que está conosco, nos acompanhe nisso – Kajuru, você que é um grande defensor também da justiça social –, para começarmos a dizer ao Brasil claramente qual o limite que queremos para a mineração e, principalmente, como queremos que essa riqueza seja mais bem dividida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– São oportunas e necessárias as satisfações aqui apresentadas pelo Relator, Carlos Viana.

Vamos, de imediato, ao primeiro convocado, sem antes, de forma rápida... Sei que essa parte chata sempre cabe a mim, como jornalista que fui por 40 anos e crítico da minha própria classe, porque sei que a maior parte dela tem defeitos graves, especialmente morais. Gostaria hoje de, novamente, solicitar à assessoria desta CPI e à própria assessoria do meu gabinete que checasse quais veículos de comunicação estão presentes aqui, além da TV Senado e Rádio Senado, para fazer justiça, porque sabemos da força da empresa Vale e do tanto que ela gasta com publicidade, exatamente para que a grande imprensa não aqui se faça presente em oitivas importantes como a de hoje.

Sr. Arsênio Negro Júnior, como Auditor da TÜV SÜD Brasil nos faz perguntar a V. Sa se, tendo o *habeas corpus*, o senhor vai responder a algumas perguntas, a alguns questionamentos que o Brasil inteiro gostaria. O senhor vai colaborar com nossos trabalhos?

Nós queremos separar os lambaris dos tubarões. Os tubarões serão presos certamente, mas os lambaris, caso colaborem com as investigações, deverão ser poupados. Pessoas inocentes nada têm a temer, desde que digam aqui a verdade, e não decidam ser cúmplices



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos criminosos. Daí a nossa pergunta: o senhor vai colaborar conosco ou vai usar o direito pelo *habeas corpus* conquistado no Supremo Tribunal Federal?

Boa tarde!

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Boa tarde a todos! (*Fora do microfone.*)

Eu gostaria de esclarecer que eu já prestei depoimentos à Polícia e ao Ministério Público estadual e também à Polícia e ao Ministério Público Federal. Foram oitivas prolongadas, complexas e fui aconselhado a permanecer em silêncio aqui e eu tendo a respeitar esse aconselhamento. Portanto, não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito. E a gente tende, então, a cumprir o nosso papel ao Brasil inteiro de fazer questionamentos, mesmo que o senhor fique em silêncio, como aquele Diretor, o Makoto. Assim o Relator, Carlos Viana, se comportou; assim me lembro que a Senadora Selma Arruda também se comportou, registrou os seus questionamentos; e eu também vou registrar.

Entrego a palavra, prazerosamente, ao Relator, Carlos Viana. E depois continuaremos aqui neste revezamento de questionamentos, mesmo ficando, no direito que tem, o Sr. Arsênio Negro Júnior, Auditor da TÜV SÜD Brasil, em silêncio.

Com a palavra o Relator, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, primeira pergunta, logo depois de encerrada, Sr. Arsênio, o senhor por favor repita que permanecerá em silêncio, por gentileza.

Sr. Arsênio Negro, quando questionado sobre o fraturamento hidráulico que ocorreu durante a instalação do DHP 15, na barragem B1, o senhor classificou o episódio como "barbearagem" e como uma coisa temerária. Como o senhor mesmo citou, faz parte do seu depoimento na ação civil pública que está ora em andamento e sendo finalizada. Uma pergunta: o senhor não acha que esse episódio que aconteceu em junho de 2018 poderia ter ligado um alerta que de fato tivesse funcionado, para que quem não sabia o que estava acontecendo tomasse as providências corretas na barragem B1? O senhor acha que as ações da Vale durante o episódio foram as adequadas?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Infelizmente eu prefiro permanecer (*Fora do microfone.*)

em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Lembrando aos senhores e às senhoras que nos acompanham que, em junho de 2018, houve o que eles chamam de fraturamento hidráulico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estavam instalando lá equipamentos, e começou um vazamento muito forte, que teve que ser contido com uma rapidez muito grande. E esse fraturamento, inicialmente colocado como 6, grave, foi informado à ANM como 3 poucos dias depois. E ainda numa ação não explicada.

Segunda pergunta: Sr. Arsênio Negro, em mensagens de *e-mail* que chegaram à imprensa, o senhor menciona o risco de a Vale cancelar os outros contratos que tinha com a TÜV SÜD, como o contrato de "as is", caso a empresa se negasse a assinar o laudo de estabilidade da barragem B1. Sobre isso eu pergunto: em momento algum o senhor questionou a TÜV SÜD por ter aceitado assinar contratos em conflito de interesse com a Vale?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio, senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém da Vale o procurou para falar sobre esses contratos? Em uma empresa acostumada com a governança corporativa, como a Vale, ninguém identificou o conflito de interesses entre a empresa que auditava barragens e também tinha outros contratos milionários com a Vale, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Infelizmente eu vou manter o meu silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, só vou fazer uma colocação, em função de que está começando a sessão plenária, e tenho uma denúncia muito grave a ser feita lá em relação ao evento de Portugal, na empresa do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Esse evento foi – pasme, Sra. Senadora Selma! – patrocinado pelo Governo Federal. E eu tenho aqui documentos da empresa Itaipu, que bancou o evento na empresa do Ministro Gilmar Mendes, onde estiveram várias autoridades deste Governo. Então eu vou fazer uso da palavra lá por dez minutos e voltarei. Pedirei a V.Sa., se puder, ocupar aqui a minha mesa de Presidência, e o Relator continuará com os seus questionamentos, oportunos como sempre.

Eu só quero aqui, Senador, dizer o seguinte: eu sei que ele vai ficar em silêncio, mas reflita um pouco, em nome de sua família, Sr. Arsênio. É uma pergunta dura, mas que o brasileiro, a brasileira, em meu lugar, faria. O senhor entende, pensa que um advogado... Porque aqui não há ninguém retardado, desculpe a expressão, especialmente aqui o preparado Relator, nem uma juíza. E eu sou um simples jornalista. Mas um advogado contratado e pago por uma empresa que provocou a morte de centenas de pessoas orientaria a defesa, no caso o senhor aqui, em favor da empresa em que o senhor é auditor, ou em favor de um simples empregado? Ponto de interrogação aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembre-se daquela velha frase que o senhor deve conhecer, como um homem experiente que é: quem paga a banda, escolhe a música – todos já ouviram essa frase –, quem paga a banda, escolhe a música. Ou seja, em resumo, nós estamos vendo aqui, constantemente – a Senadora, na semana passada, não teve oportunidade –, convocados que não falam ou que poupam a empresa Vale, protegem a empresa Vale, protegem seus colegas, diante de questionamentos feitos pelo Relator, Carlos Viana. E a gente descobriu depois que os seus advogados simplesmente são de um escritório em Belo Horizonte que cobra, no mínimo, por cada defesa, por cada ação, o valor de R\$5 milhões. Então, a gente aqui vai acreditar – só se a gente babasse – que ele pagaria, o Sr. Arsênio, R\$5 milhões a um escritório de advocacia? Então, já está claro que a empresa Vale está pagando advogados, está conquistando *habeas corpus*, um atrás do outro. Então, há tudo isso por trás que dificulta o nosso trabalho, mas não impede o sucesso que esta CPI, como disse muito bem o Senador Carlos Viana, obterá.

Então, o senhor entendeu o que eu quis perguntar? O senhor quer responder? Quer ficar em silêncio? Porque eu estou aqui fazendo até uma acusação. Posso estar errado, não sou dono da verdade. O senhor está sendo pago aqui por um advogado desses, de Belo Horizonte, de Minas Gerais, da empresa Vale? A Vale está pagando o seu advogado, ou a sua advogada, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu vou me manter em silêncio, mas esclareço que a resposta é não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, para essa questão.

Quer dizer, então, o senhor aceitaria, no caso aí, o senhor trouxe uma advogada que o senhor mesmo pagou do seu bolso para lhe defender?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso o senhor não respondeu. Antes o senhor falou não. Agora, para isso não seria sim, então, a sua resposta?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso dá a mim o direito de continuar pensando daquela forma, Senador e Relator, Carlos Viana, de que a maioria dos aqui convocados têm o total apoio financeiro da empresa Vale no que tange a pagamento de honorários advocatícios, ou seja de escritórios caros em Belo Horizonte. E é por isso que alguns ficam em silêncio com *habeas corpus*, ou aqueles que falam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não falam nada, são cínicos, se comportam de forma zanha, dissimulada, não respondem, poupam a Vale, poupam seus colegas e é isso que a gente vai fazendo.

Senador Carlos Viana, por gentileza.

Senadora Selma, por fineza, ocupe aqui a Presidência e eu volto rapidamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa colocação do Senador Kajuru sobre os valores que estão sendo pagos a escritórios de advocacia, em pelo menos R\$5 milhões por processo, e os valores que estão sendo pagos agora em indenização à Mariana, às Prefeituras do Vale do Rio Doce, que começaram a receber da Vale, depois que esta CPI começou a cobrar da empresa a responsabilidade, todos os processos que estavam sendo postergados na Justiça começaram a ser pagos, a ser quitados, numa justiça que aguarda para ser feita há tantos anos. Isso mostra claramente, dentro do que nós colocamos, a necessidade de que o Brasil rediscuta os limites da mineração, onde nós queremos trabalhar sobre o minério, onde não vale a pena nós trabalharmos e o quanto esta empresa Vale pode contribuir mais com o Brasil em impostos.

Hoje, o minério, digo a todos os brasileiros que nos assistem, é subtributado, é uma riqueza que está indo embora. E a amostra hoje do que a Vale vem gastando com toda essa situação para que a imagem dela possa não ser tão mais prejudicada mostra claramente que nós temos a obrigação nesta Casa, no Senado, de rever a tributação sobre a questão mineral no Brasil e os passivos ambientais que estão gerando para as futuras gerações de brasileiros. Essa é uma responsabilidade da qual, eu tenho certeza, não vamos fugir. E esse relatório será muito transparente na questão das culpas.

Senadora Selma, a senhora tendo alguma pergunta, se quiser adiantar, porque já que ele está se recusando a falar, nós vamos apenas cumprir a praxe.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza.

Boa tarde a todos! Boa tarde, Sr. Relator. Novamente, os parabéns pelo trabalho que vem realizando...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... principalmente, por essa primeira consequência dos trabalhos, que foi anunciada aqui.

A mim muito honra estar participando desta Comissão. Procuro não faltar a nenhuma reunião da Comissão, porque percebo a importância que esta Comissão Parlamentar de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito tem não apenas nas consequências finais, mas em respeito àquelas pessoas que se foram, àquelas famílias que estão até hoje chorando a falta dos seus entes queridos, enquanto essas pessoas, que são executivos e só pensam em lucro, se dão ao trabalho de permanecerem calados e de priorizarem a si mesmos, mesmo com a consciência de que deveria estar muito mais pesada do que parece estar.

De qualquer forma, eu fazer, com a sua vênia, Sr. Relator, algumas perguntas que foram preparadas pela minha assessoria.

Sr. Arsênio, eu tenho em mãos aqui uma publicação do *site* www.em.com.br, que fala de uma troca de *e-mails*, que mostraria que a Vale pressionou a TÜV SÜD para atestar a estabilidade da barragem. Em um desses *e-mails*... Essa postagem é de 15/2/2019, às 16h01, foi atualizada no mesmo dia às 18h. Essa reportagem aqui faz referência a um *e-mail* em que Makoto Namba teria enviado ao senhor dizendo o seguinte: "Não podemos assinar a Declaração de Condição da Estabilidade da Barragem, que tem como consequência a paralisação imediata de todas as atividades da mina do Córrego do Feijão". Esse *e-mail* teria sido enviado no dia 13 de maio de 2018. Isso atesta a instabilidade da barragem já naquela data. O senhor confirma a veracidade desse *e-mail* e de seu conteúdo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor, pode responder no microfone?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Afirmativo.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor pode me dizer quais eram as circunstâncias desse *e-mail*, o que estava acontecendo naquela época?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Isso está esclarecido nos meus depoimentos à Polícia Estadual e Federal. Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu peço a V. Exa. que oriente a advogada do nosso depoente para que não se manifeste aqui, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Na medida em que o próprio cliente quer manifestar a vontade de se defender e na medida em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que ele mesmo já declarou que prestou declarações a esse respeito, eu sinceramente não vejo motivo para esse silêncio, a não ser o senhor conseguir angariar a antipatia de todas as pessoas que estão nos assistindo, seja por alguns meios de comunicação, seja por meio da TV Senado. O senhor consegue angariar a antipatia delas dizendo que já prestou declarações lá, não quer prestar aqui, mas o senhor continua no seu direito de permanecer calado.

Muito bem.

Existe também... Nesse mesmo *e-mail* que ele teria mandado ao senhor, ele menciona que teria uma reunião no dia seguinte com César Grandchamp, que iria também questionar sobre a assinatura atestando a estabilidade da barragem. O senhor confirma o conteúdo deste *e-mail*, inclusive nesse pormenor?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Eu prefiro me manter em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor, no microfone.

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom, existe uma suspeita razoável de que o senhor seja um dos responsáveis diretos por essa tragédia, tanto que o senhor chegou a ser preso temporariamente, teve a prisão temporária decretada logo após a ocorrência dessa tragédia. Eu gostaria só de, assim como o colega que me antecedeu, o Senador que agora está lá no Plenário Jorge Kajuru, de lhe dizer que aqui o senhor teria uma bela oportunidade, e não é uma oportunidade, Sr. Arsênio, oculta como acontece no Judiciário. No Judiciário, nós temos a tramitação dos processos longe de câmeras, nós temos a tramitação dos processos, muitas vezes, a imprensa pode entrar na audiência, pode filmar a audiência – eu já fiz inúmeras audiências dessa forma –, mas nós sabemos que o processo em si ele é muito fechado e que, portanto, as pessoas envolvidas têm muito pouca oportunidade de prestar os seus esclarecimentos, de mostrar as suas razões, de dizer: "Estou envolvido". "Não estou envolvido". "Estou arrependido". "Não estou arrependido". "Não foi bem assim, isso aqui está mal contado". Não é? Então, seria essa a oportunidade que nós gostaríamos de dar ao senhor.

O senhor tem alguma coisa que queira dizer em sua defesa para a população brasileira e para o Senado Federal?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu não tenho nada a declarar além daquilo que eu já reporte nas oitivas das Polícias Federal e Estadual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) –
Pois não, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que os que estão nos assistindo em casa em todo o Brasil possam entender, o Sr. Arsênio Negro representa a empresa TÜV SÜD, que foi responsável por fazer a revisão periódica da barragem B1, em junho de 2018, a barragem que se rompeu lá, em Córrego do Feijão. A revisão periódica, explicando um pouco mais, é uma análise mais detalhada que as inspeções regulares e, por isso, representa melhor a situação de segurança de uma barragem. Nessa revisão periódica, a TÜV SÜD teria detectado que o fator de segurança da barragem B1 estava baixo e por isso teria recomendado algumas medidas de segurança, incluindo a instalação de drenos, chamados de DHPs (Drenos Horizontais Profundos). A informação que temos é que, durante a instalação dos drenos, houve um evento chamado fraturamento hidráulico que colocou a barragem em risco.

Resumindo: quando eles fizeram lá o fundo para a drenagem, para começar a fazer uma análise do que estava lá, vazou água e eles injetam ar ou injetam água e, ao contrário de ela voltar, ela acabou entrando e mostrando que havia um problema. A instalação, inclusive, teve que ser interrompida. O que era para melhorar piorou a segurança da barragem.

Depois disso, senhoras e senhores, a TÜV SÜD teria recomendado outra abordagem baseada em poços de rebaixamento. Isso foi ainda em junho de 2018, praticamente sete meses antes do desastre, do crime. Em setembro, quando a TÜV SÜD assinou a Declaração de Estabilidade, nada tinha sido feito. Observem que em junho a empresa já observava os problemas todos e que, quando a TÜV SÜD assinou a Declaração de Estabilidade, que foi o documento base para a Agência Nacional de Mineração – nós vamos falar disso aqui posteriormente –, nada tinha sido feito. Ou seja, todo o problema da instabilidade da barragem em junho foi ignorado num laudo em que a declaração dizia que nada deveria acontecer. Até o momento do colapso da barragem, em 25 de janeiro, nenhuma medida para reduzir o lençol freático da barragem B1 havia sido implementado.

Então, seguindo aqui com as perguntas, Presidente, dando meu boa-tarde ao nosso Senador Otto Alencar, diligente companheiro na defesa dos rios e das águas do nosso País, Sr. Arsênio Negro, pergunto: o senhor acha que a Vale foi negligente ao não implementar imediatamente as medidas que poderiam ter aumentado a segurança da barragem B1? Antes da sua negativa ou do seu silêncio, aqui está uma resposta que pode delimitar muito bem a culpa, a responsabilidade entre o doloso e o culposos, Juíza Selma, porque aqui nós temos uma definição clara que o senhor pode nos ajudar a entender. Eu vou repetir a pergunta: o senhor nos diria que a Vale foi negligente ao não implementar imediatamente as medidas que poderiam ter aumentado a segurança da Barragem B1?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio mais uma vez.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que a TÜV SÜD concordou em assinar o laudo em setembro de 2018, mesmo sabendo que as medidas sugeridas não tinham sido implementadas, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando houve o episódio do fraturamento hidráulico, em junho de 2018, houve algum alerta vindo dos piezômetros ou foram detectadas deformações na barragem por meio do radar, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por fim, Presidente, eu pergunto: a TÜV SÜD ou a Vale comunicaram o evento ao DNPM, que hoje nós chamamos de ANM, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Permaneço em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ocorrem-me aqui mais duas perguntas a fazer ao nosso interrogado da tarde, Sr. Arsênio. O Sr. recebeu algum prêmio ou recompensa para permanecer em silêncio da Vale?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor disse que não é a Vale que está custeando a sua defesa, embora a gente saiba que isso obviamente é um direito seu, ter de contratar advogado, é óbvio. Eu gostaria de saber se é a TÜV SÜD que está pagando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem.

Eu estou satisfeita...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, eu vou pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Relator...

Otto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor quer, não tem pergunta, satisfeito?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ele está se mantendo em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Confissão de culpa – não é? –, do crime lá de Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que a nossa equipe de apoio colocasse ali a Declaração de Condição de Estabilidade, para que os colegas Senadores possam entender o que estamos falando aqui. A Declaração de Condição de Estabilidade é o documento oficial que é preenchido e é enviado ao órgão fiscalizador governamental. Ali vocês têm a Declaração de Condição de Estabilidade, os dados que foram oficialmente informados ao DNPM. Você está vendo ali, olhe:

Declaro para fins de acompanhamento e comprovação junto ao DNPM que realizei inspeção de segurança regular de barragem na estrutura acima especificada conforme relatório de inspeção de segurança regular de barragem elaborado em 3/9/2018, e atesto a estabilidade da mesma em consonância com a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e portarias DNPM vigentes.

Portanto, assinam Makoto Namba e um dos próximos com que conversaremos aqui que é o César Augusto Paulino Grandchamp.

Esse documento, que foi entregue oficialmente, está baseado na experiência da TÜV SÜD e no relacionamento dela com a Vale e que deu à pouca fiscalização que nós tínhamos a garantia legal de que a barragem estava dentro das condições. O que aconteceu em janeiro mostra claramente que esse documento é falso. É um documento que foi apresentado às autoridades sem os dados corretos e que levou o País a mais uma tragédia, com 300 mortes.

Juíza Selma.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É um documento materialmente verdadeiro, porque foi assinado por essas pessoas, mas ideologicamente falso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... porque o conteúdo é absolutamente desconforme com a realidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

Da nossa parte da relatoria, o Sr. Arsênio está dispensado.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ele está dispensado.

Os senhores já têm o próximo convocado?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Temos: é o Sr. César Grandchamp.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Solicito à Secretaria que conduza à Mesa o Sr. César Augusto Paulino Grandchamp, Geólogo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui, enquanto nós estamos providenciando, Juíza, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Otto, a confirmação clara diante desse documento dos interesses que estavam ali nos contratos milionários: uma empresa que auditava as barragens e que tinha outros contratos com a própria empresa auditada. Aqui é um dos pontos que nós precisamos trabalhar com muita efetividade. É um dos 22 pontos que V. Exas. vão acompanhar, junto conosco na relatoria, o conflito de interesses nas informações fornecidas aos órgãos oficiais. É de uma irresponsabilidade absurda o que se vê na documentação e no acompanhamento do que aconteceu em Brumadinho.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. César, eu informo ao depoente e ao Plenário que recebemos também aqui a decisão proferida nos autos do HC 169942, em seu favor, que assegura seus direitos de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo, e de não sofrer constrangimentos decorrentes do exercício desses direitos.

Eu concedo inicialmente, então, a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Eu gostaria de que fosse mantido ali o relatório, o laudo de estabilidade, por favor, que foi enviado à ANM. Faça a gentileza de mantê-lo lá para que a gente possa...

Coloque um pouquinho mais para cima – isso! –, porque ali está o nome.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. César Grandchamp, o senhor, apesar do *habeas corpus*, pretende colaborar conosco?

É só apertar o botão aí.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ótimo. Já é uma boa notícia. Ainda que não se fale tudo que nós gostaríamos, mas pelo menos começamos a esclarecer às pessoas que nos assistem a responsabilidade de cada um.

Fazendo aqui um pequeno histórico, relembrando sobre o documento que está ali, o Sr. César Grandchamp foi o representante da Vale que assinou com o CPF – está lá – a declaração de condição de estabilidade da Barragem B1, a última delas em setembro de 2018. É um documento oficial. Várias polêmicas se formaram em relação a essa declaração. Para começar, a própria empresa de auditoria foi trocada: a Tüv Süd substituiu a antiga Tractebel, que, segundo as informações que temos da ação civil pública, teria se recusado a assinar o laudo da Barragem B1 em função do fator de segurança baixo. Por fim, o engenheiro Makoto Namba, da Tüv Süd, que esteve conosco aqui e se manteve em silêncio, declarou à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal e Estadual que se sentiu pressionado a assinar o laudo. O Diretor da Vale Sr. Gerd Poppinga citou aqui na CPI um conflito de interesses da Tüv Süd em seus vários contratos com a Vale. O fato é que o Sr. Grandchamp assinou o laudo, por isso teve, inclusive, a prisão temporária decretada.

Então, Sr. César, o senhor pode ser responsabilizado criminalmente por essa tragédia. Está aí dentro das investigações que estão lá.

O que nós queremos ouvir nesta CPI é que as responsabilidades fiquem restritas a quem assinou os laudos, ou melhor, o que nós queremos evitar nesta CPI é que as responsabilidades fiquem restritas apenas a quem assinou os laudos e às auditorias contratadas, porque é o que está acontecendo. O Presidente da Vale esteve aqui e jogou para os comandados. Cada um que vem aqui vai jogando para baixo, na escala inferior, a responsabilidade sobre a tragédia. Nós queremos entender qual é a participação de cada um no que aconteceu.

E nós sabemos que não é assim. Numa empresa internacional, uma das maiores mineradoras do mundo, as coisas lá funcionam com informações que deveriam ter um fluxo. Existe uma distribuição de responsabilidades e uma cadeia de autorizações para cada ação que é tomada. Por isso eu pergunto ao senhor: o que o senhor sabe ou pode nos dizer sobre a troca da Tractebel pela Tüv Süd no processo de assinatura da declaração de estabilidade da Barragem B1 em setembro de 2018? O senhor teve alguma reunião com a equipe da Tüv Süd sobre esse assunto? A Tüv Süd demonstrou para o senhor algum receio em assinar o laudo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Antes de mais nada, eu só queria... César Grandchamp. Nos meus 33 anos de trabalho na Vale, eu tive oportunidade de trabalhar em quase todas as unidades do Sistema Sul, ou o corredor Rio-Minas, no qual eu conheci muitas pessoas e fiz grandes amigos. Muitos deles morreram lá em Brumadinho. E, por uma graça de Deus, eu fui chamado para um outro compromisso exatamente à 1h da tarde e escapei com vida.

Eu estou aqui de peito aberto, querendo prestar a ajuda que eu puder à CPI.

Só esclarecendo, eu sou... Hoje o meu cargo é especialista técnico, sou ligado diretamente à Gerência Executiva de Planejamento do Corredor Sul/Sudeste. Meu trabalho gira em torno de uma assessoria e uma... Como eu diria? Um consultor interno, auxiliando tanto a equipe de hidrogeologia, a equipe de geotecnia, a equipe de planejamento na solução de problemas no campo, projetos, reuniões técnicas. Eu trabalho por demanda e, quando não estou demandado, a minha rotina é visitar sistematicamente todas as unidades do Rio-Minas.

Quanto à sua pergunta, Exmo. Senador, a questão, a contratação, a negociação, a determinação e o cronograma de quem fazia tal auditoria, em tal barragem, em tal mina era total responsabilidade da equipe do Sr. Alexandre Campanha. Então, a equipe fazia toda essa programação, fazia toda essa negociação, era repassada essa programação para a equipe do Sr. Renzo Albieri, que era da equipe de geotecnia operacional, e eu era copiado nessa programação para, dentro da minha agenda, acompanhar algumas dessas auditorias. Então, eu não participei, eu não tenho nenhum tipo de, vamos dizer, participação nessa questão de contratação, mudança de empresa, determinação de qual empresa vai fazer tal auditoria. Isso não faz parte da minha função.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assinou o documento.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está ali a sua responsabilidade num documento oficial entregue.

O senhor checkou as informações de segurança da Barragem B1?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Quando eu recebo... Não foi só esse documento. Eu recebi 42 relatórios de barragens. Eu recebo com... No caso da B1, eu recebi um relatório com a RT da empresa responsável pela emissão do relatório, uma empresa de renome internacional, que é a Tüv Süd. A geração desse relatório foi acompanhada tanto pela equipe da geotecnia operacional quanto pela equipe da geotecnia corporativa. Eles acompanharam, discutiram o relatório e aprovaram o relatório. Então, quando chega para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

minha assinatura, como representante da Vale, já passou por três equipes de geotecnia, já chega... E assim já foi checado se está dentro da norma brasileira, já foi checado se a metodologia usada foi correta. Então, já chega esse documento para mim, vamos dizer, com esse aval dado pelas equipes técnicas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Fabio Schvartsman esteve conosco aqui e falou sobre a questão da segurança das barragens, sobre o trabalho que a empresa desenvolveu nos anos todos. Posteriormente o Sr. Poppinga esteve conosco aqui e também falou sobre a mesma questão da segurança das barragens, sobre o trabalho e por aí vai nessa história. Onde, na sua experiência, aconteceu o erro?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, eu não... Para falar que houve um erro, eu precisaria saber o que aconteceu com a Barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que aconteceu com a Barragem B1?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É exatamente isso que eu espero que a perícia nos mostre. Então, para eu poder falar onde foi o erro, eu acho que é muito importante a gente ter o resultado da perícia da B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda, nessa questão do conflito de interesses... Porque o Sr. Makoto Namba, ao se silenciar aqui diante das perguntas, confirmou exatamente as declarações dele de que ele se sentiu pressionado e que a empresa poderia perder contratos milionários se não assinasse o laudo de estabilidade, que infelizmente leva seu nome e que posteriormente se mostrou como um documento ideologicamente falso.

Esse conflito de interesses, na sua experiência, como fiscalizador, como técnico, o senhor percebeu em algum momento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não, porque é igual ao que eu disse anteriormente, Sr. Senador: toda essa negociação desses contratos não se deu dentro da minha área de atuação. Toda essa negociação foi feita na equipe lá do Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas um questionamento que a gente faz aqui, Sr. Presidente, Senadora Selma: o senhor assinou quarenta e tantos laudos sem acompanhar as informações?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu acompanhei todos os relatórios. Eu lia os relatórios e tinha o aval das equipes, da mesma maneira, de todas as barragens.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, em algum momento, cobrou, ficou sabendo – vamos começar – que a Tüv Süd havia feito recomendações sobre a segurança da barragem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, eu li o documento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor cobrou se essas medidas foram tomadas antes de preencher esse laudo para a ANM?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Os documentos... As recomendações têm datas de execução, não é? Quando são feitas as recomendações, a obrigação de cumprir com as recomendações é da equipe de geotecnia operacional. Então, eles têm um time, além do pessoal lotado na barragem, específico, da equipe da barragem; eles têm umas pessoas que seguem todas as recomendações que foram dadas a todas as barragens...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, Sr. Alexandre, tantas pessoas em torno de uma mesma informação...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – César!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – César, desculpe-me: Sr. César Grandchamp. Tantas pessoas em torno de uma mesma informação, e ninguém percebeu o que estava acontecendo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, desculpe-me, Sr. Senador, mas nós estamos falando o seguinte: as solicitações da Tüv Süd estavam sendo feitas. Já tinham sido feitas algumas que eu conheço, que eu cheguei a ver no campo, e algumas eu sei que estavam em andamento, mas o controle disso é feito pela geotecnia operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente Kajuru, até seria interessante que V. Exa. também, antes de a gente entrar, falasse sobre o seu pronunciamento agora há pouco na sessão – nós estamos ao vivo pela TV Senado – e nos colocasse a par do que foi falado lá em relação a esse evento patrocinado pela Itaipu Binacional para que os nossos telespectadores possam entender a sua saída e até nos tirar a curiosidade aqui, para sabermos qual é a denúncia desta vez. Depois nós seguimos com o Sr. César Grandchamp no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não, Relator, Senador mineiro Carlos Viana.

Fui o mais rápido possível e fiz lá o pronunciamento na tribuna.

Vários Senadores ficaram literalmente aturdidos, pois trouxe a documentação que dá conta de que o Governo Federal, através da empresa Itaipu, bancou, patrocinou, com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro de vocês, brasileiros e brasileiras, dos senhores, das senhoras, o dinheiro do público, bancou esse evento da empresa IDP, que pertence ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. E, pasmem um pouco mais, lá estiveram autoridades como o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Felizmente, convidado, não foi o Presidente deste Senado, Davi Alcolumbre, que chegou inclusive a comparecer ao aeroporto, mas alguém o convenceu a desistir, porque lá esperavam por ele para um almoço os Ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Era um almoço à parte do evento. Lá também esteve o Ministro Sergio Moro, que foi o palestrante de ontem. Rodrigo Maia confirma a sua presença e de outras autoridades.

Então, é lamentável como uma empresa do Governo Federal banca a maior parte do que se gastou, com direito inclusive a cópias de gastos com jantares noturnos, evidentemente – ou seja, por noturnos se entende mais do que um jantar; entende-se com o acompanhamento de bebida.

Então, lembrando de uma frase pronta, farra do boi. E o Governo Federal patrocinou. E, lá da tribuna, Relator Carlos Viana, eu fiz uma humilde pergunta: qual o interesse do Governo Federal em pagar com o dinheiro do público, com uma empresa do Governo Federal, a Itaipu, esse evento? Qual o interesse? Por qual motivo? Então, foi isso o que eu fiz lá.

De lá para cá, acompanhando aqui, pelo fone de ouvido, seus questionamentos, antes de saber se o Senador baiano Otto Alencar e a Senadora do Mato Grosso Selma Arruda querem também dividir questionamentos com V. Exa., eu percebi algo que não sei se o senhor também, como jornalista, observou. O senhor César não está um pouco fragilizado aqui, não, com os seus questionamentos? Eu o senti, desculpe, fragilizado. Parece-me que o senhor não está seguro do que está falando, ou estou enganado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu acho que o senhor está enganado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu estou enganado, Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho percebido também que as respostas são muito bem pensadas, e as palavras escolhidas de uma forma até muito bem treinada, para que as respostas sejam dadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que não causa surpresa, porque toda orientação que vem sendo dada...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É bem dada!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É bem dada!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Parece que eles fazem um treinamento antes de chegar aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o mais provável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Sr. César, o senhor tomou conhecimento de todo o laudo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do laudo da estabilidade?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Sim. Tomou conhecimento do todo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor concorda que pode haver um conflito de interesses entre a empresa contratante e a empresa que emite documentos referentes à estabilidade das barragens, em particular a Tüv Süd, que prestava outros serviços à empresa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não... Na verdade, o que eu conheço dos contratos da Tüv Süd com a Vale são todos referentes à Barragem BI. Eu não sei de outros trabalhos que ela presta para a Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Hum, hum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que eu acompanhava eram os trabalhos, junto com a equipe da geotecnia operacional, referentes à Barragem BI.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Uma última pergunta, para depois voltar aqui ao rodízio e permitir que todos os presentes participem desta oitiva: Sr. César Paulino, quem poderia, ou deveria, ter tomado as providências contidas nesse laudo de que V. Sa. tem conhecimento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, o laudo atesta a segurança da barragem, dentro da norma brasileira, então ele não foge da legislação vigente no Brasil. Eu não entendo a que tipo de providência o senhor está se referindo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Simples: o senhor não poderia, por exemplo, ter determinado a evacuação das instalações situadas a jusante da barragem? Em caso negativo, por exemplo, quem teria, quem deteria esses poderes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A Barragem B1 tinha mais de 40 anos de operação, assim como as estruturas lá, construídas desde a época da Ferteco. Por lá passaram três empresas de projetistas, passaram várias empresas de auditorias, passaram muitos engenheiros geotécnicos tanto da Vale e da Ferteco. Eu nunca ouvi, colocado dentro da Vale, que a Barragem B1 estivesse em risco, para que levasse a uma evacuação das estruturas administrativas. Por exemplo, a minha sala, quando eu visitava a mina Córrego do Feijão, era mais próxima à barragem do que o refeitório. Minha sala era debaixo da barragem. Então, nesse tempo todo, eu nunca ouvi de ninguém – de nenhum consultor, de nenhuma empresa, de nenhum técnico – que a Barragem B1 estivesse em risco, para que isso levasse à evacuação das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, rapidinho, o senhor já ouviu aquela frase de "Quem paga a banda escolhe a música"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Nunca ouviu?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Porque quem paga a banda escolhe a música normalmente, não é? Eu fiz a pergunta ao convocado anterior e não sei se depois ele respondeu alguma palavra ao Senador Relator Carlos Viana, porque ele ficou em silêncio em função do *habeas corpus*. A mim ele respondeu uma palavra: "não". Porque creio que eu mexi com a sua honra respeitosamente. E da mesma forma encerro aqui, questionando o senhor: o seu advogado é pago pelo senhor ou é pago pela empresa Vale? Nós já constatamos aqui que ela pagou honorários de até 5 milhões a convocados que estiveram aqui; ou não falaram, ou falaram e pouparam a empresa criminosa, Vale – a meu ver – e pouparam também seus colegas diretores. O seu advogado foi a Vale quem pagou, ou foi o senhor próprio?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, é a Vale que está pagando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A Vale é que está pagando o seu advogado? Então, finalmente, pela primeira vez, aparece um convocado aqui que confessa – eu lhe agradeço – que quem está pagando o advogado dele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a empresa Vale. E aí, como é que o senhor quer que eu, como Parlamentar que sou – ou vocês, senhoras e senhores brasileiros –, como eu posso acreditar que o senhor vai falar a verdade, nada mais além da verdade, se quem paga o seu advogado é a empresa Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso responder, Sr. Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro, estou perguntando.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu, como funcionário da Vale – e muitas empresas trabalham dessa maneira – no meu trabalho, eu não feri em momento nenhum o código de conduta e de ética da empresa. Daí eu tenho direito, assim como eu tenho direito a benefício médico, cartão alimentação, eu tenho direito dentro da empresa a uma assistência jurídica. Nada mais do que isso. É um direito que eu tenho como trabalhador da Vale de ter assistência jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com todo o respeito à sua resposta – o Senador Carlos Viana, Relator, que segue os trabalhos, a Senadora Selma também vai participar, o Relator também permitiu –, mas eu insisto nesta frase: quem paga a banda escolhe a música. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Desculpe.

Senadora Selma Arruda, com prazer.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Senador Kajuru, Senador Carlos Viana, ao contrário do que alega o Sr. César, é óbvio que o senhor não tem direito a advogado. Se, algum funcionário ali for detectado pela Vale o culpado, a Vale não vai pagar advogado para ele. Então, não existe esse direito. O senhor acabou de inventar. Empresa nenhuma dá esse direito a servidor nenhum.

A minha pergunta para o senhor é a seguinte: eu tenho aqui em mãos uma reportagem que foi veiculada no dia 15 de fevereiro de 2019, no *site* em.com.br. Fala sobre uma troca de *e-mails* entre o Nakoto Mamba e as pessoas de Arsenio Negro Junior, Vinicius da Mota Wedikin e Marlisio Cecílio, todos da Tüv Süd. Ele se refere aqui que a barragem estava com o nível abaixo do aceitável em questão de segurança e que, a rigor, não poderiam assinar declaração de condição de estabilidade da barragem, o que daria como consequência a paralisação imediata de todas as atividades da mina Córrego do Feijão.

Nesse mesmo *e-mail*, ele prossegue dizendo que, no dia seguinte – esse e-mail é do dia 13 de maio –, dia 14 de maio, ele teria uma reunião na Vale para falar sobre esse assunto com o senhor e com a Sra. Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo. O senhor acabou de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nos dizer aqui que nunca soube, nunca nem imaginou que podia estar em condições de perigo. Qual foi o objeto dessa reunião, então?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sra. Senadora Juíza Selma, essa discussão, essa reunião ocorreu na mina de Águas Claras. Deveriam ter na sala umas 15 pessoas, tinha a equipe da Tüv Süd, a equipe da Marilene, que é a equipe de risco, e a equipe da geotecnia operacional. Foi uma reunião estritamente técnica, onde se discutiu o valor do fator de segurança alcançado pelos estudos da Tüv Süd, 1,09. E também se discutiu quais seriam as maneiras possíveis de serem feitas na barragem para que melhorasse esse fator de segurança. Então, foi uma reunião técnica, onde prevaleceu o valor do fator de segurança de 1,09 da Tüv Süd, que foi o valor que foi colocado no certificado, no atestado de estabilidade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Consta aqui que, para se colocá-la de volta em condições de segurança, a barragem, levaria em torno de dois a três anos. Isso é verdade? Tecnicamente, isso é verdade? Qual é a sua formação técnica, por favor?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu sou geólogo e sou especialista em hidrogeologia.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Hidrogeologia.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor tem condições técnicas de me responder?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dois ou três anos levaria para que o rebaixamento do nível freático da barragem atingisse uma quota que fizesse com que o fator de segurança chegasse a 1.3.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, então, seriam necessários dois ou três anos...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... para que ela voltasse a um fator de segurança aceitável?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, fator segurança aceitável dentro do... Fator de segurança aceitável, segundo a norma brasileira, é maior do que um.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou, seja, Senadora, a mina teria que ficar parada por dois anos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Hum hum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso só...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Consta que...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença só para...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pois não.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença só... A Barragem B1 não fazia parte do sistema produtivo da mina desde 2016. Ela já tinha sido paralisada. Então, ela não tinha nenhuma função na produção. Então, a paralisação ou, vamos dizer, a interferência na barragem não faria com que, por exemplo, a lavra da mina do Feijão fosse paralisada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me aqui numa sequência... Então, vamos na sequência do seu raciocínio aqui.

Em outros depoimentos nesta CPI, nós já explicamos o fraturamento hidráulico, que aconteceu durante a instalação dos drenos horizontais profundos, em junho. Resumindo, o que o senhor conhece com certeza é que lá ocorreu um evento grave durante a instalação do 15º, que colocou em risco a segurança da barragem. Com isso, decidiu-se interromper a instalação. Ocorre que essa instalação dos DHPs era uma medida corretiva recomendada para reduzir o nível de água e aumentar o fator de segurança da barragem.

Uma matéria publicada pelo jornal *O Globo*, e aqui nós precisamos citar por uma questão de documento oficial, no dia 7 de fevereiro, assinada pelos jornalistas Mateus Coutinho e Bela Megale, cita que o senhor reportou o evento dos DHPs ao seu chefe, Joaquim Toledo, que, por sua vez, reportou ao diretor do Corredor Sudeste da Vale, Silmar Magalhães Silva. A matéria continua dizendo que o senhor solicitou à Tüv Süd e a outras empresas a apresentação de alternativas ao uso dos DHPs, só que, seis meses após o ocorrido, a Vale ainda não havia definido qual tecnologia seria implementada.

Então, se a mina tivesse que ficar parada, os senhores teriam tomado providência antes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A providência não foi tomada porque lá não dependia da produção da mina?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, a recomendação da Tüv Süd... Nós estamos tratando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sr. Relator, nós estamos tratando de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu posso deixar mais clara a pergunta?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se a produção, se o faturamento da empresa Vale estivesse em risco depois que o senhor detectou, juntamente com a sua equipe, essas falhas, os senhores teriam parado e corrigido, ou não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, como não tinha a questão de paralisar, que o senhor mesmo confirmou,...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... as medidas não foram tomadas?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todas as medidas foram tomadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como, se a barragem rompeu, Sr. Grandchamp, em janeiro?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estou falando em relação a rebaixamento do nível d'água. O senhor perguntou, conforme a publicação de *O Globo*, se a paralisação da perfuração dos DHPs se deu em função dessa questão citada pelo senhor, da fuga da água no 15º DHP.

A recomendação da nossa consultoria, que foi dada pelo o Sr. Paulo Abrão e pelo Sr. Armando Mangolim, foi de que não deveríamos continuar com a perfuração dos DHPs naquele nível debaixo da barragem, mas que o evento foi pontual e não colocou a barragem em risco.

Após isso, a Tüv Süd apresentou um projeto de DHPs que foi colocado, só que ela pedia que fossem feitos DHPs exatamente nessa camada onde Armando Mangolim e Paulo Abrão haviam nos colocado que correríamos o risco de ter outro evento parecido com o DHP 15.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa maneira, nós pedimos à Tüv Süd que nos apresentasse um projeto, dessa vez com perfuração de furos verticais. A Tüv Süd apresentou, em setembro, e isso já estava em fase final de contratação – iria começar a perfurar os poços –, só que a questão do rebaixamento do nível da água não era só ligada à perfuração dos drenos e à perfuração dos poços; havia mais duas ações que teriam que ser feitas ligadas ao rebaixamento.

A barragem já vinha sofrendo rebaixamento natural desde 2015, quando foi paralisada, porque é simplesmente uma questão de balanço: se você para de colocar água, a água continua saindo e o nível d'água abaixa naturalmente.

E havia duas fontes possíveis de entrada de água. Uma era a chuva, e nos foi pedido pela Tüv Süd o reforço do *sump* de montante, para colocação de duas bombas, para que não permitisse que a água ficasse lá tempo suficiente para infiltrar – foi feito; e a outra foi o desvio da nascente lá de montante colocada num tubo, desviar diretamente para o vertedouro da barragem.

Então, dentro disso, a barragem continuou sendo... Além dos 14 DHPs que foram perfurados até junho, então você teve um incremento de retirada de água da barragem. Então, ela continuou sendo rebaixada e o fator de segurança, melhorando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para permitir aqui essa sequência, eu vou colocar para o senhor claramente, para o senhor me responder "sim" ou "não".

Se a mina estivesse em operação e dependesse da barragem, as medidas teriam sido as mesmas que foram tomadas com uma barragem que estava...?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, as barragens paralisadas e as barragens... Porque, hoje, na Vale, a gente tem barragens paralisadas, barragens em processo de descomissionamento e barragens em operação. Todas são tratadas da mesma maneira.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como é a história da banda, Senador Kajuru?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Dá para notar, não é, Senadores? Dá para notar que isso aqui o tratamento é exatamente o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem contrata a banda escolhe a música, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de continuar aqui nessa minha linha de raciocínio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Carlos Viana já complementou vários questionamentos que eu iria fazer, mas eu gostaria, só para a gente colocar datas nessas afirmações aí, de trazer aqui um depoimento prestado ao Ministério Público de Minas Gerais por Washington Pirete, funcionário da Vale há 22 anos. Ele diz o seguinte: "No primeiro semestre de 2018, foi constatado um problema adicional na estrutura da barragem em razão da instalação de drenos horizontais profundos [aquilo que nós já falamos], que tinham como desiderato rebaixar o nível de água dentro do depósito da Barragem B1, para tanto diminuindo o excesso de poropressão.

Pirete afirmou, ainda, que apenas no final de 2018 é que foi pensado o projeto de descomissionamento da barragem. Ou seja, no primeiro semestre foi encontrado o defeito, apenas no final do ano é que foi pensado. E, pior, a execução era prevista apenas para junho ou julho de 2019.

O senhor confirma esses dados?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sra. Senadora, o projeto de descomissionamento dessa barragem é de 2012. Ele foi feito pela Geoconsultoria, reavaliado pela VogBr, e colocado em licenciamento que foi aprovado, se não me engano, em 26 ou 28 de dezembro de 2018. Então, a questão do descomissionamento dessa barragem vem sendo tratada desde 2012 no órgão ambiental, lá em Minas Gerais.

O rebaixamento do nível da água, além de aumentar o fator de segurança, era uma atividade essencial para o desmonte da barragem. A senhora imagina, o nível dava a 10 metros de onde a gente andava. A barragem estava toda seca e você já encontrava água. Então, para poder fazer a lavra dessa barragem, o descomissionamento, como estava previsto, essa água tinha que ser baixada, ou via poços ou via drenos ou por outras alternativas que estavam sendo discutidos no descomissionamentos, como poços na superfície mesmo, aberturas de pequenos poços e bombeamento.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Passaram-se meses com essa discussão? De maio até o final do ano?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não. Os DHPs foram até junho. Paralisaram em junho em função do incidente do DHP-15. A gente discutiu a questão com a Tüv Süd do DHP, da volta dos DHPs horizontais na parte baixa da barragem, a gente chegou à conclusão de que não seria viável e fizemos o projeto do rebaixamento dela utilizando poços. E esse teve um andamento, dentro da área de suprimentos da Vale, normal, uma contratação normal, porque não existia emergência nenhuma no caso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah, não havia emergência?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não havia emergência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

Então, a previsão mesmo de que se tomassem as medidas era junho ou julho de 2019?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, a previsão, a última previsão que eu tive, que eu tinha... Quem faz essa contratação e colocou a contratação desses furos verticais foi a equipe da geotecnia operacional. Existe lá uma pessoa, um geólogo, que é responsável pela contratação de perfuração. A expectativa era de que, em abril, esses poços já estariam iniciando a perfuração deles.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom, eu acho que estou satisfeita com esse depoimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, inclusive pela afirmação que o Sr. César acabou de nos fazer aqui, quando o senhor estava interrogando, no sentido de que se ela estivesse ativa, ou seja, se estivesse dando lucro, a atitude seria diferente. Para mim já chega.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, desculpe-me.

Sr. Presidente, volto a afirmar aqui o seguinte: barragens paralisadas, em descomissionamento e em operação são tratadas da mesma maneira. Não existe distinção. Se respondi dessa maneira, foi porque não entendi a pergunta do Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso prosseguir aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro. Eu tenho as últimas perguntas, mas (*Fora do microfone.*) respeito o Regimento, de o Relator seguir as perguntas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou colocar os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aguardo a assessoria sobre a presença da imprensa, por finita.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui é o seguinte: nós temos profissionais altamente qualificados, profissionais que detinham todas as informações, mas ninguém tem uma opinião própria; todo mundo aqui se baseia na opinião de terceiros. É impressionante que a Vale cria um sistema de gestão de riscos e se baseia o tempo todo no laudo terceirizado de uma empresa que ela mesma contratou para várias situações.

Então, vamos lá.

Sr. Grandchamp...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Eslaide 1.

Nós vemos uma imagem do relatório do Sr. Armando Mangolim Filho, um consultor contratado pela Vale para analisar o episódio do fraturamento hidráulico na instalação do DHP-15, em junho – como disse a nossa Senadora Juíza Selma – de 2018, confirmando ali.

No círculo vermelho ali, vocês podem observar, vemos o exato local da instalação do DHP-15. Observe ali, Sr. Presidente. O senhor tem dificuldade para enxergar, mas o que está de vermelho ali é exatamente o ponto onde o DHP-15 foi colocado. E o fraturamento hidráulico gerou uma situação de ocorrência lá, em um primeiro momento como grau 6, depois informada como grau 3.

A imagem também destaca que, no mesmo ponto, o radar detectou o estufamento do terreno. Nós estamos falando em junho de 2018.

Em amarelo, à direita, vemos também o texto "manilhas de concreto". Estão lá as manilhas de concreto – isso, vai colocando lá, está vendo ali? –, onde o Sr. Armando Mangolim mostrou que havia uma manilha entupida. Ele escavou, e jorrou água pressurizada.

É impressionante também que uma barragem como essa, que foi assumida pela Vale...

Ali a imagem, logo embaixo, de quando a manilha foi desentupida, da quantidade de água que saiu pela manilha em junho de 2018.

É impressionante, Sr. Presidente Kajuru, Senadora Juíza Selma, que a Vale assumiu uma barragem, que começou lá com 13m, 14m, chegou a 84m, quase 85m, e desconhecia os projetos. Ninguém tinha os projetos iniciais de construção. Todo mundo chegou, assumiu, trabalhou, e ninguém se preocupou. Então, esse consultor chegou e disse assim: "Olha, os drenos originais estão todos entupidos". E começou a desentupir, e saiu água. Junho de 2018.

Então, nesse eslaide aí, das inspeções geotécnicas cruzadas, de que o senhor participou, Sr. Grandchamp...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, eu estava num...**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – O senhor participou.

Nós temos toda a confirmação de um problema.

Lá, a seta amarela. Está vendo lá a seta amarela onde está?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15. **O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – É exatamente o ponto do DHP-15. E ali... Do DHP-

Nós vamos ver logo em seguida o vídeo do rompimento da...

Pode passar para o próximo, por favor. Ali.

Onde a barragem primeiro se rompeu? Exatamente no ponto do fraturamento hidráulico. E, em junho de 2018, toda a equipe da Vale e da TÜV SÜD sabia do problema.

Eu gostaria até de...

O vídeo está aí? (*Pausa.*)

Então, vamos colocar o vídeo.

Eu gostaria, Sr. Grandchamp, que o senhor fosse, por gentileza, dentro da sua especialidade, nos relatando o que foi que aconteceu na barragem ali, por favor.

Vamos lá.

Vamos colocar o vídeo ali.

O que aconteceu na barragem nesse dia, Sr. Grandchamp? (*Pausa.*)

Vou aguardar só um instante aqui. Vamos lá.

Volta um pouquinho para nós, por favor. Volta só alguns segundos, alguns *frames* para a gente.

Na hora em que começar...

Dê um *stop*, por favor. Um pouquinho antes...

O.k., aí.

O que aconteceu ali, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Descritivamente, descrevendo o que eu estou vendo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Descrevendo o que eu estou vendo, você teve um rebaixamento da crista que provocou um estufamento no pé.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor se lembra daquele ponto que está em branco lá, que é o vazamento de água, que ali era o DHP-15? O senhor esteve presente?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estive presente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acompanhou todas as informações lá naquele dia?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do DHP-15?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da TÜV SÜD.

Exato.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Da TÜV SÜD?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com o relatório da TÜV SÜD, quando foram pedidas as recomendações para que fossem tomados os cuidados, decidido o fraturamento hidráulico lá?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O dia do fraturamento hidráulico... A TÜV SÜD estava envolvida no contrato de revisão periódica. Ela não estava envolvida na questão da perfuração dos drenos.

O DHP-11, eu acompanhava a equipe de geotecnia operacional na perfuração... (*Pausa.*)

Posso continuar?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente.

O senhor tem toda a liberdade aqui.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que aconteceu foi que essa fuga da água, do DHP para a canaleta, o pessoal tomou todas as providências, fez o abafamento e construiu o dreno invertido, que é o procedimento usual para essas urgências em barragens.

No dia 14 de junho, eu participei de uma inspeção, junto com o Sr. Armando Mangolim, junto com o Sr. Paulo Abrão, junto com o pessoal operacional, Cristina, Artur, Washington Pirete, Marilene...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nesse ponto aí.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Nesse ponto, no dia 14 de junho, foi exatamente o dia em que o Mangolim citou essas duas manilhas entupidas. Eu estava junto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com ele na hora em a gente desobstruiu as manilhas. Realmente saiu uma quantidade muito grande água que estava represada na manilha e, logo em seguida, alguns minutos depois, ela voltou, a saída, ao fluxo normal dela, porque essa barragem tem mais de 53 drenos.

Durante esses sete meses, vamos dizer, de junho até janeiro, essa barragem, tanto esses pontos das manilhas quanto o ponto do DHP foram inspecionados a título de cumprimento da norma do DNPM, 14 vezes.

A Cristina e o Artur tinham rotinas diárias de visitação nessas barragens. Todos os instrumentos do entorno ali não apontaram nenhum tipo de modificação.

Nós tivemos a presença lá até da Comissão Internacional...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem o estufamento chamou a atenção?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque ele foi... Se a gente vir lá, a escala é milimétrica. Quando a água jorrou, um milímetro. Quando cessou, que desligou a bomba que estava injetando água dentro do furo, do dreno, ele voltou ao normal. Foram dois milímetros ou três milímetros de recuo.

Essas questões milimétricas na barragem, o radar é um instrumento que a gente usa complementarmente ao monitoramento da barragem. Essa barragem tem muitos instrumentos, tem mais de 300 instrumentos, em clinômetros, piezômetros, indicadores de nível d'água, e o radar, para a gente, ele trabalha como um instrumento complementar.

Toda vez que qualquer ruído aparece no radar, a obrigação dos engenheiros da barragem é ir ao local em que o radar apontou essa variação milimétrica, conferir o local e fazer a medição dos instrumentos do entorno para ver se está acontecendo alguma coisa.

Essa variação que é mostrada ali foi exatamente isso, mostrou exatamente o que aconteceu. Pressurizou. Na hora em que a água saiu na canaleta, ela assinalou um milímetro de... O radar é o seguinte: quando é negativo, é porque a barragem aproximou do radar. Se positivo, ela afastou do radar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É bom o senhor falar sobre o radar, porque aqui é o seguinte. Olha: Em função dos achados iniciais, antes mesmo da conclusão do inquérito que investiga a tragédia, a força-tarefa do Ministério Público decidiu pedir o afastamento de diversos funcionários da Vale – inclusive o seu.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero ler aqui um trecho, Juíza Selma, do pedido do Ministério Público:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que em março e dezembro de 2018 e em janeiro de 2019 houve a detecção de várias anomalias nas leituras do radar interferométrico instalado para monitorar o comportamento da estrutura do maciço da Barragem B1 [ou seja, considerando que o radar já havia apontado uma série de anomalias], considerando que as ocorrências foram formalmente reportadas a integrantes da equipe de geotecnia operacional da Vale, daí não decorrendo qualquer providência concreta, mas, ao contrário, tendo sido o operador do equipamento advertido para ir com calma que o andor é de barro [está aqui].

No mesmo documento, o Ministério Público explica que se referia a uma mensagem enviada pelo senhor ao operador do radar Tércio Andrade Costa, que entendeu a advertência como "fica na tua, fica calado, faz o seu serviço".

O senhor pressionou o operador de radar para que ele ficasse calado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu pressionei... A conversa dele, a minha mensagem... É porque é exatamente, Sr. Senador, o que eu tinha falado anteriormente: o radar, para a gente, é um instrumento complementar. Na verdade, a gente está aprendendo a mexer com ele, porque qual era a intenção da colocação do radar lá? Era acompanhar a lavra, o desmonte da barragem.

Então, o procedimento era: qualquer ruído no radar, primeiro, Tércio, avisa o geotécnico responsável pela barragem. Geotécnico, vai no local onde foi captado o ruído, faz a inspeção, verifica a instrumentação e devolve essa resposta antes de colocar aquilo como se fosse uma anomalia. A minha colocação para o Tércio foi exatamente essa, de que não se fala em anomalia de radar sem antes o geotécnico da mina verificar em campo e com a instrumentação – os piezômetros, os INA's, os inclinômetros – se está ocorrendo alguma coisa realmente na barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi isso que o senhor quis dizer quando disse que era para ir com cuidado porque o andor era de barro?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Exatamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não era que, se ele continuasse daquela forma, ele poderia ser demitido?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Até porque eu não era o chefe dele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor tinha voz na empresa.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu deixei de ser gestor dele em agosto de 2017. Eu não era o chefe dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, só para informar e ser justo aqui. Jornais, como *Folha de S.Paulo*, Estadão, de São Paulo, *O Globo*, estão acompanhando esta nossa 7ª Reunião por suas redações e deixaram de comparecer imaginando que ninguém fosse falar em função dos pedidos de *habeas corpus*. Então, que sejamos aqui honestos com esses veículos de comunicação e outros, que podem estar acompanhando os depoimentos, os questionamentos através de suas redações.

Só me permita aqui. Sr. César Grandchamp, ninguém até hoje chegou nesta CPI de Brumadinho, que eu, que o Senador Carlos Viana, que a Senadora Juíza Selma tenhamos visto e todos e todas aqui presentes, ninguém aqui chegou e culpou a empresa Vale. Pelo contrário, inocentou-a. Ninguém também culpou colegas de trabalho. O senhor, admitamos aqui uma possibilidade, fosse juiz para tomar uma decisão sobre... Para o senhor foi uma tragédia ou um crime ambiental?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Para mim, foi uma tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tragédia? Ah, não foi crime?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uma tragédia, que gerou um crime ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Gerou um crime.

Então, analisando como crime, o senhor, juiz, o senhor apontaria algum culpado desse crime?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sr. Senador Kajuru, sem o laudo da perícia, é muito difícil. Eu, assim desde o dia 25 de janeiro, eu passei quatro noites sem dormir lá, trabalhando na tentativa de ajuda das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor está emocionado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não tem um dia que eu não penso o que foi que aconteceu. Então, mais do que o senhor ou mais do que qualquer pessoa, eu gostaria muito de saber o que aconteceu.

Tudo que foi feito lá... Pode falar que é tema decorado... Tudo que foi feito lá foi feito com a tecnologia existente. A barragem era super, supermonitorada, inspeções rigorosas feitas regularmente, acompanhamento diário de dois geotécnicos. Nós não tínhamos nada que nos dissesse que a barragem estava em risco. Então, mais do que todos, mais do que todos, não tem um dia em que eu não penso no que levou ao colapso da estrutura. E eu acho que para se julgar isso a gente precisa saber o que levou ao colapso da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, jornal *O Globo*, 7 de fevereiro: "Geólogo da Vale disse que recebeu *e-mail* sobre alterações em barragem 15 dias antes da tragédia". Diz a matéria:

O geólogo Cesar Augusto Paulino Grandchamp, da Vale, admitiu em depoimento à Polícia Federal (PF) que recebeu no dia 10 de janeiro um *e-mail* constatando anormalidade na leitura de um dos piezômetros, equipamento que mede a pressão nas barragens de rejeitos, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. O rompimento da estrutura, 15 dias depois [aqui diz a matéria], causou a morte de ao menos 157 pessoas [nós sabemos que é muito mais hoje]. De acordo com o geólogo [Senadora Selma e Senador Kajuru, o senhor em depoimento à Polícia Federal], não é "normal" que até o dia 25 de janeiro, quando ocorreu a tragédia, nenhuma providência tenha sido adotada pela mineradora.

Não é...

Vou repetir as suas palavras.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – "... não é "normal" que até o dia 25 de janeiro, quando ocorreu a tragédia, nenhuma providência tenha sido adotada pela mineradora".

O senhor confirma isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que o senhor falou isso à Polícia Federal?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim. Mas eu gostaria de explicar...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor nos diga de quem foi a negligência.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu gostaria de explicar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está claro que houve, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu gostaria de explicar a condição em que eu fiz essa declaração.

No dia 10 de janeiro, eu fui copiado no *e-mail* do pessoal do monitoramento festejando que era a primeira transmissão *on-line* dos piezômetros que estavam sendo instalados e que um piezômetro apresentava uma anomalia, ele estava dez metros acima do que se esperava, e que isso provavelmente era um problema na transmissão do equipamento. Foi a primeira transmissão. De lá, do dia 10 para frente, eu não recebi mais nenhum tipo de comunicação a respeito da instalação, do que estava sendo feito, da automação dos instrumentos. No momento que fui prestar depoimento – estava preso e fui prestar depoimento à Polícia Federal –, é que me foram apresentados os *e-mails* pelo delegado. Eu não tinha conhecimento dos *e-mails* trocados no dia 21, 22, 23 sobre outras anomalias detectadas em instrumentos. Naquele momento, o delegado me perguntou o que eu achava daquilo. Eu disse: "Olha, é inadmissível uma coisa dessa. Primeiro, se isso fosse real, a primeira providência que deveria ter sido tomada era a ida ao campo, esquecer a automação, ir ao campo, retirar o instrumento...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem deveria ter ido, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O geotécnico responsável pela mina. Retirado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem era o geotécnico responsável pela mina?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eram o Artur e a Cristina os dois geotécnicos.

Retirar o instrumento automatizado... Se eles estavam em dúvida sobre a qualidade da informação, eles deveriam ter ido ao campo, retirado a instrumentação e feito a leitura manual, para confirmar ou não a questão da anomalia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso continuar?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É claro!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Às vezes, o assessor conversa, mas o senhor pode continuar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A informação que eu tive – depois que eu saí da prisão, eu tentei voltar a trabalhar dois dias e, depois, fui, vamos dizer, afastado – era que a perícia já tinha sido feita pela Polícia e que tinha sido detectado que tinha havido uma inversão na colocação das... De um piezômetro sai o cabo, que se conecta num sistema de transmissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, o senhor nos disse aqui – nós estamos anotando tudo muito cuidadosamente – que não havia informações sobre anormalidades.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, agora, o senhor acabou de confirmar que o senhor teve, 15 dias antes, a notícia de que havia anormalidades.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, mas estava explícito que era um problema de transmissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor aceitou isso? Na sua experiência, mesmo tendo visitado o local no dia 13 de junho, como o senhor mesmo colocou, sabendo tudo que estava acontecendo...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Exmo. Senador Viana, a barragem tem mais de 300 piezômetros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor me permite terminar a pergunta, por gentileza?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, desculpa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor declarou aqui que não tinha informações sobre alterações.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, diante da colocação aqui no seu depoimento, o senhor confirmou que havia já um *e-mail* com informações mostrando que havia problemas.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tem trinta e quantos anos de experiência?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Três.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tem 33 anos de experiência. O senhor esteve na barragem em junho, o senhor acompanhou depois o relatório da TÜV SÜD pedindo providências numa série de alterações. Em janeiro, no dia 10, o senhor recebeu um informe, e ninguém foi lá verificar o que estava acontecendo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não sei... Desculpa, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não sei se ninguém foi lá verificar, porque isso não é papel da geotecnia operacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É que aqui não é...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que é importante dizer, caro Senador, é que a barragem tem mais de 300 instrumentos, e um instrumento fora não quer dizer que a barragem esteja em risco. Um instrumento fora determina que tem de ser feita uma avaliação de estabilidade da barragem naquela seção onde o instrumento está fora, vamos dizer, do padrão esperado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não era um sinal importante de que alguma coisa não estava bem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Isso deveria ter sido verificado, igual informei, pelo geotécnico responsável pela barragem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa ferida em que o Relator Carlos Viana toca foi até matéria do jornal *Estado de Minas* também.

Na sua caixa de *e-mails*, a mensagem dava conta de que estavam analisando qual era o problema. Certo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– E não é normal que uma leitura dessas seja feita no dia 10, como o Relator aqui lembrou bem, e que se chegue ao dia 25 sem que alguma avaliação tenha sido feita e que alguma providência efetiva tenha sido adotada, certo?

Diz aqui a transcrição do depoimento.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– Não está tudo muito sinistro aqui, não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Assim, eu não tive informação depois do dia 10 – nenhuma da equipe de monitoramento e inspeção, da equipe da geotecnia, a respeito da... Tanto é que estou falando que, dos *e-mails* trocados a partir do dia 20, eu só tive conhecimento pelo delegado da Polícia Federal. Na minha percepção, o problema já tinha sido resolvido, porque, senão, esse *e-mail* teria continuado, essa informação teria continuado, não, teria sido tomada providência que deveria ter sido...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na função do senhor, que era uma função importante dentro da empresa, dentro do quadro hierárquico, o senhor era uma pessoa que tinha possibilidade de acionar os vários outros companheiros lá da mina. O senhor, em momento algum – e aqui faça uma reflexão sobre si mesmo –, o senhor, nesse momento, ao participar de todo o processo, ter acompanhado todas as informações, ter recebido esse *e-mail*, não foi muito passivo em relação... "Não é problema meu; é problema de outra área." O senhor ali não se sentiu responsável também pelo que aconteceu, pelas informações que detinha?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, em momento nenhum. Em momento nenhum, porque foi o que eu te falei, foi como eu falei: o problema, se fosse um problema realmente grave e que não teria sido, vamos dizer, não é por *e-mail*; a comunicação teria sido via um telefone, eu teria sido avisado, porque eu era avisado exatamente nesses momentos. Se tinha algum problema, como consultor interno, eu era procurado. Então, caso o problema persistisse ou caso viesse a ter algum... Eu teria sido avisado, não por *e-mail*; via telefone.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– Mas, nessa linha de raciocínio e de questionamento do Relator Carlos Viana, então, quem poderia, ainda que não houvesse qualquer risco, ter determinado a remoção das instalações? É uma pergunta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E responda, por fineza, objetivamente: o senhor tem nome e cargo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A retirada das... Desculpe, mas a retirada das instalações em função da subida desse piezômetro... Igual eu informei, em barragem, há muitos piezômetros. A subida de um piezômetro não quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas eu perguntei nome e cargo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, mas eu... Não teria que... No procedimento, a subida de um instrumento não quer dizer que a barragem está em risco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque é o seguinte: o que se analisa é uma série de instrumentação. Um instrumento... Você imagine que uma barragem tenha 300 instrumentos; um instrumento apontou anomalia, você tem que analisar todo o conjunto, você tem que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas ninguém detinha esses poderes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Quem teria que fazer isso, a análise...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quem? O senhor pode dizer quem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – ... são os geotécnicos responsáveis...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – ... pela mina.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quais?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O Artur e a Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Esses dois que o senhor informou ao Relator Carlos Viana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Esses dois, então.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Deveriam ter analisado toda...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Já que o senhor não poderia ter determinado a evacuação.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não existia risco, naquele momento, para se determinar a evacuação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na troca de *e-mails*, foi relacionado apenas o problema em um piezômetro ou em vários piezômetros?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Só em um piezômetro. Só um.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso dar sequência aqui, Presidente? Só para a gente encaminhar para...

Tem os eslaides, por favor?

O SR. PRESIDENTE (César Augusto Paulino Grandchamp) – Só um minutinho, só para eu poder fechar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Só para fechar o raciocínio, em cima daquela película que foi mostrada sobre o relatório do Sr. Armando Mangolim, é importante dizer aqui o seguinte: no mesmo relatório, ele coloca especificamente as conclusões dele, que tudo que ele viu lá eram coisas pontuais que não colocavam, em momento nenhum, a segurança da barragem em risco. Então, é bom a gente pontuar que, embora a gente tenha visto aquilo lá, em momento nenhum o Consultor Armando Mangolim citou que a barragem estivesse em risco e que ela não estava em condição de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Relator, permita-me só para não sair aqui do V. Sa. começou: quais seriam, por fineza, Sr. César, os superiores do Artur e da Cristina?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Renzo Albieri.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quem?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Renzo Albieri.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Renzo Albieri era o superior dos dois?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Como o Relator vai entrar em outro ponto agora, só voltando: o senhor ficou preso quantos dias?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor aqui se emocionou. Desculpe-me, eu só tenho 3% de visão, mas percebi que o senhor ficou emocionado aqui. Não vi lágrima, porque eu não enxergo, mas o senhor ficou emocionado. Na cadeia o senhor chorou?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Todos os dias?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E, quando chorava, o senhor tinha vontade de fazer o quê?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Cara... Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não. Eu sou cara mesmo!

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O sentimento é muito complicado. Você vai do desespero à vontade de sair logo e de querer resolver. Então, é o que até hoje estou passando. São três meses...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Nesse desespero, não dá vontade de falar: "Gente, o culpado foi fulano, foi beltrano, pronto e acabou!"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas eu não tenho como falar!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor estava lá na cadeia, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E outros não estavam ou não estão até hoje.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não tenho como afirmar o culpado sem a perícia, porque, é igual ao que falei: a barragem se encontrava em plena condição. Dia 23 de janeiro foi feita a inspeção de auditoria pela equipe da TÜV SÜD, acompanhada pela equipe da Geotecnia Operacional e Geotecnia Corporativa, e não foi detectada nenhuma anomalia na inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor chorava pelas mortes ou pelo fato de o senhor não poder dizer... Por não ter informação ou por não poder dizer a verdade nesse crime ambiental?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu perdi muitos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor perdeu?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Muitos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, o senhor chorava mais pela morte deles?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não chorava em relação à empresa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Qual é o seu sentimento em relação à empresa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – De maneira nenhuma. A empresa é para mim... Assim, eu sou um número dentro da empresa, ela me paga pelo meu trabalho. Eu não vou chorar por causa da empresa; eu vou chorar pelos meus amigos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, eu sei que é uma pergunta difícil, mas o senhor chorava... Havia também um forte sentimento de que o senhor poderia ter atuado e não atuou?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. Eu tenho consciência de que tudo o que eu fiz foi respeitando os limites das normas, o padrão, vamos dizer, ético. Eu não tenho esse sentimento de culpa, graças a Deus!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria, por favor, que o senhor me dissesse que limites são esses e que padrões éticos são esses que o senhor teve de respeitar para agora nos dizer que fez o que pôde dentro desses padrões.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, a questão do padrão ético é o seguinte: é o que eu estou fazendo aqui, estou falando a verdade...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor não passou por cima de nenhum colega, é isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu estou falando a verdade. Eu não passei por cima de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor jura que está falando a verdade?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tudo o que eu falei aqui, Sr. Senador, é estritamente a verdade. Estrictamente a verdade, pura e crua.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É que me pareceu, senhores, que ele disse: "Eu fiz tudo o que eu pude, limitado a esses padrões..." Eu quero saber que padrões são esses, que normas são essas.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu estou falando o seguinte. O que está me colocando aqui é a assinatura do certificado, certo?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Uhum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O certificado... A norma brasileira, a ABNT, para fator de segurança saturado, ela não tinha... O padrão dela é fator de segurança maior que 1, a critério do consultor, certo? Então, eu recebi um relatório, um certificado de estabilidade, apoiado em três equipes competentes de geotecnia – da TÜV SÜD,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da equipe operacional e da equipe corporativa –, que me atestavam que o relatório estava certo. E eu assinei o relatório. Então... Então, é a isso que eu estou me referindo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Mas é isso que eu não consigo entender quando o senhor fala, porque, se o *e-mail* aqui referido – quando eu fiz a pergunta, eu me referi a esse *e-mail* –, se a pessoa, esse Makoto...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uhum.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... está dizendo: "Amanhã eu vou ter uma reunião sobre eles para falar sobre isso, porque essa avaliação não vai passar."

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A gente tinha... A gente tem dentro da Vale uma meta – como dizer? – de referência de que todas as barragens alteadas para montante deveriam ter o fator de segurança de 1,3. Isso não é norma, isso não é... A norma de auditoria é a ABNT.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Seriam 30% a mais de segurança do que...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do que a norma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Uhum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Então, a referência toda nossa era que... E a gente tinha na cabeça que as nossas barragens tinham fator de segurança 1,3. Na auditoria anterior, ela deu 1,2, quase 1,3. Então, quando se apresenta um resultado de 1,09 ou 1,1, a questão leva a uma série de discussões técnicas: qual o padrão utilizado; qual a metodologia utilizada; por que vocês chegaram a esse valor. Esse *e-mail* se refere a esse tipo de embate. É o embate técnico para justificar por que a barragem passou, em três meses... em seis meses, para um fator de segurança de 1,2 – dois ponto alguma coisa – com um fator de segurança de 1,09.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Zero nove.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Então, a questão toda era o embate técnico. A TÜV SÜD tinha que justificar para a gente, e justificou, tanto é que prevaleceu o valor da TÜV SÜD, o estudo da TÜV SÜD de que o fator de segurança era 1,09.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir licença aos dignos Senadores – vou me ausentar porque tenho uma reunião agora – porque eu gostaria de fazer só mais uma pergunta a esse depoente.

O senhor assinou aquele documento atestando a segurança da barragem mediante algum tipo de pressão psicológica, mediante algum tipo de coação, medo de perder o emprego...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... de o chefe ficar magoado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Faz parte da função, né? Eu, como gerente... Eu fui Gerente de Geotecnia durante oito anos. A função do Gerente de Geotecnia Operacional é receber da Geotecnia Corporativa os laudos emitidos – eles é que contratam, eles é que gerenciam – e assinar como representante da empresa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Assinar se concordar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É. E eu recebia laudos de barragens sem estabilidade garantida e com estabilidade garantida, sempre baseado na capacidade técnica das equipes que trabalhavam na emissão do relatório. Então, eu não tinha nenhum tipo de pressão, fazia parte da função.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Fazia parte da sua função?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Fazia parte da minha função.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, o senhor pode nos afirmar aqui, em alto e bom som, que o senhor assinou aquela declaração por livre e espontânea vontade, consciente do que o senhor estava assinando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, consciente e confiante de que a barragem não corria risco nenhum.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.

Muito obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senadora Selma Arruda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando ao Relator Carlos Viana... Mas há só um último detalhe aqui: o senhor recebia ou não bônus por metas relacionadas à segurança? E a partir de qual nível hierárquico esse bônus era pago?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Na avaliação de metas do plano de distribuição de lucros da empresa, do gerente de área, como a gente fala, para cima, do gerente de área, do gerente executivo, do diretor operacional, dos diretores executivos para cima. No meu caso, embora eu não tenha cargo de gestor... O especialista técnico, dentro da Vale, dentro do RH, tem a mesma equivalência de um gerente de área. Na avaliação, existe um penalizador de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu me lembro aqui, inclusive, de que o ex-Presidente, o Schvartsman, chegou a ser penalizado. E aquele segundo homem, Relator, o Poppinga, confirmou aqui que ele foi penalizado, inclusive, pela nota zero. Ele só não se lembra da nota do Schvartsman, que, certamente, foi menos do que zero.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – No caso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor foi penalizado ou não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A gente foi penalizado neste ano, porque... É o seguinte: a diretoria pega portos, ferrovia e as minas. Então, qualquer acidente que ocorre em qualquer um desses processos vem para a diretoria, e todos os gerentes ligados àquela diretoria são penalizados por acidentes que ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor o foi?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Fui penalizado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com qual nota?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, assim, eu não me lembro direitinho, mas eu acho que a gente ficou com nota... Nós ficamos sem pontuação em segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Zero?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sem pontuação em segurança.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Igual ao Poppinga. É isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É, sem pontuação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Voltando aqui para o Relator, na conclusão...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Isso corresponde mais ou menos a 10% da avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Desculpe entrar nessa área pessoal. O senhor, quando era menino, quando era mais jovem, era de dedurar colegas?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Se o senhor soubesse de alguma coisa errada de um colega seu, o senhor diria "foi fulano que fez isso"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu sempre fui o contrário do senhor, eu sempre fui chamado de supersincero e de dedo-duro, porque, quando eu via um amigo meu fazer alguma coisa errada, eu falava para o pai dele, para a mulher dele, para a esposa dele.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, fica difícil a gente lidar com o senhor aqui, porque o senhor, na verdade, aqui, não vai dedurar ninguém, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não vai apontar os culpados jamais, pois não é do seu perfil.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Fosse eu no seu lugar, já teria culpado alguém. O senhor não vai fazer isso – conosco nunca, aqui não. A gente vai perder o tempo aqui então.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas, Sr. Senador, eu estou sendo muito sincero e verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Tudo bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou ler aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não culpou ninguém; inocentou todo mundo até agora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou ler aqui o que é parte da lei que autoriza os representantes das empresas a assinarem os laudos.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É um termo de compromisso que diz assim:

Eu, César Augusto Paulino Grandchamp [aqui tem suas informações, que eu não vou ler por uma questão de sigilo pessoal do senhor], declaro, para fins de direito, sob as penas da lei e em atendimento à portaria DNPM nº 70.389, de 2017, que as informações por mim prestadas constantes nesse sistema são verdadeiras e autênticas ou são fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente, através desse documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal brasileiro, passível de apuração na forma da lei. Nada mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Por isso é que ele não é número da Vale: ele é um escravo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu preciso só que o senhor me responda, por favor, duas perguntas técnicas, para a gente poder caminhar para o encerramento, segundo o Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor observasse o eslaide ali. Essa é uma questão central que está sendo investigada: se todas as providências foram realmente tomadas para reduzir o lençol freático no reservatório da Barragem B1, já que o excesso de água é uma das causas do processo de liquefação hoje apontada como a mais provável causa da tragédia. Está ali no eslaide quatro.

Agora o eslaide cinco, por favor.

Eles mostram ali que uma lagoa se formou no reservatório, demonstrando que havia dificuldade na absorção da água, o que pode indicar a saturação do reservatório. A senhora Cristina Malheiros foi rápida aqui em dizer que havia uma estrutura de bombeamento da água e que esses pontos apontados pelos investigadores não teriam contribuído para o desastre. Havia... Só não sabemos se tinha bomba mesmo, porque ela nos disse que tinha duas bombas e que não se tem a certeza se estavam funcionando ou não. Considerando as declarações que o senhor já deu sobre isso e as comunicações trocadas entre funcionários da Vale, eu pergunto: em janeiro de 2019, as bombas que deveriam retirar a água das nascentes estavam funcionando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A última vez que eu estive na... Senhor, às vezes eu me confundo aqui...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não se preocupe.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A última vez que eu estive em Feijão foi no dia 3 de janeiro, e eu fui especificamente com o Artur. Eu tinha tirado dez dias de férias e, nesse período, choveu muito, entre o Natal e o Ano. Eu voltei a trabalhar no dia 3 de janeiro, o Artur estava... Eu estava na Mina da Mutuca, o Artur estava saindo para Feijão, para definir um ponto de monitoramento que tinha sido colocado num licenciamento de dezembro – ponto de monitoramento no Córrego do Índia se não me engano. E eu pedi para o Artur, falei assim: "Ó, Artur, eu vou com você, porque eu quero conferir a..." Dentro do meu papel até de fiscalizador de... Eu estive nessa... Tanto o desvio quanto o *sampling*, estava tudo operando. No dia 3 de janeiro, que foi a última vez que eu estive lá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se nós observarmos bem ali, Senador Kajuru, como naturalmente a água tem que descer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ai eu vou pela sua visão, porque aí não erro nada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como nós temos observado, a base do rompimento – se nós olharmos da esquerda para a direita –, a base está quase que em linha reta lá no ponto onde foi detectado esse lago no reservatório.

Então as bombas estavam funcionando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estavam funcionando no dia 3 de janeiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A TÜV SÜD levantou a possibilidade de a nascente estar contribuindo para o lençol freático da barragem através do subsolo. Por isso, pediu à Vale um levantamento geofísico para examinar a questão. Isso foi feito?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu... Isso estava dentro das condicionantes da auditoria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Era sua responsabilidade, né?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, responsabilidade da equipe de Geotecnia Operacional. Quem colocava todos os pedidos de auditoria, concluía todos, executava todos, era a equipe da Geotecnia Operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ir ao reservatório era responsabilidade do senhor também, lá no ponto das...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dentro dessa minha função de consultor, eu, assim... Igual eu falei logo no começo da minha fala: eu ia rotineiramente às unidades operacionais e sempre acompanhava as equipes, tanto as de geologia quanto as de equipes de geotecnia. Então, esse era um ponto que rotineiramente era visitado pela Cristina e pelo Artur. Então, sempre eu ia lá nessa... Então, como eu voltei da... E – muito curioso –, como eu voltei de férias exatamente no dia 3 e o Artur estava indo lá, eu fui com o Artur exatamente nesse ponto para ver se estava operacional o sistema.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor foi até lá numa rotina ou foi porque o senhor já sabia que esse ponto era problemático na barragem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu fui por uma rotina mesmo. Pelo fato seguinte: eu queria ver se estava tudo operando, em função do período de chuva.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, uma barragem que deu tanto problema em sete meses – fracionamento com problemas, relatório de auditoria apontando,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

radares apresentando leituras incorretas, avisos – não chamou, na sua experiência, atenção de que, de fato, a situação lá era grave?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, a gente não tinha nenhuma evidência de que a barragem estivesse em risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quais seriam essas evidências para que os senhores tivessem tomado as providências e entender que a barragem... Além do índice, eu quero saber de leituras.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – No caso do processo de liquefação, o que nos indicaria que a barragem estivesse correndo risco? Uma subida sistemática de vários instrumentos distribuídos dentro da estrutura. E o que estava acontecendo era exatamente o contrário: eles estavam sistematicamente rebaixando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eslides 6 e 7, por favor.

Em novembro de 2018, a Vale iniciou um processo de inspeções geotécnicas cruzadas que consistia basicamente em escolher engenheiros de diversas áreas para avaliar a segurança de algumas barragens. Os documentos dessa auditoria foram anexados à ação civil pública e estão na p. 4130. Pois bem, o senhor foi um dos três engenheiro escolhidos, representando área Sul/Sudeste.

As inspeções físicas nas dez barragens com maior probabilidade de risco, incluindo a Barragem B1, foram realizadas entre os dias 19 e 20 de novembro de 2018. Essa inspeção aconteceu pouco mais de um mês antes da tragédia, por isso pode fornecer aqui alguns elementos importantes para o nosso entendimento.

Quero mostrar: o eslaide 6 mostra a inspeção de campo e traz algumas conclusões. Quando se fala em investigação geotécnica complementar em andamento no maciço e no reservatório, isso significa que a Vale não tinha informações precisas sobre as camadas de solo da Barragem B1, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A investigação geotécnica complementar era em função do "as is", do DNPM, que exigia que todas as barragens com alto nível de risco deveriam fazer o "as is" até julho de 2019, e em função do trabalho do projeto de descomissionamento, que estava sendo revisto. Então, tanto para fechar o "as is" quanto para fazer a complementação do projeto de descomissionamento era necessário complementar algumas informações geotécnicas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O desconhecimento do que estava dentro da barragem, inclusive sobre água, pode ter contribuído para isto? Para o desastre? Para o rompimento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu diria que a barragem era bem conhecida. Mas, sim, é uma barragem que foi operada durante 40 anos, não é? Daí que eu falo, que eu volto a afirmar, que o trabalho de perícia vai ser muito importante para a gente conseguir chegar a alguma conclusão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando se diz "tendência de queda nos instrumentos" – está no relatório –, citando os piezômetros e indicadores de nível de água, isso significa que os níveis estavam mais altos do que o desejável?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. A tendência de queda é exatamente o rebaixamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha que a carta de risco da Barragem B1 estava correta?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, eu... A carta de risco... Eu não acompanho muito bem a carta de risco. A carta de risco quem acompanha é a Cristina, que é a responsável pela barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor, como responsável, não foi lá visitar o lago? O senhor não acompanhou a carta de risco que era o senhor que assinava?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. A carta de risco é um documento à parte da barragem, gerada para orientação do geotécnico responsável pelo acompanhamento da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não é interessante, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Demais!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque o senhor visitou rotineiramente os pontos... E agora, quando nós temos uma carta e uma série de informações pelas quais o senhor seria responsável legalmente, o senhor não tem conhecimento...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A carta de risco não está ligada ao certificado de estabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O eslaide 7, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide 7, nas conclusões, diz: "Os resultados dos ensaios de CPTUs e a instalação dos piezômetros elétricos multiníveis irão refinar os parâmetros dos estudos de liquefação e descomissionamento". Isso parece ser uma confissão velada de que o corpo técnico sabia que os estudos de liquefação da Barragem de B1 estavam imprecisos. O senhor também tinha essa visão? As informações não estavam corretas naquele momento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O grande problema da liquefação é o gatilho, o que leva a iniciar o processo de liquefação. Esses estudos complementares dos CPTUs e os elétricos eram o seguinte: a gente precisava ter certeza de que a gente poderia colocar equipamentos em cima da barragem para a lavra, se esses equipamentos não poderiam ser o gatilho. Daí a questão do aumento do conhecimento dos parâmetros de liquefação, porque a gente não poderia provocar o gatilho, gerar um gatilho que levasse a barragem à liquefação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para encerrar, Sr. Presidente.

Em junho, um série de questões, inclusive do fraturamento hidráulico e pedido de novas providências; em setembro, uma empresa de auditoria também pede uma série de providências; em novembro, faz-se uma visita ao local e se chega às conclusões de que não se sabia exatamente o que estava acontecendo lá para que não se tivesse um gatilho; em janeiro, no dia 10, uma primeira informação de que também algo não estava bem; no dia 25, o rompimento dessa história toda.

Sr. Grandchamp, para encerrar a minha participação aqui. Na sua avaliação sobre esses sete meses de informações desconstruídas, sete meses de profissionais qualificados, bem pagos, que não foram capazes de entender o que estava acontecendo e alguns que também tinham responsabilidade e não tomaram as providências certas, qual é a conclusão que o senhor nos encerra aqui no seu depoimento, por favor?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Durante sete meses... Eu vou ser um pouco repetitivo. Durante esses sete meses, a barragem foi inspecionada quatorze vezes, foi visitada diariamente, passou por lá Armando Mangolim, Paulo Abrão, passou por lá três vezes a equipe da TÜV SÜD fazendo inspeção, uma vez a equipe da Tractebel e, em nenhum momento, foi colocado que a barragem estivesse em risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da minha parte está encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Relator Carlos Viana, como sempre cirúrgico em seus questionamentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aqui, para concluir, tenho alguns pontos de interrogação. Primeiro, uma curiosidade, Relator. Não sei se quem aqui acompanhou – presente e, ausente, viu pelas câmeras da TV Senado – por que a empresa Vale não pagou o Sr. Arsênio, o advogado dele. Ele diz que não. Ele não queria responder nada, ficou em silêncio o tempo inteiro. Quando eu falei de advogado, ele ficou nervoso e falou: "Não, não pagou". Eu duvido, tenho certeza de que pagou. Mas por que pagaria, como o senhor foi honesto aqui e disse: "A Vale pagou o meu advogado, está pagando o meu advogado." Por que ela pagaria de um e não pagaria de outro? Muito estranho, muito curioso.

Segundo: quanto tempo o senhor tem de empresa Vale? O senhor trabalhou lá por quanto tempo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Trinta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Trinta e três anos.

Eu trabalhei em dezenas de emissoras de televisão como jornalista, e a única que eu amei de paixão, por 16 anos, e a única que eu realmente declaro que trabalhei por amor e amei foi o SBT, de Sílvio Santos. Pelas outras eu não tenho nenhum sentimento, absolutamente nenhum, mas não entrei na Justiça contra nenhuma, só não tenho sentimento.

O senhor tem sentimento pela Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu tenho orgulho de trabalhar na Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Orgulho?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor tem gratidão à Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque o que ela me paga é em função do que eu dou. Então, eu não tenho gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Gratidão, não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não. Eu tenho pelo SBT. O senhor não tem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. Gratidão, não, porque eu recebo em cima do que produzo. Eu não estou recebendo nada de graça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor é estatutário?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor foi afastado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu fui afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ou demitido?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu fui afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Afastado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor pode falar qual era o seu salário na empresa Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu não gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas era um bom salário?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O salário de mercado de um gerente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– De um gerente.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Um bom salário. O senhor se sentia bem pago.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu me sentia bem pago.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, o senhor sente orgulho de uma empresa que não foi capaz de impedir a morte de quase 300 colaboradores? O senhor está defendendo aqui a empresa que colocou o senhor numa situação difícilíssima. O senhor vai responder por isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que o colocou na cadeia, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, que o colocou na cadeia, Sr. Grandchamp. O senhor vai responder pelo resto da sua vida, uma carreira de 33 anos... Eu respeito todo o seu sentimento, mas a empresa não foi capaz de impedir a morte de quase 300 colaboradores, Sr. Grandchamp!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E é por isso que eu concluo aqui, de minha parte, Relator Carlos Viana – até parece que a gente havia combinado. Eu não estou afirmando, pelo amor de Deus, porque não tenho prova. Se tivesse, eu afirmaria. Eu vou fazer aqui uma pergunta final, para encerrar aqui, de um brasileiro comum, que está nos acompanhando.

O senhor ficou dez dias na cadeia. Eu nunca fiquei. V. Exa. também nunca ficou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo amor de Deus!

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença: não recomendo!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sei que o senhor não recomenda, é evidente, tanto é que o senhor chorava lá todo dia.

Então, imagine o senhor... Porque esta pergunta cabe, e ela é com ponto de interrogação. Não estou afirmando porque eu não tenho provas. Será que vale a pena? Porque o senhor conheceu um presídio, conheceu o que é uma cadeia neste País, neste Brasil em especial, não se trata de uma cadeia daquela dos tempos de Alcatraz, nos Estados Unidos, mas de cadeia brasileira. O senhor acha que vale a pena, amanhã, ser julgado e voltar para a cadeia, ficar lá meses, ficar lá anos? O senhor acha que vale a pena em troca de quê? Em troca de algum dinheiro, de muito dinheiro? De que vale a pena? É uma pergunta com ponto de interrogação, porque eu não posso afirmar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu não... Igual ao que eu já afirmei: eu estou aqui falando exclusivamente a verdade. Não estou recebendo nada em função



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

disso. Não tenho participação, não tenho nem ação da Vale, nem acionista da Vale eu sou. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas tem orgulho dela.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tenho, porque é uma empresa muito boa de se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Paga-se bem, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, ela permite a você crescer, grande parte das pessoas têm oportunidade – igual eu tive – de fazer mestrado trabalhando. Então, você tem uma série de coisas que fazem com que você tenha orgulho da empresa em que você trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Bom, eu respeito o seu sentimento e, de minha parte, Relator Carlos Viana, eu vou entendendo cada vez mais que essa empresa Vale, criminoso no meu entender, realmente não vale absolutamente nada. Ela paga bem, cala bem. Ela é uma empresa fortíssima. E eu fiquei ontem feliz, porque, se for verdade, o Presidente Bolsonaro declarou que quer reprivatizar a Vale. Será que isso vai acontecer?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Disse que vai vender as ações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Será que isso vai acontecer? Será que ele vai mesmo?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ahn? Não sei, hein? Ela compra tudo, compra todos, hein?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Presidente.

Podemos partir para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Bem, o senhor está liberado. Quer fazer mais alguma observação, Sr. César?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, só agradecer e desejar a todos uma boa-noite – ou boa-tarde, eu não sei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma boa-tarde.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uma boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, o senhor não perdeu o dia, não! A noção do dia, o senhor não perdeu não! (*Risos.*)

Boa tarde!

Pois não. Obrigado ao Sr. César.

O nosso último questionamento aqui.

E eu já solicito à Secretaria desta nossa 7ª Reunião que conduza a esta Mesa o Sr. Felipe Figueiredo Rocha, que é integrante da Gestão de Riscos Geotécnicos da empresa Vale.
(*Pausa.*)

O Sr. Relator Carlos Viana foi até o toalete, porque não é fácil ficar aqui esse tempo todo. Só o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, suportou na primeira sessão. Lembram-se da eleição? Ele tinha aquele fraldão geriátrico. (*Risos.*)

O nosso Senador não tem. Eu também não tenho, não, e sou diabético.

Brincadeira à parte, o Sr. Felipe Figueiredo Rocha, integrante da Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale.

O senhor está aqui, nesta oitava da 7ª Reunião da CPI de Brumadinho, ao nosso dispor, para os devidos e respeitosos questionamentos, ou o senhor vai preferir ficar em silêncio?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Vou responder a todos os questionamentos que serão proferidos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Muito obrigado! Isso é importante!

Então, antes de passar ao Relator, só uma pergunta, e aí já passo, porque ele já retornou, foi rápido. O nosso Relator não tem o fraldão geriátrico do Presidente Davi Alcolumbre.

Sr. Felipe, o seu nome foi expressamente mencionado nesta CPI pelo Presidente afastado da Vale, de que o Relator Viana se lembra, o amigo Senador se lembra. O senhor foi expressamente mencionado nesta CPI pelo Presidente afastado da Vale, o Sr. Fabio Schvartsman, tratando ele da possibilidade de o senhor ter alertado a diretoria da Vale a respeito dos riscos da barragem rompida. O Sr. Fabio Schvartsman afirmou aqui textualmente que, aspas:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

[...] a obrigação quem define é o dono da informação. Se a informação está na mão da área técnica e a área técnica resolve, por qualquer motivo, que esse assunto não é de alçada da diretoria da companhia, eu não tenho como fazer diferente. [...] Existe uma ampla possibilidade de as pessoas da estrutura, por mais baixo na estrutura que eles estejam, como, por exemplo [...]

Se referiu ao senhor. Ai ele disse assim: "Esse Sr. Felipe [...] Se ele quisesse, ele poderia ter feito uma denúncia, tanto anônima como uma denúncia propriamente dita, se ele preferisse, e seria imediatamente tratada [...]".

Isso aqui, para mim, é muito grave. Daí iniciar assim e retornar ao Relator. E só o fiz enquanto ele chegava.

Concluo: é verdade, então, que a diretoria não foi alertada dos riscos da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão? V. Sa. irá eximir a diretoria da Vale de culpa, mesmo sabendo das possíveis consequências criminais dessa conduta? V. Sa. não imagina que a melhor estratégia de defesa pode ser justamente oposta ao interesse da Vale e de seus diretores?

E, por fim: V. Sa. sabe que pode ser inocentado em um processo criminal caso descreva todos os fatos ou V. Sa. já tem a certeza de que será processado e condenado?

Finalizando: o senhor conhece a situação carcerária brasileira? É possível responder a tudo isso? E o que o Presidente da Vale, o ex... Para mim, continua Presidente, continua ganhando lá uma fortuna. Aliás, Relator, o salário que eu consegui apurar, do ex-Presidente da Vale, que ele aqui não quis informar, sabe qual é? É de R\$860 mil por mês. Alguém aqui falaria alguma coisa da Vale, recebendo quase 1 milhão por mês? Então, tudo o que ele falou que é verdade... E ele chamou o senhor desta forma: "Esse Sr. Felipe". Ou seja, ele nem o respeitou, na minha opinião.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – V. Exa... Boa tarde! Boa tarde a todos os Srs. Senadores...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Boa tarde!

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... e Sras. Senadoras.

Se me permite, antes de responder a essa pergunta, Excelência, eu gostaria de fazer uma breve introdução...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... de quem eu sou, do meu cargo, das minhas atribuições.

Então, devido ao nervosismo, vou ler essa breve introdução, e ela também está relacionada às perguntas colocadas por V. Exa.

Boa tarde! Antes de tudo, agradeço, e muito, a esta Comissão a oportunidade que me é dada para que eu possa elucidar alguns pontos de extrema importância sobre a enorme tragédia de Brumadinho e para, além de esclarecer, desconstruir algumas afirmações feitas nesta CPI por depoentes da Vale.

Sou engenheiro, casado, pai de uma criança de um ano e dez meses e trabalho na Vale somente há dois anos, desde o ano de 2016. Minhas funções na Gerência de Gestão de Riscos Geotécnicos eram relacionadas à área de hidrologia e engenharia de recursos hídricos, que contemplam atividades de acompanhamento de estudos de mapeamento de inundações, disponibilidade hídrica, sistema de gerenciamento de recursos hídricos, estudo de chuvas intensas, avaliações de sistemas extravasores e drenagem superficial. Também era responsável por acompanhar estudos hidrológicos necessários para o desenvolvimento de novos projetos da Vale. Também era responsável por dar suporte na área de hidrologia, quando solicitado pela área operacional.

Nunca tive nenhum subordinado, não sou gerente, não sou coordenador, não tenho nenhum cargo de gestão, não tenho poder de tomada de decisão e não tenho equipe. Diferentemente dos meus colegas, eu não sou engenheiro geotécnico, não tenho formação nessa área e nunca realizei estudos geotécnicos. Eu exercia minha atividade laboral na Mina de Águas Claras, em Nova Lima, distante da Mina do Córrego do Feijão.

Sempre cumpro com meus deveres e minhas obrigações. Exatamente por isso, pretendo responder a todos os questionamentos sem receio, sem qualquer receio. Já comuniquei ao Ministério Público e à Polícia Federal, em Minas Gerais que estou inteiramente à disposição das autoridades.

Meu único compromisso é com a verdade, e unicamente com ela. Por isso, eu e minha família iremos custear minhas despesas com advogados e meus deslocamentos fora de Belo Horizonte. Não dependo e nem quero ajuda de custo da Vale para minha defesa.

Confio na verdade, confio nesta Casa e sei que nada tenho a temer da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E sobre as perguntas que eu fiz? Porque, depois de ler o que o senhor leu aí, se eu fosse de ouro, eu falaria assim: "Atenção, Brasil! A Vale é culpada pelo crime ambiental de Brumadinho".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o senhor se mostrou aqui independente da Vale, não depende dela, está à disposição, "quero somente a verdade". O senhor culpa a Vale pelo que aconteceu?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, seria incorreto da minha parte, seria leviano da minha parte atribuir culpas a alguém. Ainda tem uma investigação em curso, e não tenho conhecimento técnico suficiente para alegar culpa. Isso é uma questão que tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Haverá culpado na sua opinião?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... que tem que ser investigada. É uma investigação que está em curso.

Em relação às perguntas e às declarações do ex-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do ex-Presidente Fabio Schvartsman.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... o que eu tenho a comentar é que os riscos foram – da Barragem 1 – apresentados no painel de especialistas internacional, em que estavam presentes toda a geotecnia operacional, os representantes e lideranças da geotecnia corporativa. No último dia do painel de especialistas, é feito um fichamento em que é apresentado um resumo dos riscos e um resumo das decisões do painel. Nessa reunião de fechamento, estavam presentes o Diretor Lúcio Cavalli e o Diretor Silmar Silva.

Também os riscos foram apresentados no Subcomitê de Riscos Operacionais, chefiado pelo Gerente Executivo Eduardo Montarroyos, sendo membro desse painel o meu Gerente Executivo, Alexandre Campanha. Então, foi apresentado nesse comitê os riscos das barragens que estavam posicionadas na zona de atenção, sendo a Barragem 1 uma dessas estruturas. E, posteriormente a essa reunião, foi apresentado no Comitê Executivo de Riscos da Vale, do qual Alexandre Campanha era membro, desse Comitê Executivo de Riscos, e também elenca a Barragem 1 nessa zona de atenção, nesse Comitê Executivo de Riscos.

Além disso, me incomoda o fato de que, em uma audiência – na verdade, em uma coletiva de imprensa –, o Diretor Executivo Luciano Siani comenta que não sabia do *workshop* do painel de especialistas realizado em novembro, sendo que o Relatório de Sustentabilidade da Vale, assinado pelo Presidente, menciona que a Vale utiliza o painel de especialistas para tratar de barragens.

Então, esses pontos é que me fazem afirmar que os riscos da Barragem 1, apesar de não serem riscos iminentes – eram riscos possíveis –, foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria executiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– Bem, o Brasil já espera as perguntas sempre oportunas e pertinentes do Senador e Relator Carlos Viana. Só, rapidamente, "sim" ou "não": o Sr. Fabio Schvartsman, ex-Presidente, ele mentiu sobre o que falou em relação a V. Sa. ou ele falou a verdade? Sim ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– Sim ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não posso afirmar se as apresentações que foram feitas para o comitê executivo chegaram em sua completude para o Presidente Fabio Schvartsman.

Eu trago comigo essa apresentação que foi feita no comitê executivo; também trago a ata de reunião tanto do Comitê Executivo de Riscos, como do Subcomitê de Riscos Operacionais, que mostram essas barragens nas zonas de atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)

– Perfeito.

Só para dar aqui, Relator Carlos Viana, aproveitando a presença do estimado amigo do Centro-Oeste e Senador Wellington Fagundes, que faz parte desta CPI e chega neste momento, vem e volta, porque a nossa vida aqui é assim: então, você tem Plenário, você tem... Agora começa a sessão deliberativa. A gente precisa marcar presença.

Aqui há uma CPI. São onze membros... Eu não estou aqui fazendo juízo de ninguém. São onze membros nesta CPI, perfeito? Neste momento estamos aqui em três.

Então, a gente precisa ir, no caso nosso, do Centro-Oeste, meu particularmente, de Goiás, temos hoje lá a PEC 862, uma discussão profunda, um desentendimento enorme entre os Governadores de Goiás e do Distrito Federal sobre a região metropolitana, sobre o entorno, que não é nem de Brasília nem de Goiás. O Governador de Goiás Ronaldo Caiado está mandando mensagem a todo instante, de que me espera, em nome da bancada, para lá haver essa votação. Daqui a pouco o Senador Carlos Viana vai ter que votar também.

Então, se V.Sa. permite, Senador, antes que o senhor comece, já a partir de agora, os seus questionamentos, se o Senador Wellington Fagundes poderia fazer comigo aqui uma divisão e ocupar a Presidência, enquanto eu vou lá registrar a presença, discutir esse assunto e volto aqui à sequência desta oitiva importante, é possível que o senhor me substitua? Ou o senhor quer apenas fazer colocações?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O impossível é possível, não é?

Eu gostaria de perguntar ao Relator, porque realmente eu estou acabando de sair da reunião de Líderes. Até a Senadora Rose...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu nem fui participar. Eu também tinha, eu sou Líder...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A Senadora Rose também está lá. Ela também está impossibilitada de estar aqui. Pediu até que eu esteja aqui presente, mas eu também tenho outro compromisso. Inclusive o Senador Caiado até esteve lá conosco, no Bloco Vanguarda também. E não sei por quanto tempo o Relator ainda pretende arguir. Eu não quero ser impeditivo para o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, o mais importante aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não quero é deixar o Relator sozinho aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É, eu também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O mais importante aqui, Senador, é que o Felipe já nos deu a principal resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uma notícia boa aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Plenário está suspenso. Ótimo, vamos continuar. Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque a reunião de Líderes não acabou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Graças a Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Felipe, ao demonstrar boa vontade, ao trazer um advogado pago às próprias expensas, e já colocando para nós a primeira e mais importante pergunta, que era: os riscos das barragens, das chamadas da Alarp Zone, foram colocados para os diretores da Vale? Ele já confirmou que sim. Então, boa parte daqueles que estiveram



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aqui conosco dizendo que não tinham conhecimento, que não estavam a par do que estava acontecendo, mentiram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Descaradamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que as informações estavam disponíveis a todos nesses encontros em que a diretoria da Vale usava do seu conhecimento?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Confirmo. Confirmo que todas as apresentações, todas as informações que eu recebia, eu dei total publicidade. Os painéis de especialistas internacionais contavam com a presença de toda a gerência operacional, da gerência corporativa, integrantes da auditoria interna da Vale, da Audit, além da reunião final com os diretores. Então eu confirmo essa informação e tenho também a lista de presença aqui do painel de especialistas, para elucidar que essa não era uma informação que eu guardava para mim. Mesmo por não ser engenheiro geotécnico, eu não tinha capacidade, eu não tinha por que manter essas informações somente para mim. Essas informações eram de toda publicidade dentro da geotecnia da Vale e nos níveis de diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor pode ler, por favor, a lista de presença dos encontros, nos falar as datas e quem estava nos encontros no momento em que o senhor apresentou os riscos da barragem, especificamente de B1, se for possível, por favor?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu não tenho de todos os encontros. Eu tenho somente aqui.. O que eu trouxe? Eu tenho, caso seja do interesse para esta CPI...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É de interesse.

Eu gostaria de saber, no dia em que foram apresentados os dados da Barragem de Brumadinho, quem estava presente?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Estavam presentes os membros do painel de especialistas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem são eles?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O Scott Olson, o Bryan Watts, o David Bowles, o Prof. André Assis, o Paulo Abrão, o Paulo Franco, o Prof. Fernando Shneider e o consultor Luis Valenzuela, chileno.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os diretores, o Sr. Gerd Poppinga e todos os outros que também tinham cargo de gerência, quando foi que eles tomaram conhecimento dos riscos da Barragem B1?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, o diretor Poppinga não fazia parte, não participava dos encontros do painel. Os únicos que participavam do último dia de fechamento, que era um resumo do encontro, eram os diretores Lúcio Cavalli e Silmar Silva. Eles participavam desse encontro de fechamento, e, durante a semana, durante os trabalhos, participavam: o Gerente-Executivo Alexandre Campanha; a minha Gerente direta, Marilene Lopes; o Gerente de Geotecnia Operacional, Renzo Albieri; os gerentes responsáveis pela... Os geotécnicos responsáveis pela estrutura; e também o ex-Gerente de Geotecnia Operacional César Grandchamp. E também participou o consultor Armando Mangolim desse terceiro painel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor então nos diz claramente que era impossível que essas informações não tivessem chegado àqueles que tinham o poder de tomar decisão dentro da Vale?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu posso afirmar que essas informações estavam também no relatório do painel de especialistas, internacional, e que, após os encontros, eram enviadas pela minha gerente superior e direta, Marilene Lopes, para os diretores.

Eu trouxe também e posso deixar nesta Comissão o *e-mail* em que ela envia para os diretores os resultados do painel e as recomendações da barragem em relação à Barragem 1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com essa mesma clareza que o senhor está nos colocando aqui, quais eram as informações sobre a Barragem B1 repassadas nesses encontros? O que o senhor dizia para essas pessoas?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É importante destacar que os cálculos de risco não eram feitos pela equipe da Vale. Os cálculos de risco eram feitos por empresas externas, especialistas. No caso da Barragem 1, a análise de risco foi realizada pela TÜV SÜD em consórcio com a empresa Potamos e Amplo. Então, não era uma análise que eu detinha conhecimento e tinha *expertise* para fazer, principalmente por não ser geotécnico e envolver o risco de liquefação. Então, o que nós fazíamos na gerência, com os meus colegas de gerência, era consolidar as informações dos relatórios, especificamente do relatório da TÜV SÜD, e apresentar essas informações de risco no painel de especialistas internacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, quem, diante de todas as informações que foram colocadas: do fraturamento hidráulico em junho de 2018, do relatório da TÜV SÜD pedindo providências, dos *e-mails* em janeiro, já dizendo que havia uma leitura incorreta nos piezômetros que poderia chamar a atenção, de quem são, de quem é ou de quem são as responsabilidades em terem tomado providências para tirar os seus colegas lá da mina, para que, se a barragem viesse a romper, não tivesse matado essas pessoas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, por favor, seja muito claro, com a mesma clareza e a tranquilidade que nós estamos percebendo com que o senhor está participando aqui.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A atribuição pela gestão de segurança da barragem, pela gestão do dia a dia de quem conhece a barragem, de quem vai a campo, de quem lê instrumento, de quem faz a inspeção, de quem tem o *feeling* da barragem é da geotecnia operacional. Então, cabia à geotecnia operacional tomar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem são?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não consigo, dentro da alçada da Vale... Não tenho conhecimento suficiente, por estar na empresa há pouco tempo, para saber todas as alçadas de tomadas de decisão. Mas acredito que o dono do risco, conforme me era informado também pela minha liderança, era o Rodrigo Melo – conforme informado pela minha liderança...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou passar ao senhor aqui o organograma.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O.k.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que o senhor possa nos dizer de quem é a responsabilidade, nesse organograma, em tomar as providências nessa questão da segurança.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O que me era informado pela minha liderança – pela minha Gerente Marilene Lopes e pelo meu Gerente Executivo Alexandre Campanha – é que o dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte, era o gerente executivo responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo, e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo teriam também capacidade de tomar essas... Poder de tomada de decisão, uma decisão estratégica para a empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A Sra. Cristina Malheiros, em toda essa organização, qual era a responsabilidade dela?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A Cristina Malheiros, ela é geotécnica, responsável técnica pelo monitoramento e inspeção dessa estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas qual é a responsabilidade dela e daqueles que estão nessa função em relação ao painel de segurança?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A responsabilidade é garantir a segurança da estrutura, realizar os monitoramentos, realizar as inspeções, verificar os estudos, reportar no SIGBM, reportar se durante os últimos 15 dias teve alguma alteração no fator de segurança da barragem. Então, a responsabilidade de quem é o responsável técnico pela barragem – eu não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sou, nunca fui responsável técnico por nenhuma barragem – é responder pela segurança da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o que aconteceu em Brumadinho? Diante de tantas informações, tantos diplomas, tantas cabeças capacitadas – nós temos aí pelo menos 310 pessoas ao que tudo indica que morreram –, o que aconteceu ali?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Também não tenho conhecimento. Não sou geotécnico, não consigo explicar o que aconteceu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas na sua análise como especialista na área de segurança de avaliação de riscos, o que aconteceu ali em Brumadinho?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não... Também, só quero fazer uma correção, até mesmo nesse organograma: V. Exa., meu nome está como Felipe Rocha, Coordenador de Risco Geotécnicos. Gostaria de clarificar que eu não sou Coordenador de Risco Geotécnicos, minha posição é como engenheiro de recursos hídricos que fazia parte de toda uma equipe da gerência que acompanhava os trabalhos de risco calculado pelas empresas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Felipe, o que aconteceu? Essa informação não chegou corretamente a tempo para quem a deveria ter? Essas informações, as decisões não foram tomadas? A barragem, por estar desativada, ficariam muito caras todas as providências que estavam sendo tomadas?

O que aconteceu, na sua opinião?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Novamente, Excelência, eu não consigo afirmar o que aconteceu. O que posso afirmar é que, todas as vezes em que eram apresentados os riscos, os geotécnicos mais experientes da empresa e as pessoas que conheciam a barragem não ficavam alarmados com os riscos calculados nem com o fator de segurança que era apontado nessa barragem. Nem mesmo a TÜV SÜD, que realizou a revisão periódica e que realizou a análise de risco, apontava para a necessidade de qualquer remoção ou apontava para a possibilidade de um risco iminente.

Então, Excelência, eu não consigo responder, nesse aspecto, o que aconteceu. Seria leviano e incorreto de minha parte fazer qualquer juízo de valor e qualquer conclusão neste momento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Parabéns à sua advogada! Ela também o orientou bem, hein, Presidente? Ela o orientou bem sobre o limite a que o senhor pode chegar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Nessa linha do Relator Carlos Viana, pergunto: o Conselho de Administração da Vale foi informado dos riscos da B1, Sr. Felipe, apontados no Piesem? O nome seria o do Sr. Gerd Poppinga?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho conhecimento... Já está numa alçada muito superior à minha. Eu estou no nível mais baixo da empresa, sem nenhum subordinado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor aqui é baixo clero, então?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Sou baixo clero. Não tenho nenhum subordinado. Então, não consigo afirmar até que níveis, dentro de uma organização tão hierárquica como a Vale, essa informação chegou. O que eu posso afirmar é que, no Comitê Executivo de Riscos, constava o gráfico, a matriz, o gráfico de risco com as barragens na zona de atenção, mesmo que sem nomes e com, ao lado, um posicionamento, o esclarecimento dos resultados da auditoria. Agora, eu não consigo precisar se essas informações foram apresentadas no Conselho de Administração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero voltar a agosto de 2017. O senhor estava discutindo, juntamente com outros funcionários da Vale, a Cristina Malheiros, o César Grandchamp e o Sr. Washington Pirete, os dados para a revisão periódica da Barragem B1. Confirma?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Confirmando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A revisão periódica, explicando para quem nos assiste, é uma auditoria mais detalhada que inclui, entre outras coisas, o cálculo do fator de segurança da barragem.

Sr. Felipe Rocha, corrija-me se eu estiver errado: os ensaios de campo e de laboratório para calcular o fator de segurança naquele momento haviam sido feitos pela empresa Geoconsultoria e estavam sendo analisados pela empresa Potamos Bureau. Correto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A empresa Potamos mostrou desconforto – isto está lá – em utilizar as razões de resistência não drenada informadas nos estudos da Geoconsultoria. Explicando, a razão de resistência não drenada é um parâmetro fundamental para calcular o fator de segurança. Correto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se ela estiver errada ou se for interpretada erroneamente, o fator de segurança estará automaticamente errado e pode transmitir uma sensação falsa de segurança. É isso mesmo?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto. Eu não sou especialista no assunto, não sou geotécnico, mas essa definição desses parâmetros impacta no fator de segurança.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, por que a Potamos não queria usar a razão de resistência estabelecida pela Geoconsultoria? Era porque não considerava as diversas camadas da Barragem B1? O senhor participou dessa discussão? Por que a empresa entrou em conflito na questão das informações?

A Vale tinha acesso aos relatórios das auditorias antes de eles serem finalizados e entregues? Esta é uma pergunta muito importante que nós lhe estamos fazendo: a Vale tinha acesso aos relatórios das auditorias antes de eles serem finalizados e entregues? A Vale fez recomendações de modificações nesses relatórios para amenizar as falhas de segurança na Barragem B1?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu nunca trabalhei em auditorias. O que ocorria nos trabalhos contratados era que uma empresa externa independente realizava os trabalhos, emitia uma versão para comentários, e após os comentários, para ver se todos os dados disponíveis, se todas as informações tinham sido utilizadas, se tinha algum erro de alguma informação do histórico da barragem, do histórico da estrutura, comentava os relatórios, enviava novamente para a empresa contratada, a contratada avaliava os comentários, aceitava os comentários ou não, e emitia uma nova versão dos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, só 30 segundos.

Esse comitê de riscos, o que era esse comitê de riscos? Quem fazia parte dele? O senhor pode apontar nomes?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não era membro do comitê. Faziam parte pessoas do escalão mais alto dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não sei de cabeça os nomes. Eu tenho uma ata...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O advogado está aconselhando o senhor a não falar?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, não. Desculpe-me, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não precisa de me chamar de "Vossa Excelência". Desculpe-me: eu odeio essa expressão. Pode me chamar de...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – São nomes que eu não tenho, mas trago comigo a ata desses comitês em que lá cita quem são os membros presentes. As pessoas que tenho conhecimento eram: o meu gerente-executivo Alexandre Campanha; no comitê executivo de riscos o Luciano Ciani e o Eduardo Montarroyos, da gerência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou seja, as empresas de auditoria eram contratadas pela Vale, produziam os relatórios, esses relatórios eram entregues antecipadamente para comentários de todos eles, depois finalizados. A empresa poderia influenciar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Totalmente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... diretamente no relatório das empresas de auditoria.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – V. Exa., a decisão por aceitar os comentários e a pertinência dos comentários era da empresa contratada. Ela tinha total autonomia para ver se aqueles comentários eram pertinentes ou não. E para esses comentários que eram feitos pelos próprios geotécnicos – no caso da Barragem 1, o geotécnico responsável pela estrutura: a Cristina Malheiros –, para elucidar alguns fatos, algumas questões da barragem que porventura não tinha sido de conhecimento da TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o senhor tinha conhecimento de outros contratos da TÜV SÜD dentro da Vale? Quais eram esses contratos?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tinha conhecimento dentro da gerência executiva. Os contratos eram para: realizar descomissionamento da Barragem 1; realizar projeto "As Is"; realizar auditoria de segurança de barragem; realizar, participar do projeto de automação de instrumentação. Acho que eram esses os contratos. Eu não tenho... Eu não participava desses contratos, não era fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas ela tinha responsabilidade nesses todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tinha responsabilidade nesses contratos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou seja, vou fazer aqui uma colocação, e o senhor, na sua experiência, me diga se correta ou não. Todas as informações que eram levadas para as autoridades, no caso a Agência Nacional de Mineração ou o DNPM, elas, quando finalizadas, tinham sido trabalhadas com a empresa de consultoria contratada pela Vale e com a participação dos diretores e gerentes que tinham ligação direta com o relatório produzido.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu não consigo precisar essa participação dos diretores, dos gerentes. O que eu consigo afirmar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eles podiam fazer comentários.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Poderiam fazer comentários caso houvesse, mas não era usual que esses relatórios chegassem para esses níveis. Mas os geotécnicos e os engenheiros que conheciam as barragens liam esses relatórios e verificaram se todas as informações disponíveis tinham sido utilizadas pela empresa contratada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou fazer aqui...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – E...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Pode terminar.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, não. É somente isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou aqui fazer um gesto em admiração ao trabalho do meu colega Kajuru, que é um professor na área dele. Atenção, Brasil! Atenção, Brasil! A Vale ofereceu ao senhor o pagamento dos advogados? E, se o senhor aceitasse, qual seria a condição?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Fiz esse questionamento aos Recursos Humanos da empresa. Dentro da minha posição hierárquica, dentro do meu cargo, a resposta que me foi dada é que eu não tenho o auxílio de pagamento de um advogado a não ser que seja um advogado escolhido pela própria empresa. Então, foi escolhido um escritório. Eu procurei outra solução, mesmo que eu utilize todas as minhas economias e a ajuda de parentes e de amigos, se necessário, para que um escritório de advocacia defenda os meus interesses, e não os interesses da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor ficou chateado com isso? Ela pagou o advogado de todos os outros até agora aqui, pagou muito dinheiro; inclusive, um escritório de Belo Horizonte cobrou R\$5 milhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Essa posição da empresa até esclarece que, dentro do meu cargo, eu não tenho seguro de advogado, não sou sujeito a esses riscos, a esta situação que estou vivendo. Então, é isso que eu entendo desse posicionamento da empresa em não realizar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor quer dizer que, pelo que o senhor ganha ou pelo que o senhor ganhava da Vale, pelo seu salário na Vale, o senhor não teria condições para isso? O senhor está apertado, então, para pagar advogado? É isso?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Sim. Não é uma despesa que esperava e que eu tivesse essa expectativa de realizar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, em algum momento, para que lhe fosse oferecido advogado, foi lhe feito algum pedido sobre participar de algum treinamento ou reservar informações que poderiam comprometer a empresa em algum ponto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, Excelência, isso não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não houve um pedido de cala-boca, não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, isso não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor calaria se ela pedisse?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não. Como deixei claro na minha apresentação, o meu compromisso é com a verdade, somente com a verdade. Não tenho nada a temer e estou aqui para auxiliar num trabalho que eu acho de extrema importância e que os Srs. Senadores estão fazendo nesta Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, matéria do jornal *InfoMoney*, de 15 de fevereiro de 2019, cita sua prisão temporária, cita também o *e-mail* enviado por Makoto Namba – que se manteve calado –, em 13 de maio de 2018, falando sobre os estudos do fator de segurança da Barragem B1. Vou ler aqui um trecho. Diz o Sr. Makoto Namba:

O coordenador Felipe ligou na sexta-feira passada para saber como andavam os estudos e, sabendo da possibilidade de a Barragem I não passar, comentou que todos os esforços serão feitos para aumentar o fator de segurança, como o rebaixamento do lençol freático, a remineração do rejeito, etc. Mas são todas soluções de longo prazo, que levarão de dois a três anos para surtir o efeito desejado. Disse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ainda que a Barragem Forquilha III, que está sendo estudada pela VogBR, não está passando, mas a empresa assinará a declaração de estabilidade com base nas mesmas promessas de intervenções de melhoria.

O senhor tentou convencer a TÜV SÜD a assinar o laudo de estabilidade da Barragem B1 com base em promessas que nunca se concretizaram? O senhor também fez isso com a VogBR no caso de Forquilha III? O senhor entende que poderia ter sido diferente o relacionamento com a empresa de auditoria naquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa colocação do Senador e Relator Carlos Viana, Sr. Felipe, é tão embasada, que o senhor foi mencionado, segundo o Ministério Público, em trocas de *e-mail* – disse a data o Relator aqui –, em maio de 2018, como funcionário da Vale que soube da possibilidade de a barragem não passar no teste de estabilidade. Certo?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tentou convencer a TÜV SÜD?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, não é verdade que eu tentei convencer a TÜV SÜD. Essa ligação... O contexto dessa ligação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É mentira do Ministério Público?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É mentira do Makoto Namba que eu tentei convencê-lo a respeito da declaração de estabilidade. O contexto dessa ligação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, é mentira do Makoto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É. Exatamente. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Makoto, além de ter vindo aqui e ficado calado, além de calado, é mentiroso? Até calado ele é mentiroso? Se ele falasse então, pelo amor de Deus!

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade nesse fato.

O contexto da minha ligação foi uma orientação da minha gerente direta, Marilene Lopes, para que eu entrasse em contato com o Makoto Namba para saber dos andamentos dos estudos, para saber se os estudos seriam entregues no prazo, uma vez que o prazo terminava em junho. Essa minha ligação ocorreu, em maio, para o Makoto Namba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Também transmiti o mesmo posicionamento da minha liderança, de Marilene Lopes, de Alexandre Campanha, da geotecnia operacional, que participou de diversas reuniões com a TÜV SÜD em relação à B1, para elucidar o posicionamento dessa liderança, de que a Vale estava disposta a fazer qualquer recomendação da TÜV SÜD para incrementar o fator de segurança. Não tenho poder para prometer recomendações nem alçada de decisão para isso.

Eu também gostaria de esclarecer que o Makoto Namba me trata como coordenador. Eu não sou coordenador, eu era meramente o fiscal desse contrato, que intermediava e centralizava as informações entre Vale e TÜV SÜD, auxiliava nos agendamentos das reuniões com os geotécnicos e a empresa. Também corrigi que não era a empresa VogBR que estava fazendo a revisão periódica da Forquilha III, erroneamente como o Makoto colocou em seu *e-mail* interno dentro da TÜV SÜD. Da mesma forma com que todas essas discussões que eu presenciava entre os geotécnicos estavam ocorrendo para a Barragem 1, estavam ocorrendo também para a Barragem Forquilha III.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Para o senhor, o Makoto é inocente?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não posso afirmar quem é culpado ou não. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É do Sr. Makoto que eu digo. O senhor põe a mão no fogo pelo Sr. Makoto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho elementos suficientes para afirmar se uma pessoa é culpada ou inocente. Há uma investigação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor põe a mão no fogo por ele? O que o senhor falou dele aqui...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Há uma investigação, Excelência, para tratar desse assunto e apurar essas causas. Não é correto, não seria correto, seria leviano se eu apontasse culpa em alguma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas ele foi leviano com o senhor.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade em relação à tentativa de convencimento que ele menciona, à suposta pressão exercida.

Eu também gostaria de elucidar: o Makoto é um engenheiro geotécnico respeitado no meio, com mais de 20 anos de experiência, e eu tenho apenas oito anos de formado, nunca fui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiro geotécnico, sou engenheiro de recursos hídricos, sou do nível mais baixo da hierarquia da Vale. Como eu iria ter argumentação técnica para fazer com o Sr. Makoto a respeito de fator de segurança, a respeito de risco de liquefação? Não seria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém lhe pediu isso, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O que me pediram, pela minha liderança novamente, a Marilene Lopes, foi para entrar em contato com o Makoto e verificar qual que era o posicionamento da empresa e se já havia alguma resposta em relação à conclusão do trabalho. Esses mesmos questionamentos foram proferidos pelo Alexandre Campanha em uma reunião presencial com Makoto Namba e com os demais presentes da geotecnia corporativa e da geotecnia operacional, conforme depoimento do próprio Makoto Namba e conforme depoimento do Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assistiu aqui ao depoimento do Sr. Schvartsman, Presidente afastado da Vale. Não é isso? O senhor concorda?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Assisti.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em quais pontos o Sr. Fabio Schvartsman mentiu?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O Sr. Fabio Schvartsman faltou com a verdade em relação ao meu nome quando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor gosta de falar "faltou com a verdade"; a gente gosta de falar "mentiu".

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade em relação ao meu nome quando ele afirma que a Diretoria Executiva não recebeu nenhum comunicado em relação aos riscos da Barragem 1. A expectativa é a de que um profissional do calibre e da posição dele, dentro de uma empresa do porte da Vale, poderia ver essa apresentação com os riscos posicionados dentro da zona de atenção, procurar saber por que essas barragens estão na zona de atenção, quais são os nomes dessas barragens. Sabendo que existe um painel de especialistas, poderia perguntar para os seus subordinados, para os seus diretores-executivos, para os seus diretores o que significava o painel, quais eram as recomendações, se havia relatório, se não havia relatório.

O que me causa incômodo é esperar que um funcionário que está no nível mais baixo da empresa consiga definir o conteúdo de uma apresentação para um presidente de uma empresa do porte da Vale e também fazer acreditar que ir à Ouvidoria seria mais eficiente do que apresentar isso para toda a gerência de geotecnia operacional, para a gerência corporativa,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para o meu gerente-executivo, para diretores e para a própria auditoria da empresa, que seria mais eficiente ir à Ouvidoria do que apresentar essas informações para todas essas pessoas.

Então, o que me causou incômodo, nesse depoimento prestado pelo ex-Presidente, foram esses aspectos, de que dependia de mim fazer toda a comunicação, e não a partir de quem realmente é o tomador de decisão dentro da empresa Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se a Barragem B1 de Brumadinho estivesse em funcionamento, estivesse sendo importante para o funcionamento da mina, os procedimentos teriam sido diferentes em relação ao que apontou já a TÜV SÜD em setembro? Eles teriam sido mais rápidos, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, não consigo lhe responder essa pergunta, porque todos os procedimentos operacionais não eram da minha atribuição, não eram da minha alçada. Eu não acompanhava esses procedimentos. O que era feito na barragem não era uma atividade da minha responsabilidade. Então, eu não consigo lhe responder nesse aspecto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na Vale, a cultura do lucro é superior à cultura da segurança ou não? O que o senhor pode nos dizer sobre isso?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho todo esse conhecimento. Eu tenho poucos anos de empresa, eu tenho somente dois anos de empresa. Então, não é possível afirmar qualquer opção por lucro ou por produção dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor recebia bônus ou qualquer vantagem vinculada direta ou indiretamente a metas de segurança?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Funcionários e engenheiros do meu cargo não possuem metas individuais. As metas são metas da gerência e da gerência executiva. Eu também não sei precisar o detalhe de como é feito todo esse cálculo por ter pouco tempo de empresa. O que me era reportado era que as metas somente da gerência faziam pouca significância dentro da apuração dos resultados.

Acredito que essas perguntas em relação às metas de saúde e de segurança e às metas de bonificação por lucro devem estar disponibilizadas nos relatórios de investidores da Vale, no 20-F, ou talvez em documentos públicos de governança da própria empresa. Essa deve ser uma informação que deve ser disponibilizada para os acionistas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Alguns diretores aqui confirmaram isso e, inclusive, disseram que foram penalizados com a nota zero, entre eles o Poppinga e o anterior ao senhor aqui, o Sr. César.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Schwartsman também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O Schwartsman também ficou com a nota zero, não é, Relator? Ele também foi penalizado.

Então, o senhor não recebia nada, só o seu salário?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, todos os funcionários têm participação nos resultados, mas eu não tinha metas...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Então, o senhor nunca foi penalizado?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tinha metas individuais. Então, não há penalização individual devido ao meu cargo dentro do organograma da empresa. Essas metas individuais passam a existir, pelo que eu sei, pelo que é do meu conhecimento, salvo engano, a partir do nível de gerência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o Piesem é o Painele Independente de Especialistas em Segurança de Barragens. No Piesem internacional de outubro de 2018, o senhor foi responsável pela apresentação dos resultados da gestão de riscos geotécnicos da Vale. Nesse evento, o senhor fez uma apresentação em inglês mostrando que, entre as 57 barragens analisadas, dez estariam na chamada Alarp Zone, que são as de maior risco. Em um dos eslaides, o senhor coloca em vermelho que a recomendação para a Barragem B1 seria um trabalho de descomissionamento. Nos comentários finais, o senhor escreveu em inglês a seguinte frase: "Com o avanço da cultura de risco na Vale, será necessário revisar os critérios de aceitação de riscos". O que exatamente o senhor quis dizer com isso? A Vale estava aceitando mais riscos do que o recomendável? Considerando que se fala em descomissionamento da Barragem B1 há tanto tempo e considerando os riscos, por que isso não foi feito antes?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, fiz essa apresentação. Era uma resposta ao risco dada pela equipe responsável, que era o descomissionamento dessa estrutura. Foi montado um comitê para esse projeto de descomissionamento. Eu não fazia parte. Era um projeto que estava sendo elaborado pela própria TÜV SÜD em conjunto com a geotecnia operacional e com integrantes da gerência de fechamento de mina.

Em relação à tolerância ao risco, à definição dessa tolerância ao risco, era...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pode continuar.**O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA** – Desculpa, Excelência.

Esse tema era objeto de discussão entre a geotecnia, entre a liderança da geotecnia corporativa e operacional e os membros de painel de especialistas. Era um assunto que iria evoluir no tempo à medida que a Vale fosse ganhando mais corpo e mais maturidade em gestão de riscos geotécnicos, conforme elencado pelo próprio painel de especialistas em seu relatório.

Eu gostaria de deixar claro que, dentro da minha alçada de responsabilidades, da minha atribuição, essa definição de limites de risco não é da minha alçada, é uma informação muito estratégica para a empresa. Então, não cabe a mim definir limites de risco para a Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor continua sendo funcionário da Vale?**O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA** – Eu estou afastado da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Recebendo ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Estou recebendo meu salário, afastado da empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor confirmou seu depoimento aqui, alguma recomendação foi feita sobre o que falar ou não falar aqui, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, pois estou afastado da empresa, não tenho contato com nenhum investigado, não tenho acesso ao meu *e-mail* da Vale, não tenho acesso ao meu *notebook* da empresa, não estou tendo contato com nenhuma empresa da Vale. O meu contato exclusivo é com os meus advogados escolhidos em conjunto com a minha família. Esse é o contato que eu estou tendo. Então, não tive nenhuma orientação da Vale para vir aqui nesta Casa prestar este depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, permita dirigir-me a V. Exa. como jornalista exemplar que sempre foi. O fato de uma empresa como a Vale afastar um funcionário e continuar pagando seu salário não é uma forma de forçá-lo a ficar quieto, calado?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É uma tentativa, na minha opinião.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não é uma tentativa, na sua opinião?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– É uma humilde pergunta minha aqui a V. Exa. e aos brasileiros e brasileiras, porque eu não consigo entender isso. Você afasta e continua pagando um bom salário. E aí como a CPI vai querer ouvir aqui alguma declaração verdadeira? Desculpe-me! É o que eu penso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, há algumas questões técnicas aqui.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O.k.!

Se me permite V. Exa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... eu só gostaria de complementar em relação ao Piesem, que foi perguntado a mim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não sei se eu respondi ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Desculpe-me, Excelência.

Trago um *e-mail* da minha gerente, Marilene Lopes, encaminhado para os Diretores Silmar Silva e Lucio Cavalli, para o Gerente-Executivo de Geotecnia Joaquim Toledo e para os demais representantes do alto escalão da empresa. É um sumário das recomendações do painel de especialistas internacional. É um *e-mail* do dia 18 de outubro. A Marilene Lopes escreve:

Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1 a 5 de outubro, em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens [vou pular a primeira parte].

[...]

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem. A opinião do painel é que a mineração do rejeito é viável, embora seja necessária uma engenharia detalhada adequada.

Então, esse *e-mail* é uma forma de evidenciar que estou aqui para contribuir com todos os questionamentos e também para exemplificar que os diretores foram comunicados de que a Barragem 1 requeria mais investigação e monitoramento de campo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma das questões que mais foram faladas em todos os depoimentos da CPI foi quanto à falta de informações sobre a drenagem interna e as características físicas e mecânicas dos materiais nos dez alteamentos que a Barragem B1 sofreu ao longo dos anos, desde a construção, em 1976.

Quero ler aqui um trecho do Relatório Periódico de Segurança de Barragens aprovado em março de 2018, escrito pela TÜV SÜD: "Grande parte da informação disponibilizada se refere aos últimos alteamentos, sendo que, para o dique de partida e os alteamentos iniciais, as informações disponíveis não são confiáveis ou inexistem, em especial no que diz respeito aos sistema de drenagem interna e caracterização física e mecânica dos materiais".

Outro trecho fala da drenagem interna: "Foram verificadas várias incertezas quanto ao sistema de drenagem interna em vários alteamentos devido à carência de informações históricas. Na maioria dos casos, tem-se como informação os projetos executivos do alteamento, porém não há as *built* indicando se a solução projetada foi efetivamente implantada na sua totalidade".

Aqui a própria TÜV SÜD chamou a atenção, Sr. Presidente, para o fato de que, quando a Vale assumiu, a partir da compra da Ferteco, as informações iniciais do dique eram desconhecidas. Eles foram alteando em cima daquilo que eles não conheciam, começou com 13 e foi parar em 84.

O senhor sabe que, para um engenheiro ou para um geólogo, não existe nada pior do que a incerteza, que precisa ser resolvida. Então, estamos falando de um relatório que foi aprovado quase um ano antes da tragédia.

Vou perguntar ao senhor: com essas incertezas todas, o senhor acha que o cálculo do fator de segurança da barragem refletia a realidade? Quando existe incerteza, o correto não seria adotar uma margem de segurança maior? Por que, ao invés disso, a Vale aceitou um laudo de estabilidade com um fator de segurança menor do que o recomendado pelo próprio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Piesem do qual o senhor participou? O que a Vale fez para reduzir essas incertezas depois da auditoria da TÜV SÜD?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu gostaria de ressaltar que eu não sou engenheiro geotécnico. Então, eu não tenho conhecimento técnico suficiente para auxiliar nesses questionamentos e responder a contento a todas essas perguntas.

Essas incertezas eram tratadas com os engenheiros geotécnicos responsáveis. O que eu presenciava nas reuniões, como engenheiro da área de hidrologia, era que se dizia dentro da Vale que essa barragem tinha um pai e uma mãe. O pai seria o engenheiro Washington Pirete, que trabalhou durante muitos anos nessa estrutura e conhecia como ninguém essa estrutura, como engenheiro geotécnico, um especialista que reporta ao Alexandre Campanha; a mãe seria a Cristina Malheiros, que é a engenheira geotécnica responsável pela inspeção e monitoramento.

Nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo menos a filiação a gente tem, Relator: pai e mãe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para a Certidão de Óbito...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Esses profissionais têm muito mais propriedade para responder a V. Exa. esses questionamentos do que eu, que não tenho conhecimento técnico suficiente para que eu possa auxiliá-lo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, mesmo depois de apresentados todos os dados do Piesem... Os senhores estiveram no Piesem internacional. Isso tudo foi colocado. O senhor trouxe aqui o *e-mail* confirmando isso. Quais foram os diretores que receberam o *e-mail* com as conclusões?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O diretor operacional Silmar Silva; o Diretor do Norte, Antonio Padovezi; Josimar Pires; Lúcio Cavalli; o Gerente Executivo Joaquim Toledo e os demais gerentes executivos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, depois disso, não foi em momento algum chamado a participar de nenhuma decisão, nada? O senhor não foi questionado em nada por essas pessoas com relação aos índices que o senhor apresentou?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não fui chamado. Eu também não fazia o julgamento crítico de todos esses riscos, por não ser – digo novamente – engenheiro geotécnico. Eu compilava as informações dessas empresas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é importante também ressaltar que todo o conteúdo, a definição do conteúdo, do formato, do que deve ser apresentado ou não para as instâncias mais altas da organização, pelo fato de a Vale ser uma empresa muito hierárquica, não partia de mim. Todas as apresentações que eram realizadas no subcomitê e no Comitê Executivo de Riscos eram avaliadas previamente. Era definido o conteúdo pelo Alexandre Campanha e pela Marilene Lopes, que definiam o que deveria ser apresentado ou não. Não cabia a mim definir qual o conteúdo e simplesmente pegar essa apresentação do painel de especialistas e resolver apresentar para as instâncias mais altas da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor falou aqui em hierarquia. Nós já ouvimos aqui, o Relator Carlos Viana e eu, pois estamos sempre presentes nesta CPI de 11 membros – lamentavelmente, há muita ausência; depois até quero fazer uma solicitação à Presidente –, o Alexandre Campanha. Quem era o superior hierárquico dele? Já que o senhor falou em hierarquia, quem era o superior hierárquico dele, de Alexandre Campanha?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O superior hierárquico do Alexandre Campanha é o Diretor Lúcio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lúcio...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Cavalli.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Cavalli.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, nós estamos tentando entender... As causas já estão muito bem definidas com relação a essa tragédia de Brumadinho. As investigações já apontam claramente para problemas de desconhecimento da parte interna, medidas que não foram tomadas corretamente para manter a estabilidade, desconhecimento do projeto original e outras questões. O que nós estamos tentando entender, o Presidente e eu, todos os membros, é como é que uma informação dessa gravidade circula em todos os níveis gerenciais da Vale, é apresentada em painéis de que participam as cabeças que poderiam tomar decisões e, no final, não se torna realidade, matando 300 pessoas, colaboradores da própria empresa.

O senhor está afastado. Naturalmente, o senhor não deverá voltar, é o mais provável, até por uma questão talvez pessoal, pelo que está vivendo. Terá direito até a buscar uma indenização. O advogado vai orientar o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E é um lambari, não é, Relator? Ele não é tubarão, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, ele está mostrando isso claramente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Se o Davi Schvartsman, ex-Presidente, entrou com um processo de indenização...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fabio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Fabio! Desculpa! O Fabio entrou com um processo de indenização pedindo R\$48 milhões!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele naturalmente... Mas me conte... (*Pausa.*)

Por favor, a advogada não pode se manifestar. O.k.?

O que aconteceu? Deixe-nos entender o que foi que aconteceu. Esses dados todos não serviram para nada. O que aconteceu lá?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu gostaria realmente de poder contribuir, de saber auxiliar nesse aspecto, mas não sabemos ainda o que aconteceu. O que eu posso afirmar é que havia um risco possível calculado, uma barragem na zona de atenção, mas que esse risco não significava um risco iminente, conforme colocado pela própria TÜV SÜD. Esse risco era apresentado para profissionais experientes que não ficavam alarmados nem com o risco, nem com o fator de segurança. Então, eu não tenho como responder o que aconteceu nessa tragédia vivida em Brumadinho, observada em Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse, Presidente, eu tenho certeza de que vai dormir em paz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Aliás, por falar em dormir em paz, Relator Carlos Viana, o senhor ouviu aqui o depoimento do Sr. César? Ou não o ouviu? Foi anterior ao senhor.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não ouvi, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não ouviu.

O senhor ficou na cadeia por quantos dias?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu fiquei na cadeia por cerca de 15 dias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Quinze dias, mais do que ele! Ele ficou dez dias.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ou 14.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ele disse que chorava todo dia. O senhor chorava também?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, foram os piores dias da minha vida, ao pensar na família e em todos, mas com a consciência tranquila de que eu fiz tudo o que estava ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, o senhor não chorava?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tenho total convicção da minha inocência. Eu chorava. Foram momentos muito tristes para a engenharia brasileira, para um engenheiro, para a sociedade, para todos, para as famílias que perderam seus entes queridos.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Então, pensando nessas famílias, na hora do seu choro, Deus não dizia ao senhor "fale a verdade, Felipe Rocha, que você sabe quem é o culpado de tudo"? Em nenhum momento, isso passava pela sua cabeça?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, o que eu estou buscando fazer hoje aqui, o que estou fazendo aqui hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não culpou ninguém, não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Porque eu não tenho elementos para culpar alguma pessoa neste momento.

Então, Excelência, respondendo: o período em que fiquei preso foi um dos piores momentos da minha vida e para a minha família, ao pensar que eu tenho um filho de um ano e dez meses e que eu não estava presente em casa quando minha esposa precisava da minha ajuda. Então, realmente, além da dor de todos, principalmente dos familiares, das famílias que perderam seus entes queridos, não foi um momento fácil para mim nem para os meus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Relator Carlos Viana, creio que a gente pode concluir essa oitiva. Podemos?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Já estamos satisfeitos.

Agradecemos a sua colaboração. O senhor tentou, de todas as formas, responder as perguntas, não deixou de responder. Se nos convenceu ou não, será motivo do relatório final e de nossa opinião no final dos nossos trabalhos até 2 de julho deste ano. Agradecemos a sua presença e pedimos que o senhor fique à vontade para alguma consideração final, se é que a tem.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu gostaria somente de agradecer esta oportunidade. Para mim foi um momento importante para colocar aspectos que foram ditos aqui por outras pessoas que não considero verdade e que me deixaram extremamente incomodado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Perfeito.

Presidente, eu só queria concluir aqui o trabalho, pedindo permissão a V. Exa. para solicitar à Presidente desta Comissão, a estimada a Senadora Rose de Freitas – eu sei até de seus problemas de saúde, e daí o meu respeito por ela, além de meu respeito parlamentar por ela –, que, daqui para frente, houvesse uma preocupação. Esta CPI, com 11 membros, tem oitavas importantíssimas desde o primeiro homem da Vale, o segundo homem da Vale, depoimentos escolhidos por V. Exa. da melhor forma possível, mas a gente nunca viu aqui os 11 membros presentes. Eu sou chato mesmo, eu falo, porque eu tenho responsabilidade. Eu participo de cinco Comissões, mais esta CPI. Estou todos os dias na tribuna, sou o primeiro a chegar para falar – porque gosto, não porque seja melhor do que ninguém, de forma alguma –, mas, enfim, eu acho que precisa haver um respeito. Então eu queria solicitar à Presidente se ela pode ou não tomar providências em função de faltas que se tornarem constantes nesta Casa para que haja substituição. Eu sei de Senadores que gostariam de estar aqui presentes com o Relator Carlos Viana, comigo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E que seriam muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– ... que seriam bem-vindos, que querem fazer parte desta importante Comissão. Fica até ruim perante a sociedade: todo mundo sabe do tamanho da empresa Vale, da bilionária empresa Vale; não é bom nem para a imagem de quem sempre falta a esta Comissão, e a gente aqui não tem o direito de julgar o motivo da ausência de ninguém. Então essa é uma sugestão minha à Presidente, que ela reflita sobre isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também em relação à marcação de reunião, como esta sétima, que a gente está concluindo aqui, Relator Carlos Viana. Sobrou horário para ela terça-feira. E vamos ser claros: é o dia em que o Senado mais trabalha, mais tem Comissões; as Comissões vão até uma hora da tarde; hoje houve audiência pública... Então fica muito difícil você participar de tudo ao mesmo tempo. E ainda há sessão plenária, reunião de Líderes todas as terças; é o único dia em que há reunião com os Líderes. Hoje eu nem participei, fiquei aqui, porque eu jamais deixaria um Parlamentar da seriedade do amigo e Senador Carlos Viana sozinho aqui. Eu poderia ter ido para lá. O Senador Wellington falou que ficaria um pouco, ficou aqui três minutos, foi embora, e eu fiquei.

Então, eu gostaria de fazer esta solicitação: na terça-feira, a uma hora da tarde, é um horário péssimo para todos nós, inclusive para mim, que sou diabético. Hoje, por exemplo, eu fiquei sem almoçar, e aí fica difícil. Eu amo o meu País, morro pelo meu País, mas morrer por causa de outros companheiros eu não vou morrer, não; pela irresponsabilidade de outros, eu não vou, não.

Eu queria deixar bem claro aqui e solicitar respeitosamente à Presidente desta Comissão providências para um novo horário, quando for na terça-feira, e também para que haja uma cobrança aos membros desta CPI sobre se eles querem continuar ou não e se há um limite de número de faltas. É o que eu penso humildemente. Não sei se estou sendo aqui desrespeitoso, ou se estou sendo injusto. Algo que eu não gosto de fazer de forma alguma é cometer injustiça, Relator Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado. Eu concordo plenamente.

Fazendo uma consideração final aos que nos acompanharam, está cada vez mais claro que nós precisamos que o País incentive os negócios, nós precisamos que o País gere empregos – temos 13 milhões de desempregados que querem uma oportunidade de trabalho –, nós precisamos que aqueles que geram riquezas sejam também incentivados, os que geram divisas para o País, mas nós não podemos permitir mais, em hipótese alguma, que setores bilionários como esse se autorregulem.

A empresa detém todas as condições para evitar tragédias, mas não o fez. E aqui eu coloco claramente, no que temos de depoimentos: as providências não foram tomadas na rapidez necessária, a meu ver ficando claro, primeiro, porque a barragem estava desativada, porque se ela estivesse ativa e fosse colocar em risco o faturamento daquele setor, já que todos eles vivem de bônus, eles teriam tomado as providências com muito mais rapidez e evitado as mortes. Como a barragem estava desativada, e a mina não dependia do funcionamento dela, aquelas providências todas que poderiam ter salvo as 310 vidas e evitado o segundo desastre ambiental em nosso País não foram tomadas na medida correta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é que a empresa vem mostrando claramente que ela tem muito mais condição contributiva do que tem hoje sido cobrado por parte do Governo brasileiro. As indenizações que ela tem pago, os advogados que ela tem pago, todas as despesas decorrentes desse desastre de Brumadinho mostram claramente que o minério é subtributado em nosso País, e nós temos a obrigação de propor uma nova forma de tributação, de preferência nos moldes dos *royalties* do petróleo, que hoje em nosso País tem uma legislação muito mais efetiva. Nós estamos falando de minérios, de *commodities* que têm um fim, que naturalmente não são recicláveis em nada; nós não temos a condição de tê-los de volta. É uma riqueza que pertence a todos, mas que não está gerando a riqueza que nós devemos ter e, principalmente, está nos deixando um passivo de acidentes, de desastres ambientais, de mortes, um rastro de lama que nós não podemos mais deixar acontecer.

No que depender, Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Tenho certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... do relatório, no que depender de V. Exa., que está aqui num sacrifício pessoal grande, nós vamos dar uma resposta ao Brasil muito firme do que está acontecendo, para que não se repita. Porque aqui, se o senhor observou, se vocês que estão nos acompanhando observaram, nenhum dos depoentes toca nas vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, de forma alguma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Toca sobre "eu perdi amigos, eu perdi isso", mas... Nada. Ninguém vem dizer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ele chorou pelos amigos dele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém vem nos dizer aqui sobre o que nós temos dessas famílias que estão sofrendo e que agora estão fazendo acordos lá – queira Deus que acordos que pelo menos garantam uma certa tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Dignidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... ou que não sejam acordos simplesmente para que eles se livrem do peso de ficar falando o tempo todo de um parente que eles perderam, de um filho, de uma filha. Essa é a nossa responsabilidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado não pode atrapalhar negócios, mas o Estado tem a obrigação de dizer os limites dos negócios. O limite do lucro é a vida das pessoas, o limite do lucro é o respeito aos recursos naturais deste País, do meio ambiente, e nós, infelizmente, perdemos esse equilíbrio.

Esse é o maior desafio que nós teremos nesta CPI: retomar a capacidade do Estado brasileiro de ser o coordenador de tudo isso e fazer com a gente volte a crescer. Não vai ser fácil, mas nós estamos imbuídos dessa responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E com Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e nós vamos dar uma resposta, Deus vai nos dar sabedoria sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu assino e dou fé a tudo o que V. Exa. Colocou aqui e só acrescento o seguinte: fosse hoje o dia do seu relatório final, certamente cirúrgico ele seria. No que tange à maioria dos convocados aqui, ouvindo os nossos questionamentos, a maioria, em nenhum momento, a maioria que aqui compareceu foi sabotada; ela foi conivente cem por cento. Eu tenho certeza disso e tenho certeza de que esse é o seu pensamento e o de toda a sociedade brasileira que está acompanhando o nosso trabalho. Só vimos aqui gente conivente, gente cínica, gente dissimulada e, como disse o último convocado aqui, Sr. Felipe Rocha, gente, inclusive, mentirosa; até aquele que ficou calado aqui, e foi por isso que eu brinquei. Ele calado é mentiroso; se ele falar, então, pelo amor de Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu é que lhe agradeço, Relator, e agradeço a presença de todos e todas aqui, com a paciência dos senhores e das senhoras, de todos os que acompanharam e de toda a imprensa que acompanhou pela TV Senado.

Declaramos encerrada esta 7ª Reunião da CPI de Brumandinho, Minas Gerais.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 13 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quarenta e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Paulo Paim, Marcos do Val, Telmário Mota, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do SILMAR SILVA, em atendimento ao requerimento 27/2019; do MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO, em atendimento ao requerimento 14/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2019** que : "Convida o Sr. GUILHERME SPINATO MORLIN a ser ouvido pela CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/14>

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens que foram ajuntadas a esse processo.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. Na primeira parte, oitiva dos convocados: Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, funcionária do setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A., e Silmar Silva, ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale S.A. Segunda parte: deliberativa destinada à apreciação de requerimentos.

Eu queria fazer uma proposta, que é exatamente iniciarmos pela leitura dos requerimentos e apreciação dos mesmos. Se estiverem de acordo, vou fazer imediatamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, estimada amiga, Senadora Rose de Freitas, e meu querido amigo e Senador Relator Carlos Viana, eu só queria pedir, gentilmente, como uma satisfação à nossa Pátria amada, e eu nunca falho a nenhuma reunião desta CPI, faço questão de participar, é a minha obrigação. E, como eu sou o primeiro a usar a tribuna agora, na abertura dos trabalhos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

às 2h da tarde, e como o Relator Carlos Viana, como sempre e com propriedade, tem questionamentos importantes, e a Dra. Selma Arruda da mesma forma, eu vou ficar ausente apenas por dez minutos. Vou usar a tribuna lá agora, no plenário, e volto imediatamente para ficar até o final da sessão. Posso ter a sua compreensão?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só pediria para fazermos uma apreciação em bloco dos requerimentos. Eu leio e V. Exa. pode se manifestar, inclusive.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 58, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado.

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 59, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado.

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 60, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Viana**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 61, DE 2019***Convida o Sr. GUILHERME SPINATO MORLIN a ser ouvido pela CPI.***Autoria:** Senador Carlos VianaEu coloco em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Se pudermos votar em bloco será de bom proveito.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

V. Exa. tem nossa compreensão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sei que o Relator vai ficar com as primeiras perguntas, como é o Regimento.

Volto imediatamente, com prazer.

Muito obrigado pela compreensão de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Passamos ao depoimento da Sra. Marilene Christina Oliveira de Assis Araújo, funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A.

Solicito à Secretaria que a conduza à mesa. (*Pausa.*)

Pela ordem, eu concedo inicialmente para falar o seu nome, funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A., Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo. Antes de mais nada, pergunto se houve alguma concessão requerida ao STF em relação a esse depoimento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de ter em mãos, por favor. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a senhora pode pronunciar o seu nome, por favor.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Boa tarde, Senadora; boa tarde, demais Senadores. Meu nome é Marilene, sou engenheira civil e estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nome completo, por favor.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora é funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, eu sou funcionária desse setor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Como a assessoria não produziu documento em tempo, a senhora fez recurso ao STF?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, sim. Mas eu estou aqui à disposição, vou responder a todas as perguntas. Estou à disposição para contribuir com os trabalhos da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agradeço.

Eu passo a palavra, então, ao Relator, para que ele possa iniciar as suas perguntas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa tarde a todos presentes e a todas. Meu agradecimento à Presidente Rose de Freitas.

Gostaria, antes, se me permitem, de fazer duas citações aqui.

Primeira: a Comissão de Infraestrutura hoje, pela manhã, que aprovou um relatório de minha autoria, num projeto da Senadora Rose de Freitas, que regulamenta parte da nossa lei, do nosso Plano Nacional de Segurança de Barragens, de 2010, que versa sobre a redução e também o aproveitamento dos rejeitos que serão produzidos no setor mineral e industrial. A emenda, na parte da questão das indústrias, é de nossa autoria, foi aprovada por unanimidade e nós estamos agora empenhados em que vá em regime de urgência ao Plenário para aprovação, não passando pela Comissão de Meio Ambiente, em momento algum em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desrespeito à Comissão, de que eu também sou membro efetivo, mas pela necessidade que nós temos hoje já de regulamentar.

Então, parabéns à Presidente Rose de Freitas pela iniciativa. Já está bem encaminhado.

O segundo ponto. Eu quero dizer a todos os senhores e faço questão de colocar aqui: a CPI de Brumadinho, a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que tem trabalhado também ativamente nas questões com relação ao desastre da Mina de Córrego do Feijão... Eu posso dizer que nós já obtivemos duas grandes vitórias. Porque, o que a população espera do nosso trabalho, desta CPI, são respostas e elas virão na forma prática, elas não virão apenas como em outros relatórios, em outros momentos, em propostas que acabam não sendo utilizadas ou redundando praticamente em não decisões.

No caso, eu quero citar aqui a visita que fiz na semana passada à Federação das Indústrias de Minas Gerais, num debate sobre a questão do futuro das minas Minas Gerais, em termos de investimentos, e o setor da mineração, que estava presente, apresentando as suas demandas.

Em determinado momento, é preciso que sejamos muito francos, foi necessário reafirmar e lembrar que a mineração como está hoje matou 300 pessoas. Nós estamos num setor que gera empregos, estamos num setor que gera riqueza, mas mataram-se, ele matou 300 pessoas. Essas 300 famílias passaram o Dia das Mães em momentos muito difíceis. Todas elas viveram situações muito difíceis: os que perderam as mães, os que perderam os filhos.

Então, nós precisamos deixar isso muito claro para que a gente não se esqueça do que é que nós estamos tratando. Porque, daqui a pouco, as chantagens econômicas sobre investimentos e empregos acabam se sobrepondo à realidade. A mineração matou 300 pessoas dessa vez e outras 19, e, se nós não agíssemos, poderia matar mais.

E nós tivemos lá a confirmação de que as dez maiores mineradoras hoje em atividade no País já trabalham com o panorama de mineração a seco para os próximos anos. A própria empresa Vale já declarou isso, tem um painel hoje, inclusive, que nós vamos citar aqui, sobre questão de ética, em que a empresa irá, num prazo de cinco anos, determinar que todo trabalho de mineração será a seco. Isso é uma grande vitória que o trabalho da CPI, da Comissão Externa da Câmara dos Deputados – é preciso dizer que é um trabalho em paralelo, que precisa ser lembrado –, nós estamos mudando a face de um setor no Brasil, o que já deveria ter acontecido há muito tempo, mas, de agora para frente, começa a trabalhar da maneira que nós gostaríamos, que é não colocando vidas em risco.

O projeto da Senadora Rose já se antecipa, criando uma política de aproveitamento desses resíduos a seco não só para a mineração, mas também para a questão industrial. Ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, barragens com uso de água nós não temos mais a possibilidade de manter na história da economia do Brasil. Nós estamos caminhando para finalizá-las. Essa é uma grande vitória e uma grande resposta à população.

Outro ponto que quero citar também, Senadora Rose, é que, numa visita que fiz à força-tarefa da Procuradoria do Estado de Minas Gerais, estive com a Promotora Andressa Lanchotti, que é a responsável pelas investigações, e fizemos mais uma troca, inclusive, de informações. Boa parte dos nossos depoimentos será incorporada ao trabalho da ação civil pública e da Polícia Federal. E lá nós tivemos a confirmação de que quatro grandes barragens cujas licenças estavam em andamento não serão mais construídas. Então, nós temos quatro grandes barragens que, a partir de agora, deixarão de existir. E nós estamos também acabando com um passivo que, mais uma vez, pode gerar um problema sério na questão ambiental.

Eu trago isso aos senhores com muita satisfação. É um trabalho conjunto das duas Casas do Parlamento brasileiro para dar respostas que a população espera.

Diante da colaboração da Sra. Marilene Lopes, vamos aos trabalhos aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. me permite só fazer um esclarecimento. O agradecimento se faz necessário, em função de a Sra. Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo ter obtido o *Habeas Corpus* nº 170.457, que lhe permite ficar em silêncio, abrigada pelas prerrogativas da Lei nº 8.906, de 1994, que lhe assegura o direito de não ser obrigada a produzir provas contra si mesma. Em função disso, poderia até... Os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber deferiram a liminar e deram garantias explícitas do direito de silêncio, do direito de assistência por um advogado que aqui está, e do direito de não serem submetidos a qualquer constrangimento. O que se espera aqui é que nós produzamos verdades suficientes para que esse relatório possa ser...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato. O mais preciso possível, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... de muita contribuição.

A senhora tenha a certeza de que aqui não sofrerão constrangimentos de qualquer natureza, mas quero também agradecer pelo fato de a senhora não se valer desse *habeas corpus* e colaborar com esta Comissão, porque é necessário, para o bem da população, que encontrem abrigo, pelo menos, os trabalhos que são executados dentro ou fora desta Comissão, para que se promova justiça para as pessoas que foram sacrificadas durante este processo.

Com a palavra o Sr. Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, só relembrando, como sempre – é de praxe aqui –, que nós temos como função explicar, dar sequência na mudança das leis, mas também, em conjunto com o Ministério Público, com a Procuradoria da República e com a Polícia Federal, apontar as responsabilidades de cada um.

Portanto, toda informação precisa pode ajudar a que nós tenhamos com clareza qual é a sua participação e a sua responsabilidade em tudo isso, porque a não fala ou o não esclarecimento pode levar o relatório a gerar uma série de informações que vão ser imputadas à senhora e que, naturalmente, podem prejudicar ainda mais a sequência no processo em relação à sua participação ou não, uma vez que, quando uma empresa orienta os funcionários a falarem todos da mesma maneira, a sustentarem todos a mesma versão, essa empresa está possibilitando a condenação de todos, porque, quando não há uma definição clara sobre essa questão, a Justiça pode dar uma mesma sentença para todos por conta desse mesmo posicionamento.

Então, é muito importante que a senhora responda com clareza às perguntas e, por favor, acrescente dados que porventura possam ajudar, inclusive, na sua defesa. Fui claro?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senadores, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Relator, Sra. Presidente, eu gostaria só de fazer uma observação, que já fiz em outras oportunidades da mesma forma, no seguinte sentido: se a Sra. Marilene Christina estivesse realmente disposta a colaborar, ela não teria entrado com o *habeas corpus*, para ter o *habeas corpus* na mão e depois vir aqui dizer que quer colaborar. Ela viria espontaneamente e daria a sua versão. Portanto, apenas reforçando o que o Relator educadamente acabou de alertar, é exatamente neste sentido, ou seja, esta estratégia que a Vale está adotando com relação a todos os servidores, inclusive em relação à senhora, é uma estratégia que pode lhe fazer muito mal pessoalmente.

A senhora deve estar assistida por advogado pago pela Vale; portanto, pense que eles estão advogando no interesse da empresa e não no seu.

Muito obrigada, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, eu quero ler aqui o trecho das notas taquigráficas do depoimento do Sr. Felipe Rocha a esta CPI, dizendo o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago um *e-mail* da minha gerente, Marilene Lopes, encaminhado para os Diretores Silmar Silva e Lucio Cavalli, para o Gerente-Executivo de Geotecnia Joaquim Toledo e para os demais representantes do alto escalão da empresa. É um sumário das recomendações do painel de especialistas internacional. É um *e-mail* do dia 18 de outubro. A Marilene Lopes escreve:

Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1º a 5 de outubro, em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens.

[...]

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas, enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem. A opinião do painel é que a mineração do rejeito é viável, embora seja necessária uma engenharia detalhada adequada.

Pergunto à senhora: a senhora confirma que enviou este *e-mail* para, entre outras pessoas, Silmar Silva e Lucio Cavalli, Diretores da Vale? A senhora recebeu alguma resposta deles ou teve alguma reunião sobre esse assunto, dado que a senhora corroborou as informações de que a situação na barragem era preocupante? E, finalmente, qual motivo a fez destacar a Barragem B1 nessa comunicação sobre os riscos identificados? Por que a senhora estava preocupada com a barragem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, eu confirmo que enviei esse *e-mail*. Toda vez que tinha um painel de especialistas internacional, após a finalização do painel e entrega do relatório pelos especialistas, eu encaminhava o relatório para toda a área operacional, que era a dona das estruturas. Então, nesse *e-mail*, eu copiei todos os diretores, inclusive Silmar Silva, o que V. Exa. perguntou, copiei todos os gerentes executivos, gerentes de áreas que eram os responsáveis pela gestão de segurança das barragens que tinham sido tratadas no painel de especialistas. Toda vez que chegava o relatório de um painel, eu fazia esse encaminhamento para os donos das estruturas e responsáveis pela gestão de segurança.

O que eu destaquei no *e-mail*, o que eu coloquei no *e-mail* foi uma tradução do item 9 do relatório do painel, simplesmente uma tradução de todos os itens que eles haviam destacado para já deixar destacado no próprio *e-mail*, para aqueles que iam ler, já as conclusões do painel, e um dos itens destacados pelo painel foi a Barragem B-1. Existem outros itens, outras barragens também foram citadas nesse item de conclusões, eles também foram colocados no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e-mail, e eu simplesmente fiz uma tradução e encaminhei para os responsáveis das estruturas, que eram aqueles que deveriam implementar as ações propostas pelo painel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora recebeu respostas de alguém sobre o que foi colocado ali? Alguém se posicionou sobre o assunto?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não, eu não recebi nenhuma resposta de nenhum dos diretores nem dos gerentes executivos e gerentes de áreas ali copiados. Apenas o meu Gerente Executivo, o Sr. Alexandre Campanha, fez um comentário também em cima desse mesmo *e-mail*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tinha consciência da gravidade do que estava sendo colocado ali?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todas essas discussões foram feitas no painel de especialistas com todos os responsáveis pela gestão de segurança. Era um painel exatamente feito para que quem cuida do dia a dia da segurança das estruturas, que cuida da inspeção, do monitoramento, que de fato pode garantir que a estrutura está em segurança pudesse ter conhecimento de tudo aquilo que vinha sendo feito e analisado para a estrutura.

Então, o que eu tinha conhecimento era a mesma coisa que os próprios donos e os responsáveis pela gestão de segurança da estrutura tinham conhecimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora estava na Vale quando Mariana rompeu, a Barragem do Fundão?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, eu trabalhava na Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E nos explique, Dona Marilene, a senhora, na função que tinha, diante das informações de que uma barragem como Brumadinho poderia romper porque precisava de reforços, diante da experiência anterior que a sua empresa já tinha com relação a Mariana, não é estranho que nenhuma providência tenha sido tomada?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todas as análises que foram apresentadas pelas empresas especialistas e que foram avaliadas, validadas, que foram desenvolvidas junto com os donos das estruturas, que são as pessoas que conhecem o comportamento daquela estrutura, todas essas análises não mostraram nenhum risco iminente para as estruturas. Havia avaliações feitas para a estrutura naquele momento que mostravam que ela estava em condição drenada, com fator de segurança de 1.6, e havia simulações para condições não drenadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, as análises de riscos não apontavam nenhum risco iminente, então, o conhecimento que eu tinha era o conhecimento dessas análises, feitas por essas empresas especialistas, que era acompanhado e validado pelos donos das estruturas que acompanhavam, inspecionavam e monitoravam as estruturas no dia a dia e que também não indicavam nas reuniões nenhum risco iminente para a estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos entrar na questão das avaliações e das auditorias, mas eu gostaria que a senhora definisse para nós o que é um risco iminente.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o risco iminente é aquele risco que está definido dentro do plano de ação emergencial que é um instrumento especificamente da operação. O processo para avaliação de um risco iminente passa por uma identificação *in loco* do geotécnico, que conhece a estrutura, que consegue avaliar os resultados que ele tem em mãos com relação a monitoramento, com relação a instrumentação, e consegue avaliar, em função do que ele está vendo do comportamento da estrutura, se ela se enquadra em qualquer nível de emergência do plano de ação emergencial e, aí, sim, ele procede às ações que são previstas.

Então, o risco iminente só pode ser definido por quem cuida da estrutura. Cada geotécnico... Existe uma anotação de responsabilidade técnica específica para a gestão de segurança da barragem. E só esse geotécnico que conhece a barragem no dia a dia pode identificar uma situação de risco iminente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quer dizer que a barragem se rompeu sem esse risco iminente?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o conhecimento que eu tenho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De acordo com a conceituação da senhora, não é?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, do que eu tenho conhecimento são os resultados dos estudos que foram feitos por empresas especialistas, corroborados e validados por quem cuidava da gestão de segurança.

A informação que eu tenho é que quem fazia o monitoramento, a inspeção, e avaliava o comportamento da estrutura na rotina operacional nunca identificou risco iminente. Essa é a informação que eu tenho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quem fazia?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu tenho uma série de perguntas e, como estou aproveitando o seu bloco de temas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Logo que o senhor falou do *e-mail*, Senador Relator, eu queria saber quais eram as pessoas citadas de alto escalão. A senhora poderia nominar o alto escalão da empresa?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, eu encaminhei para todos os diretores de operação. No caso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria os nomes.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O.k.

Silmar Silva, que era o Diretor do Corredor Sudeste; Antônio Padovezi, que era o Diretor do Sistema Norte; Josimar Pires, que era o Diretor do Projeto S11D. Os gerentes executivos: do Corredor Sudeste, Sr. Joaquim Toledo; no Norte, o Sr. Diogo Monteiro; em Corumbá, o Sr. Antônio Sérgio; e, no Projeto S11D, o Sr. Fabrício Cardoso. Os gerentes de área: no Corredor Sudeste, Sr. Renzo Albieri; no Sistema Norte, o Sr. Ednelson Presotti; Projeto S11D, o Sr. Eudes Frigueto; e Corumbá, o Sr... Eu me esqueci do nome do gerente à época que cuidava da geotecnia lá... Sr. Odilon. E assim também para todos os geotécnicos que eram os ARTs, os responsáveis técnicos pelas barragens.

A nossa área é uma área administrativa, é uma área de consolidação de informação. Então, a gente tinha essa atribuição de distribuir para quem era o responsável por cada estrutura proceder às ações que estavam sendo previstas ou que estavam sendo recomendadas pelo painel de especialistas. Por isso, eu encaminhei para todos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, a senhora se esqueceu ou a senhora protegeu o Sr. Lucio Carvalho?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Ah! Não. O senhor me desculpe, Excelência. O Sr. Lucio Carvalho também recebeu esse *e-mail*, assim como o Sr. Alexandre Campanha, que é o Gerente Executivo da minha área também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou só ler, voltar a ler um pedaço, uma parte do seu *e-mail*, que diz explicitamente o seguinte:

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual.

A questão aqui está muito clara de que já havia um senso claro de conhecimento do risco sobre a barragem.

Aí, eu vou seguir com a senhora aqui no seguinte: pouco mais de um mês atrás, a força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais, que investiga a tragédia, pediu o afastamento de diversos funcionários da Vale – entre eles, a senhora.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O documento enumera vários fatos que embasam o pedido de afastamento. Vamos ver aqui alguns trechos.

Considerando que a TRACTEBEL, tomando conhecimento dos estudos da TÜV SÜD, que indicavam o Fator de Segurança igual a 1,09 para a Barragem B1 em condição não-drenada, explicou à VALE que não seria possível declarar estabilidade da barragem em setembro de 2018, quando deveria ser realizada a segunda inspeção de segurança regular [...] [de 2018];

Considerando que, segundo depoimento, a Vale comunicou à TRACTEBEL que, em razão da "divergência de critérios utilizados para a avaliação de segurança geotécnica, para o modo de falha de liquefação", essa empresa não mais seria responsável por conduzir os trabalhos afetos à referida inspeção de segurança regular do ano.

Considerando que a TRACTEBEL foi imediatamente substituída pela TÜV SÜD, que se encarregou de emitir a declaração de estabilidade em setembro de 2018, apesar do Fator de Segurança 1,09 que havia encontrado em seus estudos, o qual era claramente inferior àquele que permitiria a conclusão pela estabilidade da estrutura, tendo nisso sido novamente endossada pela VALE.

Estou lendo aqui o trecho que foi publicado pelo Ministério Público no pedido de afastamento dos funcionários.

Pelo que nos consta, a sua gerência era responsável pelo contrato de auditoria e, portanto, pela decisão de afastar a Tractebel e contratar a TÜV SÜD.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi exatamente a divergência de critérios que houve entre a Tractebel e Vale? A Tractebel foi afastada por não querer assinar a declaração de estabilidade da Barragem B1, por quê? A Vale não queria fazer os investimentos na barragem naquele ano?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha gerência nunca foi responsável por nenhum contrato de auditoria externa. As auditorias externas, inclusive o contrato da Tractebel, eram de responsabilidade do Sr. Washington Pirete, que era o engenheiro especialista ligado diretamente ao Sr. Alexandre Campanha. O Sr. Washington Pirete não faz parte da minha equipe. Eu nunca participei dessas discussões com a Tractebel. O contrato da Tractebel era um contrato conduzido e gerenciado exclusivamente pelo Sr. Washington Pirete, que não fazia parte da minha equipe, era ligado diretamente ao Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como a senhora poderia ter colaborado para que a empresa tomasse, de fato, medidas para que a barragem não se rompesse?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha área era uma área administrativa, uma área em que a gente trabalha exclusivamente na mina de águas claras. É uma área de consolidação de informação, gestão de informação; é uma área de desenvolvimento de processos.

Então, a nossa área fazia essa consolidação para todas as barragens, não só barragens, mas para todas as estruturas geotécnicas também, de todos os complexos de ferrosos e carvão. Então, todo o trabalho era desenvolvido, as análises eram desenvolvidas junto com as equipes operacionais, porque cada estrutura tem o seu comportamento e só quem cuida dela pode ajudar uma empresa especialista avaliar.

Os resultados dessas análises eram compartilhados com os donos dessas estruturas. Então, todo o trabalho de organização dessas informações, de distribuição dessas informações, que era o que a gente podia contribuir, a minha área fez, eu reportei para todos os níveis aos quais eu tinha acesso, porque a empresa tem níveis diferentes de acesso de informação.

Então, para todos aqueles a quem eu deveria informar sobre os estudos que estavam sendo feitos, consolidando as informações e organizando as informações para a tomada de decisão, que é exclusivamente na área operacional, só quem cuida da estrutura pode decidir sobre a estabilidade dela, sobre a condição dela e sobre a segurança dela. Isso nós fizemos.

Todos esses resultados consolidados, inclusive, foram apresentados em vários fóruns de tomada de decisão e eram distribuídos sistematicamente para as áreas operacionais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só queria entender, Relator.

A senhora exercia um quadro técnico-administrativo?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, administrativa. A nossa área é, por natureza, administrativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Chegavam até a senhora relatórios relativos também à segurança das barragens?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não. Os relatórios relativos à segurança de barragem... O que a gente fazia era a gestão administrativa do contrato. A minha área foi criada em janeiro de 2017, quando fui promovida a gerente; eu era uma engenheira especialista. Em março de 17, o primeiro painel de especialistas internacional recomendou que atividades administrativas relacionadas aos estudos fossem retiradas das geotecnias operacionais para dar a elas toda a possibilidade de ficar focada e dedicada à gestão de segurança.

Então, o nosso trabalho era um trabalho de gestão administrativa desses contratos dessas análises, onde a gente organizava as reuniões das empresas especialistas com a área operacional, a gente cuidava dos cronogramas, a gente cuidava das medições das empresas, e toda a avaliação técnica dos relatórios, que eram emitidos pelas empresas especialistas, era entregue para cada dono da estrutura, para cada responsável técnico, para que ele avaliasse, validasse e confirmasse as análises que estavam feitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entregues por quem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Entregues pela própria empresa especialista e por nós. Esses relatórios eram...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – "Por nós" a senhora diz a sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A nossa área.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Isso. A gente enviava esses relatórios para que as áreas operacionais avaliassem e validassem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora pode definir para mim qual seria um fator de segurança imprescindível que tivesse sido acessado à senhora em relação à segurança? A senhora não teve nenhuma informação de qualquer desses relatórios, administrativamente colocados, poderiam demonstrar que era preciso que se tomassem outras decisões para averiguar melhor a segurança da barragem?

Qual é o fator de segurança que a senhora, ao exercer o seu cargo administrativo, teria observado como imprescindível para garantir a segurança da barragem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o fator de segurança adequado para qualquer estrutura só pode ser definido pela geotecnia operacional, pelo responsável técnico pela estrutura.

Ele conhece o comportamento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome? A senhora pode dizer?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – No caso da barragem B1, lá o responsável técnico pela barragem era a Sra. Cristina Malheiros. Ela tinha uma notação de responsabilidade técnica dessa estrutura e ainda existiam mais três anotações de responsabilidade técnica também associadas à estrutura. Uma RT de Manutenção e uma RT de Operação, ambas do Sr. Lúcio Mendaña, da operação; e uma RT de Gestão, que era o Sr. Rodrigo Melo.

Então, o fator de segurança não só para a Barragem B1, mas também para as outras estruturas para as quais era feito esse trabalho, ele era avaliado e validado por quem conhece a estrutura. O fator de segurança, inclusive, após um retrato, que é uma análise, ele precisa ser garantido, porque ele pode vir a mudar ao longo do comportamento da estrutura, e essa garantia só é dada pela geotecnia operacional, que está *in loco*, que monitora, que inspeciona, que avalia continuamente a estrutura.

A nossa área, inclusive, ela não tem autorização e acesso às áreas de mina. A gente não tem acesso às estruturas. A gente só vai às estruturas autorizadas e acompanhadas pela equipe de geotecnia operacional, que é quem tem responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que significa a expressão que constava no *e-mail*, que era: DL-EX/Gestão Risco Geotécnico/Vale? Eu queria saber o que significa, porque ela parece como destinatária do *e-mail* em que isso circulava. É um grupo de *e-mail*? O que que é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência. É uma lista de distribuição de *e-mails* em que constam várias pessoas, especificamente essa. A senhora me desculpe, eu não sei se é da gerência executiva do Alexandre Campanha ou se é da minha gerência. Eu não sei responder aqui agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É DL-EX/Gestão Risco Geotécnico/Vale.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Ah, Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria saber, inclusive, quem fazia parte.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, esse EX me remete à executiva. Eu acredito que essa lista de distribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seria executiva.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... seja à equipe da gerência executiva do Sr. Alexandre Campanha, porque são vários funcionários não só da minha gerência, mas da Gerência de Fechamento de Mina, Descomissionamento e Estruturas, que é do Sr. Alessandro Resende.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora sabe quem faz parte ou quem fazia parte desse grupo de *e-mails*?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, confirmando que essa lista é uma lista de distribuição da gerência executiva, fazíamos parte eu, o gerente de fechamento de mina, Sr. Alessandro Resende, os especialistas ligados diretamente ao Sr. Alexandre Campanha, Sr. Washington Pirete, Sr. Lucas Brasil, Sr. Paulo Lemos e as equipes que ficavam, a minha equipe e a equipe do Sr. Alessandro Resende.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só complementando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Sr. Gerd Poppinga afirmou expressamente – vou abrir aspas: "[...] a responsabilidade pela segurança das barragens, pelo monitoramento das mesmas, pela inspeção, pela manutenção e operação é da área operacional local e dos geotécnicos operacionais locais. São





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles que têm que zelar pela segurança [...] [da barragem]". Ele, inclusive, nesse texto deixa de afirmar que o Sr. Fabio Schvartsman seria inocente.

O que eu quero perguntar: a senhora poderia dizer que o Sr. Gerd Poppinga e Fabio Schvartsman são inocentes nesse processo?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, existe um processo de investigação. Somente esse processo vai poder apontar as causas e as responsabilidades associadas. Eu não consigo responder a essa pergunta. Acho que é o processo de investigação que vai trazer as causas e as responsabilidades.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o Sr. Fabio Schvartsman declarou aqui que qualquer funcionário da Vale poderia fazer notificações à empresa sobre riscos ou procedimentos que colocassem a operação em risco.

A senhora em momento algum usou dessa possibilidade para fazer as práticas? Porque a senhora apontou risco, a senhora traduziu o risco na barragem. A senhora não fez nenhuma comunicação além disso ou não percebeu nada em seguida em relação a isso, porque ninguém tomou providência?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todos os resultados das análises de risco, que era a informação que eu tinha, resultado de análise de risco, não apontavam para nenhum risco iminente. Os geotecs da operação, que eram os responsáveis por cuidar da estrutura, em nenhum momento informaram nenhum risco iminente da estrutura. Ainda assim, todos os resultados das análises, de todos os estudos, a minha área consolidou, e nós apresentamos em diversos comitês onde estavam os responsáveis por cada estrutura da operação. Em março de 2018, nós apresentamos isso no Comitê de Liderança de Geotecnia, onde participam todos os gerentes executivos operacionais e todos os gerentes de área operacionais; apresentamos nos painéis de especialistas de 2017 e 2018 (novembro de 2017 e outubro de 2018), e, além disso, apresentamos no Subcomitê Operacional de Gestão de Riscos, que é um subcomitê corporativo da gestão de riscos corporativa, e no Comitê Executivo de Riscos, que também é da gestão corporativa, liderada pelo Diretor Luciano Siani.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. Antes de seguir com a pergunta aqui, Sra. Marilene, Presidente Rose, Juíza Selma; até o momento eu, pelo menos, não consegui ainda achar uma empresa que tenha pessoas altamente graduadas, uma empresa que tenha toda a informação dividida entre os responsáveis, uma empresa que tenha a possibilidade milionária de fazer todas as contratações para poder funcionar sem risco, uma empresa que, inclusive, se propôs a ser modelo depois da tragédia de Mariana; tudo isso ficou sendo divulgado de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o outro e ninguém tomou providência nenhuma? Como é que pode um negócio desses, Dona Marilene? Que empresa é essa? Todos vocês são muito graduados, todos vocês tiveram informação, todos, e ninguém tomou providências para salvar aquelas 300 vidas, Sra. Marilene?

Tente nos dar uma explicação para isso aqui. O que é que faltou? Quem foi o responsável... Quem é que não tomou as providências para que aquelas pessoas fossem evacuadas – os seus colegas da Vale? Quem é que não tomou a providência? De quem é a responsabilidade, ou de quem seria? Porque a senhora mandou um *e-mail*. A senhora me confirmou os nomes todos. Alguém aqui deveria ter lido e falado assim: "Olha, nós estamos com um problema grave. A experiência anterior já não é boa. Tomem-se as providências, para que a gente possa resolver o assunto". Estou errado?

O que é que foi que aconteceu? Por que é que essas informações... A senhora hoje, depois que a senhora avalia tudo aqui, onde é que foi a falha, já que tudo isso estava disponível e ninguém agiu?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não consigo apontar falhas. Eu acho que as falhas, as causas e as responsabilidades virão da investigação que está sendo feita. O que eu posso afirmar é que a gestão de segurança de uma estrutura é responsabilidade exclusiva da geotecnia operacional. É por isso que essas equipes estão nas áreas, é por isso que elas estão no dia a dia, é por isso que existem as anotações de responsabilidade técnica...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, qual é a função da sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A função da minha área...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que serve, se a senhora, tendo acesso às informações de risco, e não tomando providências, para que que serve isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha área é uma área exclusivamente administrativa. A minha área não é uma área de tomada de decisão com relação a nenhuma estrutura. A tomada de decisão com relação a qualquer ação relacionada a qualquer estrutura geotécnica é responsabilidade exclusiva da geotecnia operacional. Existem os responsáveis técnicos na área por cada estrutura. O que a minha área faz, sendo uma área administrativa, é desonerar a área operacional desses processos administrativos que tomam tempo, para que ela possa ficar focada na inspeção, no monitoramento, na avaliação do comportamento, na identificação de risco, no acionamento de plano de ação emergencial. Então, a nossa área é uma área informativa, que consolida a informação e distribui nos níveis hierárquicos a que a gente tem acesso – nós também não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

temos acesso a todos os níveis hierárquicos; àqueles a quem nós temos que reportar, todas as informações sobre os estudos que foram feitos foram disponibilizadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora participou do Piesem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, participei dos três.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. A senhora pode nos confirmar, a essa CPI, que os Diretores Silmar Silva e Lúcio Cavalli estavam presentes no último dia do painel que apresentou as conclusões?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, ambos estavam presentes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi discutida também no Piesem uma divergência entre a Geo Consultoria do Consultor Paulo Abrão e a TÜV SÜD sobre o modelo usado para calcular o fator de segurança da Barragem B1? A senhora poderia nos explicar o que foi essa divergência e qual a conclusão?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o que eu posso dizer é que eu vi, eu participei como ouvinte dessa discussão. Eu não sou especialista em liquefação. Apesar de eu ser engenheira geotécnica, a liquefação é um assunto muito complexo. Ela depende de uma especialização. Mas o que era discutido nos painéis, especialmente pela equipe da geotecnia operacional, que tinha muito conhecimento da estrutura e conhecia o trabalho que foi feito pelo Sr. Paulo Abrão, é que havia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Qual foi a divergência, Sra. Marilene?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – É que havia uma divergência – desculpe, Excelência – com relação ao modelo de engenharia utilizado pelo Sr. Paulo Abrão para fazer a análise, no qual ele tinha usado o modelo de engenharia que chegava a um fator de segurança para situação hipotética não drenada de 1.3, e a TÜV SÜD usava um modelo mais conservador, onde o resultado para esse modelo da TÜV SÜD para a condição não drenada, numa simulação de uma condição não drenada, era de 1.09.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora sabia dessa recomendação do Piesem em adotar o fator de segurança maior ou igual a 1.3 com a B1?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um minutinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório com essa conclusão foi encaminhado pela senhora para os diretores da Vale? E por que essa recomendação não foi seguida?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a recomendação do painel de especialistas era uma recomendação generalista. O painel de especialistas nunca recomendou nenhum fator de segurança específico para nenhuma estrutura da Vale, nem mesmo para a B1. E ele colocava esse fator de segurança... Como havia muita divergência na comunidade técnica, inclusive internacional, com relação a fatores de segurança para a condição não drenada, eles colocavam essa referência como objetivo a ser atingido pela Vale, como um objetivo, como uma meta a ser atingida para todas as estruturas e não especificamente para a barragem B1. O relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Desculpe. Pode continuar, por favor.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não. Eu agradeço.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – É só para responder à pergunta do senhor. O relatório, com todas as conclusões do painel de especialistas, eu encaminhei para todos os diretores operacionais, gerentes executivos e gerentes de área nesse *e-mail* que o senhor citou.

E, desculpe, Senador, a última pergunta que o senhor fez...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As providências foram tomadas?

Eu quero o gráfico do exército americano. Isso.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, os relatórios, as providências relacionadas a cada estrutura, porque esse é um relatório de tudo o que é discutido no painel, devem ser tomadas no âmbito da operação. Então, cada operação tem um gerente de geotecnia específico. E ele deve pegar as recomendações do painel e dar encaminhamento dentro da sua própria operação. No caso da Barragem B1, o gerente de geotecnia responsável era o Sr. Renzo Albieri.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se o senhor me permitir...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... eu estou um pouco incomodada aqui.

Sra. Marilene, qual é a sua profissão?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou engenheira civil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está bem. Tem uma coisa que está me incomodando, porque eu faltei a uma reunião em função de problemas de saúde e tenho ouvido, lido todos os relatórios. Inclusive, quando a gente lê o relatório do depoimento, um dos últimos depoimentos prestados aqui, pela Dra. Cristina, dá um enorme incômodo pelas palavras, as contradições.

Eu sempre ouvi falar que os funcionários da Vale, todos eles são extremamente qualificados. E também sempre ouvi falar da dedicação que os funcionários têm à Vale do Rio Doce. Não acredito até que nenhuma dessas maneiras de se conduzir no processo possa ser diferente do incômodo que nos dá, quer dizer, quando fala várias vezes, Senador Carlos, "falha, falta, falha, falta", parece que não estamos falando dentro de uma CPI que visa apurar quais foram os atos absolutamente irresponsáveis que a Vale teve nesse processo como um todo. Imagino que essa empresa é de grande valor nacional e internacional. Então, quando eu vejo quando nós estamos conversando e estamos inquirindo as suas perguntas, eu lembro que, em relação à Barragem nº 1, Senador Carlos Viana, era tecnicamente segura, ninguém afirmou isso até agora. Existem alguns dados que indicam que ela não estava em processo de segurança. Ela veio a se romper e não foi por causa de furacão, terremoto. Ela veio a se romper porque houve falhas, houve omissões. Num depoimento que foi aqui prestado – o nobre Senador Kajuru se lembra –, do Gerd Poppinga e do ex-Presidente da Vale, eles alegaram que são inocentes.

Então a conclusão que nós estamos tendo aqui agora é que os depoimentos técnicos querem apenas mudar sofisticados elementos de conduta que na verdade não atribuem a ninguém responsabilidade de nada. É só um cronograma de desempenho de cada área. Eu assisti a um depoimento a que não pude comparecer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do Sr. Felipe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... em que ele afirma que são inocentes, todos são inocentes. Culpado deve ser o pessoal que pegou com a mão um edifício de um restaurante, tirou-o de um patamar de segurança,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

colocou no vale da morte e as pessoas morreram e todo o procedimento técnico até então não conduziu à responsabilidade de ninguém.

Quando a Senadora Selma diz algumas coisas importantes que servem para nós, Senadora... Há uma estratégia montada e a gente até se aproveita do momento que querem falar para tentarmos extrair alguma coisa que seja factível. Todos são inocentes. Todos atribuem responsabilidade a outros. Ninguém assume nada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A Vale é uma santa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ninguém leu nada. Ninguém viu nada. Ninguém sabe de nada. Eu me nego. Eu vou conduzir o meu processo de responsabilidade política e pública que eu tenho de presidir esta CPI. V. Exa. preside. Ele é o Relator. V. Exa. preside. Todos são inocentes. Chamam de tragédia. A gente até ouve a palavra tragédia porque não tem outra. O que a gente pode falar? Crime?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eles não aceitam essa palavra. Todos os que vieram aqui não aceitam.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não aceitam. Então eu quero saber se a senhora concorda com as declarações que foram dadas pelo Gerd Poppinga e pelo ex-Presidente de que a responsabilidade é toda do corpo técnico. V. Sa. concorda com isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Da tragédia. Veja bem: eu não estou falando do acidente, da fatalidade. Estou dando o nome que vocês usam: a tragédia. A senhora concorda que a responsabilidade do que aconteceu é do corpo técnico?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sobre as causas e as responsabilidades associadas à ruptura da barragem somente a investigação poderá responder. O que eu posso afirmar é que a responsabilidade pela gestão de segurança da barragem, pela inspeção, pelo monitoramento, pela avaliação do comportamento dela no dia a dia, pela identificação de algum risco na estrutura, pela avaliação se esse risco está dentro ou não de algum nível de emergência, pelo acionamento do Plano de Ação Emergencial é exclusiva de cada geotecnia operacional que está no campo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se a senhora estivesse, em determinado momento, em sua sala, distribuindo os papéis, porque a senhora é da área administrativa, e de repente passasse um papel em suas mãos: Epa! É um relatório internacional aqui de especialista que está alertando para alguma coisa sobre a barragem. A senhora faria o quê?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, os relatórios do painel de especialistas passaram por mim e eu fiz o que cabia dentro da minha atribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual seja...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... que era distribuir a informação para os níveis de tomada de decisão da operação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Normalmente, ainda que fosse um alerta para a possibilidade de uma tragédia.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, nenhum dos relatórios que chegaram até a minha área apontava para um risco iminente da estrutura, nenhum deles. Então, a informação que chegou eram resultados de análises hipotéticas. As análises de riscos eram análises hipotéticas, eram análises preventivas para entregar para a operação uma informação para que ela pudesse atuar de forma preventiva.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora me desculpa, Sra. Marilene, uma análise hipotética de um risco? Nós estamos falando de gente, não é? Nós estamos falando de pessoas que morreram em função de que essa análise hipotética de risco iminente ou qualquer coisa parecida, porque eu não sou tão ignorante para não usar as palavras técnicas que não me cabem nesse momento... Essas ameaças, esses pequenos estados de alerta, esses pequenos espasmos técnicos de consciência não levavam a ter... A senhora está dentro de uma empresa como a Vale, internacional, e todos têm um apego danado à Vale do Rio Doce, empresa que eu quero que sobreviva com outro modelo de comportamento e compromisso com a sociedade e com o País onde ela está. Lá fora, cada um tem a sua legislação. Aqui, o comportamento tem que mudar. Senão, não quero que essa empresa sobreviva, se não mudar o comportamento.

Eu estou tentando procurar – desculpa, Senador – um sentimentozinho, um!. Eu quero registrar, ao final desta CPI, não só aquela Dra. Cristina que, quando o Senador Kajuru e o Senador Viana mostravam as imagens, ela virava o rosto e dizia: "Não quero ver". Pareceu-me naquele momento que era um instinto de defesa. Eu quero que as pessoas...E aqui não vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma denominação à senhora, porque não me cabe fazê-lo, eu conheço as regras, o Regimento e a minha capacidade de condução. Eu quero dizer à senhora que eu quero levar em algum momento um sentimento, qualquer um que seja: "Eu podia ter feito assim. Eu podia ter alertado. Eu podia ter levado em conta". Não é possível! Nós estamos falando de uma coisa muito grave. Desculpa a minha sinceridade com a senhora. Eu noto que é como se fosse um rosário. Eu já fui postulante de freira e a gente tinha que rezar muito. Chegava a hora da oração, todo mundo estava lá, e às vezes você não queria, pois estava com a cabeça em outro lugar, mas tinha que rezar. Então, o que parece que todos fazem aqui é um *script* já previamente traçado, não é, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É um treinamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que chegam aqui e repetem como uma ladainha. Isso não... Se a senhora pudesse segurar na minha mão, a senhora veria que eu estou gelada, porque me falta aqui a capacidade de disfarçar o meu sentimento de ira por não ter uma pessoa que se sensibilize com essa tragédia. Desculpe-me.

Eu passo a palavra para o Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Antes, Sra. Presidente, eu queria pedir permissão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... a V. Exa., Presidente Rose de Freitas. Eu estou do mesmo modo como a senhora, indo ao encontro de sua indignação, porque eu acompanhei os exímios questionamentos, como sempre, feitos pelo Senador Carlos Viana, Relator. Da tribuna de lá do Plenário, onde falava, eu com meu ponto eletrônico aqui que a minha assessoria fornece, ouvia as respostas de V. Sa., Marilene Lopes. Aí a Senadora Presidente desta reunião, parece-me que é a nona ou décima reunião nossa, nós somos onze membros, estamos aqui com quatro. Oitava, desculpe-me, oitava reunião, estamos aqui com quatro.

Mais tarde falaremos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, a nossa luta é muito grande para trazer os Senadores aqui. Alguns, eu quero destacar, vêm aqui, dão a presença, pelo menos colaboram para que a reunião possa ser realizada. Mas tenho um pensamento muito claro sobre isto: muito será cobrado a quem muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houver confiado. Então, a Juíza Selma está sempre aqui, o Wellington Fagundes não deixa, ele tem outra Comissão a presidir, mas vamos continuar com os nossos trabalhos, porque não importa quantos somos, importa o que iremos produzir.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Apenas eu quero fazer o registro, permita-me, porque eu gostaria que todos estivessem aqui, porque enriqueceria, seria mais rico.

Mas a senhora falou em contradição.

Primeiro, para não ser injusto, eu já falei aqui, quando ocupei a Presidência em seu lugar, por questão de saúde, na sua ausência, eu tomei conhecimento, o Senador Carlos Viana também, que os grandes veículos de comunicação, especialmente os maiores jornais do País, estão acompanhando o nosso trabalho, mesmo não aqui presentes às vezes, através da TV Senado. Então, o reconhecimento a esses veículos.

A palavra contradição. Se a senhora, Marilene, se a senhora era meramente administrativa, por que a senhora enviou tanto *e-mail* para tanta gente alertando sobre os riscos da barragem apontados no Piesem? Pode responder, por fineza?

E, por fineza, com todo respeito, não me chame de excelência. Sabe por quê? Eu não gosto e aqui não uso isso. Excelências, para mim, são as vidas que estão no céu e os familiares que perderam mais de 300 pessoas no crime ambiental de Brumadinho. Por favor, com todo respeito, pode me chamar do jeito que a senhora quiser, menos de excelência.

Muito obrigado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, então, se o senhor me permite, eu primeiro gostaria de fazer um comentário com relação ao que a Rose colocou: que eu sinto uma profunda tristeza pela ruptura da barragem e por todas as suas consequências...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Óbvio que a senhora sente.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... mas eu tenho plena consciência tranquila de que tudo que cabia no meu trabalho, que era da minha responsabilidade, que estava dentro do meu escopo de trabalho, eu fiz com muita seriedade, muita responsabilidade, com muita ética e tenho plena consciência disso.

O meu trabalho, respondendo à pergunta do Sr. Senador, o meu trabalho era, de fato, distribuir as informações, as análises e as recomendações do Painel de Especialistas. Isso fazia parte do meu escopo. Não fazia parte do meu escopo analisar os resultados dessas análises,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fazia parte do meu escopo avaliar que atitudes tinham que ser tomadas, que ações tinham que ser tomadas, porque tudo isso faz parte do escopo da geotecnia operacional. Cada operação tem que cuidar da sua estrutura. Eu e minha equipe não tínhamos condições de avaliar se um resultado de uma análise, se o resultado de um fator de segurança, se uma declaração de estabilidade é adequada ou não para a estrutura, porque a gente é uma área administrativa que não tem nem acesso a essas estruturas liberadas.

O que a gente faz é distribuir a informação, para que cheguem às pessoas responsáveis, que têm a responsabilidade de tomar a decisão.

Então os meus *e-mails* faziam parte da minha atribuição de pegar resultados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a sua função não era meramente administrativa, para mandar tanto *e-mail* assim?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, fazia parte da minha função...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Retire o Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe-me.

Sr. Senador, fazia parte da minha atribuição distribuir para os donos as estruturas, que eram os responsáveis técnicos pelas estruturas, os resultados das análises consolidados, inclusive, para apresentar para outros níveis hierárquicos. E todos esses resultados, inclusive, eram apresentados dentro de um sistema de gestão de riscos. A primeira tela que o geotécnico responsável pela segurança da barragem abria era uma tela onde estavam apontadas todas as análises de risco.

Então, essa distribuição de *e-mails*, essa distribuição da informação do que o painel de especialista recomendava, do que as análises de risco estavam apontando de forma consolidada era, sim, uma atribuição da minha área. Era uma função administrativa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ainda nessa seleção escoreita de perguntas do Relator Carlos Viana e para devolver a ele, há algo que eu também não entendi.

O Piesem tratou de coisas, entre aspas, "abstratas", entre aspas, "hipotéticas"? É uma pergunta. Ou tratou expressamente da barragem que veio a se romper, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Retire o Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe-me.

Sr. Senador, o Piesem tratou da Barragem B1 como um dos assuntos tratados no painel. Aconteceram três painéis internacionais. Nesses três painéis, outras estruturas também foram tratadas, outros assuntos, como projetos futuros também de estruturas futuras foram discutidos. Então, a Barragem B1 também foi tratada, foi discutida, assim como outras estruturas também de outros complexos da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou concluir, agradecendo à atitude democrática do Relator de permitir que a gente daqui também questione.

Por gentileza, a senhora falou em ética. A senhora leu Baruch de Spinoza?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É um livro que fala de ética, de 200 anos atrás. Para ele, a ética hoje continua a mesma, não mudou nada.

Então, por falar em ética, eu pediria a sua ética, por fineza, Sra. Marilene. Quem está pagando o advogado de V. Sa.?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, é um protocolo da empresa...

Sr. Senador, me desculpe.

Sr. Senador, é um protocolo da empresa o fornecimento...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da empresa qual?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... da empresa Vale o fornecimento de advogado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É ela que está pagando?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... para os seus funcionários.

No meu caso, o advogado está sendo pago pela Vale, mas é um advogado inteiramente da minha confiança.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado pela sinceridade.

É a segunda pessoa, porque ninguém mais falou, não é, Senador Carlos Viana? Ninguém falava. O Felipe foi muito sincero. O Felipe falou: estou pagando do meu bolso, com os meus parentes ajudando e tal. E a senhora foi sincera, dizendo que a Vale pagou o seu advogado.

A senhora continua funcionária da Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou afastada...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Recebe salário?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Recebo salário. Estou afastada da Vale. Estou afastada desde...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se senhora estivesse no meu lugar, a senhora acreditaria na Sra. Marilene se ela tem um advogado pago pela Vale, para mim, a maior culpada do crime ambiental de Brumadinho? A senhora acreditaria na Sra. Marilene, sendo que ela, mesmo afastada, continua recebendo salário da Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se a senhora estivesse no meu lugar?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou aqui trazendo toda a minha verdade, tentando contribuir o máximo com esta Comissão.

Eu me preparei para vir trazer as informações aqui para vocês, eu entendo a importância dos trabalhos desta Comissão. Estou aqui falando tudo o que eu conheço e tudo o que eu estou falando é a mais absoluta verdade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu objetivo aqui é, de fato, contribuir com os trabalhos desta CPI. O que eu puder trazer de informação, de contribuição do que for do escopo do meu trabalho, do conhecimento do meu trabalho durante esse período todo na Vale, é o que eu estou trazendo aqui para os Srs. Senadores com muito respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Definitivamente, última pergunta minha, então.

O nome de V. Sa. – responda com franqueza, Sra. Marilene, em nome dos seus filhos, em nome de sua família, dos seus pais – foi expressamente, como o Relator que tem memória de elefante, mencionado na última audiência desta CPI, ocasião em que o Sr. César Grandchamp assim se manifestou – aspas: "Deveriam ter, na sala, umas 15 pessoas. Tinha a equipe da Tüv Süd, a equipe da Marilene [que é a senhora], que é a equipe de risco, e a equipe de geotecnia operacional. Foi uma reunião estritamente técnica, onde se discutiu o valor do fator de segurança alcançado pelos estudos da TÜV SÜD, 1,09." – fecha aspas.

Última pergunta. Quando ocorreu essa reunião, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, essa reunião aconteceu em maio de 2018.

Eu não participei dessa reunião, eu não estava presente nessa reunião.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor aqui mentiu?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O Sr. César Grandchamp disse que estava presente a minha equipe. Eu não participei...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele falou a senhora.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, eu não participei dessa reunião, não estava presente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A declaração dele está aqui.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não estava presente nessa reunião, eu estava em outro compromisso profissional. Não participei dessa reunião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas a sua equipe comunicou a senhora o assunto da reunião.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A minha equipe comunicou que essa reunião aconteceu...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Comunicou o quê?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Que foi uma reunião totalmente técnica onde a área operacional, a equipe que conhece a estrutura, incluindo alguns geotécnicos mais experientes, que sempre davam suporte para a responsável técnica, Sra. Cristina Malheiros, como o Sr. João Paulo Silva, Andréa Dornas e o Sr. César Grandchamp, para discutir os resultados das análises com a empresa Tüv Süd, disse que foi uma discussão técnica, porque, inclusive, todo esse conhecimento da segurança da estrutura para atestar ou validar um resultado só pode ser feito por eles. Inclusive é a geotecnia operacional a responsável por assinar, em conjunto com a empresa especialista, a declaração de estabilidade, exatamente porque ela é a única que tem condições de dizer se o resultado apresentado é coerente ou não, se pode ser validado ou não.

Então, a informação que eu tenho é a de que essa reunião foi uma reunião técnica para discussão e apresentação para a área operacional dessas análises feitas pela empresa Tüv Süd.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu volto ao Senador Carlos Viana, Relator.

Agradeço o espaço dado e quero apenas, Senador e Relator, sei que o senhor pensa da mesma forma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente Rose, enaltecer aqui – para mim, a instituição mais séria deste País, a em que eu mais confio – a Polícia Federal, e há integrante dela aqui nesta reunião, neste momento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tem colaborado muito conosco, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito.

Então, Senador Viana, ela vai ser muito importante, a Polícia Federal, quando a gente ouvir aquilo, Senadora Rose, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, é claro que...

Sra. Marilene, eu vou fazer uma pergunta.

Quantas horas de...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Deixe-me apenas solicitar... O Colégio de Líderes está reunido. Eu vou tentar uma extrapauta para o Plenário sobre o projeto, Senadora Selma, que diz respeito à questão das barragens, e isso depende do convencimento geral de todos os Líderes, e eu gostaria de estar presente, para não dizerem que nós não conseguimos o apoio, porque eu vou coletar as assinaturas.

Solicito ao Senador Kajuru que possa presidir. E a Senadora Selma está inscrita para falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora estimada Dra. Selma Arruda, com a palavra nesta oitava reunião, em que ouvimos a Sra. Marilene.

Pois não. Com prazer, Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Boa tarde, Sr. Presidente e demais presentes. Eu já cumprimentei o Sr. Relator.

Eu gostaria de fazer uma consideração aqui, já raciocinando sobre o resultado dessas oitivas que temos feito, Sr. Presidente Kajuru. É muito decepcionante ver como as pessoas perdem o seu senso ético para defender uma empresa por dinheiro, seja por emprego, seja por dinheiro, efetivamente, por recompensa monetária. Elas perdem o senso ético e até se esquecem das vidas que se foram por conta dessa omissão. Preferem seguir nas omissões, preferem seguir negando o que foi escrito, o que foi dito, e preferem todas adotar o mesmo discurso padrão, como se tivessem entrado numa linha de produção, uma atrás da outra, e saído todas com o mesmo discurso. É impressionante a que ponto o ser humano chega. Eu fico muito triste realmente de ver isso.

Acho, Sr. Relator, que as perguntas que V. Exa. fez, assim como as perguntas do Presidente e as perguntas da Presidente da CPI, Senadora Rose de Freitas, são suficientemente esclarecedoras, ou desesclarecedoras... As perguntas tentam esclarecer, mas as respostas parecem ter o dom de complicar. Então, eu, sinceramente, se fosse juíza nessa causa, eu lhe digo que as coisas teriam um rumo bem diferente do que têm aqui. Infelizmente,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos aqui apenas uma CPI, e esses convocados aí, que estão cobertos pelo direito de permanecer calados, fazem questão de colaborar, mas colaborar, na verdade, só com a empresa Vale, não colaborar com a verdade, nem colaborar com o esclarecimento dos fatos, e muito menos de respeitar a memória, as almas das pessoas que se foram e de respeitar as que podem, amanhã ou depois, ter o mesmo destino, inclusive essas próprias pessoas.

Deus há de fazer a justiça na qual nós todos confiamos, porque acredito que, a julgar por essa trama arquitetada pela Vale, muito pouco se conseguirá de resultados, exceto, óbvio não é?, se os resultados vierem de perícias ou vierem de dados técnicos, jamais dependendo dos depoimentos dessas pessoas que faltam com a verdade, sem sequer ficarem vermelhos.

Eu então agradeço, Sr. Relator, as perguntas que fez, ao Presidente Kajuru, à própria Senadora Rose, mas eu me abstenho de fazer perguntas para resultados pouco produtivos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É difícil. Para quem é membro aqui, e às vezes até, Senador e Relator Carlos Viana, alguns membros de que... A Presidente não gostou – sabe que o Kajuru é polêmico, não é? – quando eu citei ausências. São onze membros, mas às vezes alguns deixam de vir exatamente pelo que acabou de falar, muito bem, a Senadora Selma Arruda.

Mas a gente tem o papel de perguntar, de questionar, que é o que tem feito aqui, de forma corretíssima, o Relator Carlos Viana, para que a sociedade saiba. E ele sabe interpretar como ninguém, é jornalista, é investigador, como eu, e saberá fazer o relatório, mesmo a gente vendo aqui um treinamento quase que alemão, não é? Antes de cada um chegar aqui, parece que ficou doze horas ali ouvindo alguém doutrinando-o: "responda assim, responda assim, responda assim, porque eu pago o seu salário, porque eu pago o seu advogado, porque eu sou a Vale, eu compro fulano, eu compro beltrano." Essa é a verdade, lamentavelmente.

Relator Carlos Viana, obrigado pelo espaço dado a nós aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senhores, Sra. Marilene, a senhora ficou quanto tempo sendo orientada sobre as respostas aqui para esta CPI? E, por favor, não diga que não, porque nós sabemos que em média oito horas a vários funcionários. Quanto tempo a senhora ficou?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou afastada da empresa desde o dia 15 de fevereiro. Então, eu me preparei com o meu advogado, dentro do processo de investigação, para trazer aqui as respostas para contribuir o máximo que eu pudesse...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quanto tempo a senhora se preparou com o seu advogado?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu fiz várias reuniões com o meu advogado no sentido de realmente trazer aqui as respostas para esta Comissão de tudo que foi feito no meu trabalho, de tudo que eu poderia contribuir. Sentei várias horas, não sei aqui afirmar para o senhor quantas horas foram, mas fiz várias discussões e avaliações para trazer as informações corretas aqui para os senhores.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Se a senhora fez tantas reuniões para vir aqui nos contar a verdade, por que a senhora entrou com *habeas corpus*?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder por questões jurídicas, não é? Eu tenho o acompanhamento do meu advogado, eu confio plenamente nele. E, de fato, independentemente do *habeas corpus*, eu estou aqui falando toda a verdade, todo o conhecimento que eu tenho do que é do escopo do meu trabalho, do que eu posso trazer de contribuição, eu estou aqui trazendo e posso responder a qualquer pergunta que estiver associada ao que era do escopo do meu trabalho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero só, antes de a gente dar sequência, ler aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, parte do *habeas corpus* que foi concedido pelo nosso Supremo Tribunal Federal e que tem sido uma praxe recorrente nos depoimentos de funcionários da Vale. Aqui, da eminente Ministra Rosa Weber, que diz o seguinte:

Defiro, pois, o requerido, concedendo a liminar para assegurar aos pacientes, em suas respectivas inquirições perante a CPI Brumadinho do Senado Federal, o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, às perguntas a ele direcionadas, o direito de assistência por advogado durante o ato, o direito de não serem submetidos ao compromisso de dizer a verdade ou de subscreverem termos com esse conteúdo.

E o último, que eu gostaria muito de deixar aqui, da nossa ilustre e mui respeitável Ministra Rosa Weber: "o direito de não sofrerem constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores". Não há a menor necessidade. Ninguém aqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vai constranger ou fazer qualquer coisa, torturar ninguém. Mas está aqui, eu estou lendo o *habeas corpus*, o que vem de encontro ...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Constrangimento quem está sofrendo somos nós aqui e a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até porque, Sra. Ministra, aqui não é julgamento do Supremo Tribunal Federal, não. Aqui ninguém chama ninguém de gângster, de gentalha, de cretino. Quem usa esses adjetivos são companheiros da senhora, Ministra, em julgamentos aí da Suprema Corte – a Suprema Corte da lagosta, do camarão, do vinho, do uísque, importados para os quais se exige a premiação de pelo menos quatro prêmios internacionais.

Então, com todo o respeito, Sra. Ministra, como a gente respeita o seu trabalho, respeite o nosso trabalho aqui. A gente não usa com os nossos convocados aqui adjetivos que são usados aí na reunião de que a senhora participa ao lado de gente como Gilmar Mendes, Lewandowski, Alexandre de Moraes, ao lado dessas figuras, respeitosa Sra. Rosa Weber.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, vamos dar sequência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Senador, apenas mais uma...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... intervenção aqui, até porque eu estou sendo chamada numa Comissão Mista da qual eu participo, da Medida Provisória 872; eu devo me ausentar daqui a pouco. Mas eu gostaria só de deixar registrado também, para a formação do convencimento de ambos, que, embora a senhora que está sendo ouvida agora tenha nos declarado aqui que a Vale paga o advogado, mas ela escolhe o advogado de sua confiança, assim como outros já o fizeram, é impressionante como também o procedimento de todos é idêntico. Ou seja, o procedimento de todos é: entra com *habeas corpus*, depois vem dizendo que vai falar a verdade, que a sua intenção é só falar a verdade. Então, parece-me que o advogado não está sendo escolhido pelas pessoas; está sendo escolhido, sim, por quem é a única interessada nesse tipo de versão.

Só para deixar registrado. Muito obrigada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, obrigado.

Sra. Marilene, a senhora é capaz de nos explicar esse gráfico que está sendo mostrado?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não consigo explicá-lo totalmente em detalhes. É um gráfico especialista, mas é um gráfico de tolerância ao risco, onde tem uma referência à Usace, que é o corpo de engenheiros dos Estados Unidos, é uma referência de um modelo de tolerância que eles adotam. E do lado de lá é uma referência a que deveria ser definida alguma coisa para a Vale e apresentado um exemplo mostrando a mesma curva da Usace. É o que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse gráfico foi apresentado por um funcionário da senhora. *(Pausa.)*

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, foi apresentado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O senhor está perguntando?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tem conhecimento? Porque foi apresentado por um funcionário da senhora, da sua equipe, como resultado do painel de discussões sobre segurança. A senhora tem conhecimento?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eram feitas várias apresentações com os resultados das análises de risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, eu perguntei se a senhora tinha consciência de que esse gráfico foi apresentado por um funcionário da senhora e que embasou o *e-mail* que a senhora mandou para os diretores.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, especificamente esse gráfico eu não me lembro de em qual apresentação ele foi feito. O gráfico que foi apresentado no painel de especialistas que embasou o *e-mail* que eu mandei, que foi do painel de especialista de outubro de 2018, é outro gráfico; é um gráfico onde tem uma curva de tolerância definida em função de uma zona de atenção, uma divisão entre áreas. Não especificamente esse gráfico aí.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O que eu posso dizer é que todas as análises de risco, todos os resultados das análises de risco, eram consolidados em gráficos, onde era consolidado tanto o resultado do ponto de vista das perdas de vidas. Esse era o resultado apresentado para todas as análises de risco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

É o seguinte: esse eslaide 2... Só um minutinho. Eu vou explicar. Quem fez a apresentação foi o Sr. Felipe Rocha, funcionário da Sra. Marilene, no painel de especialistas do Piesem de novembro de 2017. No eslaide, nós vemos do lado esquerdo um modelo chamado de curva de tolerabilidade adotado pelo Corpo de Engenheiros do Exército americano, que é considerado, inclusive, a principal e mais importante referência no mundo em riscos e potencial de perda de vidas em três quadrantes. No quadrante superior à direita, ficam os riscos inaceitáveis – é onde está em vermelho lá –, porque têm maior chance de acontecer e porque causariam muitas mortes se acontecessem. No lado direito, está outra imagem apresentada no Piesem mostrando o resultado dos cálculos da Vale. Dentro do círculo vermelho, estão dez barragens, incluindo a B1, que estariam na região de riscos inaceitáveis. Acima do gráfico, nós vamos ver uma frase que diz: "A ser definido". Vou traduzir livremente: difícil de aplicar em um prazo curto. Assim, durante o relatório em que estavam presentes os diretores, em que estava presente a Sra. Marilene, o engenheiro Felipe Rocha apresentou esse gráfico com base no sistema e método americano lá usado que é a referência mundial nessa questão. Lá onde ele coloca dez barragens está a B1. E ele coloca como resultado: "a ser definido", difícil de se aplicar em pouco tempo.

Sra. Marilene, por que esse modelo era difícil de se aplicar? Isso deixa claro que a Vale está aceitando riscos inaceitáveis?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu só queria voltar um pouquinho, só para fazer uma correção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O *e-mail* que o senhor mencionou, no início, que eu encaminhei foi referente ao painel de especialistas de outubro de 2018. Lá o gráfico apresentado, consolidando as análises de risco, não era este. Este gráfico – estou entendendo pelo que o senhor mencionou, me recordando aí – foi apresentado no painel de especialista de 2017.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora acompanhou na época?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, eu participei do painel de especialistas de 2017.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ótimo. A senhora chegou ao ponto que eu queria, que eu gostaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora disse que, ao passar o *e-mail*, posteriormente, não identificou ali, naquela tradução, nenhum risco iminente, mas a senhora estava no painel em 2017 em que o gráfico foi apresentado, em que B1 era uma das áreas de maior risco de possibilidade de morte.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, este gráfico de análise de risco é um gráfico de simulações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas a senhora estava lá.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Este não é um gráfico de risco iminente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora estava lá.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu estava, eu estava na apresentação do Piesem. O gráfico da análise de risco... A análise de risco não demonstra risco iminente. A análise de risco faz uma simulação de situações hipotéticas para que a operação possa trabalhar de forma preventiva, adotando medidas para situações que são hipotéticas, que ainda não se manifestam na barragem.

O gráfico da Usace... Na Vale, a questão da tolerabilidade, da curva de tolerabilidade ainda não tinha sido definida. Era, inclusive, uma das recomendações do painel de especialistas que se avançasse na definição da curva de tolerância.

E a referência que o Sr. Felipe Rocha fez ali foi mostrando uma referência internacional, mas que ainda não havia sido adotada pela Vale. A Vale ainda não havia definido qual seria o gráfico de tolerância.

De toda forma, as informações resultantes das análises de risco, inclusive com o gráfico de potencial perda de vida, independentemente de definição de curva de tolerância, sempre foram apresentadas para os donos da estrutura. Essa é uma informação de conhecimento de quem fazia a gestão da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Senador Kajuru, veja se meu raciocínio está correto: 2017, nós temos um estudo conclusivo, com base no principal conhecimento mundial sobre barragens, onde se apresentam lá 10 barragens de uma empresa que estão em uma situação inaceitável de risco – porque a palavra certa é esta, inaceitável de risco. Isso é apresentado a todos os especialistas. Em junho do ano seguinte, a barragem apresenta um problema gravíssimo de rompimento, de fraturamento hidráulico. Posteriormente, faz-se uma nova análise e ninguém toma providência nenhuma – ninguém toma providência nenhuma.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Sra. Marilene... Eu gostaria que a senhora, como engenheira, fazendo uma análise... A Vale aceitou riscos inaceitáveis?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não havia ainda essa definição da aceitação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como não? Em 2017... Esse é um documento oficial da Vale, Sra. Marilene, está ali: riscos inaceitáveis. Está ali. Um funcionário seu fez essa declaração em 2017.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a metodologia de gestão de riscos vinha sendo discutida nos painéis de especialistas exatamente para ganhar maturidade e avançar naquilo que ainda precisava ser definido.

O Sr. Felipe Rocha apresentou uma referência de uma outra entidade que tem muito mais maturidade em gestão de riscos, mas, na Vale, isso ainda não tinha sido definido. Essa é uma definição que tem que ser feita em nível de diretoria, não é uma definição que é feita no nível técnico. O que ele fez foi apresentar o que há de referência na literatura, porque a empresa que definiu, que foi contratada para desenvolver esse projeto de análise de risco trazia essas referências, mas nenhuma referência havia sido adotada pela Vale.

E esse gráfico, Excelência, tem estruturas ali... Agora não estou conseguindo enxergar exatamente quais os nomes das estruturas que estão ali, mas esse gráfico era de estruturas de análises de riscos que tinham sido feitas anteriormente às análises de risco da Barragem B1 e várias essas estruturas tiveram ações implementadas pelos donos da estrutura, inclusive aquele dique da Pêra foi uma estrutura que foi descomissionada e foi retirada.

Então, não havia ainda uma definição dessa curva de tolerância. Essa curva de tolerância só poderia ser definida no nível executivo da empresa, isso não pode ser definido no nível da área técnica. O que a nossa área trazia – e o Sr. Felipe Rocha trouxe aí – foram referências que a empresa contratada para desenvolver a metodologia de análise de risco trazia para ser apresentada para as áreas operacionais e para o painel.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi tão rico esse seu questionamento – desculpe-me, Sra. Marilene, mas Pátria amada... O depoimento foi na última reunião nossa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... do Sr. Felipe Rocha. Depois eu fui rever em casa. Não sei se aqui alguns também assim o fizeram, o Relator Carlos Viana, sempre presente, e os membros desta CPI, mesmo ausentes, de repente, assistiram. E me veio a lembrança a uma bem reconhecida e conhecida fábula infantil – não sei se a Sra. Marilene se lembra, parece que ela não é muito literária, pelo que eu senti nas suas respostas. Essa fábula infantil se chama: *A Roupas Nova do Rei – A Roupas Nova do Rei*.

Certamente, todos aqui ouviram ou leram na infância essa obra maravilhosa do gênio Hans Christian Andersen, em que uma criança inocente, Relator, grita ao povo que o rei está nu; e, dessa forma, desmonta uma farsa que só prosperava por conta da vaidade do rei, da bajulação de seus acólitos e da covardia dos súditos.

O fato é, senhoras e senhores, Sr. Senador e Relator, Carlos Viana, que no depoimento do Sr. Felipe Rocha – para mim, o único sincero, não na totalidade, mas o mais deles – aqui ficou claro para todos que o rei da empresa assassina Vale está nu em sua arrogância com os brasileiros e brasileiras; está nu em sua desfaçatez com esta CPI; está nu em sua ganância por riqueza a qualquer custo; está nu em seu desprezo pela vida dos trabalhadores da Vale e dos moradores de Brumadinho.

Espero que os depoentes de hoje, a começar da Sra. Marilene até agora e depois o do Sr. Silmar Silva, não tentem – e a senhora, desculpe-me, está tentando – retomar o discurso zaino, ou seja, da dissimulação, das meias verdades e das mentiras completas, para tentar nos convencer de que as vestes do rei da assassina Vale são belíssimas.

Desculpe-me o desabafo, Sr. Relator, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, no documento em que o Ministério Público recomenda o afastamento de diversos funcionários da Vale, inclusive o seu, está escrito também o seguinte:

Considerando que nos Painéis acima mencionados a situação da barragem B1 foi objeto de discussão e análise pelos especialistas, consultores e representantes da Vale S.A., visto que era considerado, naquele meio acadêmico e técnico, como uma estrutura que inspirava grande atenção, tanto assim que um gerente executivo da Vale qualificou a Barragem B1 como "sendo mais tenebrosa do que imaginam."

Em seguida, o documento explica que a declaração foi feita por Joaquim Toledo, gerente executivo de geotecnia operacional da Vale, em *e-mail* enviado a Armando Mangolim Filho, em 31 de julho de 2018.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relembro que, em junho de 2018, foi feita a revisão periódica da Barragem B1, um trabalho feito pela TÜV SÜD, mas que contou com a sua participação, representando a Vale.

Em julho de 2018, a senhora tinha uma boa visão do estado da Barragem B1.

O que havia de tão tenebroso na Barragem B1 para que um gerente executivo da Vale, experiente e com pleno conhecimento da situação, ficasse tão assustado?

Qual era a situação do bloco de canga no pé da Barragem B1 e o que foi feito em relação a isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a menção do Sr. Joaquim Toledo eu não sei a que se refere.

Como eu falei, eles têm uma rotina da geotecnia operacional que é só deles. A gestão de segurança é de responsabilidade deles. Então, essas discussões sobre as estruturas passam pelo grupo deles e não chegam até nós.

O conhecimento que eu tinha sobre essa estrutura é o conhecimento das análises que foram apresentadas, das análises de risco, e esse conhecimento era de todos porque todos participavam do painel de especialistas. Então, eu não posso dizer o que o Sr. Joaquim Toledo quis dizer com essa palavra. É uma questão que deve ser perguntada à geotecnia operacional, que conhecia a estrutura. Eu e minha equipe, a gente dava esse suporte administrativo para mais de cem estruturas da Vale. Então, de fato, cada um que cuida da sua é que tem que conhecer aquela estrutura e responder pela segurança dela. Então, de fato, eu não sei o que o Sr. Joaquim Toledo quis dizer.

Agora, com relação ao bloco de canga, as análises da revisão periódica e as análises de risco foram concluídas em julho de 2017. A partir daí, todas as análises que foram feitas depois foram feitas no contexto do projeto do descomissionamento da estrutura e no contexto da auditoria externa. Essas análises... O projeto de descomissionamento de estrutura era de responsabilidade do Gerente Alessandro Rezende, e as auditorias, de responsabilidade do Sr. Washington Pirete, ambos ligados diretamente ao Sr. Alexandre Campanha.

Esse bloco de canga apareceu dentro do contexto da auditoria externa do segundo semestre; portanto, eu já não participava dos trabalhos relacionados à Barragem B1. O trabalho da análise de risco da revisão periódica tinha sido concluído em julho de 2018.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não são vários os elementos, vários os indícios, um ano antes, que foram se repetindo em 2018? As várias intervenções foram sendo apontadas sob risco. Isso não era o suficiente para que se tomassem providências em relação à barragem, Sra. Marilene?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, quem define o que é suficiente ou não para a estrutura é quem a conhece, quem analisa o comportamento dela todo dia, quem conhece onde está cada elemento daquela estrutura.

Eu estive, por exemplo, na Barragem B1 no máximo quatro vezes na minha vida. Então, existe uma equipe dedicada para avaliar o que é suficiente e necessário para aquela estrutura, qual o fator de segurança que é adequado para aquela estrutura. Esse suporte que a gente dava, até por recomendação do painel, um suporte administrativo para desonerar as equipes operacionais era exatamente para que elas pudessem ter essa dedicação. E esse suporte a gente dava para mais de cem estruturas, mais de cem barragens da Vale, além de outras estruturas como taludes, pilhas...

Então, de fato, todas essas informações que foram geradas eram conhecidas e eram gerenciadas pela equipe que cuidava da estrutura, que é a equipe que pode dizer se o que foi feito foi suficiente ou não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr Presidente, eu vou procurar ser mais breve, senão... Daqui a pouco, nós teremos a sessão plenária e acaba que o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É.

Sra. Marilene, como a senhora sabe, a empresa TÜV SÜD elaborou, em julho e agosto de 2018, a revisão periódica de segurança de barragens da B1.

A revisão periódica é uma análise mais profunda da situação de uma barragem e é um documento de 265 páginas, bastante detalhado, que tem algumas afirmações interessantes.

Eu quero ler aqui um trecho do Item 6.8, em que se fala da drenagem interna da barragem. Diz o seguinte:

Foram verificadas várias incertezas quanto ao sistema de drenagem interna em vários alteamentos devido à carência de informações históricas. Na maioria dos casos, têm-se como informação os projetos executivos de alteamento, porém não há *As Built* indicando se a solução projetada foi efetivamente implantada na sua totalidade.

Isso aqui significa o seguinte, Sr. Presidente: foram feitos os alteamentos, mas, quando a auditoria perguntou se tudo foi feito de acordo com o que se deveria, não se tinha informação.

Logo em seguida, na mesma página, quando descreve as etapas de alteamento da barragem, o relatório afirma o seguinte: Maciço inicial, primeiro alteamento, segundo alteamento parcial, ATLM.889 metros. O projeto original do dique de partida não previa sistema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de drenagem interna. As primeiras etapas de alteamento (ATLM.889 metros) foram executadas sem sistema de drenagem interna.

O que é isso? Feito, eles pegaram a primeira parte já pronta, com as drenagens entupidadas. Nós já mostramos aqui, elas ficaram entupidadas. Aí fizeram um primeiro alteamento, um segundo alteamento sem drenagem. Com a quantidade de água internamente, o que foi que aconteceu? Uma caiu sobre a outra. E, no cair sobre a outra, pressionou o lençol, e o lençol jogou para fora e acabou que a barragem não se sustentou.

Isso está muito claro em todas as evidências, nas perícias técnicas. Então, Sra. Marilene, seis meses antes do rompimento da Barragem B1, a TÜV SÜD afirma, de maneira categórica, que o dique inicial da barragem e as primeiras etapas de alteamento não tinham sistema de drenagem. A TÜV SÜD vai além e afirma que havia várias incertezas sobre a drenagem, porque não havia informação de como os alteamentos haviam sido construídos.

Diante disso, eu pergunto: na sua avaliação técnica, uma barragem construída sem drenagem interna – a senhora que é engenheira –, sem projeto *As Is* dos seus elementos, alteamentos, tem alguma condição de ter um fator de segurança que avalie com precisão o seu estado?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, ter ou não a drenagem interna depende do modelo da estrutura, de como essa estrutura foi projetada. Então, realmente só quem conhece a estrutura pode dizer se o sistema de drenagem interna é necessário ou não para aquela estrutura.

Eu não conheço essa estrutura no detalhe, nem essa nem as demais. Não é minha atribuição conhecer no detalhe nenhuma estrutura geotécnica da Vale. Essa é uma questão puramente operacional. Então, dizer que precisava ou não da drenagem interna, qual era o fator de segurança adequado, o nível de segurança adequado de cada estrutura, existia um responsável técnico para cuidar disso. Cada estrutura da Vale tem inclusive uma anotação de responsabilidade técnica associada a isso. Eu não posso aqui fazer nenhuma afirmação técnica, porque não é da minha atribuição fazer nenhuma avaliação técnica. Os próprios relatórios gerados pela revisão periódica, porque a gente fazia essa revisão administrativa e do contrato, eram avaliados e validados pelo dono da estrutura, pelo responsável técnico da estrutura, porque só ele poderia dizer se o que estava ali era coerente ou não, era real ou não e se o nível de segurança no qual a empresa especialista chegou era adequado para a estrutura ou não.

Eu e minha equipe, nós não tínhamos, não temos, não tínhamos nenhuma atribuição nem condições de fazer qualquer avaliação da estrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora teve notícias se a Vale, em algum momento, tentou resolver essas incertezas apontadas pela TÜV SÜD?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o painel de especialistas internacional indicou que a área operacional executasse algumas investigações e alguma instalação de instrumento para tentar reduzir essas incertezas e que até elaborasse também o projeto *As Is*. A informação que eu tenho é que a operação estava implantando essas medidas e que o projeto *As Is* estava contratado para ser executado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vocês faziam os painéis e depois não avaliavam se as medidas tinham sido tomadas anteriormente nos painéis apresentados?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não, porque cada operação é responsável e é autônoma, ela é a dona da estrutura. Existe um gerente. – eu sou uma gerente que trabalha com a parte administrativa, que distribui a informação – de geotecnia local que é o responsável por definir as ações e controlar todas as ações que devem ser executadas em cada estrutura. Cada operação tem um gerente operacional que é o responsável por acompanhar as ações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Penúltima pergunta, Sr. Presidente.

Sra. Marilene, uma reportagem do jornal *O Tempo*, de 27 de abril último, cita um estudo feito pela Consultoria Potamos, em dezembro de 2017, a pedido da Vale, sobre a segurança da Barragem B1. Vou ler um trecho:

'Dentre as alternativas apresentadas, a que surtiria melhor efeito era a construção de um reforço no pé da barragem, mas era uma intervenção lenta e complicada que iria trazer interferências para o funcionamento da Mina do Feijão. A Vale informou que iria estudar as alternativas, mas não fomos mais consultados sobre elas', diz o sócio da Potamos, Fernando Lima.

Resumindo: o que temos de informação, em momentos e contextos distintos, as empresas Tractebel, Geoconsultoria, Potamos, as três discordaram de alguma coisa em relação à Barragem B1, do fator de segurança mínima adotado, do método utilizado para calcular, dos ensaios de laboratório, dos procedimentos recomendados para aumentar o fator de segurança. As três empresas que passaram por lá, todas elas alertaram e discordaram de que o procedimento não estava incorreto.

Outra coisa, essa questão de que as interferências atrapalhavam o funcionamento da Mina do Feijão, ou seja, mais uma vez, a gente depara aqui com a questão da preocupação com o lucro e procedimentos que não atrapalhassem o faturamento, o resultado daquele ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso está muito claro em todos os depoimentos que foram trazidos aqui. Faça-se de tudo, desde que vocês não atrapalhem o lucro do que nós vamos ter aqui. Então, procurem outra solução. Essa auditoria não quer? Pegue outra, vamos trazer outra. Alguém tem que me dar um índice de segurança. Ai, sabe o que acontece? Vai se apertando o diretor, chega a uma pessoa, como a Cristina Malheiros aqui, completamente destruída, porque ela estava na base, na responsabilidade da barragem. Ela estava. Porque a estrutura vai comprimindo os servidores. E agora fazem a mesma coisa. Comprimem os servidores e dizem: vamos estabelecer uma forma única de falar, para que a gente possa defender a empresa. É o meu posicionamento aqui.

Bem, a senhora, como engenheira, acha normal que três empresas renomadas, no período de um ano, nós estamos falando de 12 meses, discordem de vários quesitos de segurança e sejam simplesmente ignoradas ou dispensadas pela Vale?

Por que a recomendação da Potamos de construir uma berma de reforço na Barragem B1 não foi seguida, sendo que a senhora mesma citou essa ação no *e-mail* que enviou aos diretores da Vale em 18 de outubro? Foi porque o custo era alto demais? Porque iria atrapalhar a operação da Mina Córrego do Feijão e naturalmente o faturamento, o lucro da empresa naquele ano?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, com relação à Geoconsultoria e à Tractebel, como eu falei, eu nunca trabalhei. A responsabilidade do trabalho dessas empresas não era da minha gerência, então, essa é uma responsabilidade do Sr. Washington Pirete.

Então, com relação ao que a Potamos colocou, a Potamos colocou essas proposições em consórcio com a TÜV SÜD. A Potamos e a TÜV SÜD sempre trabalharam em consórcio dentro do contrato das análises de riscos, e foi colocado... A área operacional discutiu muito essas questões com a TÜV SÜD e a Potamos, porque nós não tínhamos condições de falar da rotina operacional. Essas questões de dificuldade de implementação, de implantação, isso é muito da rotina operacional e nós não temos conhecimento dessa rotina, nunca trabalhei na operação, não sei como funciona a rotina operacional. O que eu posso afirmar é que o consórcio TÜV SÜD e Potamos emitiu em janeiro de 2018, depois reemitiu em maio de 2018, um relatório em que eles apontam essas diversas alternativas e colocam explicitamente que, dada a experiência que a equipe operacional da Vale, de geotecnia operacional da Vale, tinha com relação à implantação de DHPs dentro dos horizontais profundos, essa seria uma excelente solução.

Isso foi o que eles apontaram no relatório emitido em janeiro de 2018, depois reemitido em maio de 2018, mas as questões operacionais de dificuldade ou não de implantação eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconheço, não consigo aqui fazer nenhum comentário, porque eu não nunca trabalhei na operação. Eu não tenho conhecimento de como funciona.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para, da minha parte, encerrar, Sra. Marilene, o Kajuru gosta muito dessas citações.

Nós temos, nas várias linguagens, a definição de que muitas vezes o que nós não conhecemos ou queremos esconder a gente utiliza de acordo com o que a gente constrói. Até essa palavra *potamós*, do grego, que quer dizer água, chegou a nós como *hippopótamos*, que é o hipopótamo, o cavalo d'água. Por quê? Porque não se sabia o que era e definiram como sendo um cavalo d'água.

O que é isso? Utilizam-se as palavras de acordo com o mundo de cada um, utilizam-se as palavras de acordo com o que se quer contar ou não se quer contar. Essa é uma realidade do ser humano.

Agora, a senhora, nesse período todo que estava aqui, foi muito solícita, deixou muito claro, mas eu vou ler aqui um trabalho que a senhora fez e que de tudo o que aconteceu até agora foi a única coisa que de fato se mostrou efetiva, inclusive está sendo muito efetiva nos processos que a Vale está enfrentando na Justiça.

Na ação civil pública que investiga as causas da tragédia... Nós vamos mostrar aqui claramente a capacidade dessa senhora, o domínio que ela tem das informações e do...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Finalmente vamos conhecer, então.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na ação civil pública que investiga as causas da tragédia, consta um documento produzido pela senhora: "Procedimentos para valoração monetária das consequências decorrentes de uma ruptura de barragem".

Esse documento bastante extenso, detalhado, tem um item chamado: valor de uma vida estatística. Nele a senhora lista os valores de indenização determinados pela Justiça em casos recentes de rompimento de barragem que causaram mortes, como o caso da Mineradora Rio Verde, em Minas Gerais, da Barragem de Algodões, no Piauí, e da Barragem de Camará, na Paraíba.

Queria aqui mostrar o eslaide nº 1. Então, vamos colocar o eslaide nº 1.

Há um trecho do documento da Vale chamado: "Estabelecimento do contexto e identificação dos eventos de risco em barragens", de dezembro de 2015, que tem a senhora como a responsável técnica. A senhora é a responsável pelo estudo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Na página 25, do documento, está escrito o seguinte: O custo associado à indenização por perdas de vidas humanas será dado pelo produto do número estimado de vidas humanas perdidas pelo valor de indenização a ser pago. O valor de indenização pela perda de uma vida foi fixada em US\$2,6 milhões, sendo baseado na correção monetária do valor apresentado (US\$1 milhão) em 1981 na Curva de Tolerância ao Risco proposta por Whitman.

A senhora domina a informação toda. Então, o valor calculado pela Vale pela senhora para indenizações por morte seria de US\$2,6 milhões, o que daria, na cotação de hoje, mais de R\$10 milhões.

Porém, uma reportagem da jornalista Mônica Bergamo, da *Folha*, de 21 de fevereiro, mostra que a Vale fechou o primeiro acordo de indenização com a família de uma vítima de Brumadinho no valor de R\$300 mil.

Uma segunda reportagem de *O Estadão*, da jornalista Paula Félix, de 21 de abril, mostra que a família de uma das vítimas entrou com uma ação na Justiça pedindo indenização de R\$10 milhões, baseada nesse documento – acredito, inclusive, que eles tenham tido conhecimento por esta CPI. Eles, acompanhando, imediatamente posteriormente....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eles tiveram acesso a esse documento aqui na CPI de Brumadinho.

Há declaração da Vale sobre o assunto, com base no seu estudo: A Vale não informou o valor de indenização por vítima fatal e disse que os US\$2,6 milhões citados na ação são extraídos de um documento sem eficácia jurídica, baseado em um cenário hipotético e dissociado de situações concretas.

Então, Sra. Marilene, a Vale, empresa que a senhora está aqui representando e defendendo, permita-me a sinceridade, tem duas caras. Quando ela calcula os riscos financeiros, usa o valor verdadeiro; depois, coloca os advogados para espremer os familiares de vítimas abalados pela tragédia a fechar acordos com valores 30 vezes menores.

Eu vou perguntar à senhora: quem, na direção da Vale, teve acesso ao seu documento? Os Srs. Alexandre Campanha, Lúcio Cavalli, Gerd Poppinga e Fabio Schwartsman tinham noção, tinham acesso ao seu documento?

Segundo, a senhora concorda com o que disse a assessoria da Vale, que seu documento é dissociado de situações concretas, uma vez que a senhora se baseou em outras tragédias que tinham acontecido?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o valor que a senhora acha que deveria ser pago à família de cada vítima da tragédia de Brumadinho?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, com relação a esse documento, o projeto de gestão de risco Geotex foi um projeto contratado pela Vale e quem desenvolveu toda a metodologia... Essa é uma metodologia de análise de risco quantitativa, onde precisa ser analisado o valor das consequências das duas parcelas do risco, a probabilidade e a consequência. O projeto... Toda a metodologia foi desenvolvida por uma empresa contratada, que se chama Pimenta de Ávila Consultoria, e por uma junta de especialista. Esse documento em que consto como responsável técnica é simplesmente trazer para o modelo da Vale a metodologia proposta por esta empresa Pimenta de Ávila Consultoria.

Esse documento, eu posso afirmar, chegou até o nível do meu gerente executivo. Daí para cima, eu não sei afirmar se ele foi distribuído para os outros níveis hierárquicos. Eu só posso afirmar até onde eu tenho acesso, até o meu gerente executivo. O valor proposto pela empresa Pimenta de Ávila Consultoria, em função de todas as pesquisas que ela fez das metodologias de risco quantitativo no mundo, foi baseado em referências da indústria de aviação e desse gráfico de Whitman, que é um gráfico conhecido na literatura. E, por isso, foi proposto na metodologia esse valor.

Com relação aos valores que a Vale vem pagando, eu não sei afirmar nem reportar nada sobre isso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – São justos, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não... O que eu posso dizer, Senador, é que todo o trabalho da análise de risco que foi feito, do desenvolvimento da metodologia da análise de risco – eu era engenheira à época, não era nem gerente – foi feito com uma busca de todo conhecimento que havia na literatura internacional e nas outras indústrias que praticavam, executavam metodologia de análise de risco quantitativa. Então, esse valor foi o que foi considerado à época um valor adequado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se um filho da senhora tivesse morrido nesse crime ambiental, a senhora, como mãe, aceitaria o valor de R\$300 mil como indenização?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, vou só complementar a questão da metodologia. Então, esse...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Enquanto isso a senhora pensa como vai responder, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Esse valor, então, foi definido como um valor para indenização. Não é um valor para perda de vida, porque uma vida não tem preço. É um valor relacionado à indenização.

E eu acho, Senador, respondendo à pergunta do senhor, que o que a metodologia propôs foi baseado na literatura internacional. Então, há toda uma rastreabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa indenização de R\$300 mil, que dá menos de 5% do valor que o Relator trouxe aqui, diante da sua afirmação de R\$10 milhões?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o que eu afirmo é que toda a metodologia foi desenvolvida por uma empresa especialista, validada por uma junta de especialistas, e que esse valor tem toda uma rastreabilidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe-me, mas eu estou mexendo agora com o lado da senhora de mãe. Se a senhora fosse mãe de um filho morto lá, na barragem, no crime ambiental de Brumadinho... A senhora aceitaria uma indenização no valor de R\$300 mil ou a senhora entraria na Justiça?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, como eu disse, esse é um valor de indenização. Não é um valor... A vida não tem preço. Então...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, a senhora acha justo que a empresa tenha o seu trabalho – que, eu acredito, tenha sido muito bem feito. E a senhora se mostrou uma pessoa muito competente, conhecedora das suas atribuições. A senhora acha correto que a empresa desqualifique o seu trabalho para se defender e pagar menos às pessoas que ela matou? Sra. Marilene...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro. Pelo amor de Deus...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não posso fazer nenhuma avaliação nesse sentido. O que eu posso afirmar e reafirmo aqui é que o trabalho de desenvolvimento da metodologia foi feito de forma muito séria, foi feito com base em toda uma pesquisa da literatura internacional e foi o que foi proposto como área técnica. Nós, da área técnica... Eu era uma engenheira nessa época, esse trabalho era feito por empresa especialista e foi o que a área técnica propôs. Eu não consigo aqui fazer nenhuma avaliação, nenhum juízo de valor, no sentido do que vem sendo pago ou não vem sendo pago. O que eu posso afirmar é que a metodologia é baseada em padrões internacionais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A senhora tem, Marilene, por favor, no final aqui de nossa oitiva... A senhora tem orgulho da empresa Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu tenho orgulho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Por favor, sem Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, desculpe-me.

Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Desculpada.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO (Para orientar a bancada.) – ... eu tenho muito orgulho de todo o trabalho que eu sempre executei. Eu sempre...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, não o da senhora. Estou falando da empresa.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A Vale sempre tratou a mim e aos profissionais da minha gerência com muito respeito. Do que eu tenho orgulho é do trabalho que eu desenvolvi ao longo de todos esses anos. Disso eu tenho orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A senhora tem orgulho do seu trabalho, não da empresa.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A Vale sempre tratou com muito respeito a todos. E eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Mas a pergunta, clara, é: a senhora tem orgulho da empresa Vale? Como outros colegas da senhora que vieram aqui responderam a nós que têm orgulho da Vale.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, o meu trabalho é que é a minha referência, e o meu trabalho eu executei da melhor forma, com toda a dedicação, com todo o empenho, com toda a responsabilidade...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, a senhora voltaria a trabalhar na Vale amanhã, já que a senhora está afastada? Se ela a convidar para voltar, a senhora voltaria a trabalhar na Vale normalmente?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder a essa pergunta, eu não fiz essa avaliação. O que eu falo é que eu me dediquei muito na minha profissão. Eu tenho 22 anos de profissão. Ao longo desses anos, eu estudei muito. Eu estudei muito Engenharia, eu me dediquei muito, e eu me dedicaria... Eu posso dizer que eu me dedico e me dedicaria à Engenharia novamente. Eu não sei em que situação, em que posição. Hoje, o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, a senhora voltaria a trabalhar na Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu voltaria a trabalhar com Engenharia Geotécnica, que é uma área a que eu me dediquei, que eu estudei...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não, mas na empresa Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não fiz essa avaliação, Senador. O senhor me desculpe, mas eu não fiz essa avaliação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, uma outra coisa, para a gente... Diante de tudo que foi colocado: onde a senhora voltaria atrás, se pudesse, e teria tomado providências?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, como eu falei, eu fiz todo o meu trabalho com o maior empenho, maior dedicação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, Sra. Marilene, a senhora já se mostrou uma profissional muito competente. O seu currículo é um currículo excelente, a senhora é uma pessoa capacitada para a sua função. Todo o trabalho que foi mostrado aqui, a senhora acompanhou com primazia. A senhora sabia de tudo. A minha pergunta é: onde a senhora voltaria no tempo para salvar os seus colegas da Vale que morreram? Onde isso seria corrigido?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu reitero e reafirmo... O senhor me desculpe, mas eu fiz o meu trabalho com a maior dedicação, com o maior empenho, com a maior responsabilidade. No que cabia à minha atribuição...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Onde a senhora voltaria no tempo, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O que eu posso afirmar é que eu fiz com todo empenho e responsabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em que ponto? A senhora, naquele dia do *e-mail*, teria colocado assim: "Olha, eu vou chamar um pouco mais de atenção aqui, porque a situação aqui está muito..." A senhora faria isso se tivesse possibilidade de voltar para salvar aquelas pessoas?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu fiz meu trabalho com base nas informações que eu tinha, com base no conhecimento que eu tinha, com empenho, dedicação e responsabilidade. Isso é que eu gostaria de reiterar e reafirmar. É o que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora desculpe... Para lembrar, até porque a audiência é rotativa, muitas pessoas entraram agora. A sua função na empresa Vale qual foi ?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou Gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Qual é a sua profissão?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou engenheira civil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora, por acaso, tem alguma fábrica de sabonete?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não? Porque é impressionante, não é? As suas respostas revelam uma capacidade impressionante...

Só como última colocação, porque o Relator aqui está mostrando um quadro importante. A prioridade é sua.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui o organograma mostra claramente que ela não está num primeiro nível, ela está num segundo nível...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Segundo escalão, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, com uma possibilidade muito grande, inclusive, com todo o acesso às informações, de ter colaborado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, se me permite: eu estou no primeiro nível, é o primeiro nível hierárquico de gerência da empresa – se o senhor me permite esclarecer, e o nível da minha gerência é um nível totalmente técnico, eu não tenho nenhum nível de tomada de decisão. A minha área é uma área de organização de informação para levar para os níveis de tomada de decisão. O meu é o primeiro nível de gerência, e é um nível técnico, onde as minhas atribuições estão ligadas ao suporte para a equipe técnica no desenvolvimento das atividades dela do dia a dia. Não tenho autonomia de aprovação de orçamento, não tenho autonomia para contratação direta de empresas, não tenho nenhuma autonomia de tomada de decisão. É uma área de organização de informação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora conhece todo o processo, a senhora conhece toda a estrutura, mas não quer nos dizer aqui onde aconteceu a falha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Exatamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora conhece todo o processo. Eu vou repetir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu tinha uma expectativa enorme, Relator, de que ela iria contribuir!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato, contribuir conosco nisto: "Olha, a falha foi aqui. Poderíamos ter evitado isso aqui, neste ponto. Se o meu *e-mail* tivesse sido lido com a atenção devida, se as informações do Piesem tivessem sido levadas a sério..." Reconhecer isto, pelo menos: "Olha, neste ponto, a empresa poderia ter começado um novo processo de segurança." Porque as informações estavam todas disponíveis...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Era o alto escalão da Vale, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da minha parte, Sr. Presidente, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A senhora tem uma família de quantos filhos, Sra. Marilene?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, eu tenho uma filha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sobrinhos?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu tenho seis sobrinhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu quero revelar à senhora que conversei com o Relator Carlos Viana e com a Presidente Rose de Freitas, que tinham uma expectativa muito positiva.

Eu conversei com um sobrinho da senhora para conhecer a sua família, para conhecer a senhora e para saber da sua história, porque o Relator Viana tem toda a razão em relação ao seu currículo. Esse sobrinho da senhora disse o seguinte: "Senador Kajuru, ela deseja falar tudo. Ela deseja contribuir com a CPI. Ela não aguenta mais. Ela está com tudo entalado. Ela quer falar." "Ela vai falar?", eu perguntei. Ele disse: "Não, não vai." Eu perguntei: "Por quê?" Ele disse: "Porque, em nome da família dela, para proteção da família dela, para o bem da família dela, o melhor é ela não falar". A senhora quer ficar em silêncio ou quer responder sobre isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou aqui contribuindo com tudo o que eu posso com esta Comissão, tudo o que eu conheço, a verdade, toda a clareza que eu tentei dar com relação às responsabilidades, às responsabilidades do meu cargo, dos cargos das geotecnias operacionais. Eu trouxe aqui tudo que eu conheço, tudo que eu sei. Estou falando estritamente a verdade e estou trazendo todas as contribuições que eu posso.

Não sei exatamente com que sobrinho meu o senhor conversou, mas eu não tenho nenhuma restrição de falar nem com relação à minha família. Eu estou aqui falando a verdade em respeito à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em respeito à família, ao salário que a senhora ainda recebe da Vale, ao advogado que a senhora tem e que é pago pela Vale...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, desculpe-me, Senador, mas eu estou aqui falando em respeito à minha trajetória profissional e ao respeito que eu tenho à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tudo isso torna a senhora independente? A senhora consegue ficar independente sabendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que ainda recebe da Vale, mesmo afastada? Que o advogado é a Vale que paga? A senhora quer que a gente acredite que a senhora vem aqui e que vai falar tudo aquilo que é verdade?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu sou independente e...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem está vendo a gente...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... estou falando totalmente a verdade, assim como eu fui também independente durante todo o meu trabalho na Vale, onde eu apresentei todas as informações que eu tinha para os níveis hierárquicos que eram necessários, para as geotecnias operacionais que eram as responsáveis pelas estruturas... Então, da mesma forma que eu sempre agi de forma independente e responsável no meu trabalho, hoje eu estou aqui falando de forma independente em respeito à minha família e em respeito à minha trajetória profissional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para fechar, por que o Sr. Makoto Namba, que veio aqui, confessou que sofreu pressão para atestar a segurança da barragem? O que a senhora acha?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder a essa pergunta, por que ele disse isso. O que eu posso afirmar é que eu nunca fiz pressão, eu nunca fiz nenhuma pressão nem na TÜV SÜD, ou em nenhuma outra empresa para que mudassem ou alterassem qualquer resultado de nenhum trabalho. A avaliação dos resultados de trabalho não era de responsabilidade minha. Eu posso afirmar que eu não fiz nenhuma pressão. Isso vai contra os meus valores. E também posso afirmar que eu nunca vi esse tipo de atitude dentro da Vale e nunca tive informação de que esse tipo de atitude tenha sido cometido na Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

A senhora viu o depoimento do Sr. Felipe Rocha aqui?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, vi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Assistiu a tudo, do começo ao fim?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– A senhora concorda com o fato de que ele contribuiu muito mais do que a senhora com a gente? Com a gente, não, mas com o Brasil?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o Sr. Felipe Rocha era da minha equipe e fazia o mesmo trabalho que toda a minha equipe fazia. As informações que ele trouxe aqui, na minha visão, são muito coerentes com as que eu trouxe. Ele trouxe aqui quais foram os resultados a que a gente teve acesso, como era feita a consolidação das informações, para quem eram reportadas essas informações. São as mesmas informações que eu estou trazendo para os senhores. O Felipe era da minha equipe, trabalhava com o mesmo trabalho que nós fazíamos. As responsabilidades e o escopo do trabalho dele eram os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, a senhora atesta tudo que ele falou aqui? A senhora atesta?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o Sr. Felipe Rocha trouxe as informações do escopo da nossa área. Então, tudo que era...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Tudo que ele trouxe aqui foi verdade?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – De tudo que era do escopo da nossa área, de tudo que era da responsabilidade da nossa área fazer, ele trouxe as informações aqui, ele falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O.k.

Relator Carlos Viana, nós, assim, terminamos a primeira das duas oitivas, com a Sra. Marilene, solicitando à Secretária, ou melhor, à Secretaria – desculpem-me – e também à nossa secretária, aos nossos secretários, aos nossos eficientes companheiros aqui, à qualificada equipe da nossa CPI...

Agradecemos a sua presença. Mesmo com o *habeas corpus*, a senhora respondeu. Se convenceu ou não, o julgamento é da Pátria amada. Se nos convenceu ou não, é problema nosso, especialmente do Relator Carlos Viana e de nós membros desta CPI. Eu lhe agradeço pela sua presença, engenheira Sra. Marilene. Muito obrigado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu que agradeço, Senador. Muito obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Eu solicito agora à Secretaria que conduza à Mesa o Sr. Silmar Silva, ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da empresa Vale S.A. (*Pausa.*)

Sr. Silmar Silva, antes de passar a palavra ao Relator, o Senador mineiro Carlos Viana, cumprindo o Regimento desta CPI, lembro que o senhor pode falar à vontade, com um tempo objetivo, por fineza, porque temos sessão plenária no Senado. Mas nossa obrigação aqui é ouvi-lo, mesmo sabendo que o senhor também tem o direito ao *habeas corpus* e o direito de ficar em silêncio.

As suas funções na empresa Vale S.A., o senhor poderia relatar? Parece-me, pelo que eu ouvi e me informei, que o senhor fazia parte do pelotão de frente da empresa, não?

O SR. SILMAR SILVA – Boa tarde, Excelência.

Eu gostaria de explicar um pouco a minha função, até para poder ajudar e esclarecer todos os...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Pois não.

O SR. SILMAR SILVA – Antes de tudo, eu gostaria de expressar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor poderia falar mais perto do microfone, por gentileza.

O SR. SILMAR SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor está sendo gravado.

O SR. SILMAR SILVA – Eu gostaria de expressar uma profunda tristeza em relação às vítimas, não só funcionários da Vale, mas também das comunidades, e ao impacto, obviamente, nas famílias dessa enorme tragédia.

Nesse dia 25 de janeiro, eu perdi 126 colegas da minha equipe, incluindo o gerente de área, o Alano Teixeira, e o Supervisor de Controle Operacional, o Sr. Lucio Mendanha.

Tem sido bastante difícil para todos nós, mas vou procurar me manter firme aqui, na oitiva feita pelos senhores.

Eu fiz um breve resumo. Acho que não vou tomar nem dois minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar dizendo que sou engenheiro de minas, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em finanças. Trabalho na Vale há 22 anos. E em agosto de 2017 passei a ocupar o cargo de Diretor de Operações do Corredor Sudeste. Eu me afastei do cargo em março deste ano, de maneira voluntária, ao tomar conhecimento da recomendação das autoridades.

Já em relação à estrutura da minha diretoria, do Corredor Sudeste, esclareço que esta possui equipes responsáveis por diferentes atividades, tais como: operação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, operação de três portos de minério de ferro e de carga geral no Espírito Santo e operação de dois portos de minério de ferro no Rio de Janeiro. Além disso, a diretoria também opera todas as 23 minas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais, 37 plantas de beneficiamento de minério de ferro, 99 barragens. Ao todo, nós somos, trabalham comigo 9 gerentes executivos, 80 gerentes de área e aproximadamente 650 supervisores, totalizando 28 mil colaboradores, sendo 21 mil próprios e 7 mil terceirizados. Portanto, uma equipe tão grande e distribuída geograficamente por três Estados exige muita disciplina operacional e que todos façam a sua parte com responsabilidade técnica e profissional sobre os processos em sua área de atuação, possuindo independência e autonomia financeira estabelecida dentro dos limites de alçada da companhia. Só assim, com delegação responsável e qualificada, é possível manter uma operação ágil, eficiente, privilegiando não apenas a produção como a segurança das pessoas e estruturas.

Na gestão da minha diretoria, há um ambiente de comunicação fácil e transparente, onde os problemas podem sempre ser debatidos e as soluções naturalmente encaminhadas da melhor forma possível.

Quanto à operação de barragens, há uma equipe que cuida das atividades de operação e manutenção, chamada de equipe operacional, enquanto o monitoramento e as inspeções das estruturas cabem às equipes de geotecnia. As barragens também passam por auditorias de segurança, que são realizadas sempre por empresas terceiras, altamente especializadas, que são contratadas diretamente pela área de Gestão de Riscos e Estruturas Geotécnicas de Ferrosos, que pertence à Diretoria de Planejamento. O objetivo dessa desassociação é garantir a separação funcional entre as duas gerências, a responsável pela auditoria, vinculada à Diretoria de Planejamento, e a operacional, vinculada à minha diretoria.

Além dessas medidas, o compromisso com a segurança e a saúde também se reflete nos investimentos da empresa. O investimento da Vale na gestão das barragens em todo o Brasil cresceu 180% entre 2015 e 2019, subindo de R\$92 milhões para R\$256 milhões. O Estado de Minas Gerais, inclusive, foi o principal destino desse aumento de investimentos. Só na minha diretoria, o investimento em gestão de barragens foi multiplicado oito vezes. Gostaria de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chamar a atenção de V. Exas. para esse número. Nós multiplicamos em oito vezes o investimento em gestão de barragens durante a minha gestão. Esse investimento, especificamente na minha diretoria, friso, atingiu 216 milhões somente no ano de 2018. Só em novos instrumentos para monitoramento de barragens, investi R\$38 milhões no ano passado. Além disso, em segurança do trabalho e saúde ocupacional, foram investidos outros R\$343 milhões em 2018, um crescimento de 144% em relação a 2016. Esses números, que totalizam mais de R\$0,5 bilhão, confirmam a nossa prioridade, a segurança como premissa de gestão.

Feitos esses esclarecimentos gerais, agradeço a oportunidade de poder contribuir com os trabalhos desta Comissão e me coloco à inteira disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Muito obrigado, Sr. Silmar.

Bem, como toda CPI, o direito é pleno de fazer o número de questionamentos que desejar do Relator Carlos Viana, Senador por Minas Gerais, ao presente.

Só, sem estender, permita-me, Relator.

Sim ou não: quem está pagando o seu advogado é a Vale? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Sim.

O senhor continua recebendo salário da Vale? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Obrigado.

Relator Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Sr. Silmar Silva, Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale, respondia por todo o complexo do Paraopeba, incluindo a Mina do Córrego do Feijão, onde fica a Barragem B1. A sua diretoria responde pela operação da mina, cujo gerente, Sr. Alano Teixeira, perdeu a vida no crime de Brumadinho. A área de Geotecnia Operacional também está na sua diretoria.

Aqui nesta CPI, Sr. Silmar, já prestaram depoimento Cristina Malheiros, Renzo Carvalho, César Grandchamp, todos eles funcionários da sua diretoria, correto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA (*Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dentro da hierarquia da Vale, acima do senhor estavam apenas o Diretor-Executivo Gerd Poppinga e o ex-Presidente Fabio Schvartsman. Ambos também prestaram depoimento a esta CPI.

Essa introdução é apenas para contextualizar o depoimento e deixar claro principalmente para quem acompanha a CPI que o senhor não pode se esquivar das suas responsabilidades nem jogar a culpa para outro lado, nem para cima nem para baixo.

Além de transferir todas as responsabilidades, outra estratégia amplamente usada pelos diretores da Vale tem sido dizer que não conheciam os detalhes técnicos, que as diretorias são grandes, que os senhores não têm tempo para detalhes. Então eu vou antecipar alguns detalhes aqui com relação ao que o senhor mesmo colocou.

Sua diretoria tem 80 gerentes, 650 supervisores, 28 mil funcionários. Isso daqui já mostra claramente a sua capacidade de controle e planejamento. Nenhum profissional chegaria a esse cargo com tamanha responsabilidade dentro de uma empresa como a Vale se não tivesse capacidade profissional, capacidade de planejamento e principalmente capacidade de acompanhamento das decisões do planejamento estratégico e dos resultados. Isso é uma questão que está implícita no seu cargo como diretor.

Para isso temos os engenheiros, como a Sra. Marilene Lopes, que esteve aqui hoje, e vamos falar apenas do que o senhor sabia, do que o senhor deveria saber, do que o senhor poderia, ou melhor, deveria ter feito para evitar a tragédia.

Para começar, eu quero ler um trecho de um *e-mail* enviado pela Sra. Marilene Lopes, que acabou de nos deixar aqui, e que foi divulgado nesta CPI por Felipe Rocha. A mensagem foi enviada a muitas pessoas, mas o senhor foi destacado como primeiro destinatário da mensagem, ou seja, o mais importante. O *e-mail*, do dia 17 de outubro de 2018, diz o seguinte:

Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1 a 5 de outubro [de 18], em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens:

[...]

Item 9 – *Closing Remarks*. [Vou pular uma parte aqui. Diz assim:] A Barragem 1 (Feijão) requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas enquanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem.

Pergunto: o senhor se recorda de ter recebido esse *e-mail*? Por que o senhor acha que dentre as 99 barragens de rejeitos do Corredor Sudeste a B1 foi destacada pelo painel Piesem? Quais medidas o senhor tomou, a partir de outubro de 2018, para controlar os riscos da Barragem de B1? Por que as bermas de reforço não foram construídas?

Pode responder, por gentileza.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, é importante esclarecer que o painel de especialistas, esse que a Marilene menciona no referido *e-mail* de outubro, foi o terceiro painel de especialistas. Normalmente, esses painéis de especialistas, além de assessorarem a equipe operacional e a equipe técnica, são deslocados alguns temas que são importantes para que esses geotécnicos especializados em internacional possam trazer conhecimento também de fora.

Nesse caso específico desse terceiro Piesem, esse de outubro, foram destacados dois assuntos que foram bastante discutidos ao longo da semana e no dia 5, que é o dia do encerramento, eu faço questão de ir pessoalmente para poder ver o resumo, o sumário executivo do que foi discutido, e nesse dia foram debatidos essencialmente o empilhamento drenado de rejeitos, que é uma tecnologia que a Vale está buscando, e o descomissionamento da Barragem de B1, que era a primeira grande barragem da Vale que passaria por um processo de descomissionamento, e a Vale gostaria de ouvir opiniões de outros especialistas se o procedimento que ela estava querendo adotar para descomissionar as barragens estava adequado. E por isso que ela foi destacada como uma barragem a ser aprofundada ao longo dos debates. E assim foi feito, o painel, ao final, nesse dia de encerramento, ele fez uma apresentação executiva – como eu já mencionei – e alguns pontos são importantes para mencionar que talvez não tenham ainda aparecido como fatos relevantes.

Primeiro que o painel destacou que a barragem tinha fator de segurança adequado. Segundo, que as barragens inativas, elas normalmente – a Barragem B1 estava inativa desde 2016 – performam melhor do que as barragens ativas. E se chegou à conclusão de que, de fato, era possível, sim, fazer o projeto de descomissionamento que a Vale havia proposto, que é basicamente fazer a lavra do rejeito e a berma de reforço, desde que tivesse acompanhamento especializado e projetos adequados.

Então, essa foi a discussão da qual eu participei no dia do encerramento do Piesem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas aqui diz claramente, eu vou repetir:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções [...].

O senhor nos falou sobre o aproveitamento no descomissionamento da barragem, o senhor nos falou da tecnologia de que a Vale está em busca, mas o senhor não respondeu à pergunta: quais foram as medidas tomadas para que esse risco da Barragem de B1 deixasse de ser uma ameaça?

O SR. SILMAR SILVA – Eu vou, Excelência, se me permite, tentar ser um pouco mais claro, porque o grande tema que se tinha em relação à questão da B1 é: ao se colocar equipamentos para fazer a lavra, você podia estar introduzindo algum risco de movimentação. Então, quando se fala de continuar melhorando, é antes de se iniciar o descomissionamento efetivo, ou seja, antes de se iniciar a lavra e o reforço era muito importante ter os fatores de segurança, além daqueles que já estavam presentes na barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eram importantes, mas o que foi feito para que essa importância se tornasse realidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, então na sequência: o projeto do descomissionamento foi concluído, se não me falha a memória, em setembro, ele foi apresentado ao Piesem em outubro para validação, ainda no projeto conceitual. Esse projeto conceitual previa, além da lavra de minérios, a berma, os poços verticais para rebaixamento. E a licença de descomissionamento foi obtida, de fato, em dezembro. Então, as ações estavam, conforme me explicaram ao longo do *workshop*, todas em andamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, nós vamos cumprir aqui todo o ritual que nós temos, toda a questão formal – porque esta é uma CPI formal, então nós precisamos seguir os caminhos –, mas nós temos conversado muito aqui com os seus colegas, com o senhor, sobre a necessidade de que os senhores colaborem fora de toda essa estrutura que a Vale... de todo esse, vamos dizer, projeto de defesa da Vale, que defende a empresa, mas que não defende vocês, porque alguém tem responsabilidade. Pessoa jurídica, no nosso País, não tem responsabilidade criminal, mas pessoas físicas têm responsabilidade criminal. Então, o que nós queremos aqui é que, além de todo esse treinamento pelo qual vocês têm passado com os advogados, toda essa quantidade de perguntas que eles têm feito, as perguntas, o que eles têm colocado aqui da CPI, que tem sido usado para que os senhores cheguem aqui já...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com os advogados e com os diretores da Vale, não é, Relator?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com os diretores... Nós queremos a sua colaboração como brasileiro, como um profissional que tem uma trajetória de sucesso, para a gente entender o que aconteceu aqui.

Esta CPI... Com a graça de Deus e a sabedoria e a pressão que nós temos por parte da população, nós vamos mudar a história da mineração. Nós vamos mudar a história, porque a paciência do povo brasileiro com o que está só na propaganda, a paciência do povo com o que a Vale mostrou nesses últimos anos acabou, porque a Vale não é o que ela vendeu para os brasileiros. A Vale é uma empresa que tira minério, leva embora, deixa pouco para o País, deixa um rastro de lama e de morte, Sr. Silmar. É isso que a Vale tem sido desde a Samarco, por quê? As técnicas para explorar são cada vez melhores, mas, quando a gente se depara com o que tem sido colocado aqui... As informações todas disponíveis, gente qualificada para todas as coisas, mas ninguém toma providência para salvar a vida das pessoas.

É isso que nós estamos querendo do senhor aqui. O senhor vai nos explicar por que isso não funcionou: por que diplomas, por que gente tão treinada, por que tantos milhões – o senhor colocou aqui que milhões foram investidos na segurança de barragens – e não funcionou? Não funcionou. Onde é que está o erro, Sr. Silmar? Ajude-nos com isto: onde está o erro, para que não ocorra novamente?

Agora, vamos à parte formal aqui.

Ainda falando do painel de especialistas, do Piesem. Em diversas ocasiões foi citado que o senhor participava das reuniões de encerramento do Piesem internacional e que o senhor participou do encerramento da segunda edição do painel, em março de 2018. O senhor confirma essa informação? De que o senhor participou?

O SR. SILMAR SILVA – Confirmo, Excelência. Eu ia a todos os fechamentos do Piesem internacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem, nessa segunda edição do Piesem, foi discutida uma proposta de padronização do fator de segurança de barragens. Essa proposta propõe o valor mínimo de 1,3 como fator de segurança em condição não drenada, que era o caso da barragem B1. Sobre isso, eu pergunto: o senhor confirma que estava ciente da recomendação do Piesem para o fator de segurança mínimo de 1,3? Vou fazer por partes aqui. O senhor confirma?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, o painel colocou essa como uma proposta para avaliação da Vale e que seria uma meta a ser atingida em algum momento, porque qualquer fator de segurança que possa ser obtido pode ser obtido com o crescimento de marginais. Então ele foi colocado como uma meta a ser obtida pela Vale.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bem. Aí vem a TÜV SÜD, que é uma empresa que aceitou assinar o laudo para a Vale, e disse que a segurança é de 1,09. Assinou uma declaração e entregou uma declaração ideologicamente falsa para a Agência Nacional de Mineração. O senhor sabia dessa negociação com a TÜV SÜD?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a contratação de auditoria não faz parte do escopo da minha diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, mas o senhor não é o chefe de tudo? O senhor não é o homem que controla os 28 mil? Como é que não faz parte?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, como eu expressei na minha fala inicial, existe essa segregação de função das auditorias numa outra diretoria, exatamente para poder haver um outro olhar de fora da operação. E assim foi feito. Toda a contratação de auditoria era feita numa outra área.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom, a contratação. Mas e os dados? Quem é que produziu os dados lá no campo e quem é que controlava, quem é que lia os dados da auditoria para poder informar à Agência Nacional de Mineração? Não era a área administrativa.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, tanto a geotecnia operacional, quanto a geotecnia corporativa participavam em conjunto para contribuir com as informações, para que a empresa auditora...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até onde a sua diretoria tinha essa responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – A emissão do laudo de estabilidade é da empresa contratada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas aqui foi dito, pelo Sr. Felipe, que todos os dados das auditorias eram repassados primeiramente para os seus diretores, e eles contribuíam com informações para que o laudo final ficasse pronto. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. SILMAR SILVA – Como eu já mencionei, Excelência, os dados de monitoramento são da geotecnia operacional, de fato...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa é uma resposta ensaiada, Sr. Silmar. O senhor sabia que os dados, quando eram colhidos no campo, pela sua diretoria, eram manipulados pelos seus funcionários, para que a auditoria pudesse produzir um laudo final?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu desconheço qualquer manipulação de dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Relator Carlos Viana, só para que o Brasil tome conhecimento da importância do trabalho desta CPI, o senhor colocou agora mesmo o que estamos representando e o que poderá significar a mineração daqui para frente no Brasil, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então vale a pena aqui trazer – é rápida – a nota publicada pela Agência Estado, do grupo de um dos maiores jornais do Brasil, *O Estadão de S. Paulo*, que reforça o que V.Sa. colocou aqui:

Vale anuncia que investirá 11 bilhões em cinco anos para processamento a seco. Segundo a Vale, nos últimos dez anos, já foram investidos 66 bilhões para implantar esse processo nas suas unidades.
Após duas grandes tragédias motivadas por rompimentos de barragens em suas operações, a Vale anunciou investimentos de R\$11 bilhões nos próximos cinco anos em processamento a seco do minério de ferro, para que o método suba dos 60% atuais para 70% das suas operações até 2023. Essa é a nota publicada ontem pela Agência Estado, que só deixou de dar o devido crédito a esta CPI, que tem V. Sa. como Relator, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Inclusive nós já apontamos aqui na CPI que desde 2010 a empresa já tinha recomendação para que aumentasse a produção com a deposição a seco e não o fez porque infelizmente, na minha opinião, a legislação não exigiu, não houve por parte do próprio Estado a condição, legal inclusive, de cobrar da empresa.

Mas vamos lá. Sr. Silmar Silva, eu quero falar sobre uma pessoa chamada Sr. Rodrigo Melo. O senhor conhece o Sr. Rodrigo Melo?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, conheço.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem é Rodrigo Melo, Sr. Silmar Silva?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, Rodrigo Melo é um gerente executivo no momento afastado, mas que era responsável pela operação do complexo Paraopeba.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. Revista Piauí, reportagem intitulada "Um engenheiro, um policial e duas tragédias", assinada por Consuelo Dieguez, excelente reportagem. As duas tragédias são Mariana e Brumadinho. O policial é o Delegado Roger Moura, que investigou os dois casos. A reportagem conta a surpresa e a frustração do delegado por ter denunciado o engenheiro Rodrigo Melo, que à época era o gerente responsável pela Mina da Alegria, que despejava rejeitos de minério de ferro na barragem do Fundão em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mariana sem autorização. Segundo o delegado, o despejo de rejeitos além do autorizado contribuiu para o rompimento da Barragem de Mariana. Infelizmente a denúncia não foi adiante. Rodrigo Melo não teve que se explicar à Justiça. Aconteceu a tragédia de Brumadinho. Novamente o delegado da Polícia Federal foi lá investigar e quem ele encontra? O mesmo Rodrigo Melo, que dessa vez era o Gerente Executivo do Complexo Paraopeba diretamente subordinado ao senhor. Confirma essa informação?

O SR. SILMAR SILVA – Confirmando, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Rodrigo Melo foi preso, depois foi solto, mas o que impressiona é que a Vale deu uma promoção para o gerente acusado de despejar rejeitos ilegalmente na barragem do Fundão. A gente junta esse fato à declaração dada recentemente por Luciano Siani, Diretor-Executivo financeiro da Vale, dizendo que em dois ou três anos a Vale vai retomar a capacidade de produção perdida em Brumadinho. O tempo passa, a produção volta, o lucro volta. Pode ser que vejamos alguns dos funcionários afastados hoje da Vale, como o senhor mesmo, voltarem talvez até com uma promoção. É a lógica.

O senhor sabia das acusações da Polícia Federal ao seu funcionário Rodrigo Melo, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu sabia do caso da Samarco, mas o Rodrigo nunca foi responsável pela operação das barragens da Samarco. As operações que ele fazia em Alegria eram todas regularizadas e legalizadas, tanto que ele não foi denunciado ao final. Eu gostaria de fazer uma correção, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele é um santo, porque ele foi preso.

O SR. SILMAR SILVA – Só fazer uma correção, porque o Rodrigo Melo não foi promovido. Quando ele era o gerente executivo lá na região de Alegria, ele já tinha a mesma função e ele estava no complexo de Paraopeba exatamente na mesma função como gerente executivo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Diante de tudo o que aconteceu em Mariana, o mesmo gerente receber a mesma função não é uma promoção? A pessoa passar pelo que passou e depois ainda continuar com a mesma responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho total confiança no trabalho do Rodrigo Melo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O senhor... Alguma comissão interna acompanhou o trabalho do Sr. Rodrigo Melo depois de ele ser colocado na função que exercia? Os senhores, em algum momento, pensaram em manter algum tipo de acompanhamento sobre as decisões dele?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, o senhor está se referindo ao evento de 2015?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, depois do que aconteceu em Mariana. Ele era gerente de uma mina, depois ele vai trabalhar com o senhor fazendo a mesma função. Em momento algum, os senhores imaginaram: "Precisamos acompanhar isso aqui mais de perto."?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na Vale, um processo seletivo para um profissional em qualquer posição é um processo muito rigoroso, que passa não só por uma decisão minha, mas com acompanhamento da área de recursos humanos. Então, por ele ter assumido essa posição, ele foi merecedor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, todos os processos são muito rigorosos – todos. O Sr. Fabio Schvartsman deu a declaração aqui, o Sr. Poppinga e todos, o senhor está dizendo, mas nós temos 300 pessoas que morreram. Não há um critério tão profissional como o senhor está colocando. Alguma coisa falhou. Onde falhou? Onde houve um erro, Sr. Silmar? Quantos anos o senhor falou que tem de profissão?

O SR. SILMAR SILVA – Eu tenho 32 anos de profissão e 22 anos na Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu acredito que o senhor é uma das vozes mais experientes aqui para nos dizer claramente onde foi o erro.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a investigação do acidente está em curso. Seria leviano apontar responsáveis enquanto não houver as causas do acidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa resposta pronta nós temos ouvido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nem Paulo Autran atuaria tão bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar – vou quebrando aqui a sequência das perguntas –, se o senhor pudesse voltar atrás no tempo para salvar os quase 190 colegas que o senhor perdeu, onde o senhor corrigiria? Onde foi o erro, já que todos os processos e as pessoas eram altamente qualificados? Onde foi o erro, Sr. Silmar? Um erro houve. Alguma coisa não passou bem, senão essas pessoas estariam vivas. Qual foi o erro?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, de novo, é muito difícil apontar o erro sem saber as causas. O que eu posso afirmar é que sob a minha gestão não faltou recurso hora nenhuma. Quando o tema era segurança, isso sempre foi prioridade. E a prova disso está no crescimento dos investimentos que nós fizemos em segurança.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor nos dá essa resposta com tranquilidade de espírito, Sr. Silmar, de que está falando a verdade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho tranquilidade e confiança no meu trabalho, que foi pautado sempre pela preocupação com a segurança das pessoas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, então, eu vou repetir: onde o senhor corrigiria essa trajetória para que o senhor hoje, com 32 anos de profissão, não tivesse que enfrentar uma CPI como esta, não tivesse que dar declarações sobre a morte de quase 300 pessoas? Onde o senhor corrigiria?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não tenho essa resposta de pronto, eu gostaria muito de ter essa resposta. Acho que a comunidade científica como um todo está acompanhando a investigação dessa tragédia, porque a gente precisa, de fato, aprender com essa tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não tem a resposta ou não quer responder?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, infelizmente eu não tenho a resposta. Eu entendo que essa investigação da causa do acidente é uma investigação bastante complexa, até porque, se fosse uma coisa mais simples, os relatórios já teriam sido produzidos. E eu, de fato....

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ela é complexa por quê? Pelo tamanho da Vale? Pela fortuna da Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu entendo que ela é complexa porque envolve temas complexos, que é esse assunto de geotecnia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, em 30 de julho de 2018, o geólogo da Vale Flávio Affonso Ferreira Filho enviou um *e-mail* para Cristina Malheiros, responsável direta pelo monitoramento da barragem, e para César Grandchamp, especialista em geotecnia. Ambos respondem a Joaquim Toledo, que é diretamente subordinado ao senhor. O *e-mail* de Flávio Ferreira Filho trazia um relatório sobre a situação de um bloco de canga no pé da Barragem B1. Explicando para quem nos assiste, um bloco de canga é uma estrutura feita de pedras que pode ser usada na construção de uma barragem. Ao receber o relatório, Joaquim Toledo o encaminha para o consultor Armando Mangolim Filho, em mensagem com o seguinte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

texto: "Mangolim, a B1 de Feijão é mais tenebrosa que imagino. Saudações. Joaquim Pedro Toledo". Eu vou repetir: "Mangolim, a B1 de Feijão é mais tenebrosa que imagino". Data: 30 de julho de 2018. A frase foi... Estou sublinhando aqui e vou perguntar ao senhor: seu Gerente-Executivo Joaquim Toledo o procurou para falar sobre esse fato?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, ele não me procurou para falar sobre esse fato, mas eu tomei conhecimento da existência desse bloco ao fechamento, no final do fechamento das auditorias regulares de setembro, nas quais foi mostrada a existência do bloco com algumas recomendações de monitoramento, mas nenhuma delas eram recomendações críticas que demandavam qualquer ação imediata por parte da operação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, não foi tomada decisão de se fazer isso no dia 30 ou dali para frente por quê? Por que não se executou essa obra?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu fui reportado no fechamento da auditoria de setembro de que esse bloco existia e que ele passaria a ser monitorado a partir de alguma data que eu não me recordo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom.

Já que o senhor tinha pelo menos noção do bloco, o que havia de tão tenebroso na Barragem B1 para assustar um gerente-executivo com 20 anos de trabalho na Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não conversei com o Joaquim sobre esse *e-mail*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Joaquim será ouvido aqui.

Se o senhor não foi informado, poderemos concluir que o Joaquim Toledo foi negligente? Ele deveria ter informado ao senhor? Ou o senhor acha que uma barragem tenebrosa não é algo relevante?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, cada gestor que trabalha, não só comigo, mas com qualquer diretor, sabe os níveis de responsabilidade; e quem detém a informação toma a decisão se é relevante ou suficiente para levar para uma hierarquia superior ou não. Nesse caso, não foi levado, pelo menos antes da auditoria de setembro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, ele foi negligente, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Eu acredito que ele fez a avaliação correta se aquele fato da existência do bloco era relevante ou não e entendeu que não seria relevante.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, entre a Cristina Malheiros e o senhor, nós tínhamos quantos postos hierárquicos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – A organização, Excelência, são supervisores, gerentes de área, gerentes-executivos e a minha posição.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De quem era a responsabilidade em fazer o alerta sobre a situação da Barragem B1? Em meio a tantos profissionais, quem era o responsável para dizer para o senhor assim: "Sr. Silmar, Diretor, vai romper a barragem."? De quem é a responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência eu participei de várias reuniões...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu perguntei ao senhor – me perdoe – de quem era a responsabilidade? Está aqui no organograma. Eu quero que o senhor me aponte, no organograma da Vale, quem é o responsável por dizer para o senhor que a barragem poderia romper?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na Vale, em qualquer situação de emergência, independente de ser a barragem ou uma situação crítica, todos nós, qualquer funcionário tem autonomia inclusive para interdição, para interditar uma operação. Não precisa ter hierarquia, nível hierárquico para poder autorizar ou mandar parar uma operação que, eventualmente, tenha...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A Sra. Cristina Malheiros disse aqui que a função dela era apenas administrativa. Nós fizemos a mesma pergunta para ela. Ela disse que a função dela se restringia àquilo. Então, ela também poderia ter impedido a barragem de se romper naquele momento, fazendo um alerta?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Na minha avaliação, se ela...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – ... tivesse alguma informação que ela entendia que poderia ter algum rompimento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim? É isso?

O SR. SILMAR SILVA – ... é claro que ela teria, sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sua resposta é "sim"?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – A minha resposta é que, se ela tivesse tomado conhecimento de algum risco...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É "sim".

O SR. SILMAR SILVA – ... ela teria o poder de autorizar a interdição ou de acionar os planos de emergência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até que enfim, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo menos, não é?

Senador Carlos Viana, Relator, nessa linha de precisão dos seus questionamentos aqui, me vem à memória o depoimento, nesta CPI, do Sr. Gerd Poppinga...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... em que ele afirmou expressamente o seguinte, entre aspas: "[...] eu mantinha reuniões semanais com o meu Diretor Silmar Silva [que aqui está], que é o responsável pelo Corredor Sul-Sudeste, e essas reuniões semanais eram toda sexta-feira, umas 2h, junto com outros operadores, outros diretores. A gente tratava de segurança, meio ambiente e problema de produção, inclusive de barragens, e nunca, durante essas reuniões, foi levantado qualquer problema relacionado à Barragem B1".

V. Sa. deixou de informar, então, ao Sr. Gerd Poppinga a respeito dos riscos da Barragem nº 1 da Mina do Córrego do Feijão? Favor responder, por fineza, Sr. Silmar...

O SR. SILMAR SILVA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de forma objetiva, se informou ou não informou.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não informei ao Peter qualquer tipo de problema de risco na Barragem B1, porque não chegou também até mim nenhum risco da Barragem B1, porque se tivesse chegado, eu teria o cuidado de informá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, alguma V. Exa. o senhor deixou de repassar documento, informação, relatório, etc., ao seu superior hierárquico, o Sr. Gerd Poppinga, a respeito de eventuais riscos da Barragem nº 1



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

da Mina do Córrego do Feijão? Por favor, responda apenas da seguinte forma, eu lhe peço, por gentileza. Responda se "Sim, já deixei", ou responda "não, nunca deixei".

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, se eu tivesse tomado conhecimento de algum risco relevante, eu teria comunicado ao Peter, sem sombra de dúvida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sr. Silmar, o senhor não participou de todos os PIESEMs? Lá não foram apontados os riscos inclusive de B1? O senhor tinha conhecimento do que poderia acontecer com a barragem.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, em momento nenhum foi mencionado qualquer risco crítico, risco iminente, algum tipo de perigo que estaria acontecendo com essa barragem. Todas as ações que estavam em andamento em relação à B1 visavam ao projeto de descomissionamento, que aconteceria em um horizonte de médio ou longo prazo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas em outubro, a TÜV SÜD apontou uma série de problemas na barragem. Em outubro, a TÜV SÜD, apesar de ter assinado o laudo de estabilidade, disse claramente o que estava acontecendo na barragem. O senhor teve acesso a esse relatório, a essa auditoria? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Não, Excelência. Eu recebi os relatórios das auditorias de maneira consolidada, informando que 100% das barragens tinham recebido declaração de estabilidade, e não barragens individualizadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor está me dizendo que, do senhor para baixo, essa informação não chegou até o senhor, de que B1 poderia romper e estava em situação crítica? É isso que o senhor está me dizendo?

O SR. SILMAR SILVA – É, é isso que eu estou dizendo, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o Sr. Felipe, que veio aqui e disse que apontou todos os problemas da B1 no Piesem em que o senhor estava presente mentiu?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, uma coisa é a declaração de estabilidade da barragem – e todas elas tinham –, que era o nosso selo de garantia, e as barragens receberam esse selo de garantia. O que o Felipe falou em relação à análise de risco, que foi apresentado e discutido ao longo do Piesem, ele estava falando de situações hipotéticas, situações de prognósticos que eram usados, mas nenhuma dessas situações eram situações de risco iminente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor, por gentileza, Silmar, querendo responder, seria importante. O senhor tem um salário na Vale superior ao de um Senador da República?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, esse é um assunto privado que eu prefiro não tratar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor tem um alto salário, não? Merecido pelo seu trabalho.

O SR. SILMAR SILVA – Eu diria que eu sou um diretor da companhia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, diretor tem um alto salário.

O SR. SILMAR SILVA – ... depois de 32 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Se o senhor fosse Senador, no lugar da gente aqui, o senhor acreditaria, nas perguntas feitas pelo Relator Viana, por mim, como Presidente desta sessão, ou por outro colega membro desta CPI, o senhor acreditaria em tudo que alguém aqui da Vale, que venha com um advogado – no caso uma advogada, a Dra. Vanessa –, pago pela empresa Vale, que continua recebendo um alto salário da Vale, o senhor, sendo Senador, fazendo perguntas e questionamentos que a Nação espera da gente, o senhor acreditaria nas respostas de uma pessoa nessas condições, que são as suas?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu vim aqui para dizer a verdade, e só a verdade. E esse é o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não seria punido pela Vale? Perderia o seu alto salário caso culpasse alguém aqui, caso contasse algo aqui tenebroso – expressão usada aqui, agora mesmo? O senhor não acha que o senhor seria punido, não? O senhor seria afastado, demitido, que a Vale iria fazer qualquer coisa com o senhor?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, de forma alguma. Eu estou há 22 anos na Vale porque eu tenho uma crença e os valores muito alinhados...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor tem orgulho de trabalhar na Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Eu tenho orgulho de trabalhar na Vale.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Orgulho? O senhor falou, ou não... Eu queria saber, desculpa, Relator Carlos Viana. Não sei quem mentiu aqui, nessa história. Creio que é um desejo seu também.

O senhor falou ou não falou com o Gerd Poppinga, o Diretor-Executivo de Ferrosos? Alguém mente aqui. Sr. Silmar Silva, sobre os riscos da barragem, o senhor falou com ele ou não? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Eu não falei, porque eu não tinha nenhum conhecimento de risco crítico iminente no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O senhor não falou? O senhor não teme que, ao dizer aqui que não falou, amanhã o senhor vai pagar essa conta ou esse crime sozinho? Ou seja, o senhor pode amanhã puxar essa cadeia sozinho?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, essa é a pura verdade. Eu não falei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, em depoimento a esta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Depois dizem que o ex-Presidente Lula que criou o "eu não sabia, eu não sabia, eu não sabia". Desculpa, Presidente Lula. Quem criou foi a equipe de funcionários e diretores da empresa Vale. O senhor apenas copiou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Felipe esteve aqui conosco e, como engenheiro que paga o próprio advogado, que não aceitou participar dos treinamentos, não aceitou participar de toda a estrutura, todo o programa de defesa montado pela Vale, foi muito claro em dizer que todos os grandes responsáveis, os diretores, os principais nomes da Vale estavam cientes do que acontecia em Brumadinho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– E a Sra. Marilene disse que tudo que ele falou aqui é verdade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi repassado por *e-mail*. Ele foi muito claro aqui nesta CPI. Todas as informações sobre Brumadinho estavam disponíveis e foram repassadas aos diretores. Isso inclusive, nós hoje estamos muito limitados pelo STF, porque nós não podemos, mas mereceria uma boa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito boa acareação, porque tenho certeza de que, se nós trouxermos aqui o Felipe e outros diretores, os senhores vão usar do recurso do *habeas corpus* para não falar. Ai os senhores usam. Este é o objetivo desse *habeas corpus*: evitar uma acareação que possa nos dizer aqui claramente quem está falando a verdade.

O Felipe veio aqui e declarou. E ele paga o advogado dele. Ele está pagando o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E com dificuldade, ele disse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu quero seguir aqui, Sr. Silmar.

Em depoimento a esta CPI, o seu chefe Gerd Poppinga levantou a hipótese de haver um conflito de interesses da empresa TÜV SÜD, que teria outros contratos com a Vale além de fazer auditoria das barragens. A Vale poderia eventualmente cancelar os outros contratos caso a TÜV SÜD se negasse a assinar a declaração de condição de estabilidade da Barragem B1.

Eu pergunto ao senhor: o senhor tinha ciência de que a TÜV SÜD tinha outros contratos com a Vale além da auditoria de barragens?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não tinha conhecimento, porque a gestão desse contrato não pertencia à minha diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, o senhor acha correto que uma empresa de auditoria tenha múltiplos contratos com uma mesma empresa auditada, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, apesar de não ser da minha área, eu tive oportunidade de ouvir o Alexandre Campanha explicar as razões que ele tinha considerado ao fazer auditoria com a TÜV SÜD e, naquele momento, me pareceu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, mas o Sr. Gerd, que é também uma pessoa muito experiente, diz claramente que isso é um problema, que pode ter sido uma das principais causas, e eu acredito que foi. Eu tenho minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha correto? A Vale não falhou ao identificar essa possibilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu até acho importante esclarecer que um dos painéis de especialistas que aconteceram, eu não me lembro qual deles, acho que foi o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo, eles inclusive recomendaram a existência da figura que eles chamavam de *engineer of record*, o engenheiro de registro, que é... Tem empresas que permanecem muito tempo fazendo trabalhos, porque elas têm uma história acumulada. Acho que não existe uma opinião, digamos assim, consolidada em relação a isso, pelo menos é a minha avaliação, apesar de a minha área não ser área técnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Hoje, dia 14 de maio, é aniversário da minha neta Maria Luisa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Um beijo, Maria Luisa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está acontecendo um evento do setor de mineração em Barcelona, onde estão os dirigentes das maiores mineradoras e de alguns dos maiores bancos e fundos de investimento do mundo. A Vale está lá naturalmente tentando se salvar, porque a Noruega, a Alemanha, a Inglaterra, são vários países que já começam a tirar a Vale do escopo de investimentos.

Seu chefe Eduardo Bartolomeu, Presidente da Vale, está lá. Chamou minha atenção um painel que acontece hoje, Senador Kajuru, cujo título, traduzido livremente, seria "O valor através da virtude – poderão os consumidores éticos influenciar a conduta das empresas de mineração e metais? Eu queria saber o que ele vai falar lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Saberemos hoje à noite, pelo fuso horário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa pergunta do painel parece feita sob medida para a Vale, uma empresa que se envolveu em dois enormes desastres, o de Mariana e o de Brumadinho.

A Vale, uma gigante multinacional, exporta boa parte da sua produção. Os consumidores e acionistas estão em grande parte fora do Brasil. Por isso eu pergunto ao senhor o seguinte, Sr. Silmar: o senhor acha que a Vale, uma empresa que nasceu de investimento público, que explora e vende uma riqueza do Brasil e que, pela segunda vez, está envolvida em uma tragédia que desta vez matou 270 pessoas, matou um rio importante, acabou com a economia de várias cidades, está sendo ética com a população brasileira? Como brasileiro o senhor, o que pensa disso?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a minha história está muito ligada à Vale, como eu já tive a oportunidade de mencionar. Ao longo de todo esse tempo que eu trabalhei na Vale, primeiro, nunca faltou recurso para a segurança, nunca faltou recurso para ser investido em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente e sustentabilidade. Então, com toda a sinceridade, eu sempre acreditei muito na Vale e continuo acreditando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É o mais fiel escudeiro da Vale que nós tivemos até hoje, em oito reuniões aqui. Vá gostar da Vale, com todo o respeito a V. Exa. – chamei de V. Exa., desculpe, porque eu não chamo ninguém, V. Exa. é minha mãe –; vá gostar da Vale assim não sei onde, hein.

Se eu trabalhasse nessa Vale, eu pedia demissão. Até porque eu já pedi demissão ao vivo de televisão, né, Senador. O senhor sabe disso, o senhor é jornalista. Eu teria o maior prazer de pedir demissão ao vivo dessa empresa assassina. Não é possível que alguém tenha orgulho dessa empresa, pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha que os acionistas que estão lá em Barcelona e adotam critérios éticos em seus investimentos deveriam continuar investindo na Vale, Sr. Silmar?

Falta uma pergunta só.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para informar que começou a sessão plenária com o Presidente Antonio Anastasia, mas a pergunta do Sr. Senador Relator Carlos Viana, o senhor se lembra dela bem, Sr. Silmar?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor investiria, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu estou afastado da Vale desde o dia 2 de março. Eu não tenho acompanhado os planos, a revisão dos planos estratégicos da Vale e eu preferia não comentar essa pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, pelo menos apareceu alguma dúvida. Isso significa que o senhor, como conhecedor que é da Vale, sabe muito bem que a empresa vive um momento muito delicado que pode definir claramente o futuro dela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu espero que ela morra, financeiramente falando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que o senhor nos ajudasse aqui, Sr. Silmar, com a sua experiência, com relação à mineração a seco.

Depois de duas tragédias, centenas de mortes, várias cidades com economia arrasada, dois rios destruídos, a conclusão é que o único jeito de resolver a questão é acabar com o uso de barragem, fazer a transição para mineração a seco. A Vale no Pará já tem 80% da produção dessa maneira. Em Minas, o percentual passou de 20% em 2016 para 32% em 2019. Esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço lento é porque a Vale não quer arcar com os custos de transição para mineração a seco?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, porque de fato não é uma solução trivial, principalmente porque existe um parque de pelletização no Espírito Santo que é totalmente dependente dos minérios de alto teor, cuja tecnologia para produzir até hoje ainda não estava totalmente dominada. Se se fosse fazer uma produção simplesmente a seco, sem necessidade de fazer pelletização, eu acredito, como técnico, que poderia ter até um ritmo maior, mas, infelizmente, exceto se a Vale resolver não ter mais parque de pelletização, ela poderia acelerar esse processo. De toda forma, nós estamos falando de década, eu acredito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor poderia explicar para as pessoas o que é um parque de pelletização, por favor?

O SR. SILMAR SILVA – Desculpe, Excelência, é por conta do linguajar nosso.

O minério, quando ele... Para ele entrar no alto-forno, existe o gusa, existe o *sinter feed*, que é aglomerado antes, e existe outra carga do forno que é a pelota. Essa pelota é produzida a partir dos *pellet feeds*, que são minérios concentrados, igual tem em Itabira, igual tem na região de fábrica. Esse material *pellet feed* é ultrafino e é aglomerado nesse processo chamado de pelletização. O principal parque de pelletização da Vale está localizado no Espírito Santo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Depois dessa tragédia de Brumadinho, a Vale vai finalmente investir nessa transição nos seis grandes complexos de mais de 20 minas que operam em Minas Gerais, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, como eu já disse, eu estou afastado e eu preferia não comentar essa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, eu quero encerrar, para passar ao Presidente, mais uma vez, pedindo ao senhor um exame de consciência: onde aconteceu o erro? Onde o senhor, como ser humano, como pai que acredito que seja ou como companheiro, voltaria atrás para ajudar a que isso nunca mais acontecesse? Em que ponto, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na minha avaliação que eu tenho feito, porque a gente faz isso também o tempo todo, eu não achei nada diferente que eu poderia ter feito. Estou, de novo, numa expectativa muito grande de saber o que vai vir nesse relatório de causas para que a gente possa fazer uma autoavaliação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A causa, Sr. Silmar, já está muito clara. Os senhores pegaram uma barragem inicialmente e começaram a altear essa barragem sem,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, respeitar as estruturas corretas. Os senhores foram levantando essa barragem até 84m. E o que aconteceu foi que não controlaram a liquefação, o lençol freático. E as duas das barragens dos alteamentos centrais... O primeiro alteamento e o segundo alteamento... Um tombou sobre o outro. Isso fez com que a base da barragem explodisse e se rompesse. Foi isso o que aconteceu. Agora, os senhores tinham radares que apontavam a liquefação, ninguém prestou atenção, todo mundo achava que os radares estavam falhando. Os senhores tinham uma auditoria que chegou lá e disse o seguinte: "Olhe, eu não vou assinar esse laudo, porque o risco aqui é muito grande". A Vale chamou outra empresa de auditoria e falou assim: "Olhe, esse critério aí não está bom, eu quero outro critério". Aí a empresa que tinha vários contratos com a Vale resolveu assinar, fez as recomendações. Ninguém tomou providência nenhuma. Em janeiro, ela rompeu. Foi isso o que aconteceu.

Tudo o que o senhor está me dizendo de duzentos e tantos milhões de investimento em segurança, toda a contratação da Vale dos profissionais que é altamente qualificada, tudo aquilo a que a empresa se propôs dentro da confiança que foi dada na concessão para a exploração do minério, nada se cumpriu! Nada disso evitou a tragédia.

Hoje, os senhores vão carregar para o resto da vida um carimbo na carreira de vocês dizendo claramente o seguinte: incompetência. É isso, a história é essa. Porque, se ninguém sabe o que aconteceu, se ninguém consegue nos dizer exatamente onde foram os erros, então, nós podemos concluir que todo o processo foi incompetente para evitar a morte daquelas pessoas. É isso. A história vai entrar dessa maneira.

E agora nós vamos corrigir isso para que processos como este, que tem causas, que tem responsáveis, não se repitam.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Sem dúvida, corretíssimo, Relator Carlos Viana, Senador por Minas Gerais.

Para a gente concluir aqui os trabalhos: o senhor gosta de música, Sr. Simar? Ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Música brasileira, o senhor gosta? MPB? (*Pausa.*)

Não é ironia, não; é porque o Senador Carlos Viana, como Relator, fez tantas vezes essa pergunta a todos que vieram aqui que isso me faz lembrar do meu ídolo Herbert Vianna, da banda Os Paralamas do Sucesso, naquela parte da letra: "Onde está o meu erro por estar ao seu lado?" Onde está o meu erro por estar ao lado da Vale, dessa empresa?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que o Sr. Felipe Rocha afirmou, categoricamente, que:

O dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte, era [estou aqui falando as palavras dele, entre aspas] o gerente executivo responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo, e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo teriam também capacidade de tomar essas... [Ele disse; seguindo, palavras dele, de Felipe Rocha, o melhor depoimento até agora aqui] Poder de tomada de decisão, uma decisão estratégica para a empresa.

Fecha aspas.

Uma pergunta para concluir: V. Sa. era o superior hierárquico do Sr. Rodrigo Melo? O senhor tinha poder de determinar a seus subordinados a evacuação das instalações, a remoção das pessoas que trabalhavam a jusante da barragem? Ou o Sr. Rodrigo Melo, na verdade, não era seu subordinado, mas, sim, uma pessoa dotada de absoluta autonomia, que poderia simplesmente descumprir suas ordens?

O SR. SILMAR SILVA – Divido em duas, Excelência. O Rodrigo era subordinado hierarquicamente a mim. E, como eu já mencionei mais cedo, na Vale, qualquer gestor e qualquer funcionário têm poder de interditar e evacuar área se tiver qualquer iminência de risco. E nós temos várias situações em que isso aconteceu. Se a pergunta é se o Rodrigo teria poder, ele teria, o supervisor teria, eu teria, desde que fosse identificada qualquer situação de risco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para fechar, alguma vez... Só para ratificar aqui o que já foi questionado pelo Relator Carlos Viana, o senhor indagou ao Sr. Rodrigo Melo a respeito dos riscos da barragem que veio a se romper? Por favor, responda "sim" ou "não".

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não conversei com o Rodrigo, porque nós estamos afastados e nós não estamos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Afastados por quê?

O SR. SILMAR SILVA – Nós estamos afastados voluntariamente a partir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A pedido da Vale?

O SR. SILMAR SILVA – ... a partir da manifestação do Ministério Público e das polícias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas, no dia seguinte à tragédia, certamente, vocês conversaram.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, no momento seguinte à tragédia, a prioridade foi cuidar das vítimas e das pessoas que estavam no local.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Orar por elas? O senhor, no começo aqui, quase se emocionou, inclusive, ao citar que perdeu amigos, não?

O SR. SILMAR SILVA – Eu continuo emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esses amigos... O senhor acredita em outra vida ou não? Eu acredito, eu sou Chico Xavier Futebol Clube. O senhor não? Não acredita em outra vida?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu sou católico de família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também sou católico, mas acredito em outra vida.

Se o senhor se encontrasse em outra vida com esses amigos que morreram, amigos do senhor, que fazem o senhor se emocionar, o senhor acha que eles iriam continuar tendo orgulho de sua amizade, iriam dizer ao senhor que, em tudo o que senhor falou aqui nesta CPI, o senhor falou a verdade e o senhor correspondeu a tudo que eles lá em outra vida estão vivendo agora? A questão da memória deles.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho a consciência muito tranquila de que tudo que eu podia ter feito, que estava ao meu alcance, eu fiz e não deixei de fazer, e todas as pessoas que trabalham comigo sabem do cuidado que eu tenho com a segurança. E não é diferente desses gestores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, antes de encerrarmos esta 8ª Reunião da CPI de Brumadinho, eu gostaria de colocar em votação as Atas da 5ª, 6ª e 7ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, a ata está aprovada.

Antes de liberar o Sr. Silmar aqui, o senhor concordaria, Relator, de a gente apresentar um requerimento para aquilo que o senhor, de forma brilhante, pensou aqui? Eu já participei de CPI como Relator em Goiânia e eu adorava acareações. A gente não poderia convocar aqui uma acareação, mesmo que eles não quisessem falar por *habeas corpus*? A gente iria falar por eles, perguntar o que o Brasil...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Ahn? O senhor concorda?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, nós vamos entrar com um pedido de acareação – assessoria, imediatamente –, para que, o mais rápido possível – nós temos até 2 de julho para o trabalho ser concluído nesta CPI... Eu acho necessário demais o que o Sr. Felipe Rocha falou aqui. Vamos escolher bem com quem será feita essa acareação.

Sr. Silmar, alguma coisa mais o senhor quer acrescentar ou apenas encerrar o seu depoimento?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu gostaria de acrescentar sim, porque eu acredito que deva ter havido algum mal-entendido em relação à minha informação em relação a Felipe. O Felipe... Todas as informações que ele deu em relação à participação minha e do outro diretor dos eventos estão corretas, nós participamos sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Então, o senhor, igual à Marilene, concorda com tudo que o Felipe disse aqui?

O SR. SILMAR SILVA – Eu não sei tudo que ele disse. Eu estou dizendo que, nas participações nossas nas reuniões do Piesem, na distribuição das análises de risco, da maneira consolidada, igual era mostrado nos PIESEMs, nós estávamos lá sim, porque eu fazia questão de participar dos fechamentos, até para poder mostrar a importância do tema para a diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– O Sr. Felipe Rocha pode até ser o grande assessor seu no relatório final. Hein?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o mais provável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO)
– Não é não, Senador Carlos Viana?

Muito obrigado, Senador Carlos Viana, como sempre, presente em todas as reuniões.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores. Muito obrigado, Sr. Silmar; muito obrigado à sua advogada pela presença.

Declaro encerrada esta reunião e vamos para a sessão plenária, hoje é dia de votações. Vamos trabalhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, agradecidíssimo.

(Iniciada às 13 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do JOAQUIM TOLEDO, em atendimento ao requerimento 23/2019; do RODRIGO MELO, em atendimento ao requerimento 17/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2019** que : "Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, GERD POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraobeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/16>

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos!

Nesta Casa, as Comissões todas funcionam simultaneamente a audiências públicas. Assim, é factível que a gente possa sofrer um atraso em função de outros compromissos, mas aqui estamos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e de outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à oitiva do Sr. Joaquim Pedro de Toledo, Gerente Executivo de Geotecnia Operacional da Vale.

Informo aos senhores e às senhoras que foi recebida pela Secretaria da CPI petição do convocado, Sr. Joaquim Toledo, informando que não poderia comparecer à oitiva de hoje em virtude de que não teria tempo hábil para se deslocar da cidade em que reside, Itabira, até Brasília, a fim de atender a convocação, bem como em razão da impossibilidade de seu advogado acompanhá-lo durante a oitiva, uma vez que já estaria acompanhando outro cliente, na CPI na Assembleia de Minas Gerais.

Dessa forma, eu informo que ele será convocado novamente em data que iremos definir hoje ainda.

A segunda parte desta oitiva é com a presença do Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo, que já se encontra em Plenário e é Gerente-Executivo Operacional da Vale, no Complexo Minerário Paraopeba.

Depois, passaremos à apreciação de requerimentos.

Eu convido para que venha... Peço à Secretaria que conduza até a mesa o Sr. Rodrigo Artur Gomes, para iniciarmos o seu depoimento. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, ontem, conforme acordo, como sempre na sintonia que temos aqui, especialmente entre nós três, a senhora como Presidente, Senadora Rose de Freitas, o Relator, exímio por sinal, Senador Carlos Viana, e eu como membro desta CPI. Nós, em conjunto, Viana e eu... A senhora estava na reunião dos Líderes, naquele acordo para que colocassem em pauta ontem aquele belíssimo projeto em relação às barragens, de sua autoria e com relatório cirúrgico do Senador Carlos Viana, com aprovação no dia de ontem daquele importantíssimo projeto tão cumprimentado pelo Brasil nas redes sociais.

Na sua ausência, então, no final da reunião de anteontem aqui, que foi a oitava, chegamos à conclusão, o Senador Viana e eu, de uma acareação inquestionável, insofismável. É necessária aquela acareação entre o Felipe Rocha, que aqui esteve, e outros que aqui estiveram.

Então, eu só gostaria de confirmar se chegou até a Mesa, às suas mãos, esse requerimento do pedido de acareação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A Assessoria informa que chegou e está na pauta para nós apreciarmos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ótimo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Requerimento nº 62. Não há quórum para apreciar. Sobre isso, eu gostaria de fazer um esclarecimento aqui, haja vista que a imprensa sempre pergunta e levanta essas questões.

Nós temos o compromisso e vamos trabalhar. Independentemente daqueles que registram no painel e não estão, por outros afazeres ou porque simplesmente viajaram, nós manteremos o nosso trabalho. Ainda em parceria com o Ministério Público ou em parceria com outros fóruns de informação, a Polícia Federal, que se encontra aqui acompanhando os trabalhos, nós vamos manter o nosso ritmo de trabalho, com todo o esforço do Senador Kajuru e o comprometimento dele, com todo trabalho e comprometimento também do nosso Relator. Então, não nos perturba em nada, embora gostaríamos de que fosse diferente, a ausência dos nossos pares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui temos o quórum mínimo para abrir, que é de três, exatamente nós três, e temos mais um que é o Anastasia. Mas continuaremos os nossos trabalhos. Reafirmo isso para que não me perguntem mais se a ausência prejudica. Não prejudica! É evidente que a presença somaria, mas não é o caso de prejudicar os trabalhos.

Então, eu passo a palavra ao Relator, para que ele possa iniciar a oitiva.

Quero também informar que, logo em seguida ao término de todas as oitivas, nós enviaremos uma delegação para verificar *in loco* a situação das barragens.

Está com a palavra o Sr. Relator, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu bom-dia, Presidente Rose!

Bom dia, Senador Kajuru!

A todos os presentes aqui, eu queria dar minha saudação.

Quero dar os parabéns à Presidente Rose pela aprovação, ontem, em plenário, do projeto que torna as regras para a questão das barragens mais rígidas.

Naturalmente, nós estamos nesta CPI já com o trabalho avançado na questão da proibição de todas as barragens nos próximos dez anos, barragens de rejeitos de minério. O próprio setor já entendeu o recado, já começou a mudar a tecnologia, antecipando-se, naturalmente, às decisões que a sociedade brasileira hoje exige. Mas, até lá, nós precisamos preencher o vácuo que nós temos na legislação com relação a essas questões. V. Exa. fez isso ontem com muita experiência, com muita sabedoria. Eu tive o prazer de ser o Relator. Estava conosco também o Senador Kajuru, que é um grande batalhador nessa área.

Quero aqui, antes, chamar a atenção, senhores, para uma matéria do jornal *Valor Econômico*: "Justiça suspende atividades da TÜV SÜD no Brasil e bloqueia R\$19 milhões. A Justiça de Minas Gerais bloqueou R\$19 milhões das contas da TÜV SÜD [...], empresa responsável por laudos de estabilidade da barragem da mineradora da Vale [...]". O pedido do Ministério Público do Estado foi aceito e, naturalmente, deferido pela Justiça. O Promotor William Garcia, do Ministério Público Estadual, foi quem fez o pedido, uma vez que a empresa, segundo as acusações, teria desrespeitado a lei anticorrupção. É outra decisão também muito importante, é um recado que está sendo dado claramente sobre a questão da seriedade. As empresas podem vir trabalhar, são muito bem-vindas, mas precisam respeitar a legislação. E, como nós sabemos que a TÜV SÜD entregou às autoridades da Agência Nacional de Mineração um laudo ideologicamente falso, porque ela manipulou, com aqueles que estavam junto, as informações, as primeiras decisões começam a ser tomadas. Nós vamos conseguindo aqui, com muita habilidade, com muita luta, vencer os primeiros desafios, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Sr. Relator. Nós, aqui, achamos que, no desdobramento desse trabalho, as atitudes estão sendo tomadas, inclusive por iniciativa de projeto de lei, como é o caso do Senador Kajuru e do próprio Senador Viana e da nossa atitude também. Eu acho que o resultado, inclusive, será benéfico com o desdobrar do tempo em razão exatamente do fato de que nós estamos tomando algumas ações cautelatórias que a lei nos propicia fazer, para que possamos impedir que fatalidades e tragédias como essas aconteçam novamente.

Eu queria, antes de iniciar o depoimento – se ele ocorrer –, informar ao Plenário de que tomamos conhecimento da decisão do STF novamente nos autos do HC 171.312 em seu favor, que assegura exatamente o que foi assegurado a alguns que, depois, aqui em plenário, abriram mão de ter assegurado o seu direito de permanecer em silêncio; de ser assistido por advogado, como o senhor está assistido; de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desse direito.

Eu quero fazer a pergunta de praxe, se o Sr. Rodrigo Melo vai fazer uso desse HC e vai permanecer em silêncio.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Primeiramente, eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só gostaria da resposta se o senhor permanecerá em silêncio ou não.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu estou à disposição desta CPI para colaborar. Vou tentar elucidar todos os questionamentos e todas as dúvidas possíveis para tal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Passo a palavra ao Relator para que ele possa fazer as perguntas que julgar convenientes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Obrigado, Presidente.

Também chamo a atenção aqui: ontem surgiu um alerta grave da possibilidade de rompimento de mais uma barragem em Minas Gerais, dessa vez em Barão de Cocais, a Mina do Gongo Soco, que já estava há bastante tempo sendo acompanhada. Ela deu sinais de que a parte mais alta, o dique mais alto, a montante, pode romper, e o rompimento pode provocar, inclusive, também o rompimento do dique principal. População já alertada. Dessa vez, Senador Kajuru e Senadora, as regras estão sendo cumpridas. Pelo menos nós temos aqui eu não digo que comemorar, porque isso tudo é uma tristeza, todo rompimento como esse é sempre uma tragédia, mas pelo menos as regras começam a ser seguidas da forma como deveriam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao Sr. Rodrigo Melo. Sr. Rodrigo, na época da tragédia de Mariana, o senhor já trabalhava para a Vale, Gerente do Complexo Mina da Alegria. Na época, o Delegado da Polícia Federal Roger Moura o acusou de ser responsável pelo despejo de rejeitos de minério de ferro na barragem do Fundão sem autorização, acima muitas vezes do que era informado. Isso está lá, no inquérito da Polícia Federal. De acordo com o Delegado, isso teria contribuído para o rompimento da barragem de Mariana.

O tempo passou, a denúncia não prosperou. Aliás, cabe lembrar que, recentemente, uma decisão da 4ª Turma do TRF da 1ª Região determinou o trancamento de todo o processo de Mariana para os crimes de homicídio e lesão corporal. Infelizmente, na minha visão, os 21 acusados vão responder apenas por crimes ambientais de desabamento, inundação, e não serão submetidos a júri popular. Aliás, este é um dos objetivos desta CPI: impedir que a tragédia de Brumadinho siga o mesmo caminho em que os advogados da Vale novamente consigam relativizar uma tragédia em que morreram 270 pessoas. Tudo o que vimos nos diz que não foi um acidente. Então, alguém terá de pagar pelas vidas que foram ceifadas aqui.

Por que eu estou colocando isso para o senhor? Nós temos alertado a todas as pessoas que estão comparecendo e se dispondo a falar, Sr. Rodrigo Melo, que o que for dito aqui pode, no relatório, juntamente com o Ministério Público Federal, a força-tarefa que está acompanhando, facilitar a sua defesa ou também pode tornar o processo ainda mais complicado. A decisão de condenação ou não naturalmente é da Justiça, são eles que têm essa prerrogativa. O nosso poder aqui está em investigar e em legislar sobre as falhas que nós tivemos com relação aos desastres. Mas lembro ao senhor que a sua colaboração aqui é fundamental para o esclarecimento de todos os fatos, de todos os detalhes. Isso pode ajudar e muito na sua trajetória, inclusive, profissional, que eu tenho certeza tem muitos anos de prestação de bons serviços à área da engenharia e que, numa situação como essa, ficará marcada pelo resto da vida. Esse é um alerta que fazemos a todas as pessoas aqui antes de começarmos a CPI.

Então, voltando à questão, o Delegado Roger Moura, que faz parte da equipe que investiga o caso de Brumadinho, novamente encontra o senhor na investigação, dessa vez como Gerente Executivo do Complexo Paraopeba, que inclui a Mina do Córrego do Feijão. Dessa vez, o senhor teve a sua prisão temporária decretada. O Ministério Público pediu o seu afastamento.

Sob esse contexto, o senhor, por favor, nos responda: após as acusações da Polícia Federal no caso de Mariana, a Vale promoveu formalmente alguma investigação interna sobre a sua conduta? Algum dirigente da Vale, incluindo o seu chefe, Silmar Silva, o questionou sobre esse assunto? Estando o senhor, pela segunda vez, como gerente de uma mina onde uma barragem se rompe, com consequências terríveis, o que o senhor nos diz disso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Primeiramente, eu gostaria de externar o meu profundo sentimento de tristeza com relação a esse rompimento da Barragem B1 de Brumadinho e me solidarizar com os familiares das vítimas nesse momento de dor profunda.

Senador Carlos Viana, Relator desta CPI, com relação aos seus questionamentos, na época do acidente da Samarco, a minha função era Gerente Executivo do Complexo Minerador Mariana, pertencente à Vale. Em 25 anos, como profissional da mineração, exercendo a engenharia de minas, eu jamais exerci qualquer cargo, qualquer função na empresa Samarco.

Foi desenvolvido um processo investigatório pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, e eu fui excluído desse processo pelo Ministério Público. Internamente, não teve, e eu não sei, obviamente, não chegou até mim qualquer processo de investigação da companhia quanto à minha pessoa. Na época do rompimento da Barragem Fundão, o meu chefe não era o Silmar Silva; era outro diretor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor foi transferido para Brumadinho, o Sr. Silmar Silva, em algum momento, o questionou sobre isso? O senhor, dentro da Vale, foi colocado em algum processo interno de avaliação das suas ações? Porque, ao que nos consta, apesar de tudo, o senhor foi promovido.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não ocorreu isso, porque eu fui excluído do processo por não ter nenhuma relação com esse acidente.

Excelência, eu não fui promovido. Eu já desempenhava o cargo de Gerente Executivo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A mina em que o senhor trabalhava antes era menor ou maior do que a do Córrego do Feijão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tinha o mesmo volume de produção, tinha o mesmo número de funcionários, ou seja, a paridade era a mesma. Eu não fui promovido. Eu era Gerente Executivo do Complexo Mariana, ocorreu uma reestruturação e uma rotação do cargo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa informação de que o senhor autorizava o despejo de rejeitos acima do permitido é verdadeira, ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não autorizava a destinação do rejeito. O que ocorreu – isso foi investigado pela Polícia Federal e está no processo – foi que tinha, sim, um contrato de 1983 firmado entre a Samitri e a Samarco. Com a compra da Samitri pela Vale, no ano de 2000, esse contrato migrou para a Vale. Ele respeitava todas as vigências legais e era um contrato para destinar até um determinado ponto, fora do Complexo Minerador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samarco. A partir daí, a destinação desse rejeito era de inteira responsabilidade da Samarco. Isso está no processo investigativo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

O processo, então, Sr. Rodrigo, não chegou à conclusão, e o senhor foi transferido para Brumadinho. Agora, o senhor viveu a experiência do rompimento de Mariana, o senhor acompanhou todos os detalhes do que aconteceu em Mariana, o senhor participou de todas as consequências e também das conclusões da própria Vale sobre Mariana, aí o senhor me é transferido para Brumadinho, e lá acontece a mesma coisa. De que serviu a experiência de Mariana, portanto, na sua gerência?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sr. Senador Carlos Viana, eu gostaria de deixar mais uma vez claro que eu não tive relação com responsabilidade com o acidente da Barragem Fundão, pertencente à Samarco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor não acompanhou as conclusões? A Vale colocou para todos os relatórios. O senhor não teve acesso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – As conclusões após o acidente de Mariana para a Vale, operacionalmente, foram uma série de ações que resultaram, dentro de um certo contexto, na melhora da gestão operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, vou passar a palavra a V. Exa., mas, na sequência do raciocínio aqui, Senadora Rose, a pessoa está ao lado de uma empresa sócia e vê todo o processo de rompimento de uma barragem. Esse conhecimento tinha de ser levado a todos para que não acontecesse de novo. Aí, o senhor vai para uma outra mina, mesmo com tudo o que aconteceu, e não têm o senhor e o Sr. Alano, que morreu na tragédia, a mínima perspicácia ou pelo menos visão de dizer assim: "Vamos tirar o refeitório daqui, porque, se a de Mariana, que era considerada muito mais segura, rompeu, esta daqui pode romper. Vamos tirar o refeitório daqui". Não se utilizou a experiência, o conhecimento passado para se evitar uma tragédia futura.

O senhor não pôde participar de uma discussão em que isso pudesse ser levado em consideração, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, quando eu cheguei ao Complexo Paraopeba, no dia 1º de julho de 2017, a Barragem B1 já estava paralisada desde o ano de 2015. Eu não sei precisar o mês. Uma coisa que eu gostaria de esclarecer é que a unidade operacional de Brumadinho é uma unidade muito antiga. Ela iniciou a sua operação na década de 70, e essa estrutura administrativo-operacional está a jusante não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só de B1, está a jusante da mina, está a jusante da instalação de tratamento de minério, ela a jusante do pátio de embarque. Desde da época do início das operações pela empresa Ferteco, essa instalação está ali.

Gostaria também de deixar claro que o tratamento de minério operado na mina de Brumadinho era um tratamento a seco, não utilizava barragem. Então, a barragem estava paralisada, uma das ações orientadas pela Vale após o desastre de Mariana. Dessa forma, eu posso explicar o processo de forma hipotética. E por que eu falo de forma hipotética? Porque, para a área operacional, a estrutura B1 estava monitorada, controlada, auditada não só internamente como externamente, mas pelos órgãos competentes, apresentava um laudo de estabilidade, e, por fim, não tinha o risco iminente de ruptura. Então, não tinha como a gente discutir isso.

Respondendo hipoteticamente à pergunta do senhor, para que a gente iniciasse o processo de realocação das estruturas, deveria ter um *input* ou uma recomendação da área técnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, V. Exa., como é perspicaz, também Senadora Rose, minha saudação aqui ao...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Otto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A não existência de um risco iminente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nossa Senhora!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... uma frase contextualizada. Esses treinamentos que eles estão recebendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Poderia ser colocado na porta do gabinete do Senador Otto. A crise do dia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Colocar na nossa porta lá. Qual é a crise do dia hoje, Excelência?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A crise do dia hoje é Bolsonaro contra a UNE. Mas entre aspas: "patriotas úteis" e "Presidente inútil". Isso que está na porta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra o Senador Kajuru para fazer as suas respostas. Eu pediria que fizesse em blocos de três.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser. Não, eu faço só duas, até porque o Relator Carlos Viana é sempre muito democrático e faz rodízio.

A linha de raciocínio dele está muito forte, proporcionando a nós aqui declarações preciosas do Sr. Rodrigo Melo. Mas ele se lembrou aqui, o Relator, de Alano Teixeira. O Sr. Rodrigo era o superior hierárquico do Sr. Alano Teixeira, Gerente da Mina do Córrego do Feijão, que faleceu no dia do rompimento da barragem. O senhor o conhecia? Sim ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era seu amigo? Sim ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele era um profissional da Companhia Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perguntei se ele era seu amigo.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu tinha relacionamento estritamente profissional com ele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor se encontrou... Aliás, eu não vou nem perguntar dessa forma, vou mudar. Onde o senhor se encontrava quando ele morreu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – No dia 25 de janeiro, no momento do rompimento da Barragem B1, eu estava de férias com a minha família, fora do País.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fora do País.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ao chegar ao País, o senhor por acaso conversou com a família do Sr. Alano, depois do seu falecimento? E o senhor saberia dizer o que realmente pensam os familiares do Sr. Alano Teixeira a respeito de V. Sa.?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu estava fora do País, retornei ao Brasil de forma imediata, chegando à Mina da Mutuca e assumindo o *hub* de emergência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhamos de forma ininterrupta no final de semana. E, na segunda-feira, eu fui à casa do Alano conversar com a Adriana, esposa dele, sobre o falecimento dele.

Foi um momento de consternação, um momento de tristeza, profunda tristeza. O que nós tratamos foi de sentimentos; não foi do que a família pensava de mim, ou deixava de pensar, ou do que a família pensava da companhia, ou deixava de pensar. O que nós tratamos ali foi a perda de uma vida, de uma pessoa que para aquela família era extremamente querida e no meio profissional extremamente respeitada. Foi isso que foi discutido, Senador, e que foi externalizado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nada mais?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nada mais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor está falando a verdade?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, em 25 anos de profissão eu posso falar para o senhor que eu sempre cumpri a minha profissão de forma verdadeira. Era para eu estar lá dia 25, Senador. Eu tinha uma rotina operacional de viver aquele complexo. Talvez eu não estivesse aqui hoje. Conviver com isso, achar uma resposta para isso é muito difícil. Então, eu poderia estar entre os mortos. Senador, eu perdi um terço da minha equipe. Cada rosto eu lembro. Então, não tenho por que não falar a verdade. Muito antes, pelo contrário, eu estou aqui sendo o mais verdadeiro e o mais transparente possível.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O seu advogado, aqui presente, é pago pelo senhor ou pela empresa Vale?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O meu advogado, Leonardo Salles, foi escolhido por mim, é da minha confiança, e ele é pago pela Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela Vale.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Pela Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Como todos os demais aqui. Portanto, que se registre: a Vale paga o advogado dos que aqui estão comparecendo.

O senhor está afastado na empresa ou não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A força-tarefa recomendou o meu afastamento. Eu aceitei esse afastamento, a Vale também aceitou esse afastamento, mas eu queria ponderar a situação como um todo. Chegando ao Brasil, após trabalhar no final de semana, de forma ininterrupta, na segunda-feira ir, à casa do Alano, conversar com a família, na terça-feira, ocorreu um mandado de busca e apreensão na minha casa. Eu fui preso, passei nove noites e dez dias na prisão Nelson Hungria. A partir do *habeas corpus*, eu não retornei mais à companhia, ou seja, desde o dia 29 de janeiro eu não exerço a função de Gerente Executivo do Complexo de Parauapebas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mesmo assim, o senhor continua recebendo o seu alto e justo salário.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu continuo recebendo o meu salário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fica difícil, Senador Otto Alencar... Ontem eu disse isso aqui, e o Relator Carlos Viana também pensa da mesma forma, a Presidente Rose de Freitas e o Brasil inteiro. Como é... Não quero desrespeitá-lo e não vou, de forma alguma, mas é muito difícil a situação nossa. Como a gente pode acreditar, fazendo questionamentos sérios a quem aqui chega, com advogado pago pela Vale; afastado da empresa, porém, continua recebendo salário da empresa... Como é que a gente pode acreditar que ele vai chegar aqui e vai falar a verdade e nada mais do que a verdade? É muito difícil.

Então, a minha última pergunta neste rodízio: ouvido aqui por esta CPI, no dia 14 de maio de 2019, o seu superior hierárquico, o Sr. Silmar Silva, foi enfático ao dizer que qualquer pessoa do corpo técnico, V. Sa., inclusive, poderia ter dado ordem para evacuar a mina, retirando todas as instalações – refeitório, escritórios, etc. E sabemos que essa ordem não foi dada, não foi dada! Queremos, então, saber do senhor se o senhor confirma o que disse aqui, anteontem, o Sr. Silmar Silva. Responda, por fineza, Sr. Rodrigo Melo, objetivamente: sim, eu tinha poder para determinar a evacuação. Ou responda: não, o Sr. Silmar Silva mentiu. Pode ser assim?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência, se porventura existisse um risco iminente de ruptura da estrutura, seria estartado o processo do PABM. Do que consiste esse processo? Como é que ele funciona? A área técnica informaria ao centro de emergência, ao ponto focal do PABM, e, a partir daí, nós evacuaríamos toda a área, de forma imediata. Certo?

Eu não estava no dia da ruptura. Fora isso, não há como você estartar um processo de evacuação se você não tem a informação ou notícia de um risco iminente ou de uma ruptura imediata.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só não respondeu à minha pergunta, não é? O Sr. Silmar mentiu ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não posso falar que o Sr. Silmar mentiu. Ele colocou uma situação de risco iminente de ruptura. Com o risco iminente de ruptura, a área seria evacuada em função do *start* do PABM.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não respondeu se tinha ou não os poderes.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O PABM inicia-se com uma informação da área técnica. A partir daí, eu reitero, entra uma comunicação ao centro de emergência, ao ponto focal de PABM, e a gente estarta todo o procedimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, retorno posteriormente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Gostaria de... Quando a gente ouve os depoimentos, não sei se essa sensação é a mesma que lhe acode agora, nós ficamos, algumas vezes, Senador Otto, com depoimentos que dizem e nos levam a raciocinar que houve um alerta sobre a possibilidade de rompimento. Depoimentos, não são ilações; depoimentos.

Eu vou resumir, não vou falar do meu sentimento, o que já falei aqui várias vezes. O senhor falou do Sr. Alano, falou das questões que envolveram essa tragédia. Eu queria perguntar a V. Sa., como superior hierárquico que o senhor é do Sr. Alano, se o senhor poderia ter determinado a remoção das instalações e a evacuação das pessoas, se o senhor tivesse aquilo que nós tivemos no contexto dos depoimentos, a afirmação de que havia indícios de rompimento da barragem? O senhor poderia?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senadora Rose de Freitas, Presidente desta CPI, respondendo de forma hipotética, porque a área operacional tinha o conhecimento de que aquela estrutura estava segura e nós acreditávamos nisso, como funciona esse processo? Como funcionaria de forma real se tivesse um risco iminente de ruptura? A área técnica informaria o segundo nível de gestão, que é o nível de gerente de área, que é o ponto focal da unidade operacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor sabe o nome da área técnica, quem encabeçava, organizava, administrava a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

área técnica que poderia – tudo é hipótese, nós agora só estamos no campo das hipóteses –, com os depoimentos que aqui deixaram seus indícios...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só as mortes que não são hipóteses, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. Não são hipóteses. Não são hipóteses os danos causados à vida de mais de 300 famílias.

Eu queria saber quem era a pessoa responsável por essa hipotética possibilidade, ao saber que haveria indícios, que poderiam ter tomado a decisão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Existe uma gerência de geotecnia operacional. Essa pessoa está nessa gerência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tem vários geotécnicos, certo? Eu não posso afirmar qual seria...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, são os gerentes operacionais? Não é um gerente?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não. Existe uma gerência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Uma gerência...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Geotécnica operacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quem administra?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – É o Renzo Albieri. E dentro dessa...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Renzo Albieri.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Renzo Albieri.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele é o Gerente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele está lá até hoje?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele está afastado também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas ele estava na época?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele estava na época. E abaixo dessa estrutura tem vários geotécnicos. Eu não sei precisar o nome do geotécnico que estartaria esse processo, porque é uma estrutura que ele que pode dissertar sobre isso. Então, voltando, esse geotécnico recomendaria essa retirada das instalações, volto a repetir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O diretor, o diretor operacional...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele recomendaria ou todos os geotécnicos tinham de se reunir numa sala e se falaria: "Olha, aqui tem um alerta. Nós vamos desmobilizar...".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não tem isso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, deixa eu tentar ser mais claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Explique outra vez o procedimento.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O processo. Se tivesse o risco iminente de ruptura, o geotécnico informaria o centro de emergência, informaria o ponto focal do PABM e estartaríamos a evacuação da área. Não tinha um risco iminente de ruptura. Então, a colocação foi: teria que ter uma solicitação da área administrativa e operacional? Reitero o que falei no início: era uma estrutura que estava lá desde a época de 70, a jusante de outras estruturas operacionais...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, vou interrompê-lo aqui.

O senhor tinha conhecimento, por sua experiência, de que, se a barragem rompesse, iria atingir o refeitório e sua equipe, que o senhor lamenta ter perdido? O senhor tinha conhecimento disso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu conhecia a mancha de inundação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Conhecia perfeitamente.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor participou dos PIESEMs, todos aqueles seminários sobre segurança de barragens, onde foram colocados, inclusive, os riscos inaceitáveis das áreas de rompimento e inundação? O senhor sabia disso tudo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu sabia que a área administrativa e operacional estava na mancha. Eu não participei dos PIESEMs.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E de quem era a decisão de tirar o refeitório da frente da mancha de inundação?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, eu gostaria de explicar o processo, porque eu acredito que, ao final, isso vai ser elucidado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De quem era a responsabilidade, Sr. Rodrigo? Era do senhor? Era de outra pessoa? Quem deveria, mesmo não tendo oficialmente o risco iminente... Mas estavam lá os piezômetros que davam alerta; um problema de fraturamento hidráulico, sete meses antes, gravíssimo; toda uma reunião, inclusive, do grupo direto da barragem, eles se reuniram para discutir. A Sra. Cristina Malheiros, em depoimento aqui, disse claramente que isso foi discutido com os chefes dela e com os responsáveis e, ainda assim, o que deveria ter sido informado às autoridades como grau 6, de zero a dez de risco, foi informado como 3, uma informação falsa para a ANM. De quem era a responsabilidade, diante dessas informações, de tomar a decisão de retirar o refeitório da frente da mina?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria complementar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aliás, da barragem, me perdoe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria complementar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que nós estamos vendo aqui é surpreendente, porque o Sr. Felipe Rocha afirmou – ele não sutilmente supunha ou sugeria essa ideia –, ele afirmou expressamente que diretores da Vale sabiam muito bem dos riscos da B1. Ele afirmou! Vou tornar a repetir: afirmou!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E citou o nome do Sr. Rodrigo Melo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Afirmou!

Então, veja o senhor. Eu não quero que o senhor tenha compreensão da situação em que estamos aqui; eu quero que tenha compreensão da situação em que o senhor está aqui, entende? Quem, afinal de contas, está dizendo a verdade nesse processo? Eu queria que V. Sa., fazendo parte do corpo técnico, respondesse: o senhor concorda que uma afirmação dessa tem um peso na lógica do raciocínio que a CPI está construindo, que o Ministério Público está construindo, que a Polícia Federal está construindo, que a CPI da Câmara está construindo, de que afirmações não são ilações? O que o senhor acha dessa afirmação? O senhor acha que ela não é verdadeira? É verdadeira? Pergunto, porque o Sr. Felipe Rocha tem responsabilidade por suas declarações aqui.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, permita-me rapidamente, só para complementar a sua preciosa pergunta. É só para lembrar aqui. O nome do senhor foi expressamente mencionado nesta CPI – o Senador Carlos Viana tem aí tudo. O Sr. Felipe Rocha afirmou dessa maneira, aspas:

O dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte [ou seja, ele, Felipe], responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo [o senhor], e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo, teriam também capacidade de tomada de decisão, uma decisão estratégica.

Então, só para corroborar com a perfeita pergunta da Presidente, Rose de Freitas.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu queria responder para V. Exas. a minha atribuição e esclarecer esse processo como um todo. E gostaria também de externalizar, com todo respeito, que eu não sou responsável pelas palavras do Sr. Felipe Rocha, eu sou responsável em falar a verdade, o que eu sei, e eu estou fazendo isso.

A minha atribuição era fazer a gestão operacional da lavra, do beneficiamento e do embarque de minérios. O beneficiamento era um tratamento a seco, nós não utilizávamos barragem, desde 2015. Eu fui informado quando eu cheguei lá, em julho de 2017. O que acontece? A estrutura B1 era uma estrutura paralisada. Então, a atribuição de fazer o monitoramento, o controle, a auditoria, a inspeção era de uma área técnica que não era a minha atribuição. Então, se eu posso esclarecer, através da minha atribuição, eu não tinha



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atribuição de fazer o monitoramento, o controle, a inspeção da estrutura geotécnica. E eu não posso ser responsável pelas palavras do Sr. Felipe Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não solicitamos isso a V. Sa., apenas colocamos, em razão do seu depoimento, as palavras em que ele atribuía as responsabilidades, que ele também respondeu diante desta CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Otto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, o senhor não é o responsável técnico pela barragem? O senhor não é o ART lá pelo Crea? Está aqui, Sr. Rodrigo Melo. O senhor tem ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), registrada no Crea, como responsável técnico pela gestão da barragem. Essa informação não é verdadeira?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sr. Senador Carlos Viana, a minha ART é de gestão de lavra. A barragem estava paralisada. Eu não tenho uma ART de gestão sobre a estrutura B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Além do senhor, outra ART era Cristina Malheiros. O senhor diria que ela é a responsável por todo o processo e que poderia ter informado sobre a situação de gravidade da barragem?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu posso afirmar é que ela era ART técnica da geotecnia da barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o que significa ser ART técnica da geotecnia? O senhor acabou de falar que tem um setor técnico responsável pela barragem. Então, ela é a responsável?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ela é ART técnica da geotecnia. Eu não sei dissertar qual é a atribuição da ART técnica da Sra. Cristina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como? O senhor tem 25 anos de Vale! A estrutura administrativa de Brumadinho não é tão grande assim, Sr. Rodrigo. Não era tão grande assim! Os senhores eram gerentes no mesmo nível, lá, em toda situação. Como é que o senhor pode nos dizer quem é que eram os responsáveis exatamente dessa responsabilidade de cuidar da barragem? O senhor desculpe, mas como é que o senhor quer que nós aqui aceitemos passivamente essa informação?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, o meu complexo tinha três unidades, ou três *ramps* operacionais: Brumadinho, Fábrica e Mutuca. Eu volto a tentar esclarecer que a minha atribuição era a gestão operacional das operações de lavra e tratamento de minério e embarque da unidade em Brumadinho. A minha ART é uma ART de gestão de lavra, não é uma ART de gestão da Barragem B1, porque ela estava paralisada. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero perguntar ao Sr. Rodrigo: o senhor trabalhou também em Mariana?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por quanto tempo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Trabalhei por 24 anos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando houve o rompimento, o senhor estava em Mariana?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu era Gerente Executivo do Complexo de Mariana.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Houve, então, uma reincidência na gestão do senhor, em Mariana e, depois, em Brumadinho. É muita coincidência, não é? O senhor é engenheiro e se diz experiente. Há o rompimento em Mariana, e o senhor é transferido para Brumadinho, e rompe a barragem de Brumadinho também sob a gestão do senhor. Assim, não há como o senhor convencer nenhum de nós de que não houve negligência, omissão ou até falta de controle e de respeito com as pessoas que ali trabalhavam.

Em outra vez, eu falei que nada me convence de que a Vale não é uma empresa criminosa. Muitos dos seus dirigentes são tão criminosos quanto a Vale, inclusive o senhor. Sabe por quê? Porque eu não posso aceitar que se construa uma barragem de rejeito num vale... Para se construir uma barragem, tem de haver uma bacia. Certo? Não se vai fazer uma barragem numa área plana; não há como fazê-la. Faz-se a barragem numa bacia, e, na bacia, de um lado e do outro, há os altos, e há o vale, e aí se faz o barramento. E se constrói a estrutura administrativa na frente da barragem, a jusante da barragem, quando se podia fazê-la nos altos, porque aí ninguém que estava no refeitório ou na parte administrativa iria morrer. Não a fez nos altos por quê? Porque custa mais caro. Tinha de se fazer terraplanagem, levar energia. "Então, faça aqui embaixo mesmo, porque custa barato!". E barata também é a vida



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas para a Vale, ou seja, era lucro, lucro, cifrão monstruoso acima da vida das pessoas.

Não adianta o senhor vir aqui e ter a sua fala mansa... O senhor fala que estava fora e que visitou as famílias. Eu considero o senhor um assassino. A Vale é uma empresa assassina. Ela matou em Mariana e matou em Brumadinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Em Brumadinho.

Não há como o senhor convencer nenhum de nós de que o senhor não tem culpa numa coisa como essa, de que a Vale não tem culpa.

Um bandido que também fazia parte da Vale, um deles, fez uma declaração dizendo que não foi uma tragédia, que foi um acidente que aconteceu. Vocês se acostumaram a ganhar dinheiro fácil na mineração. Extraíndo mineração, ganhavam dinheiro. O senhor disse que estava no exterior com sua família, passeando, e as pessoas estavam morrendo na lama, no rejeito de Brumadinho.

Então, não há como nos convencer de que o senhor não tem culpa. Esses diretores todos são assassinos. Não há como... São 300 e tantas mortes! Não adianta fazer cara de paisagem, achar que não aconteceu nada. Aconteceu, sim! E o que a empresa está fazendo? Está pagando o salário de todos vocês, está pagando bons advogados e tentando, de todas as formas, sufocar a imprensa. Mas não a está sufocando, porque a maior parte da imprensa no Brasil tem autonomia e altivez para colocar as coisas como vem colocando. Mas todas as tentativas estão sendo feitas nesse sentido. Sabe por quê? Porque pode acontecer outro episódio desses daqui a pouco tempo. São várias as barragens que estão com o mesmo problema. Há muitas barragens em Minas Gerais. O Senador Carlos Viana sabe disso, há outras que estão com o mesmo problema, e não vai...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Gongo Soco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está para romper a qualquer momento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A qualquer momento. Passivamente, se observa isso: "Não, quem morreu, foram os peões que morreram, o cara lá que morreu, não tem problema nenhum, não foi meu filho, não foi minha esposa, não foi minha mãe, não toca em mim, não estou nem aí". Vocês foram contaminados pelo vil metal, pelo dinheiro, a força da grana, de ganhar o dinheiro e não respeitar a vida das pessoas. Construir estrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativa a jusante da barragem é crime. Isso é crime! É falta de humanidade com as pessoas que trabalham ali, que estão ali ganhando um salário mínimo, dois salários mínimos, com dificuldades, trabalhando. E o risco de vida estava na frente deles.

Nós assistimos aqui ao vídeo que foi trazido, que já mostrava as fissuras na barragem antes, a área que estava comprometida. Foi colocado aqui. Quem nos trouxe, inclusive, foi um... Polícia Federal?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Polícia Federal trouxe, e o Relator aqui apresentou. Tinha fissura na barragem. Dava para ver que tinha fissura. Mas o senhor estava na Europa, como é que essa lama ia pegar no senhor na Europa? Ia pegar no peão de trecho, que estava ali embaixo, coitado, que já morreu lá, onde o senhor administrou, em Mariana, e depois agora, em Brumadinho.

A sua história como gerente ou como diretor ou como engenheiro está maculada pela morte das pessoas, e o senhor é responsável. Como foi em Mariana, matou o Rio Doce, e como agora, matou o Rio Paraopeba. O rio está morto, não chegou ainda a Três Marias, mas pode chegar. Por que não chegou? Porque tem aquela barragem lá de Retiro Baixo, que está segurando alguma coisa. Sem vida nenhuma no rio, zero de oxigênio dissolvido no Rio Paraopeba. Zero de oxigênio. Não tem um peixe lá, uma planta. Zero de oxigênio dissolvido, o rio morto por 20 anos. Afluente do São Francisco, um dos principais afluentes do Rio São Francisco. O que interessa ao senhor? O senhor estava na Europa. Zero. Absolutamente zero. E não venha me dizer que tem sensibilidade humana. Não tem coisa nenhuma, nenhum dos que estiveram aqui, nenhum. O Fabio, todos os outros que estiveram aqui mostraram um cinismo exagerado, comprometedor.

Esta CPI... E eu disse aqui no dia em que um deles estava aqui mentindo, que deveria sair daqui preso, algemado, para respeitar quem trabalha, quem estava embaixo da barragem, quem foi colocado em risco embaixo da barragem, e o senhor via que estava colocado em risco, porque é claro que estava colocado em risco. Eu não posso entender como é que se constrói uma barragem, e a estrutura organizacional e administrativa à frente da barragem. Não posso entender. Não botou no alto por quê? Não, vai gastar com terraplanagem, botar água, botar energia, bota aqui embaixo mesmo. Se cair, leva os peões, e danem-se os peões.

Mariana, o senhor estava lá, o senhor é birresponsável – e, se o colocarem em outra, o senhor vai ser trirresponsável por essas mortes; o senhor termina penta, hexarresponsável –, pelo que aconteceu em Mariana e pelo que aconteceu em Brumadinho. Não venha me dizer que não é, porque é.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Teve um que esteve aqui, mais ou menos como o senhor, que eu ia pedir a prisão dele. CPI tem essa condição. O advogado diz que não, mas advogado é advogado do diabo. O que é o problema do advogado do diabo? Defender o diabo para ganhar a grana dele, não está nem aí, como a maioria deles. Essa que é a grande realidade, Presidente Rose de Freitas e Relator Carlos Viana.

É doloroso, é muito doloroso saber que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... existem pessoas que têm essa capacidade de pensar e de colocar o dinheiro, a grana acima de qualquer interesse humano, de humanidade... Saber que o cidadão está ali sendo explorado, que se estão tirando o sangue e o suor dele para ganhar, de forma exorbitante, o dinheiro da mineração de Minas Gerais. Essa é a grande realidade.

Por isso, eu sei – agora o Senador Antonio Anastasia –, Senador Carlos Viana, que, com a altivez que o senhor tem, com a sua independência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... com a sua maneira, com a história de vida que o senhor construiu, o senhor não tem que olhar o lado dessas figuras que atuaram lá como diretores, controladores, ordenadores de obras. Tem que ser a letra fria da lei para dar a pena necessária para que eles tomem vergonha na cara e que eles possam deixar de ter essa negligência com o peão, com aqueles que trabalham e que estão lá ou enterrados na lama ou sepultados pelos seus entes queridos no cemitério de Brumadinho.

Eu confio muito em V. Exa., confio muito na Senadora Rose de Freitas e em todos os membros da CPI, para que saia realmente aquilo que aconteceu, e que essas figuras nojentas possam ser penalizadas com o rigor da lei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Otto.

Aqui, Senador Kajuru, a Senadora Rose está muito emocionada, porque, todas as vezes em que a gente começa a se deparar com as mensagens que chegam das famílias, daqueles que perderam pais, perderam mães, perderam parentes... As pessoas enviando para nós a rotina, depois da morte dessas pessoas, é muito doloroso, Senador Anastasia. As pessoas ligando, mandando as mensagens e dizendo que acompanham o trabalho da CPI e que, quando os representantes chegam aqui dizendo que não sabem, que tudo correu dentro, que não havia aviso, essas pessoas se sentem insultadas em casa, essas famílias se sentem insultadas, porque elas sabem realmente o que está acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro ponto importante: nós não estamos trabalhando com uma empresa primária nessa questão. Essa empresa já tem no histórico anterior de Mariana – que foi o que eu coloquei no início –, que não foi utilizado como conhecimento suficiente ou pelo menos não foi o bastante para se colocar a segurança da vida das pessoas acima do lucro. O que aconteceu em Mariana, com as mortes que tivemos lá, foi relativizado. Aquilo foi um acidente. Nós geramos muito mais lucro e empregos do que isso. Aí matou 300 agora, 287 confirmados, e vai matar mais se nós não agirmos. Temos colocado isso com muita clareza aqui.

Então, o nosso desabado é exatamente em respeito às famílias que nos assistem e que querem uma resposta. Esse é o nosso posicionamento aqui. Não estamos aqui por nossa própria conta. Estamos aqui por pessoas que trabalham nas minas, as pessoas que estão lá, os trabalhadores todos, os mineradores que estão hoje preocupados em trabalhar, sem saber se estão trabalhando em segurança, e se eles, de fato, estão em condição de voltar para casa todos os dias, porque os dados são todos... "Ah! Não, está tudo bem. Nós não sabíamos. Não havia risco iminente de nada!". E rompe a barragem dessa maneira, mata, a lama leva refeitório e todo mundo e depois se diz: "Poxa vida! Estava tudo tão seguro! Que coisa impressionante!". Isso nos indigna aqui.

Pois não, Senador. A gente dá sequência aqui para...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ontem, eu me lembro de tantas vezes que o senhor falou como Relator aqui... Ontem, não, anteontem, né?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da palavra lucro da Vale, né? Que era a preocupação dela.

Então, Senador Otto e Senador Anastasia, presente hoje, eu fico pensando o seguinte: que o poderoso chefe da Vale, o D. Corleone da Vale, quando ele tomou conhecimento, chegou alguém lá, um aspone e falou para ele assim: "Morreram 310 pessoas ou 320". Ele falou: "Não, tudo bem, então estamos do lucro", lucro. Pensei que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já sabemos até quanto custa cada vida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É: "Pensei que tivessem morrido 6 mil pessoas. Só 300? Então estamos no lucro".

O senhor, Rodrigo, pode ser sincero para nós e dizer: os verdadeiros responsáveis por esse crime ambiental, eles estão vivos ou mortos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Jorge Kajuru, seria leviano fazer qualquer inferência sobre isso. Existe um processo de investigação e no final desse processo de investigação – quero crer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – No final, vai descobrir o quê? Que os responsáveis estão vivos ou mortos? Pelo comportamento de todos aqui – como o Senador Otto falou e eu acompanho integralmente –, com os depoimentos que a gente aqui acompanha, a impressão é de que como a Vale é poupada, os diretores são poupados, não são culpados, que os culpados, de repente, estão mortos, que a gente precisaria fazer uma CPI em sessão espírita, né?

Eu perguntei para o senhor, o senhor não respondeu: estão vivos ou mortos? A pergunta é só essa. Na sua avaliação, com a experiência do senhor, amanhã, vai-se concluir o quê, que os responsáveis estão vivos ou mortos?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tem que ser concluído o processo investigatório para que a gente possa conhecer isso e eu responder ao senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não consegue responder realmente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Devolvo a palavra ao Relator, registrando a presença do Senador Anastasia, a quem agradecemos.

Desculpe-me, eu gostaria que o Relator prosseguisse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, vamos dar sequência e ir a algumas perguntas. Sr. Rodrigo Melo, quero ler aqui um trecho da Auditoria Técnica de Segurança feita pela empresa TÜV SÜD, que agora está proibida de operar no Brasil. Foi elaborada entre agosto e setembro de 2018, p. 70:

Recomenda-se a instalação de novos piezômetros multiníveis, com o intuito de confirmar a hipótese de existência de lençóis empoleirados no rejeito da barragem... [Aqui, Srs. Senadores, assim como o conceito risco iminente começou a se tornar comum na fala deles, agora começou a surgir também mineração a seco, que eu estou observando que já é outra parte da defesa. Também essas palavras lençóis empoleirados... Esse conceito vai começar a aparecer com muita frequência.] [...] lençóis empoleirados no rejeito da barragem. Especialmente, estes novos piezômetros também têm o intuito de validar a extrapolação das camadas de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

empoleiramento e piezometria associada, realizada para a Seção [...] E-E a partir das avaliações realizadas nas Seções [...] [C-C e D-D].

Estes instrumentos devem ser programados em locais estratégicos (em lacunas, locais sem informação), instalados em cada camada de empoleiramento (multiníveis).

Como o senhor certamente sabe, pela sua experiência, Sr. Rodrigo a hipótese mais provável para o rompimento da barragem chama-se liquefação interna. A liquefação acontece através de um gatilho. Por isso que eu pergunto: o que foi feito nos quatro meses antes da tragédia para confirmar ou refutar a existência de lençóis empoleirados? Os piezômetros multiníveis foram instalados? O senhor acha que lençóis empoleirados, de cuja existência a TÜV SÜD suspeitava, podem ter sido o gatilho da liquefação da Barragem de B1?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com todo respeito a V. Exa., eu não posso responder essa pergunta. A minha atribuição era a operação da mina. Eu reitero que a estrutura estava paralisada desde 2015, e a atribuição em monitorar, controlar e inspecionar era da área técnica. E eu também não sou especialista em Geotecnia. Eu não tenho condições de responder a isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso não foi discutido hora nenhuma entre vocês lá? Porque é parte do processo de segurança de operação da mina. Porque, se ocorre um problema, o senhor não tem como produzir. Isso não foi discutido lá, entre os senhores, hora nenhuma?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com a minha pessoa não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas nas reuniões de gerência... Nada disso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nas minhas reuniões de gestão operacional, eu não tinha essa informação, não havia como eu discutir isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, diante daquilo que foi colocado aqui, Senadora Rose, de que todos os funcionários, especialmente gerentes e diretores, poderiam fazer a evacuação, poderiam dar alertas para que a empresa tomasse providências e salvasse vidas, eu vou colocar aqui a seguinte questão. Existe uma entidade internacional, Sr. Rodrigo Melo, chamada World Mine Tailings Failures. O senhor conhece essa WMTF?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois, então, eu vou lhe apresentar. Eles ficaram famosos por prever, usando um modelo estatístico, a quantidade de acidentes graves com barragens que aconteceria na última década. A página principal dessa entidade agora tem o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeo do rompimento da Barragem IP1, que eles consideram o quinto mais grave da história, desde 1915.

Na introdução do relatório preliminar da WMTF, que analisa a tragédia de Brumadinho, eles escreveram aqui, em tradução livre:

Falhas [falhas] não são um súbito acontecimento, no último minuto, de eventos inesperados e imprevisíveis. Elas se formam no projeto, na construção que frequentemente não segue o projeto, em cada alteamento, no padrão e na forma de despejo dos rejeitos, no volume e nas características dos rejeitos, na resposta aos problemas, conforme são identificados ao longo do ciclo da vida da barragem.

Ou seja, um fato como o que nós tivemos lá não tem apenas um ponto; ele é uma sequência de tomada de decisões dos profissionais que estão envolvidos ali, naquela operação. Um erro após o outro, uma omissão após a outra, e que levam ao que está acontecendo.

Essa foi, sem dúvida, a descrição mais perfeita do que temos visto agora na CPI. A chocante constatação é que houve um adormecimento generalizado das preocupações com a segurança. Todo mundo olhou a barragem e falou: "Está segura. Os relatórios estão todos aqui. Deixa o refeitório onde está, deixa as pessoas aí embaixo". E resultado: sem conhecimento dos alteamentos, porque não havia documentação para poder mostrar como ela foi feita e para garantir... Não havia documentação. Não foi apresentada. A Vale não conseguiu. Compraram a mina e, simplesmente, decidiram altear. Foram subindo até 84m.

Seguiu dessa forma durante 18 anos, ajudada por auditorias adormecidas ou espertas, como a TÜV SÜD, corruptas, porque agora já está suspensa na lei da corrupção brasileira... E foram colocando. Cada ano que passa, mais minério exportado, mais lucro, mais dividendos, mais salários divididos entre os servidores da Vale, e o resultado é que ninguém se mexeu em relação a isso. Resultado: a barragem se rompeu. Três anos depois de Mariana! Numa empresa de engenharia, numa empresa de processo, numa empresa rica... E é inexplicável não o rompimento da barragem, porque está explicado aqui, mas a omissão! Isso é o que precisa ser punido de maneira exemplar aqui, Sr. Rodrigo.

Então, eu quero que o senhor, como engenheiro, representando uma comunidade de profissionais qualificados, capazes... A Engenharia brasileira está entre as melhores do mundo! Tanto em boas obras quanto também em lambança – porque a palavra certa é essa: lambança. Os engenheiros brasileiros hoje são conhecidos pela primazia em obras e também pela lambança.

Eu queria que o senhor, por favor, dissesse aqui: qual a névoa, o que aconteceu, que se abateu sobre a mina na questão da responsabilidade em tomar decisões? O que foi que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu? Todo mundo graduado, todo mundo bem pago, todo processo elogiado, todo mundo batendo palmas entre si, a mina rompe, a barragem rompe e mata. O que aconteceu? O que o senhor pode nos dizer sobre esses processos de segurança que falharam, fluxo de informações, normas internas, regulação? Qual é a sua avaliação sobre essa tragédia diante do que nós temos aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que o Relator pede é oportuno que todos ouçam. O senhor, dentro da estrutura técnica operacional da empresa, qual é a sua avaliação? Não foi um acidente. Havia toda uma estrutura operacional funcionando. O que o senhor acha que aconteceu ali? O que aconteceu na questão da barragem? O que aconteceu? Não é o que o senhor acha que aconteceu? O que, realmente, como técnico, V. Sa. poderia dizer que aconteceu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O relatório internacional fala em falha, falha, um organismo internacional, que está analisando o que foi esse rompimento dessa barragem, que detecta e usa uma palavra pequenininha: falha. O que o senhor acha que aconteceu ali?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência, eu não conheço esse órgão, não tenho a documentação...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esquece o órgão. Olha só o que aconteceu em Brumadinho.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não sou especialista em geotécnica, em geomecânica, e eu gostaria também de saber o que aconteceu, porque, para mim, aquela estrutura estava segura, eu trabalhava lá, eu tinha um escritório lá. Esse escritório já não existe mais. No dia 8 de janeiro, que foi o último dia em que eu estive lá, dentro do auditório, com 200 pessoas, fazendo uma reunião com o meu corpo operacional, com os operadores de equipamento pesado, com o meu quadro técnico operacional... Eu não voltei lá depois do dia 8, porque eu saí de férias.

Eu tinha uma rotina de fazer reuniões de madrugada com o corpo operacional. Eu fiz uma reunião, e isso tem como ser comprovado, de madrugada dentro daquele refeitório. Eu transitava lá. Eu vivia lá. Para mim, aquela estrutura era segura. E eu não ia colocar a minha vida em risco, o meu direito de ir e vir, nem da minha turma, da minha equipe. Então, eu participava de forma efetiva daquela operação. O que eu acreditava é que aquela estrutura estava segura, plenamente segura. E essa informação era oriunda de um quadro técnico...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor acreditava ou alguém passava a informação de que estava segura? O senhor nunca teve informação contrária? Então, o senhor transitava.

Pelo lado emocional que o senhor fala, da sua atividade técnica de estar, conviver, interagir, vivenciar, a gente ouve as palavras do Senador Otto, colocadas aqui, elas foram buscadas no interior da dignidade de um Parlamentar que vê um acontecimento como esse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. De um cidadão. Sou mineira, nasci em Caratinga. Eu tenho amor pelo meu Estado. Mas isso ultrapassa os limites de confrontos geográficos, de qualquer natureza. Não é tragédia de Brumadinho. É tragédia nacional. Então, quando o senhor fala isso que o senhor fala, deve agradecer a Deus todos os dias por estar ali, mas chamo a atenção, porque lá dentro, onde aconteceu esse acidente, Senador, não tinha diretor. Morreram os peões. Morreram os peões. Isso pode levar a pensar que alguém sabia que havia risco iminente, porque é comum um diretor visitar uma área de operação como aquela de uma barragem tão importante. Pode levar a pensar que as pessoas sabiam e se precaviam, já que o Poppinga falou aqui, claramente, que todos sabiam – e ele não era uma pessoa qualquer.

Então, quando o Relator diz que agora tem um sistema técnico que está oferecendo um depósito a seco desses resíduos, eu tenho dúvida, porque, se nós dissemos todos esses anos que a Vale era uma empresa excepcionalmente importante, dotada dos melhores quadros... Onde estavam os melhores quadros, que não foram capazes de dar um sinal? Nenhum técnico levantou e disse: "Olha só, eu quero dizer que aquela barragem...". Com tantos técnicos trabalhando em cadeia na hierarquia das funções, com seus chefes responsáveis... O senhor diz... Perguntou o Senador: "Ele era amigo? Não era amigo?".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Alano.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Alano.

Eu pergunto se o senhor... Porque dizem que qualquer pessoa poderia ter alertado e suspenso as operações relativas àquela catástrofe...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só completando este raciocínio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Assim, não sei me dividir entre a Senadora da República e a cidadã, a pessoa comum que vê uma tragédia como essa com pessoas que a gente conheceu, que estavam trabalhando ali e foram embora. Hoje eu vejo assim... Já me chamou muitas vezes a atenção, Senador Kajuru, a insensibilidade das pessoas que depõem aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há um procedimento, que é um treinamento muito mais forte do que...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É treinamento alemão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... para uma guerra ou para qualquer coisa parecida, porque todos chegam e são uníssonos, eles dizem tudo aquilo que treinam dizer.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até as frases são iguais!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pareceu querer passar para todos nós aqui que tem um sentimento em relação a perdas, ao seu quadro operacional. Antecede a isso... Me desculpe, eu não tenho nada para ensinar a ninguém. O que eu tinha para ensinar do que aprendi ensinei ao Gabriel e à Júlia, ao senhor não vou ensinar nada. Mas o sentimento que o senhor tenta passar, a antecedência dele chama-se responsabilidade pública. Ninguém! Não é estarrecedor? Um acidente desse tamanho e ninguém é culpado! Os que vieram aqui tentaram colocar esse raciocínio adiante, o Poppinga, o Felipe Rocha, a Dra. Cristina. Enquanto se passava o desastre...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... a imagem do desastre, ela virava o rosto para lá. Isto para mim foi uma tragédia: não querer ver o que aconteceu sob a égide do trabalho dela.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho dúvida hoje, Senadora, se nós estamos diante de uma dissimulação ou se diante de uma arrogância, porque, pelo que a gente consegue depreender dos processos, um funcionário, por exemplo, do Sr. Rodrigo que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chegasse lá e falasse "Olha, a barragem pode romper, porque está acontecendo isso, isso e isso". Essa pessoa não seria ouvida. É bem provável que, entre os mortos, existam pessoas que deveriam estar suspeitando, ou já soubessem do problema, tinham medo de trabalhar e hoje estão impedidas de vir aqui falar a verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nessa linha coerente, Senador Viana, Presidente Rose, nessa linha coerente de ambos e humana que a população brasileira está tendo a oportunidade de ver... E aqui até vale um registro – porque eu sou muito crítico com a minha ex-classes, em que vivi por 40 anos em carreira nacional, que é a imprensa –, vale aqui fazer um registro, um elogio público à Rede Record de Televisão pela cobertura que está dando a esta CPI no seu principal telejornal. Então, que aqui registremos essa postura de independência da Rede Record de Televisão, que é a única a estar fazendo a cobertura isenta deste trabalho da CPI.

Eu vou apenas aqui entrar nessa ferida da Presidente Rose, indignada. Há momentos aqui em que ela se emociona, em que ela não aguenta; o Senador Viana do mesmo modo. Mas eu vou até oferecer ao Senador Anastasia – que é muito mais culto do que eu; porém, gosta de algumas frases minhas –, nesse caso aqui da Vale, quando o Senador Otto foi duríssimo e corajoso, como sempre, eu fico pensando que cabe aquela frase do Millôr Fernandes no caso desses homens da Vale: "O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo". Gostou da frase?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo. E paga advogado para eles, afastam e pagam seus salários. Como que eles vão falar aqui?

O senhor me desculpe, Sr. Rodrigo, eu enxergo pouco, mas Deus é tão bondoso que me dá, às vezes, a oportunidade de ver o que quase ninguém vê. Quando o Senador Otto, corajoso, aqui falou o que a maioria dos brasileiros gostaria de falar, eu fiquei olhando para o senhor, e depois o seu advogado conversou alguma coisa com o senhor, que eu não sei o que foi, é um direito dele. O senhor é um homem glacial por natureza ou o senhor é um homem zanho, porque eu, se um dia estiver numa CPI e alguém me chamar de criminoso, eu não sei qual seria a minha reação. O senhor foi chamado de criminoso aqui por um colega que tem uma história de mais de 30 anos de vida pública, cristalina, limpa, sem nenhuma mancha. Ele disse o que a maioria do povo gostaria de dizer, o povo brasileiro. E o senhor não respondeu nada? O senhor foi chamado de criminoso, e o senhor não tem nada a responder?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO (*Fora do microfone.*) – Eu não sou um criminoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, pelo menos, o senhor respondeu agora, porque, na hora em que ele falou...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não sou um criminoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... o senhor ficou quieto.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – E eu tenho a consciência limpa de que eu não sou um criminoso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É serial, porque foi Mariana e Brumadinho, é serial. Tem dois em série.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em série, em série.

Eu tenho – Senador Viana, peço a compreensão dos senhores; vai abrir agora a sessão, e eu quero, inclusive, falar sobre esta CPI lá na sessão, um ponto importante do meu pronunciamento, sou o primeiro orador inscrito –, eu só tenho uma colocação aqui para voltar aos senhores e ao Relator: há, nesta CPI aqui, Senador Anastasia, o senhor pode observar nas transmissões das reuniões, e o Senador Viana, com certeza – a gente vai almoçar sábado, em Belo Horizonte, e conversar sobre isso, mas eu tenho certeza de que ele concluiu –, há duas estratégias de defesa aqui. Uma estratégia é o alto, e é do alto, Presidente Rose, do alto escalão da Vale, que tenta atribuir toda a responsabilidade ao corpo técnico do qual o Sr. Rodrigo Melo faz parte, fazia parte.

A outra veio do Sr. Felipe Rocha, aqui, que afirmou expressamente que a diretoria da Vale sabia muito bem dos riscos da B1.

Então, Sr. Rodrigo, a estratégia do Sr. Felipe Rocha está errada? Sim ou não, por gentileza.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Qual seria a estratégia do Sr. Felipe Rocha?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A estratégia dele foi essa, de falar que a Vale sabia de tudo. Que os diretores do alto escalão sabiam de tudo, dos riscos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Isso cabe a ele.

Eu posso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não concorda com ele?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu posso concordar é com a minha fala, com a fala dele é uma responsabilidade dele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está, mas ele disse isso. O senhor não pode pelo menos dizer se concorda ou não com o que ele falou? Porque essa é uma parte da estratégia. Eu vou falar a outra.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com todo respeito, eu não ouvi o depoimento do Sr. Felipe.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não viu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Todo mundo viu! O senhor não quis ver?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não é questão de querer, é questão de não conseguir, em função desse processo todo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu convido o senhor a ver.

O senhor já viu presídio, não é? O senhor ficou lá, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É muito ruim, não é não? O senhor chorou lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Chorou?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Chorou e pensou o quê? No momento das lágrimas?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu pensei nas vítimas, que eram, certo, meus companheiros de trabalho, era minha equipe. Eu pensei nos familiares das vítimas, certo, que estão sofrendo. Eu pensei no sofrimento da minha família. Eu pensei no meu sofrimento. É muito difícil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pensou que pode voltar para lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu pensei no sentimento que as pessoas estavam tendo naquele momento. Eu não tive condição de planejar o futuro. Ali você não pensa no futuro, você pensa no momento e no seu sentimento. E o sentimento que eu tinha dentro daquela prisão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor ficou nove noites lá.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nove noites e dez dias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, nessas nove noites e dez dias, em algum momento o senhor falou: "Meu Deus, perdão, Deus. Deus, me perdoe, Deus, eu erre?".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que está me deixando vivo até hoje, e eu estou aqui em condições de participar desta CPI, é que eu fiz essa reflexão já várias vezes. Eu posso afirmar para o senhor, de uma forma muito clara e muito direta, que eu permaneceria da mesma forma, se pudesse voltar o tempo atrás, porque se eu tivesse dúvida, eu não teria condições de estar aqui. Eu vivia lá. Eu conhecia aquelas pessoas. Eu tenho 25 anos de profissão dentro da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tem orgulho da Vale?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu tenho orgulho da minha vida profissional. A Vale foi a minha vida profissional. Eu formei e fui contratado pela Vale há 25 anos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A Vale foi a sua vida, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A minha vida profissional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Para os outros ela foi a morte, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ela poderia ter sido a minha morte também, se eu estivesse lá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Foi de um amigo seu.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – É. Ela poderia. E eu não posso fugir desse sentimento, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Para concluir, o senhor está preparado para enfrentar os rigores do sistema carcerário brasileiro, enquanto os diretores e acionistas da Vale aproveitam tudo que a vida tem de bom, como bem colocou o Senador Otto? O senhor viajou com a sua família para o exterior e tudo.

Então, pela última vez, pela última vez, eu prometo. O senhor, alguma vez, comunicou escritórios, etc., a jusante da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão, ainda que não houvesse o risco iminente? O senhor comunicou? Por gentileza, sem ser abstrato. O senhor comunicou?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Perdão. Comuniquei o quê, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Comunicou o que o senhor sabia.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu sabia era que a barragem estava segura, plenamente segura.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor sabia que ela estava segura?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A informação que eu tinha era a de que ela estava segura, e eu confiava nisso plenamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a culpa ou o dolo do crime que vitimou centenas de pessoas é exclusivamente do corpo técnico local? Sim ou não? É do corpo técnico local a culpa?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não posso afirmar isso, sem a finalização do processo investigatório...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor deixou de informar os escalões superiores, que não teriam agido em razão da sua omissão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, com todo o respeito, que omissão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não preciso explicar para o senhor o que é omissão, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não! Que omissão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Omissão!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Kajuru, vou dar sequência a V. Exa. aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por gentileza!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A diretoria sabia de tudo, Relator, pelo amor de Deus! Ela não quis agir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo veio aqui nos dizer que a função dele era a de produção. Foi isso mesmo, não foi, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A minha atribuição era da gestão operacional da lavra, do tratamento e do embarque.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, vamos ao documento oficial: "Vale e TÜV SÜD informaram à Agência Nacional de Mineração [...]". Aqui, você tem a sequência de responsabilidades sobre a mina de Brumadinho, sobre toda a operação: "Gerência. Responsável Técnico pela Gestão (ART). Está escrito "Gerência". Está lá escrito: Rodrigo Artur Gomes de Melo, Gerente Geral responsável pela operação do complexo. O senhor está acima, inclusive, da manutenção, monitoramento e inspeção da barragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mentir em CPI pode, Relator? Isso pode, Presidente?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele está com *habeas corpus*.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu quero esclarecer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu pediria voz de prisão para ele, se eu pudesse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor é o gerente. Está aqui que o senhor é o responsável, é o Gerente Geral.

Há outra coisa: parece, às vezes, que o senhor, como fala, nunca viu a barragem. O senhor não participou dos PIESEMs de segurança, não teve acesso às informações todas sobre o que poderia acontecer lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, eu não participava do Piesem. E, só me referindo à ART, eu era a ART da gestão da lavra, não da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, vamos ler juntos o que está ali? "Estrutura Organizacional da Barragem." Está lá: "Gerente responsável." O senhor está ali como um dos responsáveis por tudo lá. Por que está dessa maneira, então, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Essa ART é referente à gestão operacional que estava vigente. A barragem estava paralisada. Eu não era ART.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou ler aqui para quem não está podendo acompanhar a Auditoria Técnica de Segurança informada à Agência Nacional de Mineração. Diz assim: "Relatório de Auditoria Técnica de Segurança de Barragem. Laudo Técnico de Segurança de Barragem/2018". "Auditoria Técnica de Segurança, 2º Ciclo. Complexo Paraopeba - Mina Córrego do Feijão".

Estrutura Organizacional da Barragem.

As informações sobre a estrutura organizacional associada à segurança da barragem estão indicadas na Tabela 2.2. Resumidamente, a estrutura organizacional foi segmentada em: gerenciamento, operação, manutenção, monitoramento, inspeção e demais profissionais envolvidos.

Gerência [ou seja, os responsáveis diretos por toda a operação, inclusive da barragem]:

[...] César Grandchamp. Vale. Especialista Técnico. Especialista Técnico de Geotecnia, Ferrosos Sul.

Responsável Técnico pela Gestão (ART): Rodrigo Artur Gomes de Melo. [...] Gerente Geral, Gerente Responsável pela Operação do Complexo. [...] [E ali o número do seu Crea.]

Especialista Técnico. César Grandchamp. [...] Especialista Técnico de Geotecnia, Ferrosos Sul. O Sr. Schvartsman esteve aqui, Sr. Rodrigo, logo na nossa primeira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, e foi muito categórico em dizer assim: "Eu não sabia, eu não tive acesso; a responsabilidade é do nosso quadro técnico". O senhor é o Gerente Geral, especialista, que está colocado aqui como responsável, ou seja, o Sr. Schvartsman colocou a responsabilidade para o senhor, para o seu César Grandchamp e para aqueles que estavam aqui na sequência: Lucio Mendanha, Cristina Malheiros e por aí vai nessa história toda.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Responsável Técnica pelo Monitoramento e Inspeção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da barragem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E ela afirmou, inclusive, Sr. Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que não chegaram às mãos os laudos necessários para que ela tomasse qualquer atitude.

Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, o que me chama a atenção é o seguinte, o Dr. Rodrigo Melo foi o responsável pela direção da mina lá de Mariana. O que aconteceria se a empresa fosse realmente uma empresa séria? A demissão dele. Ele não foi demitido de lá, e lá teve um acidente grave. Ele foi transferido de lá para Brumadinho, ou seja, aconteceu o drama lá de Mariana, do Rio Doce, e, ao contrário de ser demitido por incompetência, ele foi transferido para Brumadinho, para silenciar o caso, o fato, a tragédia de Mariana. Não tenho a menor dúvida disso e de como ele está agora também sem querer falar a verdade e mentiu. Ele está ali clara a mentira que ele contou. Ele disse que era responsável pela gestão da mina, da operação da mina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... da produção. E ele é o Gerente Geral. Então, é uma coisa absurda.

Mas eu queria acrescentar aqui e perguntar ao Sr. Rodrigo: quem tinha abstratamente, hipoteticamente os poderes para remover as instalações, ainda que não houvesse risco iminente, era o senhor?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Otto...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Era o senhor que tinha, ou não? Só o senhor responder.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – ... eu teria que explicar o processo para elucidar essa questão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu deveria e teria que explicar o processo todo para elucidar essa questão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, o senhor assinava os relatórios técnicos, o senhor era o responsável por eles, assinatura digital, porque, pela lei, coloca-se lá, o senhor assume toda uma responsabilidade no processo, inclusive, de segurança da barragem. Esse documento aqui, inclusive, que ainda não havia sido divulgado aqui em nosso País, foi fornecido internacionalmente às auditorias que estão acompanhando a Vale no exterior a pedido da fundação que faz as pesquisas e também dos próprios consultores internacionais que estão acompanhando a Vale e que estão deixando a Vale. Nós estamos com vários países tirando a Vale da carteira de investimentos, porque as informações não são seguras.

E, aqui, lembrando os Srs. Senadores, ele, o Sr. Rodrigo Artur; o Sr. César Grandchamp, que esteve aqui; o Sr. Lucio Mendanha morreu, lá na... Então, nós temos três pessoas aqui que são apontadas pela direção e a Presidência da Vale como os responsáveis: o senhor, a Cristina Malheiros e o César Grandchamp. Os senhores foram apontados, no primeiro depoimento a esta CPI, como os responsáveis pela operação da mina e a segurança da barragem.

O senhor não gostaria de rever tudo que o senhor falou aqui até agora e nos dizer claramente por que não foram tomadas as providências, por que o senhor assumiu essa função aqui, toda uma responsabilidade legal? A documentação está aqui, é uma documentação válida. O senhor não gostaria de rever o seu posicionamento aqui? Nos dizer claramente o que foi que aconteceu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, com todo respeito, eu estou falando a verdade desde o início.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, ele não respondeu o que eu perguntei. Sim ou não à pergunta que eu fiz ao senhor? O senhor tem que dizer "sim" ou "não".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço ao senhor que responda à pergunta formulada pelo Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor tem que responder. Se o senhor quiser eu formulo outra vez. O senhor quer que eu formule?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não precisa, Senador Otto. Eu teria que explicar o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe exatamente o que é. Então o senhor tem que dizer "sim" ou "não".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu reitero: eu deveria explicar o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele não respondeu. Ele não respondeu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A falta de uma resposta de sim ou não compromete muito...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A qualidade até do depoimento também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato, o depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Porque quando eles se valem do *habeas corpus*...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só peço ao Relator que registre essa situação de ele se negar a responder à pergunta que foi feita aqui.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, só para ajudar a elucidar – eu não tive a oportunidade de responder com o processo –, na ART que está obviamente esse documento, plotado ali no vídeo, o senhor pode reparar que a minha ART, igual eu comentei, era de gestão do complexo. A barragem estava parada. Com relação à ART de operação, manutenção, monitoramento e inspeção, nós podemos ali ver de forma clara que a operação e manutenção da barragem era do Sr. Lucio Mendanha, que não está entre a gente. Podemos verificar também que a operação e manutenção – ó lá, ó – da barragem com... Novamente, o Lucio Mendanha. E que o monitoramento e a inspeção era a funcionária Cristina Malheiros. Ou seja, desde o início eu estou falando a verdade. A minha ART era de gestão do complexo, não era da operação, não era da manutenção e do monitoramento e inspeção do...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então o senhor não tinha conhecimento nenhum da situação da barragem? O senhor quer me convencer disso? O senhor não tinha conhecimento nenhum da barragem, essas pessoas não lhe passavam a situação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem teve acesso a informação nenhuma?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não sabia de nada. O senhor era um... O senhor estava voando, não estava sabendo o que estava acontecendo na barragem porque ela estava desativada. Não sabia que ela estava em risco de rompimento? Claro que sabia. O senhor está mentindo. O senhor está mentindo aqui, o senhor está ocultando.

E outra coisa, eu falei aqui: é reincidente no crime ele. Ele era responsável por Mariana. Foi transferido para Brumadinho para ficar calado. Chegou lá, aconteceu o mesmo problema, por negligência, falta de respeito com as vidas que foram levadas pela lama da barragem de Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, eu vou colocando aqui esse eslaide e vou dar um exemplo. Eu recebi a incumbência do Presidente do Senado de tomar conta de toda a área de comunicação institucional desta Casa. Então, todas as decisões que são tomadas ou serão daqui para a frente serão tomadas com o meu conhecimento. Todas as decisões. A partir de agora, todo o planejamento estratégico, toda a execução, tudo o que for feito tem que passar por mim, porque se eu assumi a responsabilidade, se eu aceitei, eu disse assim: "Eu aceito". Então, eu quero saber o que está acontecendo, para que a situação depois não me venha apanhar de surpresa.

O senhor era o gerente do complexo. O senhor era o gerente, ou um deles, do complexo. E, por obrigação de qualquer gerente, especialmente numa questão de segurança, o senhor teria, por obrigação, de saber tudo que estava acontecendo, inclusive participando das reuniões de segurança da barragem. Isso é da gerência, porque o senhor respondia pela operação juntamente... E segurança da barragem significa segurança da operação, tanto que está lá a situação delicada de Brumadinho. Se o senhor não sabia, por que não ficou sabendo?

E agora houve um aqui também responsável, o Sr. Grandchamp, se não estou enganado, que veio falar que a culpa era do Alano, que morreu; agora o senhor está dizendo que é do Lucio Mendaña, que morreu também. É um posicionamento muito claro de jogar a responsabilidade para quem não está aqui. O senhor era o gerente. Gerente tem a responsabilidade de dar notícia do que está acontecendo sob o comando dele. O senhor participava... Não era tão grande assim o complexo. Há momentos em que me parece que o senhor nunca viu a barragem, me dá essa impressão às vezes quando o senhor está falando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que manda aqui é a documentação oficial ao Estado brasileiro, que é o responsável pela fiscalização... Na documentação, está aqui que o senhor era um Gerente Geral, um deles. Está aqui. Não há como escapar dessa responsabilidade.

Eu pergunto ao senhor claramente: de quem foi a responsabilidade em não dar o alerta sobre a questão da barragem? Qual era a sua participação para que o senhor pudesse ter evitado essa tragédia?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Se tivesse um risco iminente de ruptura, a área técnica iniciaria o processo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mas não iniciou...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – ... via aviso ao Centro de Emergência, ao ponto focal do PAEBM, e a gente estartaria todo o processo de evacuação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De minha parte, Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Olhem só, o que acontece aqui, Senador Otto, Senador Anastasia, Senador Carlos Viana e Senador Kajuru, é que o depoente – que, neste caso, está na condição de testemunha porque foi transformado – poderia chegar aqui, falar qualquer coisa e ir embora sem nenhum comprometimento com a verdade no seu depoimento. No caso, transformado em testemunha, ele está impedido de mentir. Indeleavelmente, a mentira é um fato criminoso na CPI.

O que acontece é que, quando eles vêm municiados e protegidos pelo *habeas corpus*, que foi impetrado pelo advogado e outros, vem uma decisão do Supremo, na esteira das decisões proferidas pelos Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. Eles deferem a medida liminar para garantir ao senhor, que está aqui como testemunha, o direito ao silêncio, o direito à assistência por um advogado – como está acontecendo –, o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade. Então, o que muda... Há mais: o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores. Serve como salvo-conduto. É o que está escrito e assinado pelo Ministro Fachin, inclusive. É para nos notificar. A autoridade apontada como coatora sou eu, para que não queira prestar informações que entender pertinentes neste processo como um todo, o que nos coloca diante... Não fazemos nada, não é um papel que me cabe ou a qualquer um dos Srs. Senadores. Ao fazermos, estaremos impedidos de diligentemente oferecer subsídios da verdade para que se produzam efeitos da incriminação daqueles responsáveis por tamanha tragédia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, todos nós, inclusive o senhor, Senador Otto, que me emocionou aqui várias vezes... (*Pausa.*)

Desculpem.

Aos senhores, eu quero oferecer dois dados importantes.

Sobre barragens que obtiveram, Sr. Senador, alteamento recentemente, barragens essas que são em Itabiruçu, num complexo da Vale em Itabira; a Barragem de Timbopeba, em Ouro Preto, Distrito de Antônio Pereira, todas essas, me parece que são de responsabilidade da empresa Anglo. E destaque inclusive para outras barragens: Conceição do Mato Dentro, entre Conceição e Alvorada de Minas, em que a população está praticamente, Senador Anastasia, sem água – sem água –, que é toda captada pela Anglo.

Quero dizer que depois daquilo que foi considerado a suspensão das barragens, o descomissionamento delas, depois disso, antes do acidente, tiveram alteamento de barragem. Quer dizer, de nada serviram sequer os indícios de possibilidade de tragédia, de rompimento... Nada serviu.

Quando as suas palavras – que foram que nem lâminas finas que cortam a alma da gente –, quando chegam aqui, a gente está diante dessa circunstância, é trazido aqui a público um documento que desmente categoricamente o depoente, a testemunha que está aqui na mesa, a gente pergunta: para que serve o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a Justiça? Nós ficamos acuados diante da necessidade da verdade absoluta para que ela produza efeitos pelo menos na Justiça em relação à tragédia acontecida.

Eu gostaria de – se alguém quiser acrescentar mais alguma coisa – agradecer a presença dos Srs. Senadores. E, mediante a falta quórum, não poderemos votar o requerimento que se encontra aqui, importantíssimo:

ITEM 1**Requerimento Nº 62/2019**

Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, GERD POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraopeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Eu não posso colocar em discussão. Posso ler e não posso votar. Por isso a importância que temos de na próxima semana contar com todos os membros, porque essa acareação se faz absolutamente necessária, ainda que todos venham com o expediente do HC, ainda que todos venham. A sociedade precisa ouvir e ela, diligentemente, vai chegar às suas conclusões, ainda que a Justiça não alcance as testemunhas que aqui estiveram.

Diante desses fatos, eu considero encerrada a presente CPI.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão Especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019 com a presença dos Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Rodrigo Pacheco, Orlavisto Guimarães, Elmano Férrer, Telmário Mota, Izalci Lucas, Major Olímpio, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Instalação. Finalidade:** Instalação da Comissão. **Resultado:** Comissão instalada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 1, de 2019**, que "Requer a realização de Audiência Pública com os srs. Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e Leonardo Rolim, Secretário da Previdência do Ministério da Economia." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Plano de Trabalho:** "Plano de Trabalho aprovado incluindo modificação aprovada na reunião de 10/04." **Autoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública com os convidados constantes do Requerimento nº 1/2019. **Participantes:** Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Leonardo Rolim, Secretário de Previdência Social do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão Especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/10>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão temporária destinada a acompanhar a tramitação na Câmara dos Deputados da PEC nº 6, de 2019, que modifica o sistema da previdência social.

Conforme pauta da presente reunião, o convidado especial é o Dr. Rogério Marinho, Secretário de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia.

Para que possamos realizar a presente audiência, eu coloco em votação o Requerimento 01, de 2019, de autoria desta Presidência, que solicita audiência pública com os Srs. Rogério Marinho e Leonardo Rolim.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

De pronto, já agradeço por antecipação a presença de V. Exa. aqui, para que possa compor a Mesa. Convido também o Relator, o Senador Tasso Jereissati, para que venha também como Relator, e o Dr. Leonardo Rolim, que também está presente.

Eu queria até destacar que tínhamos marcado, na semana passada, esta reunião, mas, como o Ministro Paulo Guedes teve que ir à Câmara dos Deputados para aquela reunião, que foi um tanto quanto calma, bem animada e muito calma...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A intenção do Presidente Davi Alcolumbre, formando esta Comissão Especial, é exatamente... Às vezes, eu tenho sido perguntado. Nós vamos acompanhar a tramitação desta matéria na Câmara dos Deputados. No entanto, não haverá por parte de nenhum dos Senadores nenhuma interferência ou sugestão aos Srs. Deputados Federais, porque nós não queremos interferir nas decisões lá tomadas. Eles têm toda autonomia para analisar. O que vai acontecer é um acompanhamento dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estudos preliminares que estão sendo feitos lá, para que, chegando aqui, ao Senado Federal, tenhamos consciência do que está acontecendo, para uma tramitação dentro de um prazo, quando o momento exige do Congresso Nacional, na minha opinião, uma decisão sobre um tema tão importante como esta questão agora da reforma da previdência social.

Eu passo a palavra ao Dr. Rogério Marinho, para que ele possa expor, durante a sua fala, os pontos que ele considera interessantes para que todos os Senadores possam tomar conhecimento. Eu vou pedir para que, sobretudo, ele faça uma explanação sobre a matéria que foi encaminhada na reforma também dos militares, das três Forças Armadas. Na minha opinião, veio também, com o conjunto dela, uma proposição de progressão funcional dos militares e, de alguma forma, eu fiquei um tanto quanto crítico a isso, porque eu achava que deveria vir separado: separar o que é a reforma da previdência dos militares e o que seria uma progressão funcional da carreira militar. Deveria ser separado, até por uma medida provisória, ou o que fosse, para que fosse analisado em separado, e não em conjunto, como foi encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Até para que a gente possa dar mais um tempinho para que cheguem mais companheiros, era para fazer aqui uma solicitação de informação. As indicações foram partidárias, portanto seria real que o PDT teria a possibilidade de indicar um suplente. É só porque eu estou vendo que há sete vagas de suplentes não preenchidas. Então, para efeito de informação e procedimento, para que a gente possa ter aqui uma maior quantidade de Senadores, até para eventualmente substituir titulares, seria então o encaminhamento do PDT indicar um suplente para a quinta vaga de suplência e o PSB indicar um suplente para a sexta vaga de suplência? Seria dessa forma? Eu estou fazendo essa suposição porque, do Senador Tasso Jereissati, o suplente é o Senador Roberto Rocha, e do Senador Elmano Férrer, o suplente é o Oriovisto Guimarães, que são do mesmo partido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acho que procede a colocação de V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Procede? Então posso pedir ao Líder do PDT que faça a indicação de um suplente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Certo, a indicação. Da mesma forma, eu vou indicar o suplente do PSD.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – O.k., e o PP indicará um suplente para o Senador Espiridião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente. O suplente do PSD eu já ia indicar, mas ele teve um problema de saúde. É o Senador Angelo Coronel, que está hospitalizado. Eu não quis colocar o nome porque ele não estaria aqui presente, mas ele tem interesse de participar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A propósito, como é que ele está?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem. Ele fez uma intervenção cirúrgica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Diga para ele ficar o mais longe possível dos médicos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O que é isso?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Aí ele vai se afastar do colega Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu sou médico, você está me ofendendo. (*Risos.*)

Aliás, eu já atendi dois pacientes aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente. Você está falando de articulação sacroilíaca, da coluna com o sacro... Do sacro com a bacia.

O Tasso Jereissati... Eu falei "sacro", e ele pensou que era "saco". Empresário não entende absolutamente nada de anatomia. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Por falar em sacro, chegou o Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem. Estou às ordens. Dr. Rogério Marinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Só lembrando que o critério do Presidente Davi foi por bloco, não era por partido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas nós não estamos no bloco.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Boa tarde a todos! Agradeço o convite que nos foi formulado pela Comissão. Inclusive, Presidente Otto; Relator, Senador Tasso, e Senadores aqui presentes, quero dizer que essa, sem dúvida nenhuma, é uma iniciativa extremamente importante do Senado da República, no sentido inclusive de, ao acompanhar *pari passu* o processo que vai se desenrolar na Câmara, ganhar tempo para tomar decisões e formar juízo de valor aqui no Senado da República. Então, quero elogiar aqui a iniciativa do Senado da República, extremamente pertinente.

Senador, nós trouxemos aqui uma apresentação mais para que nós possamos visualizar o contexto em que os projetos foram apresentados.

Eu pediria ao meu assessor que passasse à lâmina subsequente. Não sei quem é que está no comando aqui.

Então, vamos lá.

O que nos motivou a apresentar o projeto, primeiro, foi que o sistema fosse justo e sustentável, ao contrário da forma como ele se encontra hoje. Nós temos um sistema previdenciário que é injusto, porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco, e é insustentável do ponto de vista fiscal. No cálculo atuarial do nosso sistema de repartição, a exemplo do que ocorre no mundo inteiro, os Estados e Municípios – a maioria deles, a não ser aqueles que são muito recentes ou constituíram há pouco tempo os seus fundos próprios – estão hoje com muita dificuldade de fazer frente às suas necessidades atuariais.

Mesmas regras nos dois sistemas: tanto no sistema geral, como no sistema próprio, no regime próprio. E isso é uma inovação, porque o que nós estamos propondo é que juizes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Vou, claro, vai ficar aqui. É bom. Nós vamos deixar aqui, a transparência vai ficar aqui no Senado.

Então, a ideia é que, ao longo de um período de transição, funcionários públicos federais, que ganham um pouco mais do que a média da população, vão ter as mesmas regras tanto na questão de critério de admissibilidade para aposentadoria, como para recebimento do benefício. Então, tanto no regime geral, como no regime próprio, todos se aposentarão com o teto de cinco mil e oitocentos e pouco e com um piso do salário mínimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito adquirido é importante ressaltar, porque nós estamos assistindo a muitas narrativas de que os aposentados serão prejudicados. Na nossa opinião, certamente esta será a última oportunidade que o País terá de fazer um ajuste no seu sistema previdenciário sem avançar em direitos adquiridos. Então, os maiores defensores desse processo, além dos jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, seriam justamente aqueles que já têm a sua aposentadoria e a sua pensão definida no regime geral, que é a grande maioria dos brasileiros, mais de 30 milhões de brasileiros.

A questão do combate a fraudes: há mais de 60 dias, já tramita aqui no Congresso Nacional a MP 871, que trata especificamente desse tema, reconhecendo que, ao longo dos últimos anos, a fragilidade do nosso sistema previdenciário se evidenciou. E, aí, eu quero dar um primeiro dado para os senhores: dos R\$712 bilhões que o Governo despendeu com assistência e previdência no ano passado, Senador Otto, R\$98 bilhões foram de judicialização, ou seja, foram fruto de ações judiciais em função da fragilidade do sistema, e essa situação é atacada frontalmente na Medida Provisória 871, que tenta corrigir uma série de impropriedades na nossa legislação e preencher vácuos jurídicos.

Cobrança de dívidas: uma outra narrativa que foi feita de forma muito forte por ocasião da tramitação do projeto anterior, inclusive fruto de uma CPI no Senado da República, é que o sistema previdenciário era superavitário, não tinha dívida, e, por não ter dívida, não havia necessidade de que fosse reformulado.

Nós temos, inclusive dentro desse processo e fruto dessas provocações que foram feitas democraticamente, acórdãos do próprio Tribunal de Contas da União que atestam esse déficit. Hoje há consenso, inclusive em instituições que afirmavam, dentro de uma metodologia distinta que nós não reconhecemos, que o déficit não existia. Mesmo essas instituições reconhecem que, a partir de 2016, há um déficit da ordem de mais de R\$50 bilhões. O nosso, neste ano, passou de R\$265 bilhões. Apesar de ser cinco vezes... A gente pode até discutir o tamanho do déficit, mas hoje há um consenso de que existe o déficit e há um desequilíbrio fiscal. E essa rubrica orçamentária, ao lado da questão da dívida pública, sem dúvida, é o elemento que mais pressiona o orçamento tanto do Governo Federal, como dos Estados e dos Municípios.

E aí nós apresentamos, no dia 20 de março deste ano, um projeto de lei em que instrumentalizamos a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para que ela possa trabalhar fortemente a recuperação de dívidas contra grandes devedores, acima de R\$15 milhões, e, ao mesmo tempo, Senador, dar as condições para que a PGFN possa fazer tratativas de cunho administrativo sem a necessidade de judicialização com devedores de dívidas de menor valor.

O nosso perfil da dívida previdenciária hoje está em torno de R\$500 bilhões, que a gente pode dividir grosseiramente em três partes: a primeira parte está ajuizada em torno de R\$160



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões a R\$170 bilhões – há uma recuperação anual da ordem de R\$6 bilhões a R\$8 bilhões, em função do próprio trâmite judicial –; um terço está em processo de negociação ou ajuizamento; e o texto remanescente é irrecuperável, porque é fruto de passivos de empresas que já faliram. As mais famosas, como os senhores sabem, são justamente as grandes companhias aéreas do passado, alguns bancos e grandes magazines.

Sobre a questão do equilíbrio fiscal: nós a buscamos dentro do projeto. Há uma projeção num quadro subsequente onde se demonstra o que nós queremos atingir, ou seja, qual a poupança que o País fará ao longo dos próximos dez anos, mas sempre levando em consideração a preservação dos direitos adquiridos e uma máxima que foi estabelecida: aqueles que têm maior capacidade contributiva contribuirão com mais e aqueles que têm menor capacidade contributiva contribuirão com menos, mas todos irão contribuir.

O seguinte.

Esse dado demonstra a questão demográfica no País. Primeiro, o que impacta diretamente a questão previdenciária. Vejam que, na década de 80, nós caímos de 4,1 filhos por casal para a situação atual de 1,7 filhos por casal, o que sequer repõe a nossa população ao longo dos próximos anos. Isso significa que nós vamos ter um envelhecimento maior da população ao longo do tempo e o aumento da sobrevida, que é justamente o que interessa para cálculo atuarial. Há uma discussão, que é feita na própria sociedade, nas redes sociais e até no Parlamento brasileiro, de que é necessário trabalhar expectativas de vida diferentes em função de regiões do País, ou seja, no Nordeste há uma expectativa de vida diferente da do Sudeste, que, por sua vez, tem uma diferente da do Sul do País. Só que esse dado, para efeitos previdenciários, não é o mais importante, Senadores. O que nos interessa é a sobrevida. A partir dos 65 anos de idade, que é a idade de aposentadoria, a população, em média, vive 21 anos e dois meses, pouco mais de 87 anos de idade.

Não é isso, Dr. Rolim?

O SR. LEONARDO ROLIM (*Fora do microfone.*) – Em 2060.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ah, vai chegar em 2060. Desculpem. Hoje, é 18,4. Eu já avancei na linha do tempo. Por isso é que eu perguntei a ele, porque era de 82 anos e chegou a 87... Eu disse: "É isso, Rolim?"

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se fosse 22, o Senador Tasso Jereissati diria: "Deus lhe ouça!"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ah, mas o Senador Tasso Jereissati é um ponto fora da curva: ele vai chegar tranquilamente aos 120 anos.

Então, vejam que são 18,4, e, em 2060, deve chegar a 21,2, que é a projeção estimada. Quer dizer, a partir da aposentadoria se viverá mais esse período. E isso é uniforme em todo o Território nacional. A diferença do Nordeste para o Sul é de seis meses, a sobrevida, porque a expectativa de vida é impactada por outros fatores: mortalidade infantil, falta de saneamento básico, violência – fatores que não afetam as pessoas que conseguem chegar aos 65 anos, porque aí, de maneira uniforme, é o mesmo dado no País inteiro.

A questão da dependência dos idosos no que impacta a população. Vejam como esse primeiro gráfico é, eu diria, superlativo: nós temos hoje 13,3% da população idosa; em 2060, teremos 42,6%, fruto justamente a questão demográfica mostrada no gráfico anterior – 1,7 por casal, e o aumento da expectativa de vida da população. Então, em 2060, nós teremos 42% da população idosa.

Pode passar.

Esse gráfico aí é justamente o gráfico do impacto que nós imaginamos que vá ocorrer caso seja aprovada na integralidade a proposta. Aliás, não, desculpem: isso aqui é o déficit. A letra está muito pequena aqui.

Então, o déficit aí, como coloquei: R\$265 bilhões, em 2018, estimado R\$294 bilhões. Vejam que há um acréscimo de R\$30 bilhões por ano. É um crescimento vegetativo, mesmo sem nenhum impacto diferente, só em função das novas pensões, aposentadorias, auxílios-doença, enfim, do que o sistema previdenciário propicia.

À parte, nós colocamos o BPC, porque ele está fora da questão previdenciária. Ele faz parte da assistência, mas, como nós colocamos o BPC dentro da proposta... É só para vocês terem uma ideia do que significa o BPC, mas ele não entra no cálculo do déficit, porque ele é suportado pela contribuição do sistema assistencial como um todo e não apenas da previdência.

Pode passar.

Lembro ao Senador Esperidião Amin que nós vamos deixar essa transparência aqui para os senhores, à disposição da Comissão.

O perfil...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Aqueles dados de 2018...*(Intervenções fora do microfone.)*

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Veja, são duas situações distintas. Por isto é que nós colocamos à parte o BPC, porque ele não faz parte dessa arrecadação, que é do anterior; a arrecadação é só sobre previdência. Como entra seguridade, aí vem a saúde, vem o BPC, que é a Loas, o Bolsa Família, as outras coisas.

O perfil dos beneficiários do INSS. Nós temos 30 milhões aproximadamente de aposentados e pensionistas no nosso sistema geral, no INSS, no regime próprio. Vejam que 66,5% recebem até um salário; e 16,9, até dois salários. O contingente de brasileiros que ganham até dois salários mínimos é 83,4%. Essa é a realidade do nosso sistema previdenciário no País.

Pode passar.

Esse impacto que nós colocamos aqui é justamente o impacto esperado e que foi apresentado no projeto enviado ao Congresso Nacional. Então, no regime geral, em quatro anos, 82,5 e, em dez anos, 715; no regime próprio, 33,6, e 173,5. Vejam que, nas alíquotas do regime geral, na verdade, há uma perda de 10,3, porque há uma redução da alíquota da base de arrecadação de 8 para 7,5%, e isso vai se reproduzindo ao longo das faixas subsequentes. Então, nós temos, na verdade, um decréscimo de 10,3, em 4 anos; e R\$27 bilhões em 10 anos. No caso do RPPS, há um aumento de 13,8 e 29,3. Na fásica e focalização do abono, 41,4 e 182,2. No que se refere às pensões das Forças Armadas, 28 bilhões em quatro anos e 97,3 bilhões em dez anos.

Então, a União pretende, no regime previdenciário e assistencial, economizar 1.164.700.000.000.

Fizemos uma projeção aqui embaixo para os Estados. Nós imaginamos que, caso as medidas sejam aprovadas na sua integralidade, nós teremos 329,5 bilhões nos próximos dez anos a favor dos Estados; e 170,9 bilhões a favor dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – No militar...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Volte um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – A economia é de quanto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – A economia ali é de 97,3 – isso no regime de proteção social em dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em dez anos?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sobre a outra parte, a gente vai falar, vai falar o que você me pediu para falar a respeito.

Esse quadro é interessante, e eu vou deixá-lo para os senhores verem que, por ocasião da minha ida à Comissão de...

Foi Seguridade lá na Câmara?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Seguridade e Previdência.

O discurso que eu ouvi, antes até da ida do Ministro Paulo Guedes, foi de que esse projeto impactava os mais pobres principalmente. Então, é importante a gente verificar o que é a proporcionalidade. Nós temos 71,3 milhões de brasileiros que são potencialmente beneficiários do INSS: são os celetistas, são os autônomos, são os microempresários, são os trabalhadores intermitentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É, esses que estão na ativa e que ainda irão se aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – São 71...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sim, 71,3 milhões.

Então, essa economia pretendida, de 687,4 bilhões, vai significar R\$9,6 mil por indivíduo ao longo de dez anos.

No caso do regime próprio, em que tanto é afetado o ativo quanto o inativo – por isso que o número é 1,4 milhão e daria 202 bilhões –, a economia pretendida é de R\$141,8 mil por trabalhador. Significa que aqueles que estão no topo da pirâmide vão contribuir 14 vezes mais do que quem está na base da pirâmide. Então, é a regra da proporcionalidade. Quando se fala



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

em termos absolutos, é evidente que 70 milhões são muito mais do que 1,4 milhão. Por isso, o impacto é maior num número maior de pessoas.

Lá são os militares. Esse impacto sobre eles é de R\$181 mil. No caso dos militares, rapidamente, até atendendo uma solicitação do Senador Otto, que certamente vai discutir um pouco mais... No sistema de proteção social e assistência dos militares, que foi negociado com o Ministério da Economia ao longo desses 60 dias, houve um aumento do tempo de contribuição, de 30 para 35 anos, e na taxa de permanência, dependendo do posto. Então, por exemplo, um general vai sair aos 70 anos de idade. Para cada gradação de posto, há um acréscimo de tempo, o que vai permitir que o suboficial, que normalmente se reformava abaixo dos 50 anos, fique praticamente até os 57 ou 58 anos de idade. A gente tem aqui os números. Quer dizer, aumenta bastante o tempo de permanência da tropa dentro das Forças Armadas.

Há também a cobrança às pensionistas e aos cabos e soldados, que hoje são isentos de alíquota, que vai subir de 7,5% para 10,5%. Acrescido de um plano de saúde que é pago pelos militares, isso vai para 14%, que é a média com que os servidores civis também são remunerados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – E os pensionistas continuam os mesmos? Saiu algum pensionista?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Os pensionistas vão passar a pagar alíquota, que não pagavam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está certo. Ficam pai e mãe...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sim, sim, reduziu também. Vai reduzir os dependentes. Nós tínhamos 19 ou 20. A relação baixou para 4 ou 5, não foi isso?

O SR. LEONARDO ROLIM – Ficou praticamente a mesma relação.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Da área civil. Você tinha quase 20 dependentes...

O SR. LEONARDO ROLIM – É praticamente igual.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Parece-me que tem um a mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dá para dizer aí como ficou?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Deixe ele dar uma pesquisada aqui. Ele vai olhar aqui enquanto isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ficou pai, mãe e...

O SR. LEONARDO ROLIM – Eu pego aqui.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ele vai olhar aqui enquanto isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Acho que ficaram pai, mãe e esposa, não é?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Então, houve uma série de modificações na carreira, compensação entre os regimes... Então, houve uma série de situações que nos dão essa condição dos R\$97 bilhões.

Em contrapartida, Senador, foi também oferecido, junto com o processo de reestruturação, um projeto de reestruturação das carreiras das Forças Armadas. Essa reestruturação vai custar em torno de 85 a 86 bilhões aproximadamente. O saldo seria de 10,5 bilhões ao longo de 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No Quartel General do Exército, o número que eles deram, em dez anos, foi esse de 10 bi e pouco.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Que é a diferença entre um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a progressão... É como vocês chamam, não é?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso. A proteção social menos a reestruturação da carreira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, a progressão funcional... A reestruturação funcional custará 80 e tantos. Então, na verdade...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso, a diferença...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... a economia, em dez anos, dos militares é de 10 bi.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É de 10,4 bi, exatamente.

Você pode passar?

Você quer dar essa informação? Diga aí.

O SR. LEONARDO ROLIM – Se quiser deixar para... Melhor no final, faço um resumo sobre os militares.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O.k.

Bom, é aquilo que eu falei no início: a questão de que o TCU reconhece o déficit mesmo sem DRU. Senador, esse é um acórdão do TSE... Desculpe: do TCU. A própria instituição, que tinha um entendimento diferente, reconsiderou a partir de 2016, mesmo com os critérios que nós gostaríamos de discutir, posteriormente.

Sobre a questão da DRU, que também foi muito contestada: dentro da PEC nos propomos a retirada da DRU para deixar claro que o recurso de previdência e de seguridade vão exatamente para aquele lugar, sem a possibilidade de remanejamento.

Além disso, nós criamos uma lei de responsabilidade previdenciária dentro da PEC, onde se estabelece que, ao longo de um período, Estados e Municípios precisam se adequar, sob pena, inclusive, de não receberem repasses. É para que, de uma vez por todas, nós possamos evitar o que aconteceu em alguns Estados e Municípios: de se apropriarem dos recursos do servidor e, depois, não terem como resolver a situação e gerarem um problema para o futuro.

Nós também instituímos uma situação em que se permite que, nos fundos próprios, os Estados possam fazer a correção do débito atuarial com um acréscimo de alíquota, para evitar, inclusive, que novos recursos sejam remanejados para esse fim e que se prejudique a questão da saúde, da educação, da infraestrutura. Então, nós fizemos aí um trabalho para tentar blindar o sistema previdenciário e a sua arrecadação. Inclusive, nós acabamos o Refis na Previdência. Nós estabelecemos que, a partir da votação da PEC, o prazo máximo de parcelamento será de 60 meses e não mais de 240 ou 320 meses, instituído na própria Constituição, para evitar aquela roda vida que era feita por muitos devedores contumazes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Fica em 60 meses?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Em 60 meses como o prazo máximo, acabando o Refis.

Você pode passar para o próximo.

Capitalização, que também é um tema bastante comentado. Estive, inclusive – viu, Governador Cid? –, com o Mauro Benevides em algumas oportunidades discutindo o tema,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de outros economistas. E qual foi a nossa preocupação dentro do projeto? A Constituição estabelece o regime de repartição. Então, nós precisávamos necessariamente, se queríamos tratar do tema, abrir uma janela na Constituição. Então, nós buscamos, através de uma série de exemplos de outros países e consultas a outros economistas, definir, eu diria, a forma como isso se dará num projeto de lei complementar *a posteriori*.

Então, primeiro, nós estabelecemos uma espécie de colchão social. Esse colchão social determina que nenhum brasileiro vai receber menos do que o salário mínimo, mesmo no sistema de capitalização. Então, passa a ser garantido, como é hoje no sistema de repartição, pelo Orçamento Geral da União. Segundo: ele não é obrigatório, ele passa a ser de livre escolha do trabalhador ou entidade.

Portabilidade. Nós achamos importante a questão da portabilidade para que, na hora em que for resolvido como será a capitalização, o cidadão possa dizer "eu não quero ser gerido por esse ou por aquele fundo, quero ir para um privado, quero ir para um público". Enfim, ele vai escolher quem vai tomar conta do seu dinheiro.

Depois nós estabelecemos também que a contribuição poderá, inclusive, ser patronal, porque essa era outra crítica muito forte. Permitam-me aqui, inclusive, ler o inciso VII do art. 115, que trata do tema: "Há possibilidade de contribuição patronal e do trabalhador, dos entes federativos e do servidor, vedada a transferência de recursos públicos." Ou seja, é uma conta segregada do trabalhador, mas é possível, e esta expressa na lei, a contribuição patronal, que vai ser disciplinada *a posteriori* numa lei complementar. Está expressa aqui essa situação.

Por fim, uma novidade aqui, que é o art. 2º... São duas novidades, aliás.

§ 2º O novo regime de previdência social, de que trata o caput, atenderá, na forma estabelecida na lei complementar [...]:

I - benefício programado de idade avançada;

.....

a) maternidade;

b) incapacidade temporária ou permanente; e

c) morte do segurado; e

III - risco de longevidade do beneficiário.

Então, nós estamos estabelecendo que, mesmo no regime de capitalização, o beneficiário terá esse seguro por parte do regime a que ele está atrelado.

E, além disso, a questão da camada nocional – se me permitem, rapidamente. Esse é o mesmo sistema que hoje está vigendo na Noruega, na Suécia, na Itália e no Canadá. Porque o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande problema do regime de capitalização será, certamente, o custo de transição. Se você vai mudar de um regime para outro, resolvida e equacionada a questão atuarial do regime atual, a partir de que novos entrantes não irão mais financiar o regime que nós temos hoje, que é o regime de repartição, haverá um problema de transição. Então, por isso, nós estamos propondo o nocional, e está expresso aqui no projeto de lei.

E o nocional significa o seguinte: os novos entrantes terão uma espécie de conta gráfica, garantida pelo Governo, através de títulos de dívida pública, títulos mobiliários, receitas extravagantes, e ele vai acompanhar como se tivesse uma caderneta de poupança. Ele saberá exatamente qual é o valor que ele tem naquela conta ao longo do tempo, e o Governo se obriga a pagar a ele, ao final de 30 ou 40 anos – isso vai ser definido na lei complementar –, corrigido pela inflação. O dinheiro está segregado, o cidadão sabe exatamente quanto foi que depositou ali.

Em contrapartida, o dinheiro que ele vai aportar entra no fundo de repartição para diminuir o custo de transição. É evidente que vai haver a necessidade de se fazer um cálculo atuarial, porque nós estamos falando aí de um estoque de pelo menos 80 anos. Quem entrar hoje no mercado com 19 ou 20 anos de idade, com a progressividade da melhoria de condição de vida, certamente vai viver até os 100 anos de idade e essas pessoas vão ter que ser assistidas pelo regime de repartição até o final de suas vidas. Eu estou falando em média, porque, se hoje é 82, daqui a 80 anos pode-se chegar, seguramente, a 100 anos.

Então, nós temos que, para botar de pé o regime de capitalização, ter um cálculo firme, com segurança fiscal, de que teremos a possibilidade e a condição de suportar o regime atual e, ao mesmo tempo, dar segurança ao Governo e aos participantes de que eles poderão resgatar essa poupança gráfica ao final de 30 ou 40 anos. Por isto nós remetemos para um projeto de lei complementar: para que esses detalhes possam ser definidos *a posteriori*.

Você pode passar?

Alguns itens da MP 871. Nós esperamos aí R\$9,8 bilhões por ano... Nesse primeiro ano, aliás, como resultado da implementação dessa MP e, basicamente...

Há alguns dados aqui que eu prefiro abrir para o debate para a gente poder conversar, Senador, para não ficar muito enfadonha a apresentação.

E o que muda?

Tudo isso aqui eu já falei, não tem nada de novidade.

Por fim, o rural. Vou falar só sobre o rural e o BPC para a gente poder encerrar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do BPC. Qual foi a ideia do Governo? Esse é um tema que certamente suscitou muito debate e muita reação dos Srs. Congressistas, tanto nesta Casa como na Câmara dos Deputados.

Dois fundamentos nos levaram a apresentar as mudanças no BPC. O BPC, Senador Otto, tem uma particularidade: são duas clientelas distintas. A primeira clientela são as pessoas com deficiência, pessoas que têm deficiência física, mental, e que pode acontecer em qualquer idade. A pessoa, desde que nasceu, pode apresentar essa deficiência ou pode adquiri-la ao longo da sua vida, por um acidente ou por um infortúnio qualquer. Então, essas pessoas – desde que estejam dentro da regra de elegibilidade, um quarto de salário mínimo de renda familiar – continuam da mesma forma. Devemos ter em torno de 2,5 milhões de pessoas que são atendidas pelo BPC para pessoas com deficiência. Os demais, a outra categoria, são os idosos pobres.

Então, nós propusemos o seguinte. Primeiro, aos 65 anos de idade, atualmente, o idoso pobre, com essas regras de elegibilidade, percebe um salário mínimo. Nós propusemos a antecipação aos 60 anos, de cinco anos. O Governo deverá despende ainda R\$16 bilhões a R\$18 bilhões para fazer essa antecipação. Então, no período do Governo Bolsonaro, ao invés de nós termos ganho fiscal, como está sendo acusado, nós vamos ter, na verdade, um dispêndio, nós vamos investir R\$16 bilhões a R\$18 bilhões, porque são pessoas que não ganham nada. Nós imaginamos aí, nós projetamos aliás, alguma coisa como 1 milhão de pessoas que estão nessa faixa etária e com essa regra de elegibilidade.

O que nos inspirou a antecipar esse recebimento e, ao mesmo tempo, procrastinar de 65 para 70 anos? Primeiro: quem tem 60 anos de idade e normalmente está sujeito a um trabalho intermitente, no sentido, inclusive, de fazer bicos para viver, não tem um trabalho regular e começa a ter maior dificuldade porque perde capacidade laboral. Então, quem fazia, por exemplo, quatro faxinas por semana, passa fazer a duas; em vez de receber R\$800 ou R\$900 por mês, começa a receber R\$400 ou R\$500 por mês. Essas pessoas também precisam de maior acesso a medicamentos. Então, na hora em que o Estado diz "olha, você vai ter direito a receber R\$400", para ela certamente é importante, pelo complemento da renda, e ela, ao longo desse período, vai ter o reajuste pelo INPC.

Nós fizemos cálculos. Se você imaginar aí a 2% – dinheiro tem custo –, que é o valor mais barato de antecipação de recebíveis, a taxa de consignado ao mês, nós temos aí alguns cálculos que mostram que, ao longo dos 10 anos, não só se equilibra como o cidadão tem um lucro percentual.

Agora, se você fizer isso de forma cartesiana, é evidente que, com 400 para menos e 400 para mais, estariam faltando R\$100. Mas o dinheiro, quando você antecipa e traz a valor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, tem custo. Então, dentro dos cálculos que fizemos, nós achamos que há um equilíbrio, e o Governo atual, na verdade, despende recursos financeiros, não tem equilíbrio financeiro, porque ele antecipa valores.

E a segunda motivação é evitar a concorrência entre os dois sistemas. Hoje 53% dos brasileiros que se aposentam pelo INSS o fazem por tempo de serviço, e a legislação já preconiza 65 anos para homens, 60 anos para mulheres e 15 anos de contribuição. Esses brasileiros, no caso dos homens, já se aposentam, Senador, aos 65,5 anos de idade, porque eles demoram mais um pouquinho para conseguir os 15 anos de contribuição. E, como eles têm dificuldade de ter um emprego fixo, quando faltam 4 ou 5 anos, eles fazem um esforço muito grande – esse brasileiro que se aposenta com essa idade – para pagar um carnê extra. E ele se aposenta aos 65 anos, com um salário mínimo, tendo contribuído 15 anos, enquanto quem recebe assistência – é um pacto civilizatório da sociedade brasileira que ampara os mais velhos, os idosos e as pessoas com deficiência – se aposenta aos 65 anos, sem a necessidade de ter contribuído nem um mês, com o mesmo salário mínimo.

Então, qual foi a inspiração? Separar assistência de previdência e, ao mesmo tempo, estimular que não haja concorrência entre os sistemas, ou seja, não desestimular a contribuição daqueles que se aposentam com um salário mínimo, que já são 53% dos brasileiros que se aposentam no regime geral. Dos 30 milhões de brasileiros, 53% se aposentam por idade e não por tempo de contribuição.

E, aí, é importante colocar que os mais pobres no Brasil, Senador, se aposentam, em média, dez anos depois dos mais ricos, daqueles que são mais bem aquinhoados. Eu escutei o Paulo Taíner falar que as empregadas domésticas se aposentam dez anos depois das patroas e que os peões de obra se aposentam dez anos depois dos engenheiros ou dos proprietários das construções. Isso é real, é estatisticamente comprovado. Ou seja, quem ganha mais se aposenta mais cedo e com salários maiores; quem ganha menos se aposenta mais tarde e, em média, com um salário mínimo.

Em relação ao rural, que é o último tema que eu vou abordar antes de abrir para conversarmos, o que nós propusemos foram duas situações. Uma diz respeito à MP 871, porque nós constatamos que, de acordo com o IBGE, 16,5% a 17% da população brasileira afirma que é rural, que trabalha como rural e que é rural, mas nós temos mais de 30% – 33% a 34% – de aposentados no nosso regime geral que são rurais. Então, é uma constatação de que há uma fragilidade no nosso cadastro, de que o cadastro para verificação de quem efetivamente tem direito a ser segurado especial, de acordo com a Constituição de 1988, não está tendo a rigidez necessária. Ou seja, quem tem direito tem que ser alcançado, mas quem não tem direito também está sendo alcançado. Então, na MP 871, essa de combate à fraude, nós mudamos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma de convalidação do tempo ficto. Nós tiramos essa condição de consolidação dos sindicatos rurais e, dentro de um processo de transição, nós passamos isso para o que nós chamamos de autodeclaração.

Então, a partir de 2020, do próximo ano, o cidadão que mora no campo e trabalha no campo vai fazer uma declaração como você faz hoje, Senador, do Imposto de Renda. Então, por exemplo: "Em 2019, lá na Bahia, lá em Queimados" – ou em Canudos – "eu trabalhei criando cinco vacas" – ou plantando quatro mil covas de roça, ou destocando terreno, ou fazendo uma parceria, ou uma meia com um proprietário rural. Qualquer que seja a atividade dele, ele vai declarar. Como a gente sabe que há dificuldade, para quem mora no campo, de buscar a internet, isso vai ser possível fazer também nos postos do INSS, de prefeituras locais, de EMATERs, nós vamos fazer uma rede que vai recepcionar essas declarações. E essa declaração feita pelo trabalhador rural ao longo do tempo é o que vai definir o tempo que ele efetivamente passou na sua atividade rural. A ideia é que nós possamos tornar o nosso cadastro, na medida do possível, à prova de fraudes, porque isso vai ser alcançado pelo CNIS, que é o nosso Cadastro Nacional de Informações Sociais, que já tem alcance nacional.

Aí, na PEC, nós fizemos mais duas alterações – isso foi o que fizemos na MP, essa mudança para autodeclaração.

Na PEC, nós estamos propondo duas medidas: o aumento de 55 para 60 anos na idade da mulher – três medidas aliás –, o aumento do tempo de contribuição de 15 para 20 anos e, por fim, o limite mínimo de contribuição por ano, que passa a ser R\$600.

Aí, vale um esclarecimento: a lei ordinária já preconiza que a forma de contribuição do rural no sistema previdenciário é diferente da do trabalhador urbano. Ele contribui com 1,7% do resultado da produção do ano anterior, no caso de pessoa física, por unidade familiar, e 2,1% ou 2,2% se for uma pequena propriedade ou uma cooperativa. Imagine que ele teve R\$30 mil no ano anterior; 1,7%, vamos botar 2%, seriam R\$600. Esses R\$600 que a gente estabeleceu como piso mínimo, uma família média no interior são quatro pessoas – eu estou sendo aqui, inclusive, conservador, porque o povo no interior faz mais menino do que o povo na cidade –, vamos botar quatro pessoas, então, como você contribui por unidade familiar, são R\$150 por pessoa. Dão R\$12,50 por mês. Dão R\$3 mil por 20 anos de contribuição. Quando a pessoa se aposentar aos 60 anos, em três meses ele já recebeu tudo o que ele contribuiu para o Estado em 20 anos.

Então, para nós, para o Governo, e na estratégia do projeto, isso não é impactante do ponto de vista fiscal, mas vai significar um aperfeiçoamento do cadastro para evitar o que existia anteriormente. Ele era permeado de toda ordem e isso, acumulado ao longo do tempo, vai permitir que nós tenhamos maior honestidade no cadastro que está sendo apresentado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são os temas mais relevantes.

A gente está aqui à disposição para debater com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quem está inscrito?

Está aqui, Eliziane, eu coloquei o seu nome. Então, você abre mão?

Pergunto ao Relator se...

Senador Tasso quer falar?

Então eu vou passar a palavra à nobre Senador Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, Senador Otto, eu queria cumprimentar o Senador Tasso Jereissati também, Cid, Simone, os colegas.

Na verdade, eu já peguei aqui um pouco pelo meio a apresentação, a exposição do Secretário, portanto, talvez eu faça aqui algumas colocações que possivelmente ele até já tenha respondido. Mas, inicialmente, eu queria colocar, Presidente, que a nossa presença nesta Comissão tem o objetivo, sobretudo, de trabalhar para que nós tenhamos o aperfeiçoamento de uma proposta que todos nós entendemos que é necessária para o Brasil, considerando o déficit fiscal que nós temos, e para que nós precisamos trazer equilíbrio.

E aí, o PPS, inclusive, é um partido – o Cidadania, preciso me corrigir em relação ao novo nome –, o Cidadania é um partido que faz uma defesa da necessidade das reformas. Ao mesmo tempo, também nós temos uma outra defesa que é cláusula pétrea para todos nós que é a defesa, exatamente, das minorias, daqueles que precisam de uma compensação pública para poderem garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, nós estaremos aqui, durante os próximos dias, fazendo esse debate, para que a gente possa, ao final, ter um indicativo de alterações que, de fato, possam melhorar esse texto que virá da Câmara *a posteriori* e, aqui, nós estaremos fazendo os devidos encaminhamentos com emendas.

Eu queria trazer algumas preocupações que para mim são pertinentes. Inicialmente, sobre a questão da capitalização. O senhor fez uma colocação agora há pouco. E parece-me que o senhor fez a garantia colocando a segurança de que, em sendo confirmada a capitalização, nesse novo modelo, nós teremos a garantia de um salário mínimo para evitar o que nós acompanhamos no Chile.

Somado a isso, Ministro, em relação à questão dessa suscetibilidade, dessa possibilidade, por exemplo, em que a gente acaba ficando em relação aos riscos de mercado, eu vi uma exposição sua, não sei se o senhor fez essa colocação hoje novamente, sobre a possibilidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que virá, numa infraconstitucional, acerca da criação do banco de contas, em que nós teríamos possivelmente atrelado à previdência – eu queria que o senhor até nos desse mais detalhes em relação a isso – algum outro banco ligado ao Banco Central, Caixa Econômica, enfim, Banco do Brasil, para que nós tivéssemos uma certa segurança para que esse trabalhador e esse segurado ficasse fora de uma instabilidade, dos riscos de mercado, que são naturais, no caso, em relação à capitalização.

E a questão dessa coisa de não ser retornável: você decide pela capitalização e aí é uma decisão de que você não volta mais atrás. Você tem que se manter realmente pelo processo da capitalização e não pelo regime da previdência.

O outro ponto que eu queria colocar para o senhor, falava agora há pouco aqui com a Simone, é acerca da nossa preocupação quanto às mulheres. Eu vejo que na reforma há dois pontos que eu acho que o Governo deveria flexibilizar. Eu acho que há um sentimento de aprovação da reforma e esse sentimento da necessidade, eu diria assim, está importante no sentido de que o Governo poderia flexibilizar em dois pontos, que é a questão do BPC e do trabalhador rural e das mulheres também. Porque eu vi um levantamento aqui do Senado que aponta que, para essas questões da aposentadoria rural e do BPC, o percentual chega ao equivalente do montante do que nós poderemos ter de resultados da PEC, um montante de aproximadamente menos de 10%. Ou seja, é um valor que eu acho que o Governo poderia repensar, abrir mão dele e que, no geral, vai trazer um benefício gigante para essas comunidades.

Eu digo, Ministro, por exemplo, em relação ao meu Estado. No Estado do Maranhão, 70% dos Municípios têm movimentação da previdência maior do que o Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, nós vamos quebrar esses Municípios, que já são quebrados, pela questão da inviabilidade econômica. Como eles vão, na verdade, sobreviver, já que essa é uma renda que garante o sustento familiar dessas pessoas?

O BPC, como todos nós sabemos, é uma renda que vai para o miserável, está lá escrito, para o pobre, para aquele que não tem a mínima condição realmente de sobreviver. Então, um salário mínimo já é pouco demais, imagine R\$400. Nós vamos ter um impacto violento. E eu asseguro ao senhor que, por exemplo, hoje, sobre esse acesso, que demora uma média de sete anos a ser efetivado, alguns deles não conseguirão ter o acesso ao BPC e, por exemplo, à aposentadoria rural, no caso específico da mulher, com o aumento dessa idade mínima. Por quê? Porque a expectativa de vida das mulheres do campo e da população do campo é uma expectativa de vida menor do que a da população da zona urbana. Então, realmente o impacto é violento na vida dessas populações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somado a isso, há a questão que eu queria colocar para o senhor aqui de forma muito clara, Ministro. Nós temos dois pesos em relação às mulheres, que são colocados, e essa é uma carga muito grande. Nós temos, primeiro, a alteração da idade mínima da mulher do campo e, ao mesmo tempo em que nós temos isso, uma alteração do tempo de contribuição, de 15 para 20 anos. Em todas as informações que a gente acompanha nos debates no nosso País qual é o principal ponto em relação ao rural? No meu entendimento, não é a questão da idade nem a questão desse valor do BPC, que é para a população mais pobre, mas, sobretudo, a questão da fraude. Nós já temos aqui nesta Casa uma MP que trata disso. Todos nós somos contra a fraude. Nós vamos lutar para que isso realmente possa ser resolvido. Então, nós vamos resolver isso e vamos correr para que os processos de fiscalização possam ser mais efetivos, o sistema de fiscalização e controle.

Agora, além disso, e é importante essa questão do combate à fraude, há o aumento do tempo de contribuição para essa mulher, que é difícil. Veja só. Ah, pode vir o argumento: a mulher tem uma expectativa de vida maior do que o homem. Está bom, mas ela trabalha. O tempo e a inserção dela no mercado de trabalho é sempre menor. Ela tem a dupla jornada, ela tem uma maior dificuldade, por exemplo, em emprego formal. Então, para ela há uma série de situações que são muito mais complicadas. E isso, no meu entendimento, é mais uma situação que dificulta, sobretudo para as populações mais pobres.

Acerca do valor, Ministro, da contribuição, dos R\$50 mensais familiar – e nós, do cidadania, vamos fazer, inclusive, emendas nesse sentido, Ministro... Eu sou do interior do Estado do Maranhão. Meus avós foram trabalhadores rurais. Estou relatando isso aqui para lhe dizer que eu nasci numa casa de taipa, nem energia elétrica tinha a minha casa. E R\$50 significa muito para a vida dessas pessoas – significa mesmo. Eu asseguro ao senhor que uma população, por exemplo, que ganha muito pouco e não consegue ter sobrevivência, vive, por exemplo, com o Bolsa Família, não vai conseguir tirar R\$50 para pagar por mês. Eu lhe digo isso aqui com toda a segurança. Ela não vai colocar isso como uma situação que se torna necessária. E aí nós vamos ter problemas no final da vida dessas pessoas.

Outra coisa que se soma a isso é, por exemplo, a questão dos sindicatos. O Governo está querendo fazer a substituição do sindicato pelo órgão do Governo Federal... Esqueci o nome aqui. Mas esses órgãos não têm tanto acesso à Região Nordeste brasileira. O sindicato está próximo do povoado – próximo não, está no povoado. A população pobre tem acesso direto para comprovação dessa sua contribuição que nós tínhamos lá atrás. Vai ser mais uma dificuldade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que há muita dificuldade para as populações mais pobres do nosso País onde é minha Região. A Região do meu colega Cid vai ser uma Região extremamente prejudicada. Então, eu queria pedir que o senhor fizesse uma avaliação desses pontos.

O Governo está em processo de negociação com a Câmara e com o Senado no sentido de fazer a aprovação dessa reforma. E eu acho que, se o governo flexibiliza esses pontos que são mais conflitantes, que são mais preocupantes, nós vamos, ao final, conseguir de fato ter um resultado melhor e uma aprovação de uma previdência que seja compatível com as condições econômicas do nosso País e, acima de tudo, eu diria, como sempre coloco em todas as minhas defesas, com as populações mais pobres: a mulher do campo, o homem rural, o homem do campo, o trabalhador rural, as pessoas em situação de miséria, de pobreza e pessoas com deficiência, que são aquelas que têm acesso ao BPC.

Eu asseguro para o senhor que, com R\$400, nós vamos colocar idosos em situação de mendicância. Isso é extremamente preocupante. A nossa população idosa precisa ter o mínimo para conseguir comer, ter pelo menos duas, eu não diria nem três refeições, que é o mínimo que a gente pode ter, mas, com 400, eu garanto que ela não vai poder garantir sequer a sobrevivência com alimentação diária.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Pronater, que é o programa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu estou promovendo-o a ministro porque realmente ele tem muita capacidade para ser ministro, em relação a uns dois ou três que o Bolsonaro nomeou.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Primeiro, quero agradecer, Senadora, os questionamentos que a senhora nos faz e dizer que, sem dúvida nenhuma, a senhora representa o que nós acreditamos no povo brasileiro, pela sua história de superação. O fato de a senhora estar no Senado da República demonstra como a nossa democracia é vibrante, é viva, com instituições tão fortes e consolidadas. Então, parabéns pela sua luta e pelas suas preocupações, que certamente refletem o sentimento do eleitorado que a senhora representa aqui com muita dignidade.

Quero dizer, Senadora, o seguinte: em relação à questão da capitalização, realmente a gente falou um pouco aqui, mas, em cima das dúvidas que a senhora levantou, quando falamos de fundo garantidor é porque a questão do nacional, a exemplo do INSS, terá que haver um fundo garantidor. O Governo Federal precisará, de alguma forma, garantir que as poupanças que vão ser colocadas no sistema de repartição possam ser devolvidas à população ao final de 30, 40 anos, no que nós vamos estabelecer como contrato dentro da capitalização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, o Governo precisa fazer um *funding* com títulos de dívida pública, com títulos mobiliários, com receitas extravagantes, mas é uma hipótese que nós estamos tratando que só vai ser consolidada no detalhamento de um projeto posterior, como foi colocado na própria PEC. E certamente nós teremos que ter toda a responsabilidade de apresentar um projeto que, ao mesmo tempo que tenha essa segurança jurídica e fiscal para quem efetivamente topa entrar no fundo de capitalização, nós temos que ter a segurança também de prover o sistema de repartição de que eu e a senhora fazemos parte e a grande maioria da população brasileira que já entrou no mercado de trabalho. Então, a gente vai detalhar isso posteriormente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Ministro, apenas aqui, Senadora, só complementando, porque V. Exa. não estava aqui, pelo que entendi, o sistema é opcional, não é obrigatório. E também, a critério do beneficiário, do funcionário, ele escolher se quer que a sua poupança, sua contribuição vá para um fundo público ou para um fundo privado. E pode mudar. São as explicações que acho que esclarecem um pouco os seus receios.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O que V. Exa. comentou é verdade: está estabelecido na PEC que haverá um seguro, de tal forma que ninguém receberá menos do que um salário mínimo, caso não consiga fazer o aporte necessário ao longo do tempo.

Sobre a questão das mulheres, nós estabelecemos dois critérios, é verdade, porque na PEC nós levamos em consideração que tratar os desiguais de forma desigual não é preferência, é dever de justiça. Então, no regime geral e no regime próprio, que vão ter as mesmas regras para concessão do benefício e para se aposentar, 62 e 65, as mulheres com três anos a menos.

Nas aposentadorias especiais, professores, trabalhadores rurais, policiais e profissionais de categorias que trabalham com materiais perigosos ou insalubres, nesses casos, nós propiciamos aí a igualdade de gênero. Por quê? Porque as pessoas já estão se aposentando com um tempo menor do que os demais brasileiros. Então, foi essa a regra estabelecida. Agora, é evidente que o Congresso Nacional tem autonomia, legitimidade para se debruçar sobre o texto e propor... O professor ficou: 60 anos, com 30 anos de contribuição para homem e mulher. O policial ficou 55 anos, com 30 anos de contribuição e 25 na atividade.

Em relação à questão rural, Senadora Eliziane, na questão do campo, que a senhora falou, é importante colocar, e isso tem sido o entendimento das pessoas, e esta é uma oportunidade e vou aproveitá-la para dizer que a contribuição pedida nesse mínimo de R\$600, que dá R\$50 por mês, não é por indivíduo, é por unidade familiar. Nós estimamos que uma família deve ter quatro membros, então dá R\$12,50 por pessoa. Eu fiz até o cálculo aqui, vai dar R\$3 mil ao longo de 20 anos. Em três meses de aposentadoria, a pessoa já recebe de volta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não tem impacto fiscal significativo. A nossa ideia aí é justamente haver uma higidez maior no cadastro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente, isso, ministro, porque, veja bem, o senhor coloca que é distribuído familiarmente. Mas essas famílias a que nós estamos nos referindo são famílias muito pobres, em geral, trabalha só uma pessoa na família.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu posso fazer um reparo, se a senhora permitir?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro, ministro.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – No diálogo aqui. Hoje no meu Estado é assim, no seu não deve ser diferente, também no do Senador Cid, que somos do Nordeste, porque a realidade do Nordeste é diferente da do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste do País. No Sul, por exemplo, essa contribuição de 1,7% se dá de forma mais efetiva, no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, pelas cooperativas, o que não é verdade no Nordeste. Lá praticamente ninguém contribui, poucas pessoas contribuem. E nós entendemos a sazonalidade dessa atividade. Ao longo de toda uma vida, quem trabalha no campo, quando chove vai plantar, porque está sempre acreditando que daquela vez vai dar certo, e quando planta, vai capinar, torcer e rezar para que continue chovendo, para que frutifique e ele possa colher no futuro. Esse ciclo é de três ou quatro meses. Então, você trabalha três ou quatro meses, e nos demais meses você não tem uma atividade regular – e quando não há a seca. Havendo a seca, você tem a frustração da safra ou até da criação.

Veja, o que é que nós estamos dizendo? Qual é a realidade objetiva? Essa família de quatro pessoas contribui individualmente para o seu sindicato. No meu caso lá, com R\$18 a R\$20. Então, a família já gasta de R\$80 a R\$100 no sindicato para receber justamente essa consolidação feita pelo sindicato por ocasião da sua aposentadoria. E o sindicato não aceita por família, não; ele quer por indivíduo. Isso já é pago para que ele possa consolidar... Já é pago para ele consolidar... O que é que nós estamos fazendo? Nós estamos propondo a autodeclaração. Veja, essa questão da Emater é uma transição. Para nós ela é apenas um passo para a autodeclaração. Nós estamos querendo que o cidadão que trabalha no campo, a partir do próximo ano, vá declarar o que é que ele fez no ano anterior, não apenas pela internet, porque reconhecemos, Senador Rodrigo, que muita gente no campo não tem acesso à internet, mas vai ter acesso aos órgãos da própria Previdência Social, da Secretaria de Agricultura, da Prefeitura local, e os sindicatos podem perfeitamente orientar os trabalhadores para que eles busquem a maneira de fazer essa declaração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós estamos propondo não vai significar, de forma nenhuma, impacto fiscal favorável para o Governo. O que nós queremos é evitar que quem não tem direito continue a ter direito, e quem tem direito, sim, este continue a receber o que a Constituição assegura e o que pacto civilizatório da sociedade brasileira desde 1988, ou seja, que as pessoas que trabalham no campo em situação adversa, em situação precária possam receber um tratamento diferenciado, inclusive com o sistema de contribuição completamente diferente daquele dos outros cidadãos, que contribuem com 8%, ou 10%, ou 11%, ou 14% todos os meses, ou até do microempresário que contribui com 5%. No caso do trabalhador do campo, é 1,7% sobre o total da sua produção durante o ano, e estabelecemos um piso.

Mas, Senadora, fique tranquila que nós vamos fazer esse debate, sim. O Governo está disposto a conversar a respeito do tema por ocasião da discussão na Comissão Especial.

E, por fim, a questão do BPC. Eu falei aqui anteriormente, só para reiterar, que são duas as categorias do BPC. As pessoas com deficiência continuam da mesma forma, ninguém está propondo nenhuma alteração. A alteração é com os idosos pobres, e, nesse caso, em vez de diminuir para um salário mínimo, nós estamos antecipando esse recebimento. Quem recebia aos 65 anos passa a receber aos 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Satisfeita, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar convidado.) – Só uma tréplica, aliás, réplica – eu sempre falo tréplica, mas é que eu queria ter mais outra hora para falar; mas estou brincando: é réplica.

Ministro, é sobre essa questão, porque, se a gente fala da autodeclaração, ela é endossada pelo Pronater, não é isso?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Na verdade, só nesse período da transição, nesse primeiro ano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas, pelo estudo dos senhores, nós temos capilaridade? – e eu estou falando só do Nordeste.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos capilaridade o suficiente no programa para fazer esse atendimento?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Não. Tanto é que, dentro da regulamentação que foi feita, nós trouxemos outros órgãos para nos ajudar nesse processo. Eu posso passar para a senhora a regulamentação, para a senhora dar uma olhada, e, se a senhora tiver alguma sugestão, a gente está disposto a receptionar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não estou defendendo os sindicatos aqui, nem deixando de defender.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Não, claro. Eles são legítimos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha defesa é estritamente quanto ao acesso desse trabalhador a um órgão para fazer o endosso da contribuição.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Claro, na regulamentação nós ampliamos esse escopo, levando em consideração essa dificuldade que alguns Estados têm da rede do Pronater. Se você pega Minas Gerais por exemplo, a cobertura é maravilhosa; a Bahia também; já o Estado de São Paulo é mais deficiente, talvez precise menos; em alguns Estados do Nordeste também há uma deficiência maior. Então, levando em consideração essa dificuldade, nós fizemos a regulamentação e aumentamos o escopo.

Eu vou passar para a senhora, e, se a senhora tiver alguma sugestão, a gente está aberto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Só a título de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não, não, não quero a palavra, não. Só um esclarecimento aqui que, como Relator, no caso – e o nosso grande objetivo é podermos chegar a consensos e apressar o andamento do projeto de reforma da previdência –, é importante irmos compreendendo as dúvidas e críticas de cada um dos Senadores.

Na questão do BPC, eu ouvi já noutra discussão uma sugestão que me pareceu bastante interessante, e eu queria ouvir a opinião da Senadora sobre a possibilidade de o BPC também ser opcional, ou seja, ao chegar aos 60 anos... É uma sugestão que foi dada: em vez de ser obrigatório, ao chegar aos 60 anos, o contribuinte recebe R\$400 por mês; ou, na expectativa de esperar os 65 anos para receber o salário mínimo, foi dada a ideia de que fosse opcional. Aos 60 anos o trabalhador faria a opção de começar a receber agora R\$400 – ou o que seja o outro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

valor, não estou discutindo valor ainda –, ou esperar, aguardar para receber integralmente quando completasse 65 anos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Parece-me que há, inclusive, Senador, um estudo – minha assessoria pode até me ajudar aqui nesse sentido – que já foi feito exatamente com essa proposta. O impacto econômico seria de 5%, não é? Mas é um debate que a gente ainda deveria estudar com muito mais profundidade. Quer dizer, seria não receber a partir dos 60 anos, e a partir dos 65 anos... Ou seja, seria praticamente manter o que nós temos hoje, não é?, que é o recebimento a partir dos 65 anos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não, aos 60 anos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele poderia receber os R\$400.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Ele poderia optar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por receber os R\$400.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Os R\$400 ou esperar os 65 anos para receber integral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje, pela proposta do Governo, aos 65 anos dá algo em torno de quinhentos e poucos reais, não é isso?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não, ele receberia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque vai aumentando até os 70 anos.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Não, não. Na verdade, ele é linear. O aumento se dá pela correção da inflação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, mas no cálculo que eu vi dava algo em torno disso nessa idade de 65 anos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É que alguém deve ter feito alguma simulação – acho que um documento que vazou do *Estadão*; deve ter sido aquele. Mas a proposta é linear e o aumento é pela previdência.

O que o Senador está dizendo é o seguinte: como hoje as pessoas não recebem nada aos 60 anos, há uma proposta, que o Senador inclusive nos colocou ontem, de se colocar de forma opcional. Então, quem tiver interesse de aderir, adere e recebe os R\$400.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não tenho juízo de valor sobre isso. Honestamente eu não tenho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Quem não tiver interesse aguarda os 65 anos e recebe o salário mínimo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu estou colocando como opção a ser debatida...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ao livre-arbítrio das pessoas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... porque me parece que as circunstâncias do trabalhador, que nós conhecemos bem, do Nordeste, do Brasil todo, mas do interior, da área rural principalmente... Depende das circunstâncias do trabalhador: pode ser interessante para ele fazer essa antecipação ou não.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Existem 1 milhão de pessoas nesta faixa: 60 a 65 anos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É deixar ao livre-arbítrio dele. É uma opção. Em vez de ser uma obrigatoriedade, seria uma opção a mais que ele teria.

Estou colocando para o debate ao longo dessa temporada que nós vamos ter aqui juntos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Complementando o questionamento da Senadora Eliziane, Sr. Ministro, eu queria perguntar quais os mecanismos de combate à fraude que estão em vigor. Eu queria que o senhor pudesse nominar isso aí.

Uma das sugestões que eu faço ao Governo é que o Governo possa levantar quem tem aposentadoria rural ou até mesmo BPC e fazer o cruzamento com a declaração de Imposto de Renda, porque acho que esse é um caminho para encontrar muitas pessoas que têm a declaração de Imposto de Renda bem além daquilo que recebe do BPC ou da aposentadoria rural. Eu sou defensor da aposentadoria rural e defensor também da manutenção do BPC como está. Eu vou votar pela manutenção de como ele está. Mas a questão da fraude me parece um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fato muito importante, se o Governo realmente vai combater a fraude. Eu considero que combater a fraude é uma coisa superimportante.

Mas, voltando ao assunto, no meu Estado da Bahia, nós temos 417 Municípios. Em 311 Municípios, a aposentadoria rural é 350% maior do que o Fundo de Participação dos Municípios. Eu vou só dar um exemplo aqui: no Município de Irecê, a aposentadoria rural por ano é de R\$103 milhões; o fundo de participação, R\$35 milhões. Então, acabar com...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – É três vezes maior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É três vezes maior!

Então, é uma coisa que tem que ser observada para não causar um problema social gravíssimo.

Sobre essa questão da capitalização, eu queria perguntar se haverá alguma possibilidade de se colocar também, em caso de capitalização, a contribuição patronal para a capitalização.

Então, essa questão da fraude eu acho que é uma coisa que, se combatida, vai resolver muitas coisas. E também deve ser feita a cobrança dos devedores contumazes, que o INSS conhece muito bem. Eu sou perfeitamente a favor de acabar com o Refis, que se faz e sempre se fez aqui, no Congresso Nacional. Acho que isto é uma coisa positiva: colocar na PEC um limite para o pagamento de 60 meses.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Há uma informação importante que a gente nem comentou aqui e que o Senador realçou. Ouviu, Senadora Eliziane? O Senador Otto, nosso Presidente, nos lembrou isso aqui. E a senhora também comentou a questão da expectativa de vida no Nordeste, no campo.

O Ipea tem estudos – assessoria, depois seria importante a gente até compartilhar com esta Comissão os estudos do Ipea sobre os quais eu vou falar agora – de que a sobrevida no campo é praticamente igual a do rural. Falo de sobrevida, não de expectativa de vida. Essa diferença é importante realçar. Então, expectativa de vida é da hora em que nasce até o falecimento. Então, o impacto na expectativa de vida não atinge a sobrevida, que é a mortalidade infantil, a violência, a falta de saneamento básico, o acesso a nutrientes mais importantes, saúde, etc. Mas quem chega aos 65 anos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O senhor está falando disso no campo ou no Nordeste?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – No campo também. No campo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O senhor falou que há uma diferença de seis meses entre o que se verifica no Nordeste do Brasil...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso!

E agora eu estou falando que a sobrevida do campo e a do urbano também são bastante parecidas. Eu vou trazer para esta Comissão os estudos do Ipea que tratam desse tema. Estou pedindo aqui à assessoria que entregue aqui à Comissão.

E outra situação que é importante, que foi realçada pelo Senador e pela Senadora Eliziane, é que a economia hoje do Nordeste brasileiro é dependente da previdência social e, em alguns casos, em menor grau, é evidente, do BPC.

Nós não estamos trabalhando aqui com a questão do estoque no que tange à questão da aposentadoria. É evidente que, se houver fraude e se ela for identificada, isso tem que ser revertido. Mas não há aqui, no nosso trabalho, um ataque ao estoque da previdência rural. Então, as economias do Maranhão, do Ceará, do meu Rio Grande do Norte e da Bahia vão se manter intactas com as pessoas que já estão aposentadas. Então, não haverá impacto econômico. O que nós estamos trabalhando é fluxo, ou seja, daqui por diante. Na hora em que se corrige o cadastro, nós imaginamos que haverá menor permeabilidade na concessão do benefício e que ele será concedido para quem efetivamente tem direito a ele de acordo com a Constituição, de acordo com a legislação.

Em relação à pergunta do nosso Presidente sobre a capitalização, nós falamos um pouco a respeito, Presidente. Eu até li aqui o texto literal da PEC que trata do assunto, quando se fala da questão da capitalização: há a possibilidade de contribuição patronal do trabalhador, dos entes federativos, do servidor, e é vedada a transferência de recursos públicos, ou seja, você não vai poder aportar outros recursos que não sejam aqueles que foram originalmente concedidos para a área de capitalização. Então, já há a previsão, dentro da própria PEC, da contribuição patronal. O que vai ser definido, *a posteriori*, é qual o tamanho dessa contribuição, qual o percentual. O Ministro defende uma desoneração da folha de pagamento. Então, defende que seja uma contribuição menor do que os 20% que hoje são impostos aos empresários como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Essa questão do Ministro Paulo Guedes, quando ele fala de desonerar a folha de pagamento, ele entra no Imposto de Renda Pessoa Jurídica e aí vai diminuir o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, cuja composição vem do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Pessoa Física e IPI. Então, vai cobrir um santo e descobrir outro. Tem que se encontrar outra forma para resolver esse problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ele acredita e defende, Senador, que, na hora em que você diminui a incidência do imposto, aumenta a base de contribuição, e você vai estimular a formalização. Mas essa é uma discussão dentro da reforma tributária em que nós certamente vamos nos debruçar com muito cuidado para não apresentar uma proposta que reformule o sistema tributário brasileiro e, ao mesmo tempo, desarrume a situação fiscal de Estados e Municípios e do próprio Governo Federal.

A outra pergunta que o Presidente nos faz é relativa à questão das fraudes. São mais de 20 ações diferentes, Senador, mas vamos pegar aqui as mais importantes. Vamos falar aqui do auxílio-reclusão, por exemplo. A legislação previa que, na hora em que alguém era preso e passava a ser trancafiado, se conseguisse um documento por parte de um empresário ou de um empregador qualquer dizendo que ele estava trabalhando, não era necessário haver carência nenhuma; imediatamente, a família passava a receber o auxílio-reclusão por quatro meses, inicialmente. Então, nós estabelecemos uma carência de 24 meses, que pode ser inclusive intermitente, quer dizer, por períodos intercalados. O trabalhador que efetivamente for preso, sendo trabalhador e tendo contribuído para o sistema por dois anos de forma contínua ou intercalada, terá a sua família amparada pelo auxílio-reclusão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Por dois anos...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Dois anos, 24 meses.

Não há retroatividade na questão dos menores. Então, nós estávamos vendo surtos de benemerência por parte de criminosos empedernidos que, de repente, estavam adotando crianças de oito, nove, dez anos de idade. E, no caso da adoção, recebia um retroativo de R\$200 mil, R\$250 mil de uma vez só. Então, nós fechamos essa porta, deixando uma coisa mais rígida nesse processo.

Na questão dos benefícios por incapacidade, a lei determina que, a cada seis meses, o cidadão que tenha tido esse benefício precisa ser periciado. Então, há casos de oito anos, dez anos, doze anos, catorze anos em que a perícia não é restabelecida. E, no caso do BPC, são dois anos. Então, nós temos aí 6,5 milhões de benefícios que serão revisados ao longo dos próximos dois anos. Nós temos, inclusive, acórdãos do Tribunal de Contas da União que identificam que há, pelo menos, 30% de indícios de fraudes nesse conjunto de benefícios. Então, a gente está falando de quase um terço desses benefícios que são passíveis de serem corrigidos.

Há a questão de concessão de isenções por doenças graves. Vou dar aqui um exemplo do que eu vou falar aqui, porque há várias patologias distintas. Por exemplo, uma mulher grávida que está acometida de uma hipertensão séria, que é diagnosticada com essa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

hipertensão, recebe uma isenção na compra de um veículo, por exemplo, de Imposto de Renda e de IPI. Chega a 30%, 40% de desconto de IPI e Imposto de Renda na compra do veículo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É aproximadamente isso. Então, 18 anos depois, 20 anos depois, ela continua com essa isenção sem ter sido submetida a uma perícia médica. Nós estamos trabalhando no sentido de corrigir essas situações. São mais de 20 situações distintas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ha os cruzamentos com o Imposto de Renda.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Há o cruzamento, sim, com vários bancos de dados, com Imposto de Renda, com o Cnis, com o cadastro dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Isso é importante.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu acho que são oito ou dez cruzamentos distintos, inclusive de movimentação financeira das pessoas que são beneficiadas pelo BPC.

Então, há uma série de ações que estão apresentadas. Isso já está no Congresso Nacional. A Comissão, inclusive, foi constituída agora, e o Presidente é o Senador Izalci. Acabei de receber aqui a comunicação da MP 871.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele é o Presidente?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Ele é o Presidente. E o Relator é o Deputado Paulo Martins. Foi instalada exatamente há meia hora. A MP 871 é extremamente importante.

E, na questão que o senhor falou das dívidas, nós apresentamos um projeto de lei, no dia 20 de março – não me lembro do número do projeto, mas ele já está tramitando –, em que tentamos combater justamente os grandes devedores, os que devem acima de R\$15 milhões, que, pelo perfil, são devedores contumazes. Então, endurece-se muito a cobrança em relação a esses devedores, e, ao mesmo tempo, dá-se condição para que a PGFN possa fazer tratativas, no âmbito administrativo, com devedores de menor potencial, que devem algo abaixo de R\$25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está franqueada a palavra a quem quiser perguntar.

Com a palavra o nobre Cid Gomes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, terá a palavra a Senadora Simone Tebet.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – V. Exa. quer perguntar logo?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – A minha pergunta é muito objetiva.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele muito gentil. Portanto, vou fazer aqui uma consideração: eu acho que a fama dele não é justa. Ele é muito gentil com as Senadoras, ouviu, Senador Tasso? Ele tinha fama de ser muito bravo. Antes de ele chegar aqui, essa era a informação que nós tínhamos na época da Câmara dos Deputados, e não é verdade. Tenho que fazer uma consideração que ele é extremamente gentil, além de cavalheiro, com as Senadoras.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Essa maneira de ser *gentleman* é típica de Sobral.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah é?

Agradeço mais uma vez ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O mais calmo de todos, o mais gentil é Ciro Gomes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando ele ocupava a tribuna na Câmara, nós tínhamos que parar para escutar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Ciro é que é um doce.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui isso não é verdade. Ele tem sido muito gentil e companheiro da bancada feminina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pense num doce; este é Ciro Gomes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar convidado.) – Até em homenagem ao Senador que declinou da ordem de inscrição, eu vou ser muito breve. Aqui a minha fala não é nem política nem jurídica, é eminentemente de ordem prática. Eu nem vou discutir o BPC, porque eu acho que isso vai ser resolvido na Câmara dos Deputados e que, quando vier para o Senado, nós estaremos distensionados dessa questão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Numa observação apenas em relação ao BPC, eu acho que, antes de tudo, foi dito aqui pelo Ministro... E, ao cumprimentá-lo, cumprimento o Secretário por gentilmente aceitar o convite de vir a esta Comissão.

Quero dizer que o BPC não é previdência, é assistência, é obrigação de quem ganha mais, é obrigação do servidor público, da classe política, do empresário, do micro e do pequeno comerciante, do cidadão comum arcar com o custo de um País tão desigual, que tem dois milhões de idosos miseráveis. Só tem direito ao BPC hoje no Brasil quem ganha um quarto de salário mínimo *per capita*. Nós estamos falando de R\$250 por mês. Acho que nós não poderíamos sequer imaginar, com todo o respeito ao Governo e a V. Exas., cogitar mexer no BPC. Acho que isso vem resolvido da Câmara. Então, não vou entrar sequer nessa discussão de qual seria a alternativa. Talvez, a alternativa única possível fosse no sentido de melhorar ainda mais a vida dessas pessoas, porque a economia que se fala que se faz é ínfima, é de 0,1% do total do R\$1 trilhão que se quer economizar com a reforma da previdência. E R\$1 bilhão por ano pode ser muita coisa na hora do corte em relação aos servidores, a todos nós, mas R\$1 bilhão por ano todos nós temos que arcar na conta até para poder garantir a estabilidade e a saúde física e mental de dois milhões de idosos, de miseráveis no Brasil.

Então, deixando isso de lado, de forma muito objetiva, sigo a linha um pouco do que disse a Senadora Eliziane em relação às mulheres, que estão sendo duplamente penalizadas. Vai haver um aumento da contribuição de, pelo menos, cinco anos – estou falando do regime geral, não do especial – e um aumento da idade em dois anos. Eu me lembro de que o Presidente Bolsonaro insistiu até o final que permanecesse a idade de 60 anos para as mulheres. Não está aqui em discussão por que vivem mais, a questão é contribuição. Ora, se é contribuição e se já se está aumentando em cinco anos o tempo de contribuição da mulher, por que também aumentar os dois anos? E já sabemos que a mulher comum, como a empregada doméstica que ganha um salário mínimo, dificilmente se aposenta antes de 62 anos.

Então, seja por uma questão política, seja até pela questão de conquista dos votos necessários para a reforma – não falo do tempo a mais de contribuição, não estou discutindo os 15 anos a mais de contribuição –, o que daria de diferença manter a mulher no serviço geral aposentando-se com 60 anos, na medida em que ela já vai contribuir a mais? Essa economia justifica correr o risco de não se aprovar a reforma da previdência? Nós entendemos a necessidade.

Eu encerro fazendo a seguinte conta, Cid: nós temos 81 Senadores, e aqui há um quórum qualificado para aprovar essa emenda constitucional, nós precisamos de 49 votos. Vai vir uma reforma. É por isto que eu enalteço a formação desta Comissão especial. É fundamental levar a nossa voz para a Câmara porque depois, dificilmente, nós vamos ter condições de alterar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma aqui, já que vai vir uma pressão, e qualquer alteração faz com que a matéria volte para a Câmara.

Diante de todos esses dados... Repito, nós somos 81 Senadores; no quórum qualificado, nós vamos precisar de 49 Senadores para aprovar. Há uma parte de Senadores que já se colocam, legitimamente, democraticamente, contrários à reforma. E temos uma bancada de 12 Senadoras; agora, com a suplente, somos 13 Senadoras. Não é possível correr risco na reforma por causa de dois anos a mais de idade mínima da mulher.

Eu gostaria que colocassem, Ministro, isso na conta na hora de fazer esse cálculo e vissem se essa diferença em valores compensaria o risco de se conseguir aprovar a reforma ou não. O quanto efetivamente de economia se vai fazer pelos dois anos a mais da mulher por ano? Não me interessam os dez anos. O cálculo deve ser feito por ano, para a gente ter um cálculo do que significa isso em percentual. Isso não pode colocar em risco a própria votação da reforma?

Digo isso, Senador Tasso, porque eu me lembro da reforma trabalhista, quando tivemos que aprová-la do jeito que estava, mesmo contrariadas em relação a uma emenda apresentada na época, não pelo Presidente – era a emenda que veio da Câmara dos Deputados –, em relação às mulheres gestantes e lactantes, que nós não conseguimos alterar.

Então, são essas as considerações que faço.

Quero deixar claro aqui: sou a favor da reforma da previdência, mas tenho muita dificuldade em votá-la se a bancada feminina trouxe para a agenda essa discussão da idade.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senadora, primeiro, quero dizer que a senhora faz jus à sua fama também de ser uma pessoa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Não! É a de ser uma pessoa combativa, inteligente, pertinente, que faz valer os seus argumentos.

Nós que construímos o projeto ficamos no seguinte dilema, Senadora – quero levantar aqui uma fala de um escritor que eu admiro muito: "É fácil ser bom, difícil é ser justo". É de Victor Hugo. Isso norteou o trabalho que nós apresentamos.

Quando se olha o cenário atual do Brasil, nós constatamos o seguinte – eu acho que este é outro dado que mereceria passarmos aqui para a Comissão: 53% da população brasileira que se aposentam no regime geral, que são os mais pobres, no caso das mulheres, aposentam-se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com 61,5 anos e com 15 anos de contribuição; e, no caso dos homens, são 65,5 anos de idade e 15 anos de contribuição.

A verdade, Senadora, é que hoje no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não é integral?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Não! Com um salário mínimo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com um salário mínimo?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – São os mais pobres. Eu estou falando de mais da metade do sistema do INSS.

A verdade no Brasil hoje é que aqueles que têm mais e que ganham acima do teto se aposentam com dez anos a menos, muitos com a integralidade do seu salário. É aquele pico da pirâmide, 1%, 2%, 3%. E, na média, nós temos a seguinte situação... Eu até fiz aqui, antes de a senhora chegar, uma analogia, parafraseando aqui o Tafner, que é um dos economistas que nós consultamos na elaboração do projeto, que dizia para a gente: "Olha, no Brasil, a empregada doméstica se aposenta dez anos depois da patroa; o peão de obra, dez anos depois do engenheiro civil". O que nós estamos propondo é que as regras sejam iguais para todos, dentro de um processo de transição, tanto do regime próprio como do regime geral. É verdade que nós admitimos as aposentadorias especiais de professores, de segurados do campo, de policiais, de pessoas que trabalham em atividades perigosas ou insalubres, mas tratar os desiguais de forma desigual não é uma preferência, é um dever de justiça.

Nós entendemos que cada grupo, cada segmento, cada corporação até defenda os interesses daqueles que eles representam – no caso das senhoras, são as mulheres, que têm uma bancada muito combativa também na Câmara. A Deputada Soraya lá é uma interlocutora formidável também, a exemplo da senhora e da Senadora Eliziane. Esse tem sido um processo permanente de negociação.

O que nós queremos fazer, Senadora? Por ocasião da primeira audiência que ocorrerá na comissão especial, eu vou, inclusive, provocar o relator que será escolhido, para que nós possamos detalhar os números, inclusive por segmento, em cima de eventuais propostas que possam ser feitas, para que a população como um todo entenda o seguinte: se vou fazer uma concessão, qualquer que seja ela, há um custo, e esse custo precisa ser transparente para o conjunto da sociedade. De que forma ele vai impactar o nosso futuro? Quando se faz uma reforma de previdência, qualquer que seja ela, em qualquer país do mundo, Estado ou Município, a mensagem final é: eu vou pedir à população brasileira, no caso, que trabalhe um pouco mais e que contribua um pouco mais para que nós possamos manter a integralidade ou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a integridade do nosso sistema previdenciário. Esse, no fim, é o projeto. É por isso que nós estamos propondo que aqueles que têm mais contribuam com mais e que aqueles que têm menos contribuam com menos, mas que todos contribuam.

Então, é evidente que a posição da senhora é uma posição respeitável, extremamente defensável, mas nós vamos fazer o debate e tentar convencê-la de que os nossos argumentos são argumentos que merecem a atenção da senhora e do grupo que a senhora representa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. também faz jus à fama. Eu não o conhecia pessoalmente, mas as informações eram as de que é um homem, um político, por essência, extremamente equilibrado, aberto ao diálogo.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço e vou aguardar aí os números setoriais da reforma da previdência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem a palavra o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, quero que minha primeira palavra aqui seja para cumprimentá-los. Sei que da parte dos dois houve um esforço no sentido de que o Senado não assistisse de camarote à discussão desse tema que – não tenho dúvida – é um dos que devem merecer a atenção do povo brasileiro. Portanto, a instalação desta Comissão é um momento histórico. Tenho a certeza de que daqui poderemos contribuir no sentido de aprofundar essa discussão.

Quero cumprimentar o Ministro Rogério Marinho, conterrâneo, nordestino do Rio Grande do Norte, e dizer da sua boa vontade em estar presente aqui. O requerimento de convite foi votado hoje. Ele assistiu à votação do requerimento de convite para comparecer. Espero que tenhamos outras oportunidades, até à luz de informações que são fundamentais. Os Senadores e todo o Parlamento brasileiro devem ter acesso a essas informações, no sentido de que a gente efetivamente possa aprofundar essa discussão. Eu mesmo apresentarei, no Plenário do Senado, brevemente, um requerimento pedindo o detalhamento de informações a respeito dessa propalada economia de R\$1,16 trilhão ao longo de dez anos.

Feita essa preliminar, eu quero aqui me desculpar, como preliminar também, porque vou fazer aqui alguns questionamentos, mas vou ter que sair imediatamente porque o mais calmo dos irmãos está em meu gabinete. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero tirar dele a calma deixando-o esperar. Eu tinha marcado com ele às 15h30. Então, eu não quero deixá-lo esperar para além da conta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Convide-o a vir aqui, para acalmá-lo...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu tenho a certeza de que ele teria o maior prazer de vir aqui.

Hoje é dia 10, e amanhã completam-se cem dias do Governo Bolsonaro. O PDT deverá fazer uma avaliação desses cem dias. Ele está aqui exatamente para a gente relacionar uma série de números. Já estamos com 150 indicadores e gostaríamos que isso fosse, de fato, a pauta nacional, e não essa lenga-lenga, essas distrações que, tenho certeza, não são ocasionais; acho que são feitas de propósito. Sempre que há um problema sério no Brasil, o próprio Presidente ou um de seus filhos ou um de seus Ministros exóticos se encarrega de publicar no Twitter uma tirada que acaba distraindo o povo brasileiro dos reais problemas e da necessidade de reais soluções para os reais problemas brasileiros.

Ministro, eu queria me ater aqui a princípios. Primeiro, há algumas informações, e acho que isso é fundamental para que sejamos sinceros com a população brasileira.

O PDT, que é o meu Partido, a quem devo naturalmente toda a satisfação, tomou a posição de ser contrário à reforma, aspas, "proposta pelo Governo Federal". O PDT entende que isso não é uma reforma da previdência e que, portanto, não poderia ser chamada – como está aqui nos princípios apresentados na primeira página da sua apresentação – de uma nova previdência.

O que se faz agora, com todo o respeito, reconhecendo o seu esforço pessoal... Eu reconheci aqui ao Ministro Paulo Guedes o esforço da área econômica. Pelo menos, é um setor que tem proposto alguma discussão séria, diferentemente de boa parte do Governo. Hoje eu vi uma proposta do novo Ministro da Educação: cortar o Bolsa Família para aluno violento. Ora, por favor, por favor, é mais uma postura ridícula de alguém que não está a altura de ocupar um Ministério importante!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor me dá um tempinho?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Absolutamente, o tempo é todo seu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O teste preliminar de psicologia, para saber se o sujeito é doido ou não, é fazer uma linha e dizer: "Aqui é o solo. Desenhe uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

árvore". Nem o que saiu, nem o que entrou bota caule ou bota raiz. Os dois são doidos, pode ter certeza absoluta!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Enfim, é deplorável! Mas esse não é um caso isolado. Se fosse um caso isolado, a gente ainda teria compreensão! Mas vá para o Ministério dos Direitos Humanos, é a mesma coisa! Vá para o Ministério das Relações Exteriores, é a mesma coisa! Meu Deus, enfim, é lamentável!

Mas, embora tenhamos divergências ideológicas profundas, reconheço que, no Ministério da Economia, o Ministro Paulo Guedes compôs uma equipe e muito justamente o convocou e o convidou. Acho que o senhor presta um grande serviço ao País. Enfim, vamos fazer várias discussões.

A minha preocupação... A necessidade de conter o déficit público é óbvia. Isso para mim não é uma questão ideológica. Não é uma questão ideológica! Um governo que gasta mais do que arrecada é um governo fadado ao insucesso. Um governo, a meu juízo, só terá êxito se tiver condição de implementar políticas públicas sociais, levando em conta as diferenças. Portanto, há de ter uma capacidade fiscal equilibrada. Não sou contra também a se praticar um déficit aqui e acolá. Tudo isso depende do retorno e do pensamento de longo prazo.

Mas vamos lá! Eu disse agora há pouco: isso não é uma reforma da previdência, com todo o respeito; é mais um remendo tratando de parametrizações, tratando de tempo de contribuição, tratando de idade mínima e tratando de percentuais de contribuição. Louvo a iniciativa de se estabelecerem percentuais mais elevados para quem ganha mais; louvo essa iniciativa, acho que é assim que se faz. Não podemos tratar igualmente os desiguais. Portanto, louvo essa iniciativa, mas quero reafirmar: é mais um remendo numa câmara de ar velha, ultrapassada, que é o nosso modelo de repartição. Isso vai adiar, por sei lá quantos anos, de novo, a necessidade de se mexer de novo nas parametrizações, porque a população tem ampliado o seu tempo de vida, de sobrevida, em função da Medicina, em função de uma série de coisas. Até melhoramentos genéticos estão acontecendo.

Então, preocupa-me muito dar um crédito de confiança, porque, no final das contas, esse aí é um Governo profundamente ideológico! Eu não falei aqui dos Ministros exóticos à toa, não! Esse é um Governo ideológico. É ideológico, que tem preconceitos, que tem posições muito claras em relação à visão da economia. Então, preocupa-me dar lá um crédito de confiança.

A previdência é, certamente, um dos setores em que há déficit. Isso eu acho que está pacificado, embora seja importante que a gente dê transparência a esses números. Hoje o déficit no RGPS se dá muito em função também do desmonte do trabalho formal no Brasil. Se retomássemos os níveis de emprego que nós tivemos oito anos atrás, certamente no RGPS,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez, não houvesse déficit. O que aconteceu foi que nós, na contramão do que há de razoável, perdemos pessoas contribuindo para a previdência, numa mistura de crise na economia e numa mistura de desconfiança também do sistema. Há várias pessoas que estão apelando para tudo, porque não acreditam mais que esse sistema tenha sobrevida. E o que está proposto são remendos no modelo de repartição.

Aí, muito bem, o Ministro – eu acho que o Governo, na área econômica, têm adotado essa estratégia – diz assim, com um discurso agradável – foi o que eu ouvi aqui do Ministro Paulo Guedes: "Olha, o ideal para mim é um pacto federativo renovado, em que 70% dos recursos estejam com Estados e Municípios, etc., etc., com menos União, com menos Brasília!". Isso é para inglês ver, porque, na prática, você não vê nenhum movimento nessa direção. Alenta-se com o discurso de futuro, com a perspectiva de futuro, como, a meu juízo, é o que se faz de referência ao modelo de capitalização. "Coloca aqui na emenda à Constituição...", "Ah, vai haver um modelo de capitalização, e isso pode ter a contribuição disso e daquilo outro", e quando... Ao contrário, ele nasce, e na projeção se coloca a possibilidade... A possibilidade, não: a utilização dos recursos da capitalização para financiar o rombo do modelo de repartição. Meu Deus! Você já põe sob suspeita e tira absoluta credibilidade do que é fundamental no modelo de capitalização.

O modelo de capitalização é a pessoa fazendo aqui a sua contribuição. Eu defendo que o patrão faça a contribuição – diferente do modelo chileno, que não tinha contribuição patronal – e defendo que a gente encontre alternativas que não se limitem só à contribuição do trabalhador e à contribuição patronal; que a gente encontre alternativas. Isso é o que já ia me dar um pouco mais de confiança em aprovar reformas para este Governo, propostas por este Governo, de quem, repito, eu desconfio – desconfio muito.

Então, por que não já colocar aí como fonte de um modelo de previdência a taxa sobre lucros e dividendos? O Brasil é um dos únicos países do mundo que não faz isso. Se isso é uma coisa nova e se há um momento desfavorável para aumentar a carga tributária, justifique-se com isso. Nós estamos fazendo aqui um investimento. A previdência é fundamental para o trabalhador, mas ela é fundamental para um país que quer ter projeção de crescimento; é o dinheiro... A poupança que os fundos de previdência fazem é que vai financiar o desenvolvimento do País. O Brasil está sempre correndo atrás do prejuízo: não tem poupança nenhuma e, portanto, não terá perspectiva de crescimento econômico. Portanto, remodelar e fazer um novo modelo de previdência é fundamental.

Eu tenho que essa questão não pode ser tratada de forma isolada. O Brasil tem problemas conjuntos. Se se fala num déficit total projetado para este ano de 139 bilhões, se se fala num déficit da previdência... Quanto é que ficou ali previsto para este ano?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone.*) – São 294.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – De 294 bilhões. Eu pergunto: qual é o déficit, qual é a despesa da União federal com juros da dívida este ano? Eu estive no Banco Central semana passada.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Uns 400 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Semana passada: 392!

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Eu falei 400; faltam 8.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, eu sei. E pode até chegar aos 400. Eu estou fazendo aqui um cálculo porque isso é uma caixa-preta.

A Selic é 6,5%, mas eu perguntei ao Presidente do Banco Central, semana passada, qual é a taxa média de juros: está em 8% a 9%, quer dizer, de novo a Selic é só para inglês ver, porque os papéis de mais curto prazo, ao contrário do que disse o Ministro lá, são os que têm a maior taxa de juros, chegam a 11%. Só nesses papéis de curto prazo, são R\$80 bilhões que a União vai despender este ano. Se a gente for somar tudo que ela não paga – estamos praticando déficit primário, é óbvio que não está pagando um tostão da dívida –, chega aos 400 bilhões para dizer um número redondo.

Então, eu vou atacar, eu vou mexer com milhares de pessoas, milhões de pessoas para conter, no primeiro ano, quanto? No segundo ano, quanto? Quer dizer, em dez anos... A gente vê claramente que, nos quatro primeiros anos, é insignificante o valor de redução de déficit. Projetam-se, depois do quinto, sexto, valores maiores. Não são proporcionais os quatro primeiros e os seis. É óbvio que não pode ser, essas coisas serão no médio prazo.

E cadê o enfrentamento disso? Que garantia, que sinal eu terei, nós teremos aqui para dar um crédito de confiança nisso que vai impor sacrifícios a trabalhadores, de uma proposta que é rejeitada por 51% dos brasileiros a despeito de todo o poder, do *status quo*? Toda grande mídia fala isso como um mantra, e as pessoas repetem como um mantra. Muitas vezes sem nem raciocinar dizem: "O Brasil tem que fazer a reforma da previdência".

Por que não tem que fazer uma reforma também nessa questão da tributação dos bancos? Não é possível que você tenha o setor industrial desmilinguindo no País – nós estamos agora com o menor percentual da indústria na participação do PIB nacional da história deste País –, o comércio estagnado, os serviços estagnados, e os bancos e o setor financeiro praticando lucros exorbitantes, batendo recordes todo ano. Se há uma crise no País, por que só um está bem? Isso não é por acaso; isso é porque o modelo, o sistema sustenta... O poder



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

econômico dos bancos sustenta o poder político. E ainda se quer aprovar mandato – como é que é? –, a independência do Banco Central. Sem independência ele já age como age, imagine se tiver independência.

Portanto, Ministro, com todo respeito, louvando muito o seu esforço, eu acho que tudo isso é parte de um patriota, de alguém que quer... E realmente nós precisamos mudar o modelo de previdência do Brasil, mas mudar de fato. O PDT tem propostas objetivas para isso, para se fazer imediatamente a mudança da repartição para o modelo de capitalização. Nós estamos às ordens no sentido de contribuir. E repito, mais uma vez, desculpas, o mais calmo já aguarda ansiosamente.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. não quer nem que ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Eu vou ter oportunidade. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem. Senão, pode haver problemas na família Gomes. É melhor que V. Exa. se dirija logo...

Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir aqui também permissão. Eu vou para a CMO, que já começou, preciso estar lá, mas queria deixar aqui um encaminhamento, Presidente. É referente a uma audiência pública para a gente ouvir exatamente esses trabalhadores, as mulheres, de preferência com uma representação da Secretaria da Previdência e Trabalho ou da Secretaria... Perdão, na verdade, é Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, e o outro da Previdência. Isso para que a gente pudesse fazer um debate mais aprofundado, ouvindo essas representações dos trabalhadores, a CUT... Amanhã nós teremos um encontro grande aqui na Câmara dos Deputados com mulheres. Então, a representação das mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. pode encaminhar o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou encaminhar o requerimento. Eu não sei se pode requerimento oral para audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A senhora pode propor o requerimento e depois encaminha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero propor, então, que esse requerimento seja colocado em apreciação, Presidente. E eu vou protocolar. Já até pedi para a assessoria fazer a digitação e protocolar para que a gente possa fazer, na próxima reunião, se for o caso, essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. vai ser indicada como suplente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu sou titular. Eu estou substituindo o Veneziano. Ele fez o encaminhamento, já está aí o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Haverá, então, uma substituição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É; ele ficará na suplência e eu ficarei na titularidade, mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... parece-me que ainda não foi colocado no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas V. Exa. tem fé pública, a palavra vale, pode encaminhar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo menos o documento está assinado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não tem problema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A não ser que o meu Líder Veneziano volte atrás, mas eu acho que ele não vai voltar porque ele...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senadora, só para... O Presidente me permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Relator tem um plano de trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Um plano de trabalho para apresentar aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, certo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Esse plano de trabalho contempla a realização de audiências públicas com os seguintes temas prováveis, em datas, horários e participantes a serem definidos pela Comissão: diagnóstico e perspectiva para as contas do regime geral – é um pouco o que o Senador Cid falou de abertura de todos os números –: regimes próprios da União, dos Estados e Municípios; pensão por morte e acúmulo de benefícios; militares, inclusive polícia militar; previdência rural – esses são os temas que nós vamos pedir por audiência pública –; BPC (Benefício de Prestação Continuada); abono salarial ou outro tema muito específico – acho que alguns não são de previdência propriamente –; questão do gênero na previdência; regras de transição – esses são alguns dos temas que nós já temos –; cobertura previdenciária; e financiamento da seguridade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas para contribuir no plano de trabalho.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só estou terminando, um minutinho.

Isso a satisfaz, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria sugerir, Senador Tasso, para nós podermos complementar o plano de trabalho, que também fizéssemos audiência pública sobre modelos de capitalização. Com relação aos outros itens, eu estou absolutamente de acordo, mas acho que há uma questão importante na proposta do Governo que precisa ser debatida com profundidade e eu sugeriria a V. Exa., se V. Exa. assim me permitir, aditar a questão da capitalização também entre os itens para audiência pública.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Está acolhida a sugestão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. está apresentando como requerimento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ao Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu pergunto ao Relator qual seria a primeira audiência pública que seria proposta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Aí nós temos que sentar com V. Exa., Presidente, para que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bom. Está o.k.

Então, nós vamos decidir. Eu pediria até a contribuição do Ministro Rogério Marinho para que ele pudesse, dentro dessa programação que o Senador Tasso Jereissati propôs, designar ou destacar os nomes que pudessem vir aqui para fazer essa explanação: a pessoa mais indicada para falar sobre a capitalização; a mais indicada para falar sobre contribuição. Enfim, a partir do que o Senador Tasso Jereissati propôs, nós faríamos o encaminhamento a V. Exa. para que V. Exa. a partir daí, indicasse as pessoas. Nós faríamos audiência pública com aqueles que são interessados nos temas. Isso seria uma contribuição muito grande.

V. Exa., então, concorda com isso?

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós vamos encaminhar, então.

V. Exa. quer falar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria apenas, Sr. Presidente, porque cheguei e já havia sido apresentada pelo nosso Rogério a apresentação sobre a previdência... Acho que nós vamos ter oportunidade de aprofundar o debate com o próprio Ministro Rogério durante as audiências públicas. Eu creio que ele também estará presente, pelo menos, nas mais importantes dessas colocações.

Portanto, eu quero apenas cumprimentar tanto o Rogério quanto o Leonardo pela presença, cumprimentar o nosso Senador Tasso – entendo que esse é um dos grandes temas para o debate nos próximos meses aqui no Senado – e cumprimentar também V. Exa. pela instalação e pelo início dos trabalhos desta importante Comissão.

Muito obrigado. Estaremos juntos aqui trabalhando.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Eu posso fazer mais uma pergunta, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... ao Rogério Marinho?

O Senador Cid falou que tinha um modelo, uma proposta terminada de capitalização imediata. Pelo que V. Exa. aqui comentou, já teve algumas conversas com o Mauro Benevides Filho. Tem conhecimento dessa proposta?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Como o Senador já tinha avisado que iria sair, eu não vou fazer o debate para não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Só quero colocar aqui rapidamente o seguinte: é importante que o Senador revele a disposição de fazer o debate. Eu acho que o mais importante, aqui no Parlamento brasileiro, é que é praticamente consensual a necessidade de se reestruturar o nosso sistema previdenciário. Todos nós temos uma fórmula. Cada partido evidentemente, com toda legitimidade e com a investidura respeitável que cada Senador e Deputado tem, deve e pode, e é legítimo que o faça, contribuir para o debate que se vai estabelecer na Comissão especial na Câmara e, depois, aqui no próprio Senado da República.

Então, eu quero saudar a disposição do Senador Cid, que, apesar dos reparos políticos que fez – não está aqui, não vou fazer o debate –, demonstrou aqui a disposição de contribuir, inclusive nos colocando publicamente que o seu partido apresentará uma proposta. Eu acho que essa é a posição que nós esperamos do Parlamento; não a negação, a obstrução do diálogo, mas o debate propositivo. Então, se esse não é o modelo adequado, por favor nos apresentem o modelo que, de alguma forma, possa trazer soluções para o sistema.

Eu até anotei aqui, porque o Senador fez algumas críticas ao modelo nocional, que é um modelo que não estamos inventando, é um modelo que já existe em vários países europeus, como a Suécia, como a Noruega, como a Itália, como o Canadá também. Por que o modelo nocional? Porque o modelo permite diminuir o custo de transição. É evidente que, se você retira novos entrantes no modelo de repartição, vai haver a necessidade de se buscar fontes alternativas de capitalizar o modelo que existe, o atual de repartição, para se mudar para o modelo novo. Então, o modelo nocional permite que a contribuição continue no modelo antigo para diminuir esse custo de transição, mas, ao mesmo tempo, o Governo estabelece, através de uma contra gráfica, a segregação dessa contribuição, de tal foma que o beneficiário possa acompanhar, como numa caderneta de poupança, ao longo do período laboral, o que foi acordado com o Governo. O que nós temos que fazer é definir qual é o fundo garantidor, quer dizer, quais são as condições jurídicas que vão dar sustentabilidade para que no futuro o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro ou a brasileira que optar pelo sistema possa resgatar a sua contribuição com as correções devidas e estabelecidas pelo Governo.

E essa questão do nocional, Senador Tasso Jereissati, é uma vontade manifesta do próprio Mauro Benevides, que, ao lado de outros economistas, defendem isso de uma forma muito lógica, porque é um modelo que já é reaplicado em outros países com sucesso e que diminui, repito, o custo de transição, que pode chegar a valores superlativos. Você está simplesmente tirando o combustível desse setor.

Nós apresentamos um gráfico aqui, Senador Eduardo, antes e que, inclusive, vai ficar disponível para a Comissão. Nós temos hoje duas pessoas praticamente contribuindo para um aposentado. E essa relação vai, ao longo do tempo, ficar ainda mais frágil. Então, é evidente que o sistema de repartição – e aí eu dou razão ao Senador Cid Gomes – está exaurido. Esse não é o sistema adequado. Agora, nós não podemos simplesmente dizer que as pessoas, que são, sei lá, 35 milhões de pessoas, beneficiárias do sistema de repartição e mais 71 milhões de pessoas que poderão entrar no sistema de repartição... Eu estou falando de 100 milhões de brasileiros. E para essas pessoas o Governo simplesmente vai dizer: eu não tenho responsabilidade sobre elas. Eu preciso organizar esse sistema atual, torná-lo líquido, saudável e permitir que ele possa sobreviver ao longo do tempo, imaginando evidentemente que daqui a 20 ou 25 anos vamos ter que nos debruçar de novo sobre o sistema, em função do crescimento demográfico e das mudanças de condições econômicas.

Quero lembrar que nós colocamos um instrumento dentro do projeto que permite um gatilho demográfico: a cada quatro anos, a partir de 2024, pelo aumento de expectativa de vida, 0,75% será incorporado à idade máxima estabelecida. Isso com critérios do próprio IBGE. Então, nós tentamos diminuir a necessidade de intervenção do próprio Parlamento, o que sempre é um processo extremamente penoso, nas regras tanto da concessão da aposentadoria, como das regras de concessão do benefício propriamente dito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, Relator e nosso Secretário, eu apenas queria sugerir... Eu acho que hoje é importante a vinda e a apresentação inicial por parte do Secretário Rogério, mas efetivamente acho que nesta Comissão nós vamos poder aprofundar o debate tecnicamente. Acho que existem algumas certezas e muitas dúvidas. A primeira certeza é que o Brasil precisa de uma reforma na previdência. Segunda certeza: nós temos que ter uma reforma que tenha aspectos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscais e aspectos sociais. Uma questão importante para um País do tamanho do Brasil e com as desigualdades que temos, sejam individuais, sejam coletivas, sejam regionais, é de que há que se ter uma rede de proteção social. E é importante que o Brasil tenha consciência disso.

A segunda questão é efetivamente a janela demográfica, que eu acho que tem que ser longamente discutida.

A questão do benefício continuado... Creio que houve uma interpretação por parte do Governo de que, caso se pudesse antecipar, reduzir-se-ia o valor, etc., mas creio que isso não está sendo bem compreendido e, mais, está sendo rejeitado pela população. Eu diria que, no meu Estado, por exemplo, o BPC tem talvez o maior impacto, porque o interior do Estado praticamente todo está nessa relação. Portanto, acho que essa é uma questão.

Outra coisa que nós vamos precisar discutir, Senador Tasso, é que, por exemplo, nas aposentadorias rurais, nós temos uma aposentadora rural para aquele que é agricultor familiar, agricultor de subsistência, etc., que precisa ter algum tipo de suporte, de subsídio cruzado com o agronegócio, que é muito pouco tributado no País. Eu acho que nós vamos ter que exercitar aqui, no debate – e aqui talvez seja um bom fórum –, várias formas de engenharia financeira para compor essa previdência.

Quero apenas repetir uma coisa que eu acho que é importante, que é a gente trazer permanentemente para o debate o IFI, para que possa...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Ele faz parte da assessoria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... fazer parte da assessoria e estar permanentemente no debate, trazendo as informações em cada uma dessas audiências públicas para que os Senadores possam ter o cenário de como está sendo proposto, de como poderiam ser os novos modelos. Enfim, eu até já conversei isso com o nosso companheiro, porque acho que o IFI terá um papel fundamental aqui nesta Comissão.

No mais, quero dizer que esse é um debate importante. O Brasil terá que tomar decisões sobre isso. Nós apenas teremos que ter uma consciência de que o fiscal não poderá estar de costas para as questões sociais que estão também envolvidas na questão da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou passar a palavra para o Ministro Rogério Marinho para que ele possa concluir e, depois, eu usarei a palavra rapidamente.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Presidente, só para agradecer o momento e dizer que estamos à disposição, Senador Tasso, para em cada uma dessas audiências estar presentes aqui como equipe. Nós temos uma equipe... Vieram alguns deles aqui, como o nosso adjunto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruno Bianco, e o nosso Secretário de Previdência, Leonardo Rolim, mas há uma equipe que nos dá uma retaguarda, na qual nós temos muita confiança no aspecto técnico e que estará à altura de fazer o debate, esclarecer a população. E nós desejamos o debate. Nós queremos ter a possibilidade de esclarecer as motivações que nos levaram a apresentar essa proposta e, eventualmente, recepcionar as críticas, as sugestões e os aperfeiçoamentos que é de praxe serem feitos aqui no Congresso Nacional. É o que nós aguardamos.

Eu queria agradecer ao Governador Eduardo, que já está se retirando, mas dizer que o Senado da República tem um papel extraordinário, não apenas como Casa revisora, mas pelo fato de aqui estarem pessoas que têm uma extraordinária experiência como governantes. Aqui há muitos ex-governadores que têm experiência tanto na área do Legislativo, como na área do Executivo, e essa experiência faz uma diferença muito grande. São pessoas que podem, em razão da prática, nos assessorar e nos trazer caminhos diferentes.

E dizer, Presidente Otto, que essa pauta eu tenho certeza que não é do Presidente Bolsonaro; não é apenas do PSL ou do PSDB ou do partido de V. Exa., o PSD, ou de qualquer partido que esteja representado neste Parlamento. Essa pauta é da sociedade brasileira, porque, sem dúvida nenhuma, uma das duas principais rubricas orçamentárias que pressionam o orçamento é a previdência, ao lado dos juros de dívidas, como foi falado pelo Senador Cid. Então, é evidente que temos que atacar esses dois problemas para que o Estado possa recuperar a sua capacidade de investimento, porque quem perde com a situação em que o Estado brasileiro se encontra é a população mais pobre, que não está tendo condição de ter acesso a educação de qualidade, saúde de qualidade, infraestrutura, investimentos em programas sociais e que gerem emprego e renda para a grande maioria dos brasileiros.

Então, agradeço aos senhores. E estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tendo já sido lido o plano de trabalho do nobre Relator, o Senador Tasso Jereissati, eu o coloco em discussão.

Nenhum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o plano de trabalho.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria agradecer ao Ministro Rogério Marinho, ao Dr. Rolim, que está também conosco aqui, e dizer que foi muito produtivo. Nós vamos seguir à risca o plano de trabalho do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nobre Senador Tasso Jereissati, fazendo as audiências públicas para discutir ponto por ponto o que ele colocou no seu plano de trabalho. Isso é muito importante.

Eu acredito, Ministro Rogério Marinho, que o Senador Eduardo Braga foi muito feliz ao colocar uma frase que eu considero superimportante: há uma grande necessidade de se alterar o regime atual da previdência, com o que nós concordamos, mas fundamental é também que se possa compatibilizar o fiscal com o social. Num país com tantas desigualdades, como é o nosso País, nós não podemos deixar de observar a proteção social daquelas pessoas que, ao longo da sua vida, do período de vida que hoje eles já encaram com mais de 50, 60 anos, não tiveram a oportunidade, não tendo uma escola pública gratuita e de boa qualidade, de disputar o mercado de trabalho.

Senador Tasso Jereissati, eu, quando Governador do meu Estado, lutei muito para levar para a Bahia um polo calçadista, e consegui levar. Na minha cidadezinha, onde nasci, eu coloquei uma fábrica de calçados, a Pegada, e ela emprega hoje dois mil funcionários. Em 2002, quando eu levei a fábrica, não tive oportunidade de colocar nenhum dos meus amigos, da minha faixa etária, 45, 50 anos, como operário da fábrica, porque os proprietários só admitiam se tivessem 2º grau.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Eu pensei que o senhor fosse mais novo. O senhor tem 45 anos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Na época... Espere aí! (*Risos.*)

Eu estou dizendo a V. Exa. que, na época, em 2002, quando eu inaugurei a fábrica, aqueles meus amigos de 45 a 50 anos não puderam trabalhar na fábrica porque os proprietários exigiam que eles tivessem 1º ou 2º grau, e a maioria não tinha. Eu não coloquei nenhum deles para trabalhar lá, o que foi uma grande decepção.

Então, esse passivo de pessoas semianalfabetas ou sem instrução para concorrer no mercado de trabalho, para disputar o mercado de trabalho de igual forma com aqueles que tiveram oportunidade de estudar, das famílias da sociedade convencional, classe média ou classe alta, que tiveram oportunidade de estudar, eles não têm como competir. Então, essa população, que é fruto de anos e anos passados sem escola pública para o ensino fundamental, para o 2º grau, para a universidade, tem que ter proteção social, porque ela não tem capacidade de competir no mercado de trabalho. A proteção social é fundamental.

Então, esse ajuste fiscal é preciso ser feito, claro – eu fiquei muito atento à explanação de V. Exa. –, mas teremos que fazer esse equilíbrio para não cometer injustiças, porque uma injustiça que se venha a cometer numa reforma da previdência vai ser uma ameaça muito grande à vida das pessoas. Nós temos um País já com 45 milhões de brasileiros na linha da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pobreza, numa dificuldade muito grande. Não é só no Nordeste, não. Fala-se muito no Nordeste, mas há alguns meses, lá no centro comercial e financeiro do Brasil, que é a Avenida Paulista, a 1,5 mil metros, desabou um edifício com 456 pessoas, famílias que estavam morando ali, passando fome, passando necessidade. Ali perto está uma sede da droga, a Cracolândia. Então, não é só no Nordeste, não: no Rio de Janeiro, nas favelas; em São Paulo; em todos os Estados do Brasil há pessoas economicamente fracas que não tiveram instrução e não podem competir no mercado de trabalho. Então, esse lado social tem que ser observado.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

